

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2007**

**Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Maio de 2007.

## Índice

<b>Para legalizar centrais, governo quer repassar 10% do imposto sindical</b> – Vera rosa - - Estado de São Paulo – Nacional – 01/05/2007.....	9
<b>Rearranjo de forças faz surgirem novas entidades</b> – Roldão Arruda - Estado de São Paulo – Nacional – 01/05/2007 .....	10
<b>MST faz 81 invasões no 'abril vermelho'</b> – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 01/05/2007 .....	12
<b>Líder promete nova onda de ocupações</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 01/05/2007 .....	13
<b>Mudanças que assustam os sindicatos</b> –Jorge J. Okubaro - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/05/2007.....	14
<b>TENDÊNCIAS/DEBATES O Brasil e o mundo no 1º de Maio</b> – Paulo Pereira da Silva – Folha de São Paulo – Tendências e Debates -01/05/2007.....	16
<b>MST leva mais 60 militantes a invasão em SP</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2007.....	18
<b>População não-índia ignora ultimato e fica em reserva</b> – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2007 .....	18
<b>Com mais vagas formais, cresce sindicalização</b> – Fátima Fernandes – Folhas de São Paulo – Dinheiro – 01/05/2007.....	18
<b>Ocupação de terras e protestos marcam Dia do Trabalho em Pernambuco</b> – Globo on Line – 01/05/2007.....	20
<b>Famílias são ameaçadas em assentamento no Espírito Santo</b> – Sitio Eletrônico do MST – 02/05/2007 .....	21
<b>Agenda dos sindicatos retrocede no governo Lula</b> – Valor Econômico – Opinião - 02/05/2007.....	22
<b>Para Força Sindical, divergência sobre MP levou à ausência de Lula no 1º de maio</b> - Cristiane Agostine, Raquel Salgado e Thiago Vitale Jayme – Valor Econômico – Políticas - 02/05/2007.....	24
<b>'Abril vermelho' subsidiado</b> - Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/05/2007	25
<b>Centrais poupam Lula e fazem atos pró-governo no Dia do Trabalho</b> - Clarissa Oliveira e Moacir Assunção - Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2007 .....	27
<b>Rainha terá verba do governo para fabricar biodiesel</b> - José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2007.....	28
<b>700 famílias de PE invadem 7 áreas no Estado</b> - Angela Lacerda - Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2007 .....	30
<b>‘Não existiria nenhum abril vermelho sem recursos públicos’</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 29/04/2007.....	31
<b>Rainha critica MST por invadir terra de líder da UDR</b> – Cristiano Machado - Folha de São Paulo – Brasil – 02/05/2007 .....	35
<b>Centrais poupam governo no 1º de Maio</b> - Claudia Rolli, Denise Brito e Tatiana Resende – Folha de São Paulo- Dinheiro – 02/05/2007 .....	36
<b>Sem-terra fazem 7 invasões em Pernambuco</b> – Letícia Lins – O Globo – O País – 02/05/2007 .....	37
<b>Uma festa do governo</b> - Estado de São Paulo – Notas e Informações – 03/05/2007 .....	38
<b>Juiz manda MST sair de área no Pontal</b> - José Maria Tomazela e Carlos Mendes - Estado de São Paulo – Nacional – 03/05/2007.....	39

<b>Juiz manda MST deixar fazenda de ruralista</b> – Folha de São Paulo – Brasil- 03/05/2007	40
<b>Sem-terra é morto durante invasão de fazenda no Pará</b> – Folha de São Paulo – Brasil- 03/05/2007	41
<b>Manifestação do MST pára avenida em Fortaleza</b> – O Globo – antão Globo On line – 03/05/2007	41
Parlamentares lançam frente pela Reforma Agrária em SP – Sítio Eletrônico do MST – 03/05/2007	42
Canaviais já fazem duas vítimas este ano no estado de São Paulo - Danilo Augusto – Sítio Eletrônico do MSt – 03/05/2007	42
<b>Sem-terra desocupam fazenda de presidente da UDR</b> - José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/05/2007	43
<b>Fazendeiro será julgado dia 14 no Pará</b> - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/05/2007	44
<b>Milhares de agricultores foram às urnas no maior processo de eleição direta da agricultura familiar do Sul do Brasil</b> - Marli Bertotti - Sítio Eletrônico da Fetraf – 04/05/2005	44
<b>MST desocupa terra de líder da União Ruralista</b> - Folha de São Paulo – Brasil - 04/05/2007	46
<b>Falta terra mas sobra pragmatismo</b> – Maria Cristina Fernandes – Valor Econômico – Política - 04/05/2007	46
<b>PM desocupa duas fazendas no Paraná</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 05/05/2007	48
<b>MST e cortadores de cana fazem protesto</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 05/05/2007	48
<b>Para UDR,governo dá mais medo que o MST</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 06/05/2007	49
<b>Lula no sindicato e na Presidência</b> - Suely Caldas* – Estado de São Paulo – Nacional – 06/05/2007	50
<b>O MST seria retrógrado no século 18</b> - Mailson da Nóbrega * – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/05/2007	51
<b>Sem-terra fazem a 18ª invasão em PE</b> - Monica Bernardes – Estado de São Paulo – Nacional – 06/05/2007	53
<b>Agricultores cobram área de usina</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 07/05/2007	54
<b>Teologia da Libertação preocupa</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 07/05/2007	54
<b>Sob Lula, invasões de terra se espalham e aumentam 24%</b> - Thiago Reis e João Carlos Magalhães - Folha de São Paulo – Brasil - 07/05/2007	56
<b>Marabá lidera o ranking nos dois governos</b> - Thiago Reis e João Carlos Magalhães com colaboração de Cíntia Cayaba - Folha de São Paulo – Brasil - 07/05/2007	57
<b>MP QUE PROÍBE VISTORIA DO INCRA ESTÁ VIGENTE, MAS NÃO É APLICADA</b> - Folha de São Paulo – Brasil - 07/05/2007	58
<b>Assentados pelo Incra derrubam árvores para plantar ou a serviço dos madeireiros</b> - Felliipe Awi – O Globo – O País – 07/05/2007	58
<b>Governo cobra consenso para editar MP que reconhece centrais sindicais</b> - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Política - 07/05/2007	59

<b>Oficialização deve reduzir número de entidades de sete para cinco</b> - Cristiane Agostine – Valor Econômico – Política - 07/05/2007 .....	61
<b>Ruralistas e políticos pressionam contra demarcações em SC</b> - Natália Suzuki - Carta Maior – 08/05/2007 .....	62
<b>Sem-terra acampam no Incra do Ceará</b> - Estado de São Paulo – Nacional – 08/05/2007 .....	64
<b>Governo garante que desocupação continua</b> - Estado de São Paulo – Nacional – 08/05/2007 .....	65
<b>Comitê fará protesto durante julgamento</b> - Estado de São Paulo – Nacional – 08/05/2007 .....	65
<b>Projeto que limita greves é contestado por centrais</b> - Cristiane Agostine – Valor Econômico – Política- 08/05/2007 .....	65
<b>CNBB defende regularização de terras</b> - Tatiana Favaro – Estado de São Paulo – Nacional – 09/05/2007 .....	66
<b>Incra quer 22 fazendas em SP</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 09/05/2007 .....	68
<b>Empresa se nega a indenizar libertados</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 09/05/2007 .....	68
<b>Discussões do Fórum Social Mundial</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 09/05/2007.	69
<b>1º de Maio: a passagem do tempo</b> - Boris Fausto - Folha de São Paulo – Opinião - 09/05/2007 .....	69
<b>Cerca de mil sem-terra invadem áreas públicas na BA e no CE</b> - Folha de São Paulo – Brasil - 09/05/2007 .....	71
<b>Governo brasileiro destaca a reforma agrária como tema fundamental de discussões no mundo</b> – INCRA - 09/05/07 .....	71
<b>CNBB defende reforma agrária e regularização de terras</b> - – Sítio Eletrônico do MST – 09/05/2007 .....	72
<b>MST ataca governo e usinas, em espanhol</b> - Guilherme Scarance – Estado de São Paulo – Nacional – 10/05/2007 .....	73
<b>Em protesto, MST tira eucaliptos de assentamentos</b> - Folha de São Paulo – Brasil - 10/05/2007 .....	74
<b>Investigados soltos podem ser indiciados</b> – Mari Tortato - Folha de São Paulo – Brasil- 10/05/2007 .....	74
<b>Fórum pela Reforma Agrária ocupa a sede da Conab no Rio</b> – Sítio Eletrônico do MST – 10/05/2007 .....	75
<b>Governo busca consenso para lei de greve</b> - Claudia Safatle – Valor Econômico – Política - 10/05/2007 .....	76
<b>Igreja progressista na clandestinidade</b> – Maria Inês Nassif - – Valor Econômico – Política - 10/05/2007 .....	77
<b>Codevasf faz acordo com MST na BA; tensão cresce em PE</b> - Verena Glass - Carta Maior – 11/05/2007 .....	79
<b>Lula, o unânime</b> - João Mellão Neto – Estado de São Paulo – Nacional – 11/05/2007 .....	81
<b>Governo admite dar apoio a projeto de Rainha</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 11/05/2007 .....	83
<b>MDA reconhece necessidade de mudanças sugeridas pela Fetraf-Sul</b> - .....	84
Marli Bertotti – Sítio Eletrônico da Fetraf - 11 de maio de 2007.....	84

<b>CUT critica discussão sobre a Previdência</b> – Julianna Sofia - Folha de São Paulo – Dinheiro - 11/05/2007 .....	85
<b>Morde e assopra Governo discute lei de greve dura e repassa R\$ 100 milhões para centrais sindicais</b> – Geralda Doca – O Globo – O País – 12/05/2007 .....	86
<b>Índios suspendem bloqueio em rodovia</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 12/05/2007 .....	87
<b>Inimigos de Lampião</b> – O Globo – Ciência – História – 12/05/2007.....	87
<b>MST pede ajuda de até US\$ 5 mil nos EUA</b> - Guilherme Scarance – Estado de São Paulo – Nacional – 12/05/2007 .....	89
<b>Líder diz que não há controle preciso das doações do exterior</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 12/05/2007 .....	90
<b>Triste paisagem</b> – O Globo – Editorial – 13/05/2007.....	91
<b>Empresas ainda lucram com trabalho escravo</b> – Fellipe Awi – O Globo – O País – 13/05/2007 .....	91
<b>Função racial da propriedade</b> - Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 14/05/2007 .....	92
<b>Fazendeiro acusado pela morte de irmã Dorothy vai a julgamento</b> - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 14/05/2007.....	94
<b>Nome da missionária estava em lista no Pará desde 1999</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 14/05/2007 .....	96
<b>Medidas anunciadas para atacar violência foram esquecidas</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 14/05/2007 .....	96
<b>Bancada ruralista cresce; grupo evangélico diminui</b> - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Nacional – 14/05/2007 .....	97
<b>Acusado de mandar matar irmã Dorothy é julgado no PA</b> – Kátia Brasil - Folha de São Paulo – Opinião – 14/05/2007 .....	98
<b>'Quem manda neste país?', pergunta irmão de Dorothy ao pedir justiça</b> - Felipe Awi – O Globo – O País – 14/05/2007 .....	99
<b>Função racial da propriedade</b> – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 14/05/2007 .....	100
Stora Enso "dribla" Lei brasileira para comprar terras na faixa de fronteira – MST - 14/05/2007 .....	101
Comunidades de base pedem que Igreja Católica se aproxime dos pobres – MST - 11/05/2007 .....	102
<b>Fazendeiro nega ser mandante de crime</b> - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 15/05/2007 .....	103
<b>Pastorais criam centro de debate em Aparecida</b> – Aauri AntunesBarbosa - O Globo – O País – 15/05/2007 .....	105
<b>Fazendeiro nega ter mandado matar Dorothy</b> – O Globo – O País – 15/05/2007 .....	106
<b>Sem-terra morto a pauladas em fazenda do MST</b> – O Globo – O País – 15/05/2007 ..	107

## Segunda Quinzena

<b>Governo Federal e BID assinam acordo de empréstimo de R\$ 18 milhões – Sítio Eletrônico do MDA – 16/05/2007</b> .....	107
<b>Stédile falta a audiência sobre depredação – Estado de São Paulo – Nacional – 16/05/2007</b> .....	108
<b>Contra exoneração,MLST ocupa Incra – Estado de São Paulo – Nacional – 16/05/2007</b> .....	109
<b>Acusado no caso Dorothy pega 30 anos de prisão - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 20/05/2007</b> .....	109
<b>No Pará, mais de 15 mortes sem punição – Estado de São Paulo – Nacional – 16/05/2007</b> .....	110
<b>Repercussão internacional – Estado de São Paulo – Nacional – 16/05/2007</b> .....	111
<b>Fazendeiro é condenado a 30 anos por morte de religiosa – Kátia Brasil –Folha de São Paulo – 16/05/2007</b> .....	112
<b>Condenação de fazendeiro é ato histórico contra a impunidade, afirmam ONGs – Kátia Brasil –Folha de São Paulo – 16/05/2007</b> .....	113
<b>AMAZONAS: ÍNDIOS LIBERTAM REFÊNS DA FUNASA – Kátia Brasil –Folha de São Paulo – 16/05/2007</b> .....	113
<b>Centrais: projeto é autoritário e ridículo CUT e Força Sindical reagem a controle de greve no setor público - Tatiana Farah – O Globo – O País – 16/05/2007</b> .....	114
<b>Caso Dorothy: fazendeiro é condenado a 30 anos - Cleo Soares* e Rafael Guedes* - O Globo – O País – 16/05/2007</b> .....	115
<b>Governo Federal e BID assinam acordo de empréstimo de R\$ 18 milhões para Regularização Fundiária – INCRA - 16/05/07</b> .....	116
<b>Trabalhadores rurais consideram condenação de Bida uma vitória para a reforma agrária – INCRA - 16/05/07</b> .....	117
<b>Trabalhadores rurais consideram condenação de Bida uma vitória para a reforma agrária MDS – 03/05/2007</b> .....	118
<b>Incra realiza seminário em Natal para avaliar reforma agrária – MDA – 16/05/2007</b> .....	119
<b>Maranhão, do MLST, comanda a invasão de sede do Incra em Recife – O Globo – O País – 16/05/2007</b> .....	119
<b>Condenação no Pará – Valor Econômico – Primeiro Caderno – Curtas – 16/05/2007</b> ...	120
<b>Invasões enfraquecem democracia, diz CNA – Estado de São Paulo – Nacional – 17/05/2007</b> .....	120
<b>Bispos pedem mais investigações - José Maria Mayrink – Estado de São Paulo – Nacional – 17/05/2007</b> .....	120
<b>Sem-terra foi morto por companheiros do MST - Letícia Lins – O Globo – O País – 17/05/2007</b> .....	121
<b>Programa garantirá acesso de agricultores às políticas públicas do Governo Federal – Sítio Eletrônico do MDA – 17/05/2007</b> .....	122
<b>Ministra conversa com trabalhadores rurais da Contag - Aida Feitosa – Sítio Eletrônico do MMA - 17/05/2007</b> .....	123
<b>Passeatas focam projetos florestais – Estado de São Paulo – Nacional – 18/05/2007</b> ...	124
<b>No Recife, MLST protesta contra saída de chefe do Incra - Angela Lacerda e Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 18/05/2007</b> .....	124

<b>Trabalhadores rurais criticam incentivo a biocombustíveis</b> – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 18/05/2007 .....	126
<b>CEARÁ: ÍNDIOS FAZEM CHEFE DA FUNAI REFÉM</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 18/05/2007 .....	126
<b>Cortador de cana morreu após 70 dias de trabalho</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2007 .....	127
<b>Pernambuco realiza mobilização pela revitalização do São Francisco</b> – Sítio Eletrônico do MMA - 17/05/2007.....	127
<b>Juiz pede prisão de líder do MST</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 19/05/2007 .....	130
<b>Seis meses depois, tribo ainda mantém pedágio na BR-230</b> - André Alves – estado de São Paulo – Nacional – 19/05/2007 .....	131
<b>Polícia vê lavradores em condição subumana em SP</b> – Jucimara de Pauda – Folha de São Paulo – Brasil – 19/05/2007 .....	132
<b>MST fura bloqueio e se aproxima de fazenda</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 20/05/2007 .....	133
<b>O poder do dinheiro e do revólver no Alto Xingu</b> - Fellipe Awi – O Globo – O País – 20/05/2007 .....	133
<b>'Aqui se mata barato, até por cachaça'</b> – Felipe Awii – O Globo – O País – 20/05/2007 .....	135
<b>Partilha de terras provoca polêmica</b> – Antônio Marinho e Paula Dias - O Globo – Rio – 21/05/2007 .....	136
Ministro recebe de parlamentares de Rondônia pedido de apoio a reflorestamento – Sítio Eletrônico do MDA – 21/05/2007 .....	137
<b>Pinhão atrevido</b> - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 22/05/2007	138
<b>Frente fará protesto contra política econômica</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 22/05/2007 .....	140
<b>Criação de reserva vira foco de conflito no PA</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 22/05/2007 .....	141
Ministro recebe de parlamentares de Rondônia pedido de apoio a reflorestamento – Sítio Eletrônico do MDA – 22/05/2007 .....	141
<b>Dimensão dos protestos foi demonstração de força, afirmam movimentos</b> - Verena Glass* - Carta Maior – 23/05/2007 .....	142
<b>Entidades fazem protesto contra reformas hoje</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo - Nacional – 23/05/2007 .....	145
<b>Justiça de SP dá sinal verde a assentamento</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 23/05/2007 .....	146
<b>Até 2010, Lula quer assentar 400 mil famílias</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 23/05/2007 .....	146
<b>Ruralistas conseguem vantagem em MP do PAC</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/05/2007 .....	147
<b>O Socialismo do Século XXI</b> - Boaventura de Sousa Santos – Carta Maior – 24/05/2007 .....	148
<b>Protesto contra reformas e política econômica atinge 16 Estados e DF</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 24/05/2007.....	150
<b>Usina é ocupada por 600 pessoas no Pará</b> - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 24/05/2007 .....	152

<b>Safra de cana atrai trabalho escravo em São Paulo</b> - Chico Siqueira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/05/2007.....	153
<b>Hidrelétrica é invadida e Lula envia o Exército</b> - Fellipe Awi, Mônica Tavares e Luiza Damé – O Globo – O País – 24/05/2007 .....	153
<b>No Rio, protesto do MST termina em prisões</b> - Dicler Simões e Aloysio Balbi – O Globo – O País – 24/05/2007 .....	155
<b>Em Pernambuco, MST fecha 7 rodovias</b> - Letícia Lins e Sueli Cotta – O Globo – O País – 24/05/2007 .....	156
<b>Meta do governo é assentar 120 mil famílias este ano</b> - Paulo de Tarso Lyra e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 24/05/2007.....	157
<b>MAB deixa Tucuruí após promessa de acordos com Eletronorte</b> - Verena Glass - Carta Maior – 25/05/2007 .....	158
<b>Ministra defende Estatuto e cota, e anuncia pacote para quilombola</b> - Jonas Valente - Carta Maior – 25/05/2007 .....	160
<b>Cercados, invasores decidem sair de Tucuruí</b> - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 25/05/2007 .....	161
<b>Movimento foi criado nos anos 80</b> - Clarissa Oliveira – Estado de São Paulo – Nacional – 25/05/2007 .....	162
<b>Escolha de aliados</b> – O Globo – Opinião – 25/05/2007.....	163
<b>Manifestantes desocupam hidrelétrica no Pará</b> - Fellipe Awi – O Globo – O País – 25/05/2007 .....	164
<b>Mobilização contra nada</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informação (editorial) – 26/05/2007 .....	165
<b>Credores da Boi Gordo brigam com o Incra</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 26/05/2007 .....	166
<b>Comunidade rural semeia a paz na Colômbia</b> - Tiago Carvalho – O Globo – O Mundo – 27/05/2007 .....	166
<b>A denúncia como missão</b> – O Globo – Mundo – 27/05/2007 .....	168
<b>Olhos do mundo são escudos</b> – O Globo – Mundo – 27/05/2007.....	169
<b>Governo adotou agenda que foi derrotada nas eleições, dizem movimentos sociais a Dulci</b> - Verena Glass - Carta Maior – 28/05/2007 .....	169
<b>Quem escreveu?</b> - Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 28/05/2007 .....	172
<b>Governo finaliza projeto de mineração em área indígena</b> - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Especial - 31/05/2007.....	174
<b>Parapanema paga R\$ 1,4 milhão para tribo no Amazonas</b> – Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Especial - 31/05/2007 .....	176
<b>Empresas vão estragar terra, diz líder ianomâmi</b> – Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Especial - 31/05/2007.....	177



**Para legalizar centrais, governo quer repassar 10% do imposto sindical – Vera rosa - - Estado de São Paulo – Nacional – 01/05/2007**

Divergência sobre financiamento adiou medida provisória, que hoje significaria R\$ 103 milhões a mais para entidades

Está pronta a medida provisória que vai legalizar as centrais sindicais e atender a uma das principais reivindicações de seus líderes: o acesso ao rateio do bolo do imposto sindical que, só no ano passado, arrecadou mais de R\$ 1 bilhão. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu que as centrais vão ficar com metade da fatia do imposto sindical destinada ao governo.

Ex-sindicalista, Lula pretendia anunciar a boa nova hoje, para marcar o Dia do Trabalho, mas as negociações emperraram na última hora e ele foi obrigado a adiar o envio da MP ao Congresso. Pelo rateio sugerido, metade do total de 20% que cabe ao governo na contribuição cobrada dos trabalhadores ficaria agora com as centrais.

O imposto sindical é compulsório e corresponde a um dia de serviço descontado do trabalhador, sindicalizado ou não, uma vez por ano, sempre no mês de março. Somente no ano passado, o Ministério do Trabalho contabilizou a entrada de exatos R\$ 1.030.808,279,52 referentes ao imposto pago por trabalhadores urbanos. Do total arrecadado, 60% vão para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações e 20% para o governo. Se a proposta já estivesse em vigor, as centrais abocanhariam hoje cerca de R\$ 103 milhões.

### **PARTILHA DISCUTÍVEL**

Tudo estava certo para o anúncio da medida provisória, mas a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) discordou do modelo de financiamento. Motivo: o governo queria que, na hora da partilha, os sindicatos indicassem para quais centrais, federações e confederações o dinheiro deveria ir. A NCST enxergou nesse adendo uma forma de discriminação embutida no pacote de bondades.

Em conversas reservadas, auxiliares de Lula dizem que seria, na prática, uma abertura de cofre seletiva, para torpedear o sindicalismo empoeirado, que só sobrevive à custa do dinheiro do imposto. “Não podemos legalizar as centrais de qualquer jeito”, disse o secretário de Relações do Trabalho, Luiz Antônio de Medeiros. “É preciso oxigenar o movimento sindical e dar soberania às bases.” Apesar da falta de consenso, o novo ministro do Trabalho, Carlos Lupi, determinou que Medeiros retome as negociações após o feriado.

“Temos a expectativa de fechar acordo ainda neste mês de maio”, insistiu Medeiros, que presidiu a Força Sindical. A Força e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) - as duas principais centrais do País - apoiaram a proposta, assim como os dirigentes da União Geral dos Trabalhadores (UGT), entidade que começará a funcionar oficialmente em julho.

“Nós achamos que, enquanto esse imposto não acaba, os sindicatos devem decidir para onde vão os recursos, escolhendo quais são as entidades que os representam”, afirmou o presidente da CUT, Artur Henrique. “O problema é que houve intransigência de uma parte do movimento sindical, que quer manter a velha estrutura da época de Getúlio Vargas, de olho no dinheiro do imposto. Para esse pessoal, os sindicatos não precisam nem prestar bons serviços nem ter sócios.”

No jogo político de bastidor, adversários do PT chegaram a acusar a CUT de não querer o acordo agora para não incensar Lupi, o ministro do PDT que substituiu o petista Luiz Marinho. “Isso é fofoca”, reagiu Artur Henrique. “Não interessa para nós quem vai sair na foto. O que interessa é que o governo Lula não passe mais quatro anos sem reconhecer as centrais.” O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força, disse ainda ter esperança na aprovação de uma MP conferindo estatuto jurídico às entidades. “Não podemos ficar a vida inteira nessa situação. No Brasil, as centrais só têm registro em cartório. São uma espécie de ONG”, reclamou.

Faz um ano que Lula enviou MP ao Congresso reconhecendo as centrais. “(...) Não se justifica o receio de que elas possam concorrer com os sindicatos ou comprometer suas prerrogativas de negociação coletiva”, dizia o texto. A Câmara, porém, rejeitou a medida. Não é só: até hoje, a reforma sindical está empacada no Congresso e às vésperas de um ano eleitoral o governo nem planeja mais propor mudanças na lei trabalhista.

**Rearranjo de forças faz surgirem novas entidades** – Roldão Arruda - Estado de São Paulo – Nacional – 01/05/2007

Sindicalismo vive momento de indefinição, pressionado por mudança econômica e aproximação com o governo

No segundo mandato do ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, o movimento sindical atravessa fase de transição, marcada por indefinições. Entre as centrais sindicais ocorre um rearranjo de forças, cujo sinal mais evidente é o surgimento de novas organizações.

Deve ser lançada em julho a União Geral dos Trabalhadores (UGT), fusão de três entidades menores - Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Social Democracia Sindical (SDS) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT). Também integrará essa nova organização uma significativa dissidência da Força Sindical, hoje a segunda maior central.

Antes disso, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior delas, também tinha enfrentado dissidências. De uma delas resultou a Coordenação Nacional de Lutas (Comlutas), próxima do PSTU; e de outra, a Intersindical, que ainda não se desligou oficialmente da CUT, mas está em vias de fazê-lo.

CUT e Força exibem sinais de aproximação. É o que observa a professora e pesquisadora Andréia Galvão, do Departamento de Ciência Política da Unicamp. “Há uma atenuação das diferenças entre as duas centrais”, avalia.

Desde sua origem, no governo de Fernando Collor, a Força sempre esteve mais próxima do governo, enquanto a CUT, ligada ao PT, situava-se na oposição. Com a ascensão de Lula, que ajudou a fundar o PT e a CUT, as coisas se modificaram: na antiga central oposicionista o que se nota hoje são dificuldades para manter sua independência, segundo Andréia Galvão. “Muitos militantes cutistas estiveram ou estão no governo. Isso tem provocado divisões internas acentuadas entre os que defendem essa proximidade e os que a condenam.”

A aproximação aparece, por exemplo, com a indicação de Luiz Antonio de Medeiros, ex-presidente da Força, para cargo no Ministério do Trabalho, quando dirigido por Luiz Marinho, ex-presidente da CUT.

O cientista político Marco Aurélio Santana, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também observa uma tentativa de aproximação entre CUT e Força. “Conjunturalmente, elas já experimentaram momentos de aproximação no passado. Agora, como todas as entidades enfrentam problemas, tentam juntar esforços mesmo em áreas onde antes não conseguiam.” Os problemas aos quais Santana se refere estão relacionados a mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas nos 90 - da reorganização das empresas, com o enxugamento de empregos, à derrocada do socialismo como paradigma. Isso resultou no esvaziamento dos sindicatos.

“Quando Lula assumiu, em 2003, o movimento sindical estava em frangalhos. Tinha perdido a pujança dos anos 80”, recorda. Hoje, segundo o cientista político, os sindicatos repensam suas práticas diante da nova realidade. “Há sinais de que podem sair da crise, com mudanças na organização, inclusão de novas demandas, reforço nas políticas culturais, atração de setores da juventude, fusões de sindicatos”, diz.

É um momento de impasse, acredita Santana. “Que projeto vai sair disso, um sindicato mais cidadão e menos classista? Essa perspectiva aparece no centro da polêmica”, analisa. “Há setores que acham que isso leva à perda da perspectiva de classe. Em lugar de querer transformar a sociedade, agora querem reformar o capitalismo.”

O sociólogo Clemente Gans Lúcio, diretor-técnico do Dieese, mais tradicional assessoria sindical do País, também acredita que o sindicalismo enfrenta transição. “A eleição de Lula aumentou a responsabilidade política e social do movimento sindical frente aos anseios da sociedade. Hoje o principal desafio é o de ser mais propositivo”, acredita Lúcio.

Na visão dele, o governo tem chamados os diferentes atores da cena política, como trabalhadores e empresários, para negociar questões mais amplas - a exemplo de uma agenda para o desenvolvimento.

**MST faz 81 invasões no 'abril vermelho'** – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 01/05/2007

Número de ações é quase o triplo do registrado em 2006, ano de eleição

O “abril vermelho” do Movimento dos Sem-Terra (MST) fez 81 invasões de fazendas em todo o Brasil para cobrar a reforma agrária do governo Lula. Ao contrário do ano passado, quando o movimento pisou no freio para não prejudicar a campanha do candidato do PT à reeleição, este ano houve intensa mobilização em 21 Estados.

As ações se comparam às de 2004, quando o líder nacional João Pedro Stedile prometeu “infernizar” o governo Lula, desencadeando uma onda de invasões por todo o Brasil. Na época, Stedile cunhou a expressão “abril vermelho”, numa referência à cor predominante na bandeira do MST. Segundo dados da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que monitora os conflitos no campo desde 1997, em abril de 2004 o MST ocupou 89 fazendas.

Neste ano, o total de invasões é quase o dobro de 2005 - quando o mês de abril teve 44 ocupações de fazendas - e mais que o triplo do ano passado, quando foram apenas 28.

No levantamento das ações de abril de 2007, feito pelo Estado, não foram incluídas as ocupações de prédios públicos, bancos e praças de pedágio, que também ocorreram. O MST invadiu 17 prédios governamentais, inclusive agências bancárias oficiais, e ocupou 25 praças de pedágio no Paraná. Também promoveu marchas e o fechamento de rodovias. Nas ações, foram mobilizados aproximadamente 22 mil militantes - só a marcha para Salvador reuniu 5 mil participantes. Em São Paulo e Pernambuco aconteceram mais invasões - 19 em cada um.

A mobilização neste mês tem sua origem no massacre de Eldorado dos Carajás (PA), onde 19 sem-terra foram mortos por policiais militares em 17 de abril de 1996, mas era menos intensa no governo anterior. Em abril de 2002, último ano da administração de Fernando Henrique Cardoso, o MST protagonizou 44 invasões. Em 2001, tinham sido apenas 9.

A coordenadora nacional do MST Marina dos Santos disse que a mobilização cumpriu o papel de exigir do governo a aceleração do processo da reforma agrária. As ações, defende, não significam rompimento com o governo Lula. “Nunca foi intenção romper com o governo, com o qual temos buscado o diálogo, sem perder a posição crítica e independente. Vamos debater, negociar e continuar exigindo a reforma agrária.”

## **DEBATE AMPLIADO**

Para a líder do MST, a jornada de lutas do “abril vermelho” não se limitou à questão fundiária. “Conseguimos, com o apoio de outros setores da sociedade, trazer para o debate a questão da privatização das águas, por exemplo, que no nosso ponto de vista só traz

benefícios para as transnacionais.” Ela se referiu à invasão do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica do Estreito, no Maranhão, junto com outros movimentos, para apontar os impactos sociais e ambientais da obra.

Também foi invadida uma área do Exército em Papanduva (SC). “Nosso protesto foi porque parte das terras estavam arrendadas para plantio de cana.” O MST ocupou ainda a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais.

Além de cobrar justiça no caso das mortes de Eldorado dos Carajás, a mobilização de abril visou a criticar o modelo de desenvolvimento previsto para o País, com a valorização do agronegócio e da monocultura em detrimento da agricultura familiar, segundo a coordenadora. “A luta pela reforma agrária compreende também um amplo enfrentamento a esse modelo de agronegócio que está aí.” Durante várias invasões, os sem-terra destruíram canaviais e botaram abaixo pés de eucalipto. “Não somos contra o plantio da cana-de-açúcar, que está na base da alimentação de muitos de nós, mas não concordamos que a cana, a soja e o eucalipto para exportação substituam a produção de alimentos.”

De acordo com Marina, durante o resto do ano o MST pretende reforçar as parcerias com outros movimentos sociais e vai se aproximar dos sindicatos. “Queremos ampliar nossas relações com trabalhadores de outros setores, especialmente da área sindical.” Ela disse que, em maio, estão previstas várias ações conjuntas com centrais sindicais - hoje, em São Paulo, o movimento participará das manifestações pelo Dia do Trabalho na Praça da Sé.

**Líder promete nova onda de ocupações** – Estado de São Paulo – Nacional – 01/05/2007

Sem-terra afirma que ações pelo Brasil vão recomeçar no dia 23

O Movimento dos Sem-Terra (MST) promete desencadear nova onda de invasões e protestos a partir do dia 23 deste mês, anunciou ontem Valmir Rodrigues Chaves, da direção nacional do movimento. A ação será conjunta com movimentos sociais urbanos e centrais sindicais. Entre os alvos estão a política econômica do governo Lula voltada para o agronegócio exportador e propostas de mudanças na legislação trabalhista.

“Vamos dar uma trégua, agora, para o nosso pessoal descansar e se organizar”, anunciou Chaves. “Depois, vamos para o segundo turno.” O líder disse que o “abril vermelho” em São Paulo foi fechado com “chave de ouro” com a invasão no domingo da Fazenda Ipezal (em Sandovalina, no Pontal), do presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia. A ocupação foi a quarta feita no mês de abril pelos sem-terra no Pontal.

O líder dos sem-terra criticou o governo de São Paulo por ter recebido os representantes da UDR. “Os sem-terra não foram recebidos, mas pouco adianta falar com secretário e ministro. Queremos conversar com o governador e o presidente, pois são eles que resolvem.” De acordo com Chaves, no Pontal, a cana entra nas fazendas como um “rolo compressor”. “São os heróis do Lula, mas e o pequeno agricultor, como fica?”

### ‘CONDESCENDÊNCIA’

Por outro lado, o presidente da UDR disse ontem que os produtores rurais já estão cansados do “abril vermelho”. “Agora, todo ano tem abril vermelho, maio vermelho. Isso já cansou.” Nabhan atribuiu as invasões à conivência da gestão Lula com o MST. “Há uma afinidade ideológica, uma condescendência que pega mal para o presidente. Como para eles a lei não vale, criou-se uma situação de impunidade.”

As invasões já resultaram numa intensificação das vistorias em fazendas para verificação das condições trabalhistas e de produtividade, o que mostra que o governo cedeu à pressão, disse Nabhan. “O fiscal vai até a fazenda, vê alguma coisa irregular e, ao invés de corrigir, relata que tem trabalho escravo. Estão acontecendo muitas desapropriações injustas”, acusou o presidente da UDR.

“Isso só vai ter fim quando o presidente Lula extinguir o Ministério da Reforma Agrária e subordinar o Incra ao Ministério da Agricultura”, defendeu.

**Mudanças que assustam os sindicatos** –Jorge J. Okubaro - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/05/2007

Hoje é dia em que, em boa parte do mundo, os trabalhadores comemoram suas conquistas históricas e seus líderes, sob aplausos dos companheiros, fazem promessas de novos ganhos. São justificáveis e compreensíveis, por isso, as festas que as centrais sindicais e os sindicatos realizam em São Paulo e em outras partes.

No entanto, ganhariam muito mais os trabalhadores brasileiros, sindicalizados ou não, empregados ou não, com carteira assinada ou não, se, mesmo concentrando seus esforços na organização de festas, os dirigentes sindicais dedicassem mais de seu tempo e de suas reflexões a um tema que assombra os mais conscientes e repugna a maioria deles: as rápidas mudanças no mundo do trabalho.

Por tudo o que se ouviu até agora dele, pouco se pode esperar do novo ministro do Trabalho, o pedetista Carlos Lupi. Mais do que a maioria de seus companheiros de partido, entre os quais importantes políticos e dirigentes sindicais de São Paulo, Lupi mostra-se aferrado a idéias antigas que lhe produzem uma espécie de paralisia mental, tornando-o incapaz de entender as transformações que ocorrem à sua frente.

Por ser criação de Getúlio Vargas - da época do Estado Novo, ressalve-se -, inspiração e símbolo do PDT do ministro, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não pode ser mexida na sua essência, diz Lupi. Direitos do trabalhador não podem ser cortados, argumenta, com veemência. E mudanças na CLT sempre são planejadas para cortar direitos, completa.

Nem se pense, por isso, em qualquer tipo de reforma trabalhista, pelo menos enquanto ele estiver no cargo. Por comodismo, oportunismo ou simples ignorância, a maioria dos líderes sindicais pensa como Lupi.

Uma pena, e uma perda de oportunidade que pode ter custos - para as empresas, como pensam os sindicalistas, mas sobretudo para o trabalhador.

Para alguns sindicalistas, as transformações nas relações de trabalho são efeitos da globalização. E contra elas se deve lutar, para pelo menos contê-las, se não for possível eliminá-las. É uma atitude ingênua, quando não demagógica. Goste-se ou não delas, as mudanças são um dado da realidade.

Elas estão aí, diante do nosso nariz, espalhadas no mercado de trabalho. Estimuladas pela busca frenética de produtividade e redução de custos, a terceirização, a contratação por tempo determinado e à margem das garantias estabelecidas na CLT, a admissão e a demissão sem a observância das normas trabalhistas, mas aceitas livremente pelas partes, apontam para a perda da importância dos contratos tradicionais. Se a essas novas formas de contratação de mão-de-obra se somar o emprego informal, se terá uma noção mais precisa da ineficácia crescente das velhas regras.

Mesmo assim, os sindicatos não aceitam discutir nenhuma forma nova de contratação e tentam, pelos meios de que dispõem - até com a imposição de sacrifícios a outros trabalhadores, como ocorreu com a recente paralisação do Metrô e dos ônibus em São Paulo -, impedir que as mudanças sejam legalizadas.

Quem conheceu a atividade sindical até há alguns anos tem boa idéia da perda da importância do sindicato na vida do trabalhador. Mas esse fenômeno não ocorreu por acaso. Diante de um mundo em rápida mudança, as discussões dos acordos coletivos tornaram-se burocráticas, limitando-se à fixação do índice de reajuste que será aplicado aos salários da categoria profissional - e, com a queda da inflação, caiu a relevância do índice de reajuste - e a um ou outro item social.

Se abandonassem a atitude cômoda de lastrear sua atuação e sua argumentação na CLT e buscassem entender as mudanças nas relações trabalhistas e descobrir meios mais eficazes para reduzir a informalidade que divide os trabalhadores brasileiros em duas categorias, os líderes sindicais ajudariam muito mais seus companheiros e suas bases.

Poderiam contribuir para estabelecer, por meio de negociações, regras que reduzam a selvageria que tem marcado muitas das mudanças nas relações do trabalho, e para as quais até agora vêm mostrando uma injustificável cegueira. Mas eles fogem das reformas trabalhistas como se foge do demônio.

Limitar-se a criticar a globalização e a voracidade dos empregadores, como muitos sindicalistas estarão fazendo neste 1º de maio, é aceitar que o trabalhador seja o grande perdedor das inexoráveis transformações do mundo do trabalho.

**\*Jorge J. Okubaro, jornalista, é autor de O Súdito (Banzai, Massateru!) E-mail: [jorge.okubaro@grupoestado.com.br](mailto:jorge.okubaro@grupoestado.com.br)**

## TENDÊNCIAS/DEBATES

**O Brasil e o mundo no 1º de Maio** – Paulo Pereira da Silva – Folha de São Paulo – Tendências e Debates -01/05/2007

COMO FAZ todos os anos, a Força Sindical vai realizar eventos de 1º de Maio nos Estados de São Paulo, Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e em diversas cidades do interior paulista. Em São Paulo, o Dia do Trabalhador irá acontecer na praça Campo de Bagatelle. Os eventos terão muita diversão, mas também será para refletir sobre o mundo do trabalho e, desta vez, até sobre o futuro da humanidade em nosso frágil planeta, agora ameaçado pelo aquecimento global. No Brasil, queremos mais empregos, salários justos, juros menores, menos impostos -para que todos possam pagar-, regras claras nas parcerias com o setor privado, educação de qualidade para nossos filhos e a legalização das centrais sindicais. No Brasil e no mundo, precisamos conter a emissão de gases para que o clima não piore mais do que piorou, ameaçando nossa própria existência.

O lema de nossa grande festa neste ano é "Os trabalhadores em defesa do planeta", e com ele pretendemos conscientizar a sociedade para a questão ambiental. O tema visa alertar os governantes e cobrar deles medidas de impacto contra a degradação do ambiente e da qualidade de vida. Cada trabalhador-cidadão precisa estar consciente dos problemas e de seus reflexos no dia-a-dia.

Vamos debater também melhorias nas condições de trabalho e a busca harmoniosa entre o progresso e o ambiente, como o uso dos recursos ambientais de forma consciente e racional. Sabemos que a questão da saúde e da segurança do trabalhador está intrinsicamente ligada ao seu ambiente. Nesta crise ambiental, vale ressaltar que quem agride a natureza na verdade agride o próprio ser humano.

Outras questões que envolvem o mundo do trabalho também serão discutidas. Recentemente, o governo federal vetou a aprovação da chamada emenda 3 da Super-Receita. Desde então, as entidades sindicais não pouparam esforços para manter este veto no Congresso Nacional.

Esta emenda é nefasta para os trabalhadores. Ela pretende esterilizar a capacidade dos órgãos federais de reprimir prontamente contratos que ludibriam a legislação trabalhista. Ela é tão surreal que chega ao absurdo de proibir o fiscal de fiscalizar. Com tal mecanismo, os trabalhadores ficarão desprotegidos e passarão a emitir notas fiscais para



receber salários. Em pouco tempo, a carteira de trabalho passará a ser peça de museu. Esta emenda é carregada de simbolismo, já que é uma reforma trabalhista disfarçada. A emenda dá conforto a fraudes deliberadas e vai retirar direitos adquiridos dos trabalhadores, como férias, 13º salário, auxílio-desemprego e as licenças maternidade e paternidade. Não podemos nos calar diante desse absurdo. Estamos alertando a sociedade e contamos com a sensibilidade social dos parlamentares para evitar tal retrocesso.

A legalização das centrais sindicais também estará na pauta do dia. O que se pretende é corrigir uma grande distorção da legislação sindical. As centrais existem, de fato, como associações civis, negociam com os empregadores e com o governo, são filiadas a entidades internacionais e participam de conselhos governamentais, mas não são reconhecidas de direito, ou seja, não fazem parte, juridicamente, do sistema sindical. Com o reconhecimento das centrais, pretende-se fortalecer o sindicalismo brasileiro. Seus atos terão força não apenas política, como acontece hoje, mas também força jurídica. Outra reivindicação é a legalização do sindicato nacional dos aposentados.

Vamos também debater a questão do desemprego no país. Sabemos que a criação de novos postos de trabalho está ligada ao crescimento econômico. Mas como gerar novos postos de trabalho se estamos tendo um crescimento pífio? Alguém se lembra da divulgação do último PIB? Crescemos 3,7% em 2006. Um dado interessante: apenas para absorver a mão-de-obra que ingressa todo ano no mercado de trabalho, precisamos crescer 5%.

O sistema tributário brasileiro, verdadeiro Frankenstein, alia-se aos juros altos para envenenar a economia e minar nossa capacidade de crescer. Por isso, o sistema precisa ser reformado. E os juros, como sempre defendemos, há mais de dez anos, baixar, pois a inflação já está sob controle e as altas taxas não se justificam mais. E há o inferno do spread bancário, que hoje é elevadíssimo. É preciso repensar este modelo.

O governo do presidente Lula afirma que agora a coisa vai -que vamos crescer. A intenção é boa, mas ainda falta muito. Com menos impostos e menos juros, assentam-se as bases do crescimento. Acreditamos no Brasil. Muito está sendo feito pelo atual governo, mas é preciso mais ousadia para alcançarmos desenvolvimento econômico com justiça social.

PAULO PEREIRA DA SILVA , o Paulinho, 51, é presidente nacional da Força Sindical e deputado federal (PDT-SP)

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. [debates@uol.com.br](mailto:debates@uol.com.br)

**MST leva mais 60 militantes a invasão em SP** – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2007

#### COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM PRESIDENTE PRUDENTE

Militantes do MST aumentaram ontem a invasão da fazenda Ipezal, em Sandovalina, no Pontal do Paranapanema (SP), onde já havia 150 pessoas. A área, invadida no domingo, pertence ao presidente nacional da União Democrática Ruralista, Luiz Antônio Nabhan Garcia. "Só hoje [ontem] levamos mais 60 pessoas de outros acampamentos", disse Valmir Chavez, da direção estadual do MST.

**População não-índia ignora ultimato e fica em reserva** – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2007

Produtores de arroz e parte da população não-índia que vivem no interior da terra indígena Raposa/Serra do Sol (área de 1,7 milhão de hectares em Roraima) não deixaram o local ontem, quando se encerrou o prazo dado pela Funai para que saíssem da área. A Funai (Fundação Nacional do Índio) notificou em março os arroteiros e não-índios para que deixassem o local até 30 de abril e recebessem as indenizações a que têm direito e que já foram ajuizadas. Conforme dados da Funai, até março existiam cerca de 60 ocupantes não-índios dentro da terra indígena. O número de arroteiros, estimado pelo órgão, gira em torno de cinco, que detêm oito fazendas na área.

Segundo uma das lideranças dos arroteiros, Paulo César Quartiero, eles não estão preocupados em ser retirados da terra indígena, e sim em fazer a colheita do arroz plantado. A Funai, por meio de sua assessoria de imprensa, disse que, com o descumprimento do prazo, "irá adotar as medidas necessárias" para completar a retirada.

**Com mais vagas formais, cresce sindicalização** – Fátima Fernandes – Folhas de São Paulo – Dinheiro – 01/05/2007

O aumento do emprego formal e a busca dos sindicatos pela representatividade dos trabalhadores, exigência prevista na reforma sindical, resultaram na expansão do número sindicalizados no Brasil.

Em 2005, 18,35% das pessoas ocupadas eram sindicalizadas. Esse percentual cresce desde 2001, quando a taxa era de 16,73%, mas ainda está longe da participação alcançada em 1989, de 28%, segundo dados disponíveis das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE.

Marcio Pochmann, economista da Unicamp, diz que a taxa de sindicalização subiu devido a dois movimentos. No setor rural, está relacionada com o Pronaf (Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), no qual a participação dos sindicatos é definitiva para ter acesso ao crédito rural. "No setor urbano, o que puxa a sindicalização é a recuperação do emprego com carteira assinada, especialmente nas grandes empresas. Há também a constituição de novos sindicatos no setor de serviços."

Os sindicatos passaram por uma crise de financiamento e de importância nos anos 90. Com o desemprego, a taxa de sindicalização diminuiu, assim como o poder de negociação dos sindicatos. O mais importante era manter o emprego do trabalhador do que lutar por reajustes salariais e outros benefícios. "Houve, nesse período, descolamento dos dirigentes dos sindicatos em relação aos trabalhadores, situação que começa a mudar. Se o PAC for para valer, vai aumentar a taxa de sindicalização, que também pode ser puxada com a Lei Geral de Micro e Pequena Empresa, que objetiva a formalização das empresas. A possibilidade de formalização dá a base necessária para a sindicalização."

### **Taxas**

De 1995 a 1999, diz Pochmann, houve queda na sindicalização. Em 1999, a taxa nacional foi 0,6% menor que a do ano de 1995 -1998 foi o pior momento da associação dos trabalhadores ocupados com suas entidades oficiais de representação. "O contexto da sindicalização foi tão grave que, para o aumento de somente 2,8 milhões de novos ocupados entre 1995 e 1999, houve o adicional de 227,4 mil novos sindicalizados. Ou seja, só 8 a cada 100 trabalhadores que eram ocupados terminaram se sindicalizando." De 1999 a 2005, já houve alta na taxa nacional de sindicalização. Em 2005, a taxa nacional de sindicalização foi 14,3% superior à de 1999. "Nesse período, o ambiente da sindicalização não se mostrou tão desfavorável como o anterior, uma vez que houve a expansão de 13,7 milhões de novos ocupados acompanhada do adicional de 4,2 milhões de novos sindicalizados. Em síntese, a cada 100 trabalhadores que encontraram uma ocupação, 31 terminaram se sindicalizando."

### **Visibilidade**

Para Clemente Ganz, economista do Dieese, com a melhora do mercado de trabalho, os sindicatos voltam a ter sócios e as negociações salariais voltam a ter importância. "O sindicato passa a ter mais visibilidade junto às bases", afirma.

Além disso, diz ele, a discussão sobre a reforma sindical trouxe grande debate com o meio sindical. "A representatividade é elemento importante na força que sindicatos terão."

O diretor-técnico do Dieese diz que os sindicatos voltaram a ter mais poder de fogo nas negociações salariais com a economia estabilizada. Em 2006, os trabalhadores obtiveram aumento real acima da inflação em 86% das negociações salariais realizadas - melhor resultado nos últimos 11 anos.

"Os sindicatos estão fazendo trabalho mais cuidadoso na filiação, porque sabem que em algum momento haverá mudança na estrutura sindical, o que é bom. Só o fato de o sindicalista estar preocupado com representatividade traz um ganho de qualidade para o movimento sindical."

**Ocupação de terras e protestos marcam Dia do Trabalho em Pernambuco –**  
Globo on Line – 01/05/2007

RECIFE - A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pernambuco (Fetraf-PE) decidiu lembrar o Dia do Trabalhador promovendo ocupações de propriedades rurais nas regiões do Sertão, Zona da Mata e Agreste do estado. A estimativa é que 800 famílias participem das ocupações de fazendas e engenhos nesta terça-feira.

Segundo o coordenador da entidade, João Santos, a ação é uma forma de chamar a atenção sobre a importância de agilizar o processo de reforma agrária. Ele diz que, por não ter terra para trabalhar, milhares de famílias de agricultores estão vivendo precariamente em periferias das cidades, o que acaba contribuindo para o desequilíbrio socioeconômico do país.

- Nossa intenção é denunciar que a morosidade na distribuição de terras vem prejudicando o desenvolvimento da agricultura familiar e penalizando a classe trabalhadora - afirmou.

No município de Camocim de São Félix, no Agreste, a Fetraf pretende reunir cinco mil agricultores familiares na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, onde será realizado um ato público, seguido de um bingo com sorteio de diversos prêmios. Na capital pernambucana, a prefeitura do Recife programou um concerto ao ar livre da orquestra sinfônica da cidade. No repertório, selecionado pelo maestro Osman Gióia, obras clássicas e populares da música internacional e brasileira.

Pela primeira vez, a sinfônica vai executar o hino da Internacional Socialista, com arranjo do maestro Clóvis Pereira. A canção, que tem letra original em francês, tornou-se o hino do socialismo internacional revolucionário.

As centrais sindicais do estado anteciparam para esta segunda-feira as mobilizações pelo 1º de maio, realizando passeatas pelas ruas do centro do Recife para protestar contra a aprovação da Emenda 3 no Congresso Nacional. A medida limita a atuação dos auditores fiscais do trabalho.

- É uma proposta que tira o poder dos auditores de autuar empresas que estejam cometendo irregularidades, como o não pagamento do 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e outros direitos. É fundamental que essa emenda seja derrubada, caso permaneça, os espaços ficarão livres para empresas que querem explorar os trabalhadores - disse o presidente regional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Goiana.

Além da CUT, participaram do movimento a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores.

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

**Sem Terra é assassinado em emboscada no Pará** – Sítio Eletrônico do MST -  
02/05/2007

O trabalhador rural Antonio Santos do Carmo, de 60 anos, foi assassinado na Fazenda São Felipe em operação de pistoleiros para expulsar os sem-terra da área de 12 mil hectares no município de Irituia, a 140 quilômetros de Belém, no Pará.

O acampamento formado por 320 famílias do MST foi invadido por um grileiro conhecido como Zé Anísio, que comandou o grupo de 50 pistoleiros, integrado por soldados da Polícia Militar da cidade, na manhã desta quarta-feira (02/05).

Carmo foi morto com tiros no peito e na garganta. Mais sete trabalhadores rurais ficaram feridos na emboscada. Os feridos foram levados pela polícia local. Até agora, as famílias não foram informadas sobre o hospital para onde foram levados.

Em protesto contra a violência, as demais famílias ocuparam a rodovia que liga Belém a Brasília, em frente à fazenda ocupada.

A área foi ocupada pelos Sem Terra em janeiro e, desde então, os trabalhadores rurais recebem ameaças de jagunços, policiais militares e do grileiro da fazenda.

A fazenda São Felipe é parte de um complexo de terras públicas, de acordo com vistoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), realizada cinco anos atrás.

Até agora, não avançou o processo de retomada das terras, que devem ser destinadas à Reforma Agrária, de acordo com a Constituição Federal. A lentidão, segundo nota do MST-PA, se deve à “omissão do INCRA e do governo federal”.

“Exigimos do governo do estado a imediata prisão dos responsáveis e do grileiro Zé Anísio. Queremos a punição dos militares envolvidos nesse tipo de acontecimento e também a imediata criação do projeto de assentamento na área”, diz nota do MST-PA.

**Famílias são ameaçadas em assentamento no Espírito Santo** – Sítio Eletrônico  
do MST – 02/05/2007

Na manhã de ontem, 1º de maio, as 98 famílias do assentamento Otaviano Rodrigues de Carvalho, localizado no município de Ponto Belo, extremo norte do ES, por decisão tirada em assembléia, confinaram o gado do senhor Neiton Ferreira, genro da matriarca proprietária da fazenda Ypiranga, Almira Queiroz. A ação foi uma resposta a destruição das lavouras dos assentados.

Por ordem de Neiton, o vaqueiro da fazenda soltou o gado sobre as lavouras dos assentados, destruindo a principal forma de sobrevivência dos moradores. Os assentados

também vêm sofrendo constantes ameaças de morte pelos proprietários da fazenda. Embora denunciem essas ameaças à polícia do município, nada é feito e as famílias continuam sendo ameaçadas.

Há seis anos ocorrem conflitos com os proprietários da fazenda Ypiranga. As famílias já tiveram suas barracas de lona queimadas e também já foram ameaçadas com disparos de armas de fogo. O Movimento de Direitos Humanos do Espírito Santo acompanha o caso e já intercedeu diversas vezes pelas famílias, inclusive em audiência junto à Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República.

A fazenda Ypiranga foi desapropriada em 2001 para fins de Reforma Agrária e o assentamento Otaviano Rodrigues de Carvalho foi criado em 2002. As famílias dividiram a propriedade em lotes e já têm sua própria plantação. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), inclusive, já fez o repasse de crédito para a instalação das famílias no local.

Após o ato de imissão de posse, entretanto, o proprietário da fazenda recorreu à Justiça e conseguiu a anulação do decreto presidencial que desapropriava a área. A Justiça, então, sugeriu que fosse feita a compra direta da área pelo Incra ao invés de desapropriação, o que não foi aceito. As famílias Sem Terra, no entanto, por entendimento judicial, permaneceram na área. Até hoje o processo continua tramitando na Justiça e permanecem morando no local tanto as famílias assentadas quanto a proprietária da fazenda.

O MST ressalta que o assentamento já foi criado pelo Incra; mas que não foi resolvida a questão da desapropriação da área. Atualmente, as famílias aguardam a decisão do Tribunal Federal no Rio de Janeiro, que irá determinar ou não que o Incra efetue a compra da área. Enquanto a situação judicial não é resolvida, as famílias Sem Terra, que já vivem há seis anos na área, sofrem com a perseguição praticada por parte da família do fazendeiro.

Em nota pública divulgada ontem, o MST faz um alerta as autoridades sobre as constantes ameaças feitas pelos proprietários da Fazenda Ypiranga, que colocam em risco a vida das 98 famílias do assentamento, e também exige rapidez nos processos judiciais para que o caso seja solucionado, a fim que de as famílias Sem Terra possam viver e produzir tranquilamente na terra.

#### **Agenda dos sindicatos retrocede no governo Lula – Valor Econômico – Opinião -02/05/2007**

Nunca, desde a redemocratização, as comemorações do 1º de Maio foram tão governistas. As principais centrais sindicais do país, a Central Única dos Trabalhadores, e a Força Sindical, encontraram afinal um denominador comum - seus representantes ocupam postos no aparelho de Estado e integram a vasta coalizão montada para dar suporte político ao segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um ex-metalúrgico.

Seria natural que as tradicionais bandeiras do sindicalismo se descorassem um pouco diante da coleção de números positivos da economia e da melhoria das condições de salários e empregos nos últimos três anos. Como mostrou o Valor (1º de Maio), os empregos com carteira assinada crescem há 36 meses consecutivos e recompor os salários acima da inflação não exige mais tanto esforço quanto antes - 85,7% das categorias tiveram reajustes acima do INPC. Já o salário mínimo teve um ganho real de 28,2% em cinco anos.

Mas a ascensão de Lula ao cargo máximo da República parece ter estancado, e até provocado uma involução, no processo, já bem adiantado, de independência dos sindicatos em relação ao Estado. As centrais sindicais, especialmente a CUT, que surgiram após uma batalha persistente e ferrenha contra os pelegos incrustados nas entidades sindicais - federações, confederações e sindicatos - conquistaram uma legitimidade de fato como nunca antes tiveram desde 1930. Da mesma forma, porém, como o PT se adequou sem falsos pudores, e mesmo escrúpulos, aos vícios da política tradicional, a CUT e a Força se sentem hoje comodamente instaladas no edifício sindical construído por Vargas, que haviam prometido solenemente demolir. Não se trata, apenas, de uma questão ideológica. Ela tem custos para os trabalhadores e para as empresas, e ajudam a perpetuar relações de trabalho arcaicas.

As confederações (nacionais) e as federações (estaduais) são hoje um inútil e custoso anacronismo. Elas existem para consumir 20% do imposto sindical obrigatório, correspondente a um dia de trabalho de todos os empregados do país - os sindicatos recebem 60% e o Ministério do Trabalho, outros 20%. O imposto sindical, uma excrescência, arrecadou mais de R\$ 1 bilhão no ano passado e, por incrível que pareça, o presidente Lula, que sentiu na pele a força que o dinheiro propiciava aos pelegos que a ele se opunham no movimento sindical, teria preparado uma Medida Provisória para ceder aos sindicatos metade da fatia do tributo que vai para o governo ("O Estado de S. Paulo, 1º de maio). E pretendia anunciar isto no 1º de Maio. Como sempre em que há dinheiro fácil sobre a mesa, houve divergências sobre a repartição das verbas e a medida não saiu.

Por palavras, pensamentos e atos, a intenção de banir o imposto sindical foi arquivada pelos dirigentes das centrais sindicais. Elas não apenas se acomodaram à vida mansa da arrecadação estatal e à manutenção do status quo, como passaram a usar de artimanhas pouco honestas para complementar a renda dos sindicatos, como salgadas taxas de negociação de dissídios, cobradas de todo trabalhador, sindicalizado ou não. A uma estrutura pesada, arcaica ou ineficiente, corresponderam ao mesmo tempo a busca por receitas extras dos empregados e o fim dos discursos indignados contra o imposto criado por Vargas, para enfeitar poses de independência. Quanto à sindicalização propriamente dita, declinou bastante nos centros urbanos, mas não trouxe angústia aos líderes sindicais, que recebem o fruto do pedágio estatal sobre o trabalho de todos.

As centrais sindicais juntaram-se agora ao governo Lula na má vontade com as reformas. A reforma sindical estava mais adiantada de todas, mas não prosperou e foi arquivada, pois poria fim à acomodação das centrais sindicais, patronais inclusive. As fontes de receita oficial secariam, haveria mais independência das entidades e, algo também já esquecido por elas, vigoraria a pluralidade sindical - ou seja, a competição entre sindicatos na mesma base territorial. Estaria aberto o caminho para convenções coletivas nacionais ou regionais, respeitando a diversidade das condições das empresas, e acordos salariais plurianuais. É inacreditável, mas a agenda das centrais sindicais retrocedeu quando o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder.

**Para Força Sindical, divergência sobre MP levou à ausência de Lula no 1º de maio** - Cristiane Agostine, Raquel Salgado e Thiago Vitale Jayme – Valor Econômico – Políticas - 02/05/2007

As divergências sobre a Medida Provisória que legaliza as centrais sindicais ficaram patentes nas comemorações do 1º de Maio ontem. "O presidente Lula está com a MP pronta, mas só irá assiná-la desde que haja um acordo entre as centrais", disse o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, no evento promovido pela Força Sindical.

Hoje as centrais não participam da divisão do imposto sindical, equivalente a um dia de trabalho de todos os contratados com carteira assinada, porque não estão legalizadas. Com a proposta, elas receberão metade da cota do governo (10%) dos recursos arrecadados com o imposto sindical. As centrais divergem sobre o repasse desses recursos que hoje são rateados entre governo, sindicatos, federações e confederações.

O presidente da Força Sindical e deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) atribuiu ao impasse a ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no 1º de Maio. "Falei com o presidente ontem. Como não teve acordo na MP, ele disse que não viria. Não teria o que anunciar", disse. Ao ser questionado se esse era o único motivo, Paulinho reiterou: "Ele me disse que não tinha o que falar já que o acordo emperrou". É a primeira vez, desde sua posse que Lula não comparece à missa em São Bernardo, compromisso ao qual mantém-se fiel desde seus tempos de dirigente do sindicato dos metalúrgicos.

À Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) foi atribuída a objeção ao acordo que havia sido firmado para a repartição de recursos. Sindicalistas da CUT, no entanto, também se opunham a que o ministro do Trabalho, em seu primeiro mês no cargo já fosse reconhecido por uma medida que é uma reivindicação histórica do movimento. Lupi substituiu ao ex-presidente da CUT, Luiz Marinho, no ministério.

Segundo Artur Henrique, presidente da CUT, a proposta da entidade é que primeiro haja a legalização das centrais e em um ano se estabeleça como será repartida a arrecadação do imposto. Para Artur, a idéia é que os sindicatos escolham para quem vão reverter o dinheiro: federações, confederações ou centrais.

Porém, no médio e longo prazo, o sindicalista garante que a CUT prefere a extinção do imposto sindical e a substituição por uma contribuição a ser escolhida pelo trabalhador em assembléia, sem que ela seja obrigatória ou compulsória.

As divergências aparecem até mesmo dentro do Ministério do Trabalho. O secretário de Relações do Trabalho, Luiz Antônio de Medeiros, afirmou que mesmo sem consenso entre as centrais, o governo vai editar até meados de maio a MP. "Se não houver consenso, vamos fazer a legalização de qualquer jeito", disse. Já ministro espera o acordo entre as centrais. Na próxima semana, o governo reunirá os sindicalistas para tentar resolver o impasse.

Depois da regularização o governo quer retomar a discussão da reforma sindical. Um fórum deverá ser aberto para debater o tema.

O ministro do Trabalho garantiu que o repasse de dinheiro às centrais não é prioritário. "A prioridade é a regulamentação delas", afirmou Lupi. Entretanto, a destinação de mais recursos deve azeitar a relação do governo com os sindicalistas. Para o presidente da Força Sindical, o governo acerta em consertar um erro do passado: "O dinheiro (do imposto sindical) não é do governo, é do trabalhador. Mas o erro está no passado, quando



foi definida essa regra", apontou. "Hoje as centrais não têm dinheiro. Elas vivem do dinheiro da contribuição dos sindicatos".

A disposição mostrada pelo presidente em negociar os pedidos das centrais e o bom trânsito dos sindicalistas no Congresso renderam discursos favoráveis ao governo nas duas maiores comemorações do 1º de Maio. As críticas ficaram em segundo plano e focaram-se na política econômica.

Na festa da Força, a defesa do meio ambiente tomou o lugar das críticas. Lupi, do Trabalho, disse que o "nosso governo está empenhado em gerar mais empregos, com carteira assinada". O discurso feito pelo presidente da Força nem de longe lembrou o tom dos anos anteriores: Paulinho elogiou o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que tem ajudado o governo e apenas nos últimos minutos criticou o sistema financeiro e o reajuste dos aposentados. "Com esse aumento não dá nem para tomar cachaça no boteco", ironizou. A festa no Campo de Bagatelle, em São Paulo, reuniu mais de 1 milhão de pessoas, de acordo com a PM.

Ao tentar despistar as críticas por trocar o lema dos direitos dos trabalhadores pelo meio ambiente, Paulinho foi infeliz: "Meio ambiente, vamos falar a verdade, até pouco tempo atrás era coisa de 'veado'. (...) Agora queremos fazer com que os trabalhadores preservem o meio ambiente e que não seja só coisa da minoria".

No palco da CUT sobram elogios ao presidente Lula e críticas ao governador de São Paulo, José Serra (PSDB). Os sindicalistas criticaram, ainda, a proposta da emenda 3. "Apoiamos o veto do presidente. Foi uma decisão sábia, pois é uma maneira disfarçada de retirar direitos dos trabalhadores", disse Renato Rabello, presidente do PC do B. Segundo a polícia militar, antes do principal show, de Zeca Pagodinho, estavam no local 80 mil pessoas. Para a CUT, 800 mil passaram pela região.

O governismo das centrais foi bastante criticado tanto pelo secretário de Trabalho de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, quanto pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). "No 1º de Maio de 2006, por exemplo, estávamos juntos dizendo menos imposto e mais emprego", apontou Afif. "Precisamos avermelhar o 1 de Maio, porque ele está amarelado", disse Buarque.

**'Abril vermelho' subsidiado** - Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/05/2007

“Não existiria nenhum abril vermelho sem recursos públicos.” Esta afirmação do sociólogo e pesquisador Zander Navarro (em nossa edição de domingo), doutor em sociologia pela Universidade de Sussex, com pós-doutorado no MIT, mas sobretudo com a autoridade (mais que acadêmica, vivencial) de quem já nos anos 1980 coordenou ações da reforma agrária e ligou-se com o Movimento dos Sem-Terra (MST), é elemento precioso de avaliação quando se faz o balanço do “abril vermelho”, como se autodenominaram as operações simultâneas de esbulho e vandalismo, praticadas pelo MST em inúmeros pontos de quase todo o território nacional.

Além de dar testemunho do perfil antidemocrático de uma organização com “apego quase militar à manutenção de uma estrutura semi-secreta”, o sociólogo afiança que não existe controle sobre os recursos públicos repassados às entidades controladas pelo MST,

os quais acabam financiando suas invasões e o que delas decorre - depredações, vandalismos praticados contra patrimônios privados e públicos, desrespeitos e violências contra trabalhadores rurais e atos semelhantes. Na verdade, isso é apenas mais uma comprovação daquilo que sempre denunciávamos. O MST jamais pretendeu se legalizar porque, como organização fora da lei, escapa do controle dos recursos públicos que recebe por meio de suas entidades coligadas, que não passam de laranjas “legalizadas”.

A esse respeito Navarro apresenta a etiologia da questão, esclarecendo: “A partir dos anos 90 o financiamento do MST oriundo das doações de igrejas européias começou a escassear, ao mesmo tempo que se descobriu a porta das burras do Estado. São dois os estratégias. Primeiramente, mantém sob estrutura não formal o MST - que não é registrado, não tem estatuto, não tem processos públicos de escolha de sua direção e não presta contas de nada. Isso permite proteger suas lideranças em todo o País.” “O outro caminho é registrar dezenas de organizações, sobre as quais ninguém ouviu falar (cooperativas, associações, organizações de técnicos). Essas últimas, por serem regulares, preparam projetos para obter fundos públicos.” “Como não há fiscalização, a criatividade, digamos assim, permite um uso bastante heterodoxo dos recursos.” E está explicado o processo de subsídio ao cangaço do século 21.

Com 81 invasões no mais recente “abril vermelho”, o Movimento dos Sem-Terra quase triplicou as que realizara no ano eleitoral de 2006. E seus líderes não fizeram segredo algum de que então estabeleceram uma trégua para não prejudicar a campanha do companheiro Lula - que os recebe em Palácio de boné vermelho na cabeça.

Além das fazendas produtivas, este ano foram invadidos 17 prédios governamentais, inclusive agências bancárias oficiais, foram ocupadas 25 praças de pedágio - só no Paraná -, houve marchas e o fechamento de rodovias. Nas ações foram mobilizados cerca de 22 mil militantes - só a marcha para Salvador reuniu 5 mil. Em São Paulo e Pernambuco ocorreram mais invasões - 19 em cada 1. O grande pretexto foi o “comemorado” massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 sem-terra foram mortos por policiais militares em 1996. Mas os pretextos, agora, podem ser outros e vários - começando pelo “ambientalista”, contra os canaviais e o famigerado etanol.

Esses tipos de pretextos se casam com outra observação percuciente do sociólogo Zander Navarro, quanto à falta de demanda real por terras, por parte de uma população em que prevalece a “lógica” da concentração urbana. Isso faz com que MST e assemelhados percam a consistência de suas bandeiras de “reforma agrária” - embora insistam nelas - e deixem de ser um “movimento social” para se tornar um movimento eminentemente “político”. Não era de se esperar que os sem-terra tivessem tanta transparência, a ponto de deixar o público conhecer “o exercício primaríssimo de doutrinação da meninada” - como Navarro se refere ao ensino ministrado nas escolas dos assentamentos do MST. Mas bom seria que esse movimento e seus assemelhados dispensassem o cangaço subsidiado e começassem a fazer política de maneira legal e democrática.

**Centrais poupam Lula e fazem atos pró-governo no Dia do Trabalho - [Clarissa Oliveira e Moacir Assunção](#) - Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2007**

Com a adesão do PDT à coalizão governista, Força segue a CUT e evita críticas à administração do presidente

Apesar de o Dia do Trabalho ter se tornado palco histórico de reivindicações e críticas ao governo, as comemorações do 1º de Maio deste ano selaram o namoro entre movimento sindical e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As festas das duas maiores centrais, CUT e Força Sindical, em São Paulo, tiveram ares de ato pró-governo.

A CUT, tradicionalmente alinhada a Lula, aproveitou a ocasião para destacar a importância de um “trabalhador” ter chegado ao Palácio do Planalto. Já a Força, que costumava se encarregar de críticas mais duras, demonstrou que a adesão do PDT à coalizão governista afetou sua relação com a administração federal. O próprio ministro do Trabalho, Carlos Lupi, hoje é um pedetista.

Os primeiros sinais de que as festas deixariam ataques em segundo plano apareceram há alguns dias, com a confirmação de que os ministros Lupi e Luiz Marinho (Previdência), além do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), compareceriam aos dois eventos. Marinho cancelou na última hora, mas os outros dois cumpriram a promessa de comparecer.

O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, não chegou nem perto de repetir os ataques feitos a Lula no ano passado, quando disse que o presidente estava “no mundo da lua”. Dessa vez, ele elogiou a recuperação do salário mínimo e agradeceu o veto do presidente à Emenda 3 do projeto que cria a Super-Receita.

Entre as críticas, ele condenou a política econômica e o reajuste de 3,3% a aposentados, além da intenção do governo de contemplar servidores com reajuste anual de 1,5%. Mas, ao final, Paulinho disse ter a certeza de que Lula irá “olhar para os trabalhadores neste momento”. “Quando você tem espaço de negociação, não precisa xingar ninguém”, disse, ao ser questionado sobre o tom ameno do discurso.

O ministro Carlos Lupi minimizou a mudança no tom da festa da Força. “A gente às vezes está no mundo da lua e depois vem para o mundo real”, disse, sobre as falas de Paulinho no ano passado. Na festa da CUT, ele adotou a ironia ao ser questionado se a festa estaria virando chapa-branca. “Este é um governo que, ao contrário do passado, ouve as centrais o tempo todo. E a placa do meu carro não é branca, é amarela como a de todo mundo”, afirmou, errando a cor cinza usual das placas.

Tanto na Força quanto na CUT, as críticas envolvendo a Emenda 3 se destinavam ao Congresso. Sobrou ainda para o governador José Serra (PSDB), atacado pela demissão de sindicalistas que na semana passada protestaram contra a regra. “Quero pedir uma grande vaia ao governo Serra pela demissão dos sindicalistas do Metrô”, disse o presidente da CUT paulista, Edílson de Paula.

Tanto Paulinho quanto o presidente nacional da CUT, Arthur Henrique da Silva, insistiram que sabem reconhecer acertos do governo federal, mas não deixam de criticar quando necessário. Ainda assim, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apontou uma “acomodação” das centrais no governo Lula. “Está faltando avermelhar o 1º de Maio, ele está amarelado”, disse. A tese foi levantada pelo secretário do Trabalho paulista, Guilherme Afif Domingos. “Temos de ter uma pitadinha, não de oposição, mas de senso crítico.”

## **FRASES**

### **Paulo Pereira da Silva**

Em 1/5/2006

“Lula anda no mundo da lua, ou está viajando muito e não conhece a história do Brasil”

#### **Ontem**

“Quando você tem espaço de negociação, não precisa xingar”

### **Manifesto da CUT**

Em 1/5/2002

“(O governo FHC) pratica política econômica recessiva , que causa desemprego, miséria e violência”

### **Edilson de Paula**

Ontem

“O governo Lula tem feito a sua parte. Na sua gestão, mais de 8 milhões de pessoas mudaram da classe pobre para a média”

**Rainha terá verba do governo para fabricar biodiesel** - José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2007

Líder dos sem-terra lança projeto no Pontal e anuncia parceria com estrangeiros para escoar a produção

O líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior reuniu 3 mil assentados da reforma agrária ontem, em Mirante do Paranapanema, para lançar um projeto de biodiesel no Pontal, oeste do Estado. Sob uma lona de circo, montada no Assentamento

São Bento, ele anunciou uma parceria inédita com empresas estrangeiras ligadas ao agronegócio para escoar a produção.

De acordo com o líder sem-terra, o plano tem o aval do presidente Lula e prevê aporte de dinheiro público: o governo pagará um salário mínimo por mês a cada família participante e deve bancar ainda a instalação das lavouras, a um custo de R\$ 50 milhões em dez anos. Será plantado o pinhão manso, oleaginosa que a Unicamp considera apropriada para ser cultivada na região.

Rainha, que já foi investigado pelo suposto desvio de dinheiro público repassado a uma cooperativa de assentados, garantiu que os recursos serão bem empregados. Ele disse que o salário mínimo mensal será pago durante os três primeiros anos. “É para a família se manter até começar a produção.”

Os assentados, entre eles conhecidos militantes do movimento que lideraram invasões de fazendas na região, fizeram fila para assinar uma lista de adesão ao biodiesel. A região concentra o maior número de famílias assentadas - 6,8 mil - e lidera os conflitos fundiários no Estado. Os sem-terra dividiram o espaço sob a lona com representantes dos governos estadual e federal, além de três deputados e vários prefeitos da região.

Estiveram presentes sindicalistas rurais da Central Única de Trabalhadores (CUT) e dois empresários europeus: João Cardoso, presidente da Torryana Biodiesel, de Portugal, e Palmiro Soriano, presidente de uma associação de produtores da Espanha. Eles manifestaram interesse em participar da construção da fábrica.

Rainha quer que a Federação das Associações dos Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (Fafop), criada para representar os assentados, detenha o controle de 60% da indústria. O líder, que ficou alheio às invasões do “abril vermelho” do MST, elogiou o presidente Lula, mas considerou indispensável o apoio do governador de São Paulo, José Serra (PSDB).

O estudo foi feito por técnicos ligados à Unicamp e apresentado aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho e do Meio Ambiente, Banco do Brasil, Petrobrás e Caixa Econômica Federal - todos mandaram representantes. A idéia é começar com 2,5 hectares por família, devendo chegar a 60 mil hectares em dez anos. Segundo Rainha, as famílias teriam assegurada uma renda média de R\$ 1,2 mil por mês. “Queremos vender o óleo, não a baga”, disse.

Apesar das bandeiras do movimento tremulando em mais de 30 mastros, o MST não deu aval para o projeto. Nenhum dirigente compareceu ao evento. “Esse é um projeto do Rainha e da federação, não é do MST”, disse Valmir Rodrigues Chaves, da direção nacional.

**700 famílias de PE invadem 7 áreas no Estado** - Angela Lacerda - Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2007

Grupo ligado a Fetraf promoveu 16 ações desde abril; em Maceió, 3.000 protestam diante de supermercados

Cerca de 700 famílias ligadas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pernambuco (Fetraf-PE) invadiram sete áreas ontem na zona da mata, agreste e sertão do Estado. Desde abril, foram 16 ocupações realizadas sob o comando do movimento.

Segundo o líder, João Santos, as invasões têm como objetivo pressionar o governo Lula a acelerar desapropriações e representam um protesto pela falta de reforma agrária e de políticas públicas para áreas de assentamento como crédito, habitação e assistência técnica.

Santos frisa que só em Pernambuco existem 300 mil famílias sem-terra. “A reforma agrária precisa atingir todas as famílias de trabalhadores rurais que se amontoam nas periferias das cidades sem ter de onde tirar seu sustento”, defende. “Esta situação termina contribuindo para o desequilíbrio socioeconômico do País.” Ao mesmo tempo, diz, o trabalhador é penalizado na medida em que se não se promove a agricultura familiar.

Desde o mês passado, ao iniciar as invasões de terra dentro da jornada do “abril vermelho”, João Santos destacava a necessidade de o presidente Lula incluir a reforma agrária no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). “Um real crescimento começa no campo, com reforma agrária”, diz.

Em Pernambuco, a Fetraf comanda 93 acampamentos (incluindo as ocupações recentes) e 32 assentamentos.

## **ALAGOAS**

Cerca de 3 mil militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento Trabalho, Terra e Liberdade (MTL), além de lideranças sindicais ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (Sinteal), realizaram ontem manifestações diferentes no Dia do Trabalhador em Maceió. Eles protestaram em frente a três supermercados de Maceió.

As manifestações aconteceram na frente do Supermercado Extra, do bairro de Mangabeira, G. Barbosa, na Jatiúca, e do Bompreço, da avenida Buarque de Maceió, no centro. Os manifestantes disseram quem ia comprar bananas para protestar contra a aplicação do banco de horas aos funcionários. Essa prática é utilizada para que as empresas não paguem horas extras para os trabalhadores, nos feriados.

A manifestação começou cedo, por volta das 7 horas, e se estendeu até o meio-dia. Alguns supermercados fecharam as portas, com receio de invasão e saque, mas não houve confronto. O protesto terminou após uma negociação entre os líderes do movimento e os representantes dos supermercados. Os trabalhadores rurais receberam 180 cestas básicas, doadas pela Central Única dos Supermercados.

Após os protestos na frente dos supermercados, os sem-terra e os sindicalistas ligados à CUT saíram em caminhada em direção à Praia da Pajuçara. Eles comemoraram o Dia do Trabalhador na orla de Maceió.

## **COLABOROU RICARDO RODRIGUES**

**‘Não existiria nenhum abril vermelho sem recursos públicos’** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 29/04/2007

Zander Navarro, sociólogo, professor e pesquisador

Estudioso de questões relacionadas a movimentos sociais e desenvolvimento rural, o sociólogo Zander Navarro está convencido de que não existe demanda por reforma agrária no Brasil, ao contrário do que tem dito o Movimento dos Sem-Terra (MST) - organização que ele descreve como antidemocrática e com “apego quase militar à manutenção de uma estrutura semi-secreta”. Na entrevista a seguir ele afirma que não existe controle sobre os recursos públicos repassados às entidades controladas pelo MST, que acabam destinados ao financiamento da militância: “Não existiria nenhum ‘abril vermelho’ sem recursos públicos.”

**A onda de invasões do “abril vermelho”, segundo o MST, destina-se a chamar a atenção para a situação de centenas de milhares de pessoas que anseiam pela reforma agrária. Mas o senhor escreveu recentemente que não existe essa demanda. Poderia explicar?**

Apenas sugeri que a demanda social está decrescendo com o tempo. Isso é uma obviedade, pois a dinâmica do trabalho no Brasil segue hoje uma lógica urbana e, além disso, os agricultores sabem que trabalhar exclusivamente na terra em pequenas parcelas não produz mais a sobrevivência da família, como no passado. Existe uma demanda mais visível apenas em algumas regiões. Em todo o centro-sul, por exemplo, é muito reduzida.

**O senhor também já disse que o MST não é um movimento social, mas uma organização não democrática. Por quê?**

Movimentos sociais surgem de uma situação de agravamento que ameaça um grupo de pessoas. Uma vez superada a ameaça, eles desaparecem. Normalmente tem vida curta. O MST assumiu tal feição por alguns anos, especialmente na década de 1980. Foi aos poucos se transformando em organização, no sentido formal da palavra. Mantém setores,

departamentos, carreiras internas e estruturas de decisão, enfim uma burocracia. Essas características inexistem em movimentos sociais, que são muito mais flexíveis.

### **Em que ano localiza essa inflexão?**

O MST tornou-se não democrático quando adotou, em 1986, uma estrutura centralizada e altamente hierarquizada. O apego quase militar na manutenção de uma estrutura semi-secreta, com rígido controle sobre os militantes e nenhum debate interno é a evidência de uma organização que despreza a democracia.

**O MST diz que investe na emancipação política e intelectual do homem do campo. Um dos orgulhos do movimento são suas escolas, os centros de formação de professores, os currículos especiais, os convênios com universidades.**

Seria preciso existir possibilidade de visitas e acompanhamento sem controle prévio às escolas dos assentamentos - o que o MST jamais permitiria, porque levaria à desmoralização dessas atividades. Há exceções, notáveis, mas na maior parte dos casos é um exercício primaríssimo de doutrinação da meninada. É um absurdo chamar de educação o que está sendo feito nos assentamentos rurais quando prevalece o tom monocórdio da cartilha única. Pedagogia sem desenvolver o pensamento crítico e sem apresentar diversas leituras sobre o mundo pode ser chamada de educação?

**Muitas atividades do MST são financiadas com recursos públicos, por meio de convênios com entidades controladas para organização, como a Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas. O senhor acha que esse dinheiro é bem empregado?**

A partir dos anos 90, o financiamento do MST oriundo das doações de igrejas européias começou a escassear, ao mesmo tempo em que se descobriu a porta das burras do Estado. São dois os estratagemas. Primeiramente, mantêm sob estrutura não formal o MST - que não é registrado, não tem estatuto, não tem processos públicos de escolha de sua direção e não presta contas de nada. Isso permite proteger suas lideranças em todo o País, ocorrendo alguma ilegalidade. Algo bizarro, porque o MST vive cobrando democracia e transparência no comportamento das demais organizações políticas do País.

### **E o segundo estratagema?**

O outro caminho é registrar dezenas de organizações, sobre as quais ninguém ouviu falar (cooperativas, associações, organizações de técnicos). Essas últimas, por serem regulares, preparam projetos para obter fundos públicos. Como o MST tem milhares de simpatizantes dentro do Estado (o que é mérito político da organização), a aprovação sempre é facilitada. Como não há fiscalização, a criatividade, digamos assim, permite um uso bastante heterodoxo dos recursos.

### **Inclusive o financiamento de ações como o “abril vermelho”?**



Sim. Sem esses fundos não existiria nenhum “abril vermelho”. Mas existem outras formas de acesso. Por exemplo, concentrar esforços para eleger representantes no Legislativo, que depois serão marionetes da cúpula do MST. Um deputado estadual sustenta pelo menos 10 militantes em tempo integral. Um deputado federal sustenta pelo menos o triplo. Militantes colocados em cargos públicos farão o mesmo, sempre que puderem. Se não ocorressem desvios e fosse uma organização realmente democrática e aberta, por que o MST resistiria a abrir suas contas?

**O senhor aponta proximidades entre governo e MST. Mas os líderes da organização e o ministro do Desenvolvimento Agrário andam trocando farpas. O MST dizendo que o governo Lula não fez nada pela reforma; e o ministro, afirmando que a organização não vê os fatos.**

Tudo isso é risível. Faz parte da brincadeira os dirigentes do MST manterem o cenho cerrado e dispararem críticas desconexas, apenas para manter a imagem de autonomia da organização. Se o MST está incrustado no Estado com seus quadros, e recebendo fundos públicos, como deixar de ver como ridículas as trocas de acusações, que meramente se destinam a manipular a opinião pública?

#### **E o governo?**

Repetem-se fantasias. O atual presidente do Incra, não obstante sua competência técnica, jamais existiria como quadro partidário se não fosse a tutela do MST. As reformas agrárias redistributivas foram um grande objetivo nos anos 60 e 70, mas ninguém mais propõe tais políticas no mundo. Continuamos, contudo, com esse ideário e assentamos precariamente 1 milhão de famílias em dez anos, mas o MST insiste em que nada foi feito. É mesmo uma comédia.

**No governo existem pessoas que defendem ardorosamente a reforma como caminho para a criação de empregos e redistribuição de riquezas.**

Por tudo que conheço, não creio que a maior parte dos principais dirigentes do governo federal tenha qualquer preocupação com reforma agrária, que não vêem mais como necessária.

#### **Porque insistem no assunto?**

Por ser um tema que sempre fez parte da retórica ideológica do PT e adjacências. Precisam manter alguma iniciativa nesse setor porque existe pressão política residual do MST e da Contag, intelectuais que ainda têm a mente nos anos 60, algumas ONGs e os setores estudantis encantados de sempre. Além disso, é conveniente manter um ministério secundário que pode ser entregue a uma facção petista que poderia incomodar.

#### **É um jogo de cena?**

Se pudessem dizer, os principais operadores governamentais, incluindo o presidente, acabariam concordando que o tempo da reforma acabou. Não vamos nos esquecer de que na campanha eleitoral do ano passado o tema nem sequer foi mencionado.

**O ministro Guilherme Cassel, que pertence a uma tendência de esquerda do PT, afirma que o tema nunca foi tão contemporâneo. Para ele, pessoas como o senhor, que dizem tratar-se de idéia superada, são as mesmas que acreditavam que a história tinha acabado.**

É uma piada demonstrativa da abissal ignorância do ministro. Como debater com um quadro menor de uma tendência medieval do PT que, em 2007, tem Trotsky como seu inspirador e cuja maior característica é a avidez para ocupar cargos públicos? Como seu antecessor, o atual ministro ocupa o cargo meramente em função de sua lealdade, não ao presidente Lula e seu governo, mas à sua tendência partidária.

**Para o MST, a febre em torno do biocombustível provocará uma concentração ainda maior da terra e agravará conflitos. Concorda?**

Concentração da propriedade, sem dúvida, porque o conservadorismo do governo Lula seguirá a trajetória do Pró-Álcool e acabará entregando a nova mina de ouro para os agricultores de maior porte. Conflitos no campo, não creio que serão intensificados, se forem mantidas as migalhas atuais para a agricultura familiar sob influência de algumas organizações sindicais. Não imagino que o MST, por sua vez, será capaz de capitanear uma “frente” contra o biodiesel, inclusive porque tal expansão tem apelos propagandísticos quase irresistíveis, como seu componente ambiental.

**O que acha de termos dois ministérios na área agrícola?**

Com algum exagero, diria que o Ministério da Agricultura existe para distribuir dinheiro subsidiado aos grandes proprietários; e o Desenvolvimento Agrário para satisfazer as pressões políticas do MST e da Contag. Se houvesse estratégia, teríamos apenas o Ministério do Desenvolvimento Rural, que apoiaria a expansão e consolidação da agricultura de grande porte, especialmente no Centro-Oeste, desde que respeitasse direitos trabalhistas e mantivesse uma outra relação com os recursos naturais, e não a destruição ambiental que realiza. E apoiaria mais decididamente a agricultura familiar, principalmente no Centro-Sul.

**Que mudanças faria no programa de reforma agrária?**

Primeiramente, criar o ministério único a que me referi e extinguir o Incra, cujo histórico é deplorável. Formar uma agência de desenvolvimento rural, destinada exclusivamente a implantar a reforma agrária no chamado polígono das secas. Isso permitiria assentar em condições favoráveis todos aqueles que ainda demandam terra no Brasil.

**E nas outras regiões?**

No Centro-Sul, apoio irrestrito à agricultura familiar, para integrá-la à economia sob outros padrões de produtividade e eficiência. No Centro-Oeste, uma política de mão firme com a agricultura patronal produtora de grãos, apoiando-a, mas exigindo contrapartidas no campo dos direitos trabalhistas e no campo ambiental. Na região amazônica, uma moratória imediata na expansão da soja e na formação de assentamentos pelo leste do Pará, como forma de manter um patrimônio que se tornará ainda mais valioso, nesse quadro iminente de ações para evitar as mudanças climáticas. Mudaríamos a face agrária brasileira para melhor, diminuindo radicalmente a pobreza rural e promovendo justiça social.

### **Quem é: Zander Navarro**

É professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador visitante do Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento, na Inglaterra

Doutorou-se em sociologia na Universidade de Sussex, Inglaterra, e fez pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos EUA

Nos anos 80, coordenou a seção gaúcha da Associação Brasileira da Reforma Agrária, aproximando-se do MST. Rompeu com a organização por discordar dos métodos, que considera não democráticos

### **Rainha critica MST por invadir terra de líder da UDR – Cristiano Machado - Folha de São Paulo – Brasil – 02/05/2007**

Apesar de defender a invasão de terras como "forma de luta", o líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) José Rainha Júnior criticou ontem o movimento pela invasão à fazenda do presidente nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia.

"A ocupação tem que acontecer, mas é preciso responsabilidade. (...) Ficar discutindo com a UDR é dar voz e vez a quem não representa nada", disse em discurso em Mirante do Paranapanema (SP).

A fazenda Ipezal, de Garcia, em Sandovalina (SP), foi invadida na madrugada de domingo por 120 integrantes do MST ligados à direção nacional da sigla. Garcia disse que Rainha "age de acordo com a sua conveniência". **(CRISTIANO MACHADO)**

**Centrais poupam governo no 1º de Maio** - Claudia Rolli, Denise Brito e Tatiana Resende – Folha de São Paulo- Dinheiro – 02/05/2007

CUT e Força Sindical fazem festas em SP e evitam críticas ao governo Lula, diferentemente do que ocorreu no passado

Estimativa da PM é a de que 45 mil tenham participado de festa da CUT no centro e 1,3 mi tenha ido à da Força Sindical, na zona norte

CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Força Sindical, as duas principais centrais sindicais do país, poupam o governo Lula nas comemorações do 1º de Maio e fizeram críticas pontuais nas megafestas realizadas ontem em São Paulo.

No ano passado, dirigentes das duas centrais criticaram de forma mais contundente a política econômica do governo petista, pediram redução na taxa de juros e revisão das metas de pagamento de juros para atrair mais investimentos que permitissem a criação de empregos.

No ato político da CUT, central historicamente ligada ao PT e ao presidente Lula, um dos fundadores da central, a via foi para o governo Serra. "É muito fácil falar mal do governo federal. O seu Serra também precariza [as relações de trabalho] na Educação, na Saúde", disse Edilson de Paula, presidente da CUT-SP.

No palco da Força, central mais ligada ao PDT, partido de seu presidente, Paulo Pereira da Silva, e do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, as críticas também foram mais amenas -o ambiente foi o tema central. Sobre a ausência de críticas duras ao governo federal, Lupi disse que esse é um governo que tem diálogo com as centrais. "Antes não era assim. Antes, para as centrais serem ouvidas, só com greve".

Diferentemente de anos anteriores, em que as duas centrais levaram mais de 2 milhões de pessoas aos shows populares que organizam nessa data, as festas de ontem tiveram números desproporcionais.

A festa da CUT reuniu 45 mil pessoas no cruzamento das avenidas São João com a Ipiranga (centro), e a da Força, 1,3 milhão na praça Campo de Bagatelle (Norte), segundo a Polícia Militar. Na Força, além de shows, foram sorteados dez carros e cinco apartamentos.

Com problemas para definir o local até quase a véspera da festa (desde 2004 ela acontecia na Paulista), a CUT estimou que 1 milhão de pessoas assistiu aos shows e passaram pelas ruas adjacentes ao palco. O maior pico, segundo a central, ocorreu no show de Zeca Pagodinho, às 19h. "É um público flutuante. Tivemos muitas dificuldades para fazer virar nosso 1º de Maio", disse de Paula.

Às 17h, quando ocorreu o ato político da central, nenhum ministro ou líder do governo estava presente no palco da CUT. Os ministros Carlos Lupi (Trabalho) e Marta

Suplicy (Turismo), o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia e o senador Eduardo Suplicy preferiram passar pelo local à tarde.

O ministro Luiz Marinho (Previdência) sequer participou das comemorações. Quem ocupou um lugar discreto num canto do palco da CUT durante o momento do protesto político foi o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Ao deixar o local, não deu entrevistas e repetia, de forma irônica, a frase "boa sorte" aos jornalistas.

Na CUT, as maiores críticas foram contra a Emenda 3, que retira o poder de fiscais da Receita de suspender contratos de prestação de serviços entre pessoas jurídicas se suspeitarem de vínculo trabalhista. Lula vetou a emenda, mas a oposição pode derrubar o veto.

O tom mais ameno da festa da Força -"Os trabalhadores em defesa do planeta"- recebeu críticas até mesmo do secretário do Trabalho de São Paulo, Guilherme Afif Domingos. "Há uma certa acomodação das centrais dentro do governo. O pensamento único não é bom para o país." O senador Cristóvam Buarque pediu uma greve geral pela educação. "Essa cobrança vou fazer aqui às centrais. Isso é avermelhar o 1º de Maio." Disse que as centrais começaram a "amarelar" com a falência do socialismo. (CLAUDIA ROLLI, DENISE BRITO E TATIANA RESENDE)

**Sem-terra fazem 7 invasões em Pernambuco** – Letícia Lins – O Globo – O País – 02/05/2007

RECIFE - O 1º de maio em Pernambuco foi marcado por ocupações no campo. Cerca de 3.400 pessoas - ou 691 famílias - tomaram sete propriedades na Zona da Mata e no Agreste. As ações foram coordenadas pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), ex-OLC (Organização de Libertação do Campo). Com o movimento de ontem, chega a 16 o número de propriedades invadidas pela Fetraf nos últimos 30 dias no estado.

Apesar das fortes chuvas registradas na terça-feira e do atoleiro nas estradas barrentas da área rural, as invasões foram confirmadas à tarde pelo coordenador da Fetraf, João Santos. Juntas, as propriedades ocupadas somam 5.230 hectares. Das sete ocupações, seis foram no Agreste, região de transição entre a mata (próxima ao litoral) e o sertão (oeste pernambucano). E apenas uma foi na Zona da Mata, onde se concentra a agroindústria açucareira, área do estado com maior concentração de acampamentos, grande parte deles integrados por ex-trabalhadores de usinas e engenhos.

Não houve conflitos nas ocupações de terça-feira. As maiores áreas invadidas foram as fazendas Camuruzinho (em Água Preta, com 1.300 hectares) e Mata Escura e Barra da Ribeira, ambas em Águas Belas. A Camuruzinho foi tomada por 130 famílias. Água Preta fica a 130 quilômetros de Recife.

Mata Escura e Barra da Ribeira possuem, cada uma, 1.200 hectares. A primeira recebeu 97 barracos de lona preta, onde os lavradores acamparam. A segunda abriga desde ontem 122 barracas. Houve ocupações, ainda, nos municípios de Quipapá (Fazenda Riacho

Branco), Panelas (F. Riacho do Mel), Gravatá (F.Várzea Grande) e Caruaru (Fazenda Tancredo).

Em abril, a Fetraf realizou nove ocupações em Pernambuco, durante sua jornada em defesa da reforma agrária. No mesmo mês, o MST havia deflagrado o "Abril Vermelho", quando fez 16 ocupações em Pernambuco.

### **Uma festa do governo - Estado de São Paulo – Notas e Informações – 03/05/2007**

O Dia do Trabalho, este ano, foi um sinal dos tempos no Brasil. São tempos em que a hegemonia pessoal do presidente da República sobre as forças políticas e os atores sociais excede de longe a de qualquer líder eleito pelo voto direto no País. A situação de Lula é inegavelmente singular. No Congresso, aplastada pelo corpanzil da maioria governista de 11 partidos, a oposição passa mais tempo brigando entre si, ou flertando com o presidente, do que tentando achar uma passagem para se lhe contrapor, com programas e práticas que transmitam ao grosso da população a idéia de que outro mundo é possível, além do lulismo.

No âmbito da sociedade, apenas o Movimento dos Sem-Terra (MST), cuja desenvoltura nas contumazes agressões ao estado de direito ultrapassa um limite depois do outro, poderia ser identificado como fonte de contestação ou desafio à autoridade presidencial.

Em termos, porém: sabendo que dependem do dinheiro do governo para sobreviver, os chefes emessetistas pensarão várias vezes antes de romper a corda que os une ao Planalto. Coroando a supremacia de Lula, até mesmo as clássicas reivindicações trabalhistas foram mantidas a distância dos palcos do 1º de Maio. As maiores centrais obreiras, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical - historicamente rivais -, resolveram como que de comum acordo não aborrecer o sindicalista-presidente com demandas por mais empregos e melhores salários.

A relativa bonança dos assalariados - o emprego formal cresce há 3 anos, 85% das categorias receberam reajustes acima da inflação, o salário mínimo da era Lula acumula 28% de aumento real - explica, mas só em parte, a conduta chapa-branca das lideranças sindicais.

Tão ou mais decisivo para esse apaziguamento, além dos cofres fornidos das suas organizações, foi a esperta decisão de Lula de abrir espaço no governo não só para a CUT, mas também para a Força Sindical. Se os cutistas têm o Ministério da Previdência, na figura do sindicalista Luiz Marinho, a Força foi contemplada com a Pasta do Trabalho, entregue ao deputado Carlos Lupi, correligionário no PDT do líder da Central, Paulo Pereira da Silva. Dos notáveis da Força, ele foi o último a aderir a Lula.

Mas como aderiu! No 1º de Maio de 2006, lembra o jornal Valor, ele dizia que Lula “está vivendo no mundo da lua”. Agora, diz que o governo seria “perfeito”, não fossem os juros. De seu lado, o ministro Lupi explicou candidamente por que falar mal do governo no Dia do Trabalho seria uma impropriedade. Antes, argumentou, para as Centrais Sindicais serem ouvidas em Brasília, “só com greve”.

Não é bem assim. Se esse último recurso se tornou dispensável, não é exatamente porque agora o governo “dialoga com as centrais”, mas porque hoje elas tomam assento à mesa do poder, nas pessoas de seus ministros. O que remete a mais um paradoxo dos tempos atuais no Brasil.

A meta maior do sindicalismo que Lula criou e encarnou era romper com o padrão getulista de atrelamento da classe trabalhadora ao poder estatal, para ser usada como massa de manobra mediante os pelegos eternizados na boléia das entidades sindicais. E, efetivamente, no lugar da mais espessa correia de transmissão das vontades do governo no setor - a Confederação Geral dos Trabalhadores - surgiu a Central Única dos Trabalhadores, a primeira grande associação nacional de assalariados verdadeiramente independente do governo.

Mas Lula incorporou as centrais ao governo - garantia de que a reforma trabalhista permanecerá engavetada e de que o Imposto Sindical, anátema para o novo sindicalismo de outrora, se perpetuará, com a anunciada transferência às centrais sindicais de metade da fatia do butim apropriada pelo Estado. Do que poderiam a CUT e a Força se queixar?

Por outro motivo ainda, a data foi um sinal dos tempos. Desde 1976, quando chefiava o então Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, só duas vezes Lula deixou de comparecer à missa pelo Dia do Trabalho, na cidade. Em 1980, porque não pôde: estava preso. Este ano, porque não quis, mandando dizer que sempre considerou a sua ida ao evento apenas um “compromisso familiar”.

A ausência de Lula não é um detalhe. É um marco na sua ruptura com uma história da qual ele se desfaz, ao se considerar credor de todos e devedor de ninguém.

**Juiz manda MST sair de área no Pontal** - José Maria Tomazela e Carlos Mendes  
- Estado de São Paulo – Nacional – 03/05/2007

Ordem é para despejo imediato das 120 famílias que invadiram fazenda de Nabhan Garcia, presidente da UDR

O juiz Francisco José Dias Gomes, da Comarca de Pirapozinho (SP), determinou ontem a desocupação da Fazenda Ipezal, invadida desde domingo pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) em Mirante do Paranapanema, no Pontal. A fazenda é do presidente da

União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia. Foi a quarta área invadida na região durante o “abril vermelho”, a jornada de lutas do MST.

O juiz ordenou o imediato despejo das 120 famílias e autorizou o uso de força policial se necessário. Determinou ainda que o MST não monte acampamento num um raio de 10 quilômetros da área.

No fim da tarde, o coordenador do MST Valmir Rodrigues Chaves disse que os sem-terra ainda não tinham sido intimados e que uma desocupação imediata não seria possível. “Se o juiz manda a gente se afastar 10 quilômetros, precisamos de prazo para conseguir o transporte. O sem-terra não pode sair no asfalto com a tralha nas costas”, argumentou.

Nabhan vai pedir à Polícia Ambiental vistoria na gleba invadida logo após a saída dos sem-terra. Segundo ele, os invasores cortaram madeira nativa para montar os barracos, o que configuraria crime ambiental.

## **MORTE**

No Pará, o MST fechou a Rodovia Belém-Brasília, entre os municípios de Mãe do Rio e São Miguel do Guamá, em protesto pela morte de Antonio Santos do Carmo, de 60 anos. De acordo com o coordenador estadual do movimento Ulisses Manaças, pistoleiros dispararam contra um acampamento de famílias no quilômetro 302 da rodovia. Além de Antonio, morto por um tiro na cabeça, sete sem-terra ficaram feridos.

Manaças disse que os tiros partiram de homens encapuzados numa caçamba dirigida pelo motorista do arrendatário da Fazenda São Felipe. É na frente dessa fazenda que as 220 famílias estão acampadas há 2 meses.

Até o fim da tarde, a rodovia não fora liberada. O MST diz que só vai liberá-la depois que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desapropriar a fazenda. Vistoria constatou que a área é grilada e pertence à União. A polícia ainda não localizou os criminosos.

## **COLABOROU CARLOS MENDES**

**Juiz manda MST deixar fazenda de ruralista** – Folha de São Paulo – Brasil-03/05/2007

### **DA AGÊNCIA FOLHA**

A Justiça determinou ontem a desocupação imediata da fazenda Ipezal, em Sandovalina, no Pontal do Paranapanema (SP).



A área, invadida no domingo pelo MST, é do presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia. O juiz Francisco José Gomes determinou ainda que os sem-terra mantenham distância de 10 km da área. Valmir Chavez, da direção nacional do MST, disse que pedirá prazo para desocupar o imóvel.

**Sem-terra é morto durante invasão de fazenda no Pará** – Folha de São Paulo – Brasil- 03/05/2007

Um sem-terra ligado ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foi morto ontem em Irituia (178 km de Belém) durante invasão à fazenda São Felipe, localizada às margens da BR-010. Outros três agricultores ficaram feridos, segundo a Polícia Civil do Pará.

A coordenação do MST no Pará disse que, além da morte de Antônio Santos do Carmo, 60, sete agricultores ficaram feridos. Um funcionário da fazenda foi preso em flagrante ontem à tarde, acusado de matar o sem-terra.

**Manifestação do MST pára avenida em Fortaleza** – O Globo – antão Globo On line – 03/05/2007

FORTALEZA - Um protesto de integrantes do Movimento dos Sem -Terra (MST) parou o trânsito numa das principais avenidas de Fortaleza nesta quinta-feira. Eles querem solução para as perdas na safra agrícola e melhorias para os assentamentos.

A marcha seguiu pelos dois lados da Avenida Bezerra de Menezes. Homens, mulheres, crianças e adolescentes protestaram pela falta de assistência as famílias do campo e a ausência do crédito agrícola. Os sem-terra vieram de 40 municípios do Ceará e estão há três dias acampados em frente a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do estado. Os manifestantes montaram barracas com lonas e trouxeram redes para dormir.

São 700 famílias, quase 1.500 pessoas. As aulas na escola particular que fica ao lado da secretaria não foram interrompidas. A polícia acompanhou de longe a movimentação.

O governador Cid Gomes disse que vai receber uma comissão do MST nesta sexta e vai tentar um acordo, principalmente para desocupar parte da Avenida Bezerra de Menezes.

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

## **Parlamentares lançam frente pela Reforma Agrária em SP – Sítio Eletrônico do MST – 03/05/2007**

Um grupo de deputados da Assembléia Legislativa de São Paulo lança hoje, dia 3, uma frente parlamentar em defesa da Reforma Agrária no Estado. O objetivo do grupo é incentivar e apoiar movimentos sociais que lutam pela distribuição de terras improdutivas. A criação da frente foi idealizada pelos deputados Raul Marcelo (PSOL) e Simão Pedro, líder do PT na Casa.

Atualmente existem 3.000 famílias acampadas em São Paulo a espera de terras e, de acordo com dados oficiais, há 1,2 milhão hectares de terras devolutas no Pontal do Paranapanema, região oeste do Estado.

Um dos assuntos que a frente parlamentar deverá discutir é o agronegócio e a monocultura de cana-de-açúcar, por exemplo. Para Simão Pedro, esse processo de modernização obriga o pequeno agricultor a deixar o campo e "engrossar as filas de desempregados" nas cidades.

"É dentro desse contexto que afirmamos a necessidade e a urgência de uma política agrícola aliada a um programa forte de reforma agrária e de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar", afirmou o líder petista.

Para Simão Pedro, um programa de reforma agrária deverá permitir as transferências de recursos para promover todos os assentamentos, além de garantir infraestrutura, crédito, assistência técnica, educação e saúde para toda população do meio rural.

O lançamento acontecerá às 14 horas, no Auditório Franco Montoro, na Assembléia Legislativa de São Paulo.

## **Canaviais já fazem duas vítimas este ano no estado de São Paulo - Danilo**

Augusto – Sítio Eletrônico do MST – 03/05/2007

As péssimas condições de trabalho do setor açucareiro do Brasil já fizeram duas vítimas este ano no estado de São Paulo. Na cidade de Guariba, o trabalhador José Pereira Martins, de 52 anos, morreu de infarto. Na cidade de Barretos, ainda no mês de abril, Lourenço Paulino de Souza, de apenas 20 anos, foi encontrado morto. Ele trabalhava para a usina São José, do grupo Açúcar Guarani.

Com estas mortes, o número sobe para 19 em pouco mais de dois anos. O advogado da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Aton Fon, afirma que o atual acordo entre Brasil e Estados Unidos para a produção de agro-combustível, dificulta a fiscalização do setor tendo em vista que a preocupação do governo agora é aumentar o plantio da monocultura e isso não prioriza as boas condições de trabalho para os cortadores.

“O trabalhador deveria contar com o estado para fazer a fiscalização, estabelecendo este regulamento. Mas neste caso se complica tudo, porque o estado está do outro lado. O estado em lugar de fiscalizar para garantir a saúde do trabalhador, está neste momento mais interessado em garantir o aumento na produção do etanol, em garantir que os usineiros tenham mais acessos a créditos. Neste momento, a defesa dos trabalhadores está bastante desarticulada.”

Um agravante deste problema é que a maioria dos cortadores tem contratos temporários e ganham somente por produção, por exemplo no caso do corte da cana, eles recebem por tonelada. Segundo Fon, isso tira as responsabilidades trabalhistas das empresas que contratam os serviços. Na maioria das vezes um trabalhador corta até 12 toneladas de cana por dia, com dez mil golpes de facão.

**Sem-terra desocupam fazenda de presidente da UDR** - José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/05/2007

MST transporta grupo para acampamentos; Nabhan pede vistoria da Polícia Ambiental na área

Os 120 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) que tinham invadido no domingo a Fazenda Ipezal, em Sandovalina (SP), no Pontal do Paranapanema, desocuparam a área ontem à tarde. A Fazenda Ipezal de 366 hectares, pertence ao presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia.

A desocupação da propriedade foi determinada quarta-feira pelo juiz Francisco José Dias Gomes, da comarca de Pirapozinho. O juiz ordenou que os sem-terra mantivessem uma distância mínima de 10 quilômetros da área invadida. O líder Valmir Rodrigues Chaves, da direção nacional do movimento, disse ontem que a ordem judicial foi cumprida. “Nosso pessoal retornou para os acampamentos que ficam mais distantes”, contou, explicando que o transporte dos invasores para os acampamentos de Presidente Bernardes, Teodoro Sampaio e Presidente Epitácio foi providenciado pelo próprio MST.

Nabhan Garcia encaminhou um ofício ao comando da Polícia Ambiental, solicitando uma vistoria na área invadida. De acordo com o líder ruralista, os sem-terra cortaram árvores nativas para montar os barracos. Além disso, disse ele, houve queima de madeira e foram danificadas as pastagens. Chaves negou que os sem-terra tenham feito estragos na fazenda.

A Ipezal foi a quarta fazenda invadida na região, ainda durante o “abril vermelho”, a jornada de lutas do MST. Chaves afirmou que os sem-terra vão dar uma trégua de 20 dias para preparar uma nova ofensiva na região. “Não vai ter muito descanso, pois antes do final do mês a gente recomeça”, avisou. Ele explicou que os alvos serão fazendas que já foram consideradas devolutas e estão sendo reivindicadas na Justiça pelo Estado, por meio de ações discriminatórias. “É terra suficiente para assentar as famílias que estão há anos acampadas no Pontal.”

Apenas as famílias ligadas ao MST de Teodoro Sampaio somam 1.400, segundo ele. Chaves disse que no total, incluindo outros movimentos, o número de famílias passa de 3 mil. “Temos companheiros que já completaram 10 anos sob a lona.”

**Fazendeiro será julgado dia 14 no Pará** - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/05/2007

Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, fazendeiro acusado de ser um dos mandantes do assassinato da irmã Dorothy Stang, irá a julgamento no próximo dia 14, no Tribunal de Justiça do Pará, em Belém. A missionária norte-americana foi morta a tiros em fevereiro de 2005, em Anapu (PA), pelo pistoleiro Raifran das Neves Sales, o Fogoió, condenado a 27 anos de prisão.

**Milhares de agricultores foram às urnas no maior processo de eleição direta da agricultura familiar do Sul do Brasil** - Marli Bertotti - Sítio Eletrônico da Fetraf – 04/05/2005.

Com um total de 30.779 votantes, o que representa 59.04% do total de eleitores, o processo de eleições diretas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul- Fetraf-Sul reelegeu o agricultor familiar Altemir Tortelli para a coordenação da Federação. Tortelli foi reeleito para um mandato de 3 anos, com uma aprovação de 96,09%. 51. 349 eleitores estavam aptos a votar em mais de 100 municípios. Apesar de apenas uma chapa ter sido registrada, era necessário o comparecimento de, no mínimo, 50% dos agricultores aptos a votar, para que a eleição fosse considerada válida. “ O agricultor deu um voto de confiança á atual direção da Fetraf e nós agora temos o compromisso e a responsabilidade de nos próximos três anos implementar as resoluções do Congresso da Fetraf, realizado no mês passado”, disse Tortelli

O resultado foi divulgado nesta sexta- feira. Para levar a eleição a todas as comunidades das 22 regiões de atuação da Fetraf no Sul do Brasil foram mobilizadas mais de 3 mil pessoas e utilizadas mais de mil urnas. Além das urnas instaladas nas sedes dos sindicatos, centenas de urnas itinerantes percorreram os municípios, nos 7 dias de votação. “É uma prova de maturidade da organização. Estou convencido de que o sistema de votação na base é o mais correto. Em vez de aclamar a chapa, como acontece em muitas outras organizações, realizamos a consulta aos agricultores e agricultoras.”, disse Tortelli. “Reconhecemos o empenho da comissão eleitoral e dos dirigentes dos sindicatos locais, o que foi fundamental para o sucesso desse processo”, salientou o coordenador da comissão eleitoral, Celso Prando.

Veja como ficou a composição da direção executiva:

**EXECUTIVA:**

Altemir Antônio Tortelli - Coordenador Geral – SUTRAF - AU/RS

Ari Pertuzatti - Coordenador Adjunto do Rio Grande do Sul - SUTRAF-AU/RS

Daniel Kothe - Coordenador Adjunto de Santa Catarina – SINTRAF Pinhalzinho/SC

João Valdemar Fortuna - Coordenador Adjunto do Paraná – STR Chopinzinho/PR

Vilson Alba – Organização da Produção e Sócio Economia Solidária – STR-Sarandi/RS

Alexandre Bergamin - Política Agrícola e Agrária - SINTRAF Chapecó/SC

Neveraldo Oliboni - Formação e Qualificação Profissional-Nova Prata do Iguaçu/PR

Bernardete Maschio - Política Sindical e Organização - STR Caçador  
Jair Antonio Niero – Secretaria de Gestão e Finanças - SINTRAF-AU/SC  
Denize Knereck - Políticas Sociais- SINTRAF Laranjeiras/PR  
Severine Carmem Macedo – Juventude - STR Anita Garibaldi/SC  
Marcos Rochinski - Secretaria Geral e Comunicação-Palmeira /PR  
Vera Lúcia Fracasso-Secretaria da Mulher - STR Sananduva/RS

*REPRESENTANTES REGIONAIS NA DIREÇÃO:*

**SANTA CATARINA:**

Alto Uruguai – Reunildo de Santi  
Extremo Oeste – Vilson José Stürmenn  
- Salete Sargenta S. Bianchet  
Xanxerê – Valdir Zembruscki  
Oeste – Edegar Kramer  
- Elisabete V. Signoratti  
Vale do Itajaí – Luiz Carlos Backes  
Região Serrana – Ilton Carvalho  
Região Noroeste - Lisete Bernardi  
- Sandra Bergamin  
Litoral Sul – Arlete Bloemer de Souza  
Planalto Norte - Ilário Komon

**RIO GRANDE DO SUL:**

Serra – Flavio Zampieri  
Altos da Serra – Delma Zucco  
- Claudiomiro Fracasso  
Botucaraí – Roberto Iopp  
Sarandi – Claudinor Lorini  
- Dirce de Oliveira Zatti  
Celeiro – Eni Bach  
- Cleonice Bach  
Vale do Rio Pardo – Neiron Viegas  
Centro – Luiz Comassetto  
Sul – Luiz Weber  
Alto Uruguai – Eloir Griselli  
- Rose Sperotto  
- Alcemir Bagnara

**PARANÁ:**

Sudoeste – Luiz Pirin  
- Tiburcio José dos Santos  
- Loiri Paza  
- Amarildo Secco  
Centro – Jorge Lopes de Jesus  
Centro Sul - José Bertolino

- Luzia Przybysewski  
Campos Gerais – Jocelino Colto Ribeiro  
Metropolitana - Salete Echer  
Vale do Ribeira – Zeni Ribas  
Noroeste – Martimiano Mpio

#### CONSELHO FISCAL

##### *EFETIVOS:*

Sudoeste PR - Vera Da Ponte  
Celeiro RS – Nelson Bonés  
Oeste – SC – Leonir Ângelo Giaretta

##### *SUPLENTE:*

Altos da Serra – RS - Armelinda Fagion  
Xanxerê - SC – Jaime Block  
Centro Sul – PR - Bernardo Vergopólem

**MST desocupa terra de líder da União Ruralista-** Folha de São Paulo – Brasil -  
04/05/2007

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) deixaram ontem a fazenda do presidente nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia, em Sandovalina (624 km a oeste de SP), região do Pontal do Paranapanema. A área tinha sido invadida na madrugada de domingo. Segundo Nabhan Garcia, os sem-terra deixaram a área antes da chegada de um oficial de Justiça e de policiais militares

**Falta terra mas sobra pragmatismo** – Maria Cristina Fernandes – Valor  
Econômico – Política - 04/05/2007

Aos 45 anos, recorrendo em liberdade de condenações que somam 18 anos de prisão, o líder dos sem-terra José Rainha Jr. ausentou-se, pela primeira vez, do Abril Vermelho, mobilização que há dez anos, desde o primeiro aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás (PA), é liderada pelo MST.

Enquanto seus companheiros promoviam o abril de mais invasões da década, o polêmico líder do MST, que já foi considerado um de seus maiores incendiários, arregimentou 3,5 mil pessoas no conflagrado Pontal do Paranapanema, no Oeste de São Paulo, para assinar uma lista de adesões a um projeto de produção de biodiesel. A iniciativa, que prevê até a construção de uma usina numa sociedade entre capitais estrangeiros e assentados, foi alinhavado em reuniões nos gabinetes brasilienses.

Ao contrário do 'Abril Vermelho', marcado pelo discurso mais agressivo contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde seu primeiro mandato, no ato de Rainha, que contou com o apoio dos governos federal e estadual, sobraram elogios ao presidente e ao

governador de São Paulo, José Serra. O ato não foi referendado pelo MST, selando o afastamento entre o líder do Pontal e os dirigentes que já o haviam desautorizado a falar em nome do movimento.

Não é a primeira vez que aflora o pragmatismo do líder dos sem-terra. Rainha chegou ao Pontal no final da década de 80, depois de ser indiciado por co-autoria em dois homicídios durante ocupação de uma fazenda no Espírito Santo.

Instalada a guerra pelo mar de terras devolutas do Pontal, o preço do hectare começou a declinar na região. De invasões em comum acordo para liberar as verbas indenizatórias, foi montada uma teia de apoio político e financeiro aos assentamentos que autonomizou Rainha em relação ao MST. Daí nasceu a rede de simpatizantes capaz de reunir prefeitos do DEM e associações comerciais.

Carismático, é a única liderança sem-terra que sempre aparece ao lado da mulher e dos filhos. Ao contrário de João Pedro Stédile, economista pós-graduado no México, Rainha foi alfabetizado aos 16 anos no interior do Espírito Santo. Tem amigos ilustres como o ex-assessor especial da Presidência, Frei Betto, que sempre o visita nas muitas prisões por que já passou. Aos 88 anos, o jurista Evandro de Lins e Silva, já falecido, aceitou defendê-lo de graça da acusação de duplo homicídio e recebeu um beijo de agradecimento de Rainha ao fim de seu julgamento.

---

### **Rainha torna assentados sócios do agronegócio**

---

Isolado no MST, Rainha aproxima-se do Planalto. No final do primeiro mandato, Lula foi a um assentamento no sul da Bahia, o "Lulão", a convite de Rainha, que elogiou o presidente e o então governador do Estado, Paulo Souto (DEM). No evento, Lula criticou o MST e afagou Rainha. "O povo não pode pagar o preço da insensatez das divergências entre a direção do MST e o governo. Fico chateado porque a gente pode fazer acordos sem barulho", disse sobre o MST antes de virar-se para Rainha, que ganhou um abraço do presidente: "Quero dizer ao Zé Rainha que já vi gente com medo de ficar ao lado dele, porque de vez em quando ele é preso. Sei que quando deixar de ser presidente, muitos que se dizem meus companheiros não serão mais, mas você será."

Lula e Rainha dividem a mesma posição favorável ao casamento entre a agricultura familiar e o agronegócio. A parceria tem-se estendido para outras entidades como a Contag, que também lidera outros projetos de produção de biodiesel no país.

Esta parceria não desagrade ao MST apenas por sua posição histórica contra o agronegócio como pela concorrência na mobilização do campo. No auge da crise do mensalão, o MST, por meio da Via Campesina, articulou um movimento disposto a sair às ruas se vingasse a campanha pelo impedimento de Lula. Havia ali a esperança de fazer o presidente refém dos movimentos sociais.

Lula aceitou de bom grado o apoio mas esteve longe de se tornar refém. Rearticulou-se politicamente agregando o PMDB e podando o PT e aliados históricos como o PCdoB e o PSB. Reelegeu-se e agregou os governadores a essa rede de proteção.

É em reação a essa recomposição de Lula que se movimentam seus antigos aliados. Além do abril mais vermelho do MST, a tríade PSB-PCdoB-PDT começa a colocar seu bloquinho na rua. O ex-deputado José Dirceu, vendo esvaziar-se seu poder de intermediação entre os movimentos e o governo, tem alertado sobre os riscos que o governo Lula enfrenta com esse arroubo de independência dos antigos aliados.

Daí que o ex-deputado apareça como mais um aliado de José Rainha que, no Pontal, é a ponta de lança da coleta de assinaturas por sua anistia. E assim, o líder que vai tornar os sem-terra aliados do agronegócio torna-se o símbolo do pragmatismo da esquerda no governo Lula.

**Maria Cristina Fernandes é editora de Política. Escreve às sextas-feiras**  
**[mcristina.fernandes@valor.com.br](mailto:mcristina.fernandes@valor.com.br)**

**PM desocupa duas fazendas no Paraná** – Estado de São Paulo – Nacional –  
05/05/2007

A Polícia Militar do Paraná desocupou ontem duas fazendas invadidas por sem-terra. Não houve conflitos. O caso mais preocupante era o da Fazenda São Francisco, em Ponta Grossa, invadida em 2005. O dono, tenente-coronel Valdir Copetti Neves, foi preso na época, acusado de formar milícias. Em Guapirama, a São Roque Gonzalez também foi desocupada.

**MST e cortadores de cana fazem protesto** – Estado de São Paulo – Nacional –  
05/05/2007

Mil pessoas, entre cortadores de cana e sem-terra, fizeram manifestação pacífica, ontem, na entrada da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), em Ribeirão Preto. O ato marcou o início da campanha salarial dos trabalhadores e também serviu como protesto contra o agronegócio e a monocultura da cana por parte dos sem-terra. O grupo ficou 1 hora no local.



**Para UDR, governo dá mais medo que o MST** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 06/05/2007

Nabhan Garcia acusa gestão Lula de ter aceitado a pressão dos sem-terra

O setor produtivo rural tem mais medo do governo do que do Movimento dos Sem-Terra (MST), disse ontem o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia. Ele teve sua Fazenda Ipezal, em Sandovalina (Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo), invadida no domingo passado, na última ação do 'abril vermelho', a jornada de lutas do movimento que, em um mês, ocupou 81 fazendas em todo o País.

Os 120 invasores foram despejados por ordem da Justiça na última quinta-feira. Segundo Nabhan, o governo federal 'aceitou a pressão' e intensificou as vistorias visando à desapropriação de fazendas para a reforma agrária. 'Para o MST, você tem saídas jurídicas, mas o que fazer quando é o governo que toma a sua propriedade?', indagou o presidente da UDR.

Várias fazendas, de acordo com Nabhan, foram vistoriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) durante processos de transição da pecuária para a agricultura, ou em fase de reestruturação, após a crise da agricultura dos últimos três anos.

Algumas foram dadas como improdutivas por laudos de produtividade que a UDR considera tendenciosos. Em outras foram encontrados trabalhadores em situação irregular, durante fiscalização do Ministério do Trabalho. Nabhan considera a desapropriação injusta, pois, quando ocorre a mesma situação numa empresa urbana, ela é multada e tem a oportunidade de se regularizar. 'Esses processos são encaminhados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para o presidente Lula, que acaba assinando a desapropriação sem conhecer todo o histórico do caso.'

O fazendeiro expropriado tem a opção de recorrer à Justiça, mas a lei permite que o governo tome posse das terras antes do julgamento final da ação, que pode se arrastar por mais de dez anos. 'O produtor perde o imóvel e fica brigando em vão na Justiça.'

Nabhan acredita que o objetivo da nova ofensiva do MST, anunciada para o final deste mês e já batizada de 'segundo turno', é dar ao governo pretexto para elevar os índices de produtividade no campo e ampliar as desapropriações. 'A pressão para mudar os índices é grande, mas vem mais de setores de dentro do governo.'

Ele lembra que a UDR foi criada para defender o direito de propriedade. 'Tenho a convicção de que esse direito, previsto na Constituição do Brasil, está fragilizado e nunca esteve tão ameaçado', acusa Nabhan. Com relação ao MST, a estratégia da UDR é de criminalizá-lo. 'Nossa meta, daqui para frente, é cada vez mais apertar o cerco jurídico', disse. A cada invasão que ocorrer, a entidade vai exigir que os participantes sejam identificados e processados por crimes como esbulho, danos, ameaça, propagação de incêndios e formação de quadrilha, conforme o caso. Além dos processos criminais, serão

movidas ações civis para a reparação dos danos. Sempre que possível, também será pedida a prisão dos envolvidos.

De acordo com o presidente da UDR, a instituição passou a cobrar ainda o empenho dos agentes públicos na criminalização dos responsáveis por invasões de prédios do governo.

'Quem arca com o prejuízo é o povo.' O objetivo é mostrar para a sociedade que o MST não é um movimento social. 'São foras-da-lei que não contribuem com nada para o País', afirmou.

**Lula no sindicato e na Presidência** - Suely Caldas\* – Estado de São Paulo – Nacional – 06/05/2007

Em 2003 o ex-presidente do Fórum Trabalhista Oswaldo Bargas fez um périplo junto a alguns jornalistas do eixo Rio-São Paulo para anunciar o que seriam as reformas sindical e trabalhista pretendidas pelo governo Lula. Em encontro que tivemos no Rio, na época, Bargas assim definiu conceitos e objetivos das duas reformas: Acabar com o peleguismo e com o sistema sindical vigente desde a era Vargas. Extinguir o Imposto Sindical que financia e estimula o peleguismo e a criação de sindicatos fantasmas. Os sindicatos passariam a viver da prestação de serviços e da contribuição dos associados. Remanescente da era Vargas, a legislação trabalhista seria reformada, atualizada e adaptada às mudanças ocorridas nas relações de trabalho no Brasil e no mundo. O anúncio não foi nenhuma surpresa. Afinal, este sempre foi o ideário pregado, desde o final da década de 1970, pelo moderno sindicalismo surgido no ABC paulista, que tinha em Luiz Inácio Lula da Silva seu maior expoente. Saí do encontro com Bargas animada: nenhum governo reunia condições mais favoráveis que o de Lula para realizar as mudanças necessárias, dar força e autonomia financeira aos sindicatos e trazer para a legalidade milhões de trabalhadores jogados na informalidade, sem nenhum direito trabalhista. Lula tinha conhecimento, experiência, autoridade e liderança com os dirigentes sindicais - de empregados e empregadores. Quatro anos se passaram, nenhuma mudança foi feita, a reforma sindical está engavetada no Congresso, a trabalhista nem começou e foi abandonada. Responsável pela condução das duas reformas, Oswaldo Bargas trocou o cargo de presidente do Fórum Trabalhista pela arapongagem na campanha eleitoral de 2006, envolveu-se com o dossiê Vedoin, recebeu do amigo Lula o apelido de aloprado e hoje anda sumido. Visto por Bargas como o símbolo do peleguismo e do atraso que deveria ser varrido do movimento sindical, Luizant Mata Roma, presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro por várias décadas, não chegou a se sentir ameaçado pela anunciada reforma sindical e ficou no posto até morrer, em 2005. De tudo o que pretendia Lula, a única coisa que sobrou surgiu há dias e está mais para uma ação entre amigos do que para a reforma sindical: até o final deste mês o governo vai encaminhar medida provisória ao Congresso que, em vez de extinguir o Imposto Sindical, como anunciou Bargas em 2003, destina 10% de sua arrecadação para as centrais sindicais - CUT, Força Sindical e a recém-criada Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) -, que irão ratear mais de R\$ 100 milhões. Recolhido pelo Ministério do Trabalho, o Imposto Sindical é pago por todos os trabalhadores,

sindicalizados ou não, e seu valor equivale a um dia de trabalho. Em 2006 ele somou R\$ 1,031 bilhão, 80% rateados entre sindicatos, federações, confederações e agora também as centrais sindicais, que ficarão com metade dos 20% antes destinados ao governo. O dinheiro certo e fácil do imposto é o principal motor a incentivar oportunistas a inventar sindicatos fantasmas, sem associados nem representatividade, com o único objetivo de se apropriar da arrecadação do tributo. Como não há fiscalização do Ministério do Trabalho, os fantasmas proliferam e viram negócios lucrativos para aproveitadores. Além dos 10% do imposto que agora irão apropriar, as três centrais também recebem dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) a pretexto de financiar treinamento e qualificação de mão-de-obra. Na gestão de Francisco Dornelles no Ministério do Trabalho, em 1999, foram descobertos muitos cursos fantasmas, 'funcionando' em salinhas pequenas onde era impossível treinar trabalhadores. São as próprias centrais que decidem a distribuição do dinheiro, em reuniões fechadas do Conselho do FAT (Codefat), em que a falta de transparência é marca obrigatória. Dinheiro público em abundância para sindicatos incentiva fraudes e ascensão de lideranças acomodadas, que se eternizam na direção, garantidas por eleições de cartas marcadas, e abandonam a defesa dos trabalhadores que deveriam representar. Estes, distantes e esquecidos, ignoram o que se passa nos sindicatos e até que os financiam com seu dinheiro de um dia de trabalho. Sindicatos fortes são aqueles que prestam serviços, defendem seus trabalhadores e são por eles reconhecidos com o pagamento da contribuição sindical. Como acreditavam Lula e seu aloprado. No passado.

**\*Suely Caldas é jornalista. E-mail: [sucaldas@terra.com.br](mailto:sucaldas@terra.com.br)**

**O MST seria retrógrado no século 18** - Mailson da Nóbrega \* – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/05/2007

O MST concluiu o 'abril vermelho' com 81 invasões de fazendas, quase o dobro de 2005 (em 2006, se retraiu para não atrapalhar a reeleição do companheiro Lula). Realizadas para cobrar a reforma agrária, as invasões resultaram, mais uma vez, em esbulho, violência e desafio à lei.

O MST seria considerado esdrúxulo no século 18, quando se consolidavam, na Europa, as bases do maior ciclo de prosperidade do Ocidente. Naquela época, 90% dos europeus eram pobres. Três séculos e várias mudanças institucionais depois, a proporção dos pobres caiu para apenas 10%, sendo maior apenas onde vigorou o socialismo real.

Tal prosperidade, que ocorreu também nos EUA e no Canadá nesse período, se originou do surgimento do sistema capitalista, que muito deveu ao estabelecimento de direitos individuais e da eliminação da ação de predadores (como o MST). Desapareceu o risco de perda de patrimônio - e da própria vida - pela ação de saqueadores, de guerras de conquista e soberanos autocratas que podiam confiscar bens e valores. Direitos de propriedade bem definidos e respeito aos contratos, assegurados pelo Estado de Direito e por um Judiciário independente e eficaz, foram fundamentais para o caminho rumo à Revolução Industrial e ao crescimento permanente da economia, o que até então era inédito

na história. A segurança jurídica e a concorrência criaram os incentivos para o investimento, a inovação e o avanço tecnológico.

No século 19, esse processo foi questionado por teorias baseadas em idéias equivocadas, como a mais valia de Marx e a ditadura do proletariado. Delas nasceu o socialismo real, que se tornaria grande fracasso econômico, social e político. Suprimiu as liberdades, ceifou milhões de vidas e naufragou sob o peso de seus defeitos. Hoje, remanesce em Cuba, na Coréia do Norte e em certas mentes, como a dos líderes do MST.

O socialismo real foi apenas uma infeliz nuvem na trajetória iniciada com o iluminismo, um movimento intelectual dos séculos 17 e 18 que acarretou mudanças revolucionárias nas artes, na filosofia, na economia e na política. Do lado político e econômico, seu principal ideário foi o liberalismo, que gerou o sentido de importância da individualidade humana, a liberação do cidadão da subserviência a grupos e o relaxamento dos severos controles decorrentes dos costumes, da lei e da autoridade.

Surgiu uma nova ordem social, cujos motores foram a prática da concorrência institucionalizada na política (diferentes partidos políticos lutando pelo poder em eleições), no processo judicial (defesa e acusação) e na economia (distintos produtores competindo no livre mercado). No mesmo século 19, emergiram formas mais avançadas de competição capitalista e aumentou a participação das majorias no processo político. O binômio formado por economia de mercado e democracia se transformou na mais efetiva máquina de geração de riqueza, de promoção social em favor dos pobres e de bem-estar geral. Nesse contexto, o MST é reacionário. Sua principal bandeira perdeu há muito tempo razão de ser, diante das transformações que ocorreram na agricultura. A reforma agrária serve hoje para o seu discurso bolorento e para justificar o injustificável Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em imperdível entrevista ao jornalista Roldão Arruda (Estado, 29/4/2007), o sociólogo Zander Navarro mostra como caiu a demanda de reforma agrária e aponta o modo de agir do MST, cujas invasões e outras atividades ilícitas são financiadas com recursos públicos.

Navarro expõe o nervo do movimento. 'O MST tornou-se não democrático quando adotou, em 1986, uma estrutura centralizada e altamente hierarquizada. O apego quase militar na manutenção de uma estrutura semi-secreta, com rígido controle sobre os militantes e nenhum debate interno é a evidência de uma organização que despreza a democracia'.

Em resumo, o MST é anticapitalista, autoritário, confronta as instituições e ameaça o direito de propriedade. Não importa se a fazenda é produtiva ou improdutiva. Nenhum indivíduo pode arvorar-se o poder de invadi-la, como sabemos desde que se tornaram vitoriosas as propostas do iluminismo e o liberalismo. Inspirado em idéias ultrapassadas e na abominação do agronegócio, o MST é retrógrado. Já o seria se tivesse existido no século 18.

**\*Mailson da Nóbrega é ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Integrada (e-mail: [mnobrega@tendencias.com.br](mailto:mnobrega@tendencias.com.br))**

**Sem-terra fazem a 18ª invasão em PE** - Monica Bernardes – Estado de São Paulo  
– Nacional – 06/05/2007

Desta vez, MST ocupa propriedade na Zona da Mata em protesto contra saída de superintendente do Incra

O Movimento dos Sem-Terra (MST) promoveu ontem sua 18ª invasão em Pernambuco em um período de apenas 30 dias, ao mobilizar aproximadamente 120 famílias na ocupação de uma propriedade chamada Engenho Pimentel, localizada no município de Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata pernambucana.

A ação, de acordo com informações dos sem-terra, teria acontecido em protesto contra a exoneração da superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Estado, Maria de Oliveira. Ela deixou o comando do órgão na última sexta-feira, depois de ter passado por desentendimentos com integrantes do PT no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Maria de Oliveira é filiada ao PSB pernambucano, mesmo partido ao qual pertence o governador do Estado, Eduardo Campos. A ex-superintendente do Incra mantinha uma boa relação com as principais lideranças dos movimentos sociais em Pernambuco e, por esse motivo, vinha sendo acusada por parlamentares ligados ao setor agrário de supostamente “facilitar” e “estimular” o grande número de ocupações de terra que têm ocorrido na região.

Oficialmente, no entanto, as principais lideranças do MST afirmam que a decisão de invadir o engenho foi tomada em decorrência da insatisfação das famílias de sem-terra com a demora na realização de vistoria na área, que seria improdutiva.

“Faz muito tempo que esperamos por uma vistoria da área. Ainda não sabemos como será a negociação”, informou um dos principais líderes do MST em Pernambuco, Alexandre Conceição. Ele acrescentou que a coordenação do movimento buscará ainda hoje um novo interlocutor no Incra, em razão das mudanças que foram realizadas na superintendência do órgão no Estado.

Esta é a segunda vez que o Engenho Pimentel é ocupado por integrantes do MST. Servidores ligados ao Incra informaram que a propriedade deveria ter sido vistoriada há pelo menos dois meses. Mas, por causa da falta de pessoal no instituto, o trabalho acabou sofrendo atrasos.

“O MST sabia disso e acho que eles ocuparam para forçar o sucessor da ex-superintendente Maria a agilizar o processo”, contou um funcionário ligado ao departamento jurídico do órgão em Pernambuco.

**Agricultores cobram área de usina** – Estado de São Paulo – Nacional –  
07/05/2007

Cerca de 500 trabalhadores da Cooperativa Catende Harmonia (Antiga Usina Catende), localizada no município de mesmo nome na Zona da Mata de Pernambuco, realizaram ontem um protesto pelas principais ruas da cidade. De acordo com dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Catende (Sintaf), a ação foi motivada pelo descontentamento de famílias ligadas à cooperativa com a proposta feita pelo comando da entidade para a repartição das terras da antiga usina.

Desde 1995 a Usina Catende entrou em processo de falência, deixando mais de 16 mil funcionários sem emprego e pagamento dos direitos trabalhistas. No ano passado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) começou o processo de desapropriação de 26 mil hectares de terra e passou a comandar a venda de maquinário para pagar indenizações trabalhistas. Em março, a cooperativa fechou um acordo com antigos proprietários da usina, mas a proposta foi rejeitada por moradores de 16 dos 25 engenhos da área.

“Não foi um acordo justo. Há muita coisa errada em todo este processo. Muita gente que trabalhou a vida inteira na usina morreu sem receber nada”, disse Sebastião Damaceno, que, junta a outros agricultores, tem buscado aconselhamento jurídico em sindicatos e associações da região.

**Teologia da Libertação preocupa** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo –  
Nacional – 07/05/2007

Apesar de desestimulada pelo Vaticano, doutrina latino-americana segue com força e influência no Brasil

No dia 15 de março, a Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício) anunciou no Vaticano a suspensão do padre jesuíta Jon Sobrino, basco que reside em El Salvador desde 1958 - e um dos expoentes da Teologia da Libertação na América Latina. O teólogo foi proibido de dar aulas, proferir palestras e publicar textos, por causa de posições que tem defendido em seus livros sobre cristologia. Ele teria empobrecido a figura de Cristo, reduzindo seus valores divinos, com intenção de aproximá-lo mais dos pobres.

Anunciada a menos de dois meses da visita do papa Bento XVI ao Brasil, prevista para esta semana, a sentença foi vista como um recado aos leigos, freiras, padres e bispos que seguem essa linha teológica no continente. Foi também um sinal de como deve se desenrolar a 5.ª Conferência Episcopal Latinoamericana (Celam) - o principal motivo da visita do papa ao Brasil. Mais do que isso tudo, porém, sinalizou que a Teologia da Libertação, apesar de desestimulada há mais de três décadas pelo Vaticano, com exortações, documentos e punições, ainda tem força e incomoda a direção da Igreja.

“A Teologia da Libertação ainda é a linha hegemônica no clero brasileiro e de boa parte da América Latina e isso é visto como uma grande dificuldade para o Vaticano”, observa o professor Luiz Felipe Pondé, do Departamento de Teologia da PUC-SP. “Uma das razões dessa hegemonia é o fato de outras correntes não terem boa produção teológica. No Brasil, a maior parte das pessoas que produzem trabalhos nessa área são da Teologia da Libertação.”

O teólogo Paulo Suess, que lamentou a punição de Sobrino, aponta outra razão para a permanência dessa linha de pensamento: ela permitiria ver com mais clareza os sinais de Deus nos tempos. “Esses sinais não surgem dentro da Igreja, como acreditam alguns, mas fora dela, no meio da sociedade, na realidade do povo”, diz ele. “Nas últimas décadas, a pobreza na América Latina aumentou, em vez de diminuir. A Teologia da Libertação, que faz a opção preferencial pelos pobres, marginalizados e excluídos, vê esta realidade com mais clareza e por isso é mais contemporânea.”

Um indicador recente de como os seguidores dessa linha permanecem organizados foi a reação à condenação de Sobrino. Ouviram-se protestos desde pequenas comunidades eclesiais de base (CEBs) no interior do Pará a congregações religiosas. Os Missionários Combonianos do Coração de Jesus da Província Brasil Nordeste divulgaram uma carta indignada, lamentando “que boa parte da hierarquia da Igreja Católica demonstra uma grande preocupação com a ortodoxia, mas, ao que parece, pouco se importa com a ortopraxis, que é a vivência da consciência evangélica da qual nasce a opção preferencial pelos pobres.”

Em seu longo pontificado, entre 1978 e 2005, João Paulo II tomou o cuidado de não indicar para as cadeiras de bispo os padres que eram mais claramente identificados com a Teologia da Libertação.

As vozes da cúpula da Igreja que costumavam se levantar em defesa dessa corrente diante do Vaticano estão aposentadas, como os cardeais Paulo Evaristo Arns e Aloísio Lorscheider, ou morreram - e aí podem ser citados d. Luciano Mendes de Almeida e d. José Ivo Lorscheiter, entre outros.

Apesar disso, a corrente ainda tem força na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a maior da América Latina e uma das mais respeitadas no mundo. Segundo o teólogo Suess, isso ocorre porque os novos bispos, ao tomarem contato com a realidade do povo de suas dioceses, acabam se convertendo à causa dos pobres. “A realidade é um poderoso fator de conversão”, afirma ele.

**Sob Lula, invasões de terra se espalham e aumentam 24%** - Thiago Reis e João Carlos Magalhães - Folha de São Paulo – Brasil - 07/05/2007

**Em comparação com segundo governo FHC, houve ações em maior número de cidades**

**Ministro da administração tucana vê expectativa de impunidade com petista, do que discorda o atual titular do Desenvolvimento Agrário**

No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, os movimentos de trabalhadores sem-terra aumentaram o número de invasões de terra e ampliaram o seu campo de atuação em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). Foram 1.708 invasões no primeiro governo Lula e 1.379 nos últimos quatro anos do tucano Fernando Henrique Cardoso, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra) -aumento de 24% na administração petista.

Levantamento da **Folha** a partir desses dados revela que aumentou também em 24% o número de municípios com propriedades invadidas em relação ao segundo governo FHC. No primeiro mandato de Lula, houve invasões em 790 cidades -14% do total de municípios do país. Nos últimos quatro de FHC, foram 638.

Marabá (PA) lidera a lista das cidades com mais invasões no governo Lula. Foram 23. Bonito (PE) ficou em segundo, com 18. Teodoro Sampaio (SP), no Pontal do Paranapanema, 17, assim como Maragogi (AL).

Em quinto lugar, aparece Caruaru (PE), com 16 invasões. No segundo governo FHC, Marabá também ficou na primeira posição, com 16 ações.

### **Causas**

Especialistas divergem sobre a causa da pulverização das ações. Para Bernardo Mançano, da Unesp (Universidade Estadual Paulista), ela é resultado da expansão do agronegócio, que ampliou os conflitos. "Não se trata de uma opção apenas política, mas do resultado direto do crescimento de um modelo concentrador e excludente."

O deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE), que foi ministro do Desenvolvimento Agrário no segundo governo de FHC, afirma que o otimismo dos movimentos sociais com o aliado histórico Lula gerou uma expectativa de impunidade. "Eles pensavam: "É só ocupar que o Lula resolve"."

Ele cita também o não-cumprimento da medida provisória 2.027, de 2000, que impede a vistoria e a desapropriação de áreas invadidas, como outro fator para a impunidade. "Foi criado um vazio jurídico."



O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel (PT-RS), rebate. "Houve uma expectativa legítima e justa, mas não impunidade. O governo tem cumplicidade com a luta pela reforma agrária."

### **Mais movimentos**

Já Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da USP, cita o aumento no número de movimentos agrários como um dos motivos para a nova geografia das invasões. "Os outros movimentos [afora MST] estão invadindo muito mais."

De acordo com os dados da CPT, o MST foi responsável, durante os três primeiros anos sob Lula, por quase 60% das ações. Apenas em 2006 -ano eleitoral-, o movimento diminuiu o ímpeto, com 212 invasões (53% do total). Ainda assim, os outros movimentos mantiveram as invasões.

Na avaliação de Jungmann, o MST não tem mais um inimigo no poder contra quem se afirmar. "Surgem essas dissidências mais radicais, que podem muito bem ser cooptadas por dinheiro estatal", afirma.

Os dados da CPT mostram que, na primeira gestão de Lula, Pernambuco foi o Estado com o maior número de invasões: 344. São Paulo teve 228 e o Paraná, 157. A Folha utilizou os dados da CPT porque a Ouvidoria Agrária Nacional não os estratifica por município.

---

Colaborou CÍNTIA ACAYABA , da Agência Folha

**Marabá lidera o ranking nos dois governos** - Thiago Reis e João Carlos Magalhães com colaboração de Cíntia Cayaba - Folha de São Paulo – Brasil - 07/05/2007

Marabá (a 568 km de Belém, capital do Pará), foco histórico de conflitos rurais, é campeã de invasões de terra tanto no primeiro governo Lula como no segundo governo FHC.

A cidade do sul do Pará registrou 23 invasões a fazendas nos últimos quatro anos. De 1999 a 2002, foram 16 ações.

"É uma área de expansão de fronteira agrícola, com muitos latifúndios e terras griladas", diz Bernardo Mançano, da Unesp. Ariovaldo de Oliveira, da USP, afirma que "Marabá é uma cidade que tem 1,5 milhão de hectares, mas 63% deles são terras devolutas [sem registro privado nem uso pelo poder público] da União. Há 126 grandes imóveis improdutivos".

Outros dois fatores ajudaram a atração de sem-terra no lugar: o fechamento, em 1992, do garimpo de Serra Pelada, que deixou cerca de 80 mil desempregados na região. O outro é a existência de uma linha férrea da Vale do Rio Doce ligando São Luís a Parauapebas (município próximo a Marabá), o que facilitou o deslocamento de migrantes.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel (PT-RS), diz que o governo investe na qualidade dos assentamentos de Marabá.

Em relação a Bonito -segundo lugar no ranking- e a Caruaru -quinto-, Pernambuco tem forte monocultura latifundiária da cana-de-açúcar. Já Teodoro Sampaio (SP) -terceiro lugar- fica no Pontal do Paranapanema, onde o MST é bem organizado. Maragogi (AL) -quarto lugar- tem alto índice de terras devolutas. **(JCM, TR e CA)**

### **MP QUE PROÍBE VISTORIA DO INCRA ESTÁ VIGENTE, MAS NÃO É APLICADA** - Folha de São Paulo – Brasil - 07/05/2007

A medida provisória 2.027, editada em 2000 por FHC e modificada em 2001 (MP 2.183), proíbe que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária realize vistoria, por dois anos, em terras invadidas. Assim, o processo de desapropriação da área fica paralisado. Quando Lula assumiu, os movimentos do campo o pressionaram para que revogasse a MP. O ministro do Desenvolvimento Agrário à época, Miguel Rosseto, disse que mudaria alguns artigos. Mas a MP não foi revogada ou modificada até hoje, apesar de não ser aplicada.

### **Assentados pelo Incra derrubam árvores para plantar ou a serviço dos madeireiros** - Feliipe Awi – O Globo – O País – 07/05/2007

Feliipe Awi - *Enviado especial para Pacajá e Tucuruí (PA)*

PACAJÁ e TUCURUÍ - Esquecidos pelo Incra no meio da Floresta Amazônica, sem assistência técnica, transporte, saúde e educação, os assentados também contribuem para agravar o desmatamento. Eles fazem queimadas para abrir espaço ao plantio de verduras e legumes e, muitas vezes, são também aliciados por grileiros e madeireiros para permitir a derrubada de madeiras nobres nos assentamentos. É um desafio ao objetivo do órgão de intensificar a implantação de assentamentos na Região Norte para, justamente, inibir a ação dos madeireiros que atuam na área há décadas.

Os assentados contam que o vaivém dos caminhões carregados de toras diminui somente por razões climáticas: na época de chuva, eles freqüentemente atolam no imenso lamaçal em que se transformam as estradas. Para continuar a extração, os madeireiros que trabalham ilegalmente avançam sobre os assentamentos.

Segundo o chefe de fiscalização do Ibama de Marabá, Gudmar Regino, boa parte das multas que o órgão aplica se refere a áreas de assentamento, embora nesse caso seja mais difícil identificar o verdadeiro responsável pelo crime ambiental.

— Lá dentro da mata, o agricultor deixa de ser sem-terra, mas fica sem educação, sem hospital e sem infra-estrutura, pela ineficiência do trabalho do Estado. A situação faz com que o assentado acabe cedendo à proposta do madeireiro para vender até as madeiras fora da área de exploração, e acaba contribuindo para o dano ambiental — afirma Gudmar.

A prática é estimulada, segundo especialistas, pela precária orientação ambiental que é dada aos assentados. Antes de serem expulsos por pistoleiros, os moradores do assentamento do Rio Cururuí, na região de Pacajá, no Pará, foram despejados judicialmente sob a acusação de fazer corte raso em áreas proibidas de seus lotes. O autor da ação foi a Madeireira Lisboa, que reivindicava a posse da terra para plano de manejo.

Os moradores alegaram desconhecimento das normas de exploração da terra. Disseram que não receberam a orientação de técnicos ou engenheiros florestais contratados pelo Incra. Os planos de manejo ainda não começaram nem nos assentamentos mais recentes.

— O Incra nos colocou no assentamento e não nos falou nada sobre a preservação do lugar. Achamos que a terra era nossa e poderíamos fazer qualquer coisa ali para plantar — disse Aurinete Monteiro, uma das líderes do assentamento do Rio Cururuí.

#### **Situação será discutida em comissão da Câmara**

A situação dos assentados na região da Amazônia que estão sendo expulsos de suas terras por pistoleiros vai gerar debates dentro do Congresso Nacional. O deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) pedirá que a Comissão de Meio Ambiente da Câmara realize audiência pública, já na próxima semana, para tratar do assunto. A idéia, explicou ele, é que representantes do Incra e do Ministério do Meio Ambiente também sejam ouvidos.

- Vamos tentar unir os dois assuntos: o avanço dos madeireiros (sobre os assentamentos) e o avanço do desmatamento na região - afirmou Gabeira.

#### **Governo cobra consenso para editar MP que reconhece centrais sindicais -**

Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Política - 07/05/2007

O governo espera que, até 10 de maio, as sete centrais sindicais cheguem a um acordo sobre o texto da Medida Provisória (MP) que vai reconhecer o poder de representação dessas entidades. O secretário de Relações do Trabalho, Luiz Antonio Medeiros, avisa que, sem consenso, o Executivo vai arbitrar uma solução. A Nova Central Sindical, defensora das confederações oficiais, rejeita uma norma que dá aos sindicatos o poder de indicar quais são as entidades superiores (federação, confederação e central) que receberão os repasses da arrecadação do imposto sindical.

Essa resistência da Nova Central impediu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinasse a MP no 1º de maio. Com a medida entrando em vigor e sendo aprovada no Congresso, as centrais passarão a contar com 10% da arrecadação do imposto sindical, equivalente a um dia de salário de cada empregado no país. Atualmente, 60% desses recursos ficam com o sindicato, 20% com o governo federal, 15% com as federações e 5% com as confederações. O Executivo, portanto, renunciará à metade da sua participação em favor das centrais.

Segundo a assessoria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a arrecadação total do imposto sindical foi de R\$ 1,247 bilhão em 2006. Esse valor considera trabalhadores urbanos e rurais.

A parte repassada ao MTE foi de R\$ 249,54 milhões. A DRU ficou com R\$ 49,91 milhões. Portanto, o líquido do ministério foi de R\$ 199,63 milhões. A projeção que o MTE

fez para a sua parcela em 2007, considerando apenas a parte líquida, é de R\$ 246,12 milhões. Esse aumento é baseado nas expectativas de aumento da renda e do emprego formal.

O presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), José Calixto Reis, argumenta que as federações de centrais menores poderão perder recursos caso os sindicatos escolham quais entidades receberão o imposto sindical. "O grande problema não está relacionado às centrais, e sim às federações. As que não estão ligadas à CUT poderão perder recursos", disse.

Calixto Reis diz que a central não quer ser um impedimento para levar adiante as negociações, entretanto não descarta a possibilidade de as federações que representa entrarem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a MP. "Não queremos gerar problemas porque o recurso que virá é muito bom. Mas não posso dar uma vida excelente às centrais e dispensar o que está sendo pedido pelas entidades tradicionais", explica o sindicalista, ligado à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Pernambuco.

"Se a questão é apenas o reconhecimento das centrais, por que mexer na forma de distribuição dos recursos, no critério de escolha? Isso é mexer na CLT sem ter necessidade", afirma. O presidente da nova central reclama, ainda, da iniciativa do governo de propor a mudança por meio de uma medida provisória.

Na quinta-feira, o governo reunirá novamente as centrais para tentar resolver a divergência. Mas essa não é a única polêmica a ser superada. As entidades patronais vão resistir contra qualquer tentativa de dar às centrais o poder de negociarem acordos coletivos nacionais. O presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Dagoberto Lima Godoy, argumenta que a ambição das centrais em serem reconhecidas não pode impor às empresas os danos de acordos coletivos nacionais que desconsideram as condições heterogêneas das regiões brasileiras. "O Brasil não tem tamanho único", alerta.

Outro problema identificado por Godoy se as centrais substituam, na prática, os sindicatos, é a troca da cúpula pela base, o que prejudica a legitimidade do representante. Medeiros garantiu que as centrais serão reconhecidas pela MP, mas a negociação coletiva não vai desprezar o sindicato.

Se isso ocorrer, o caminho da disputa judicial já está traçado. Godoy advertiu que a Constituição exige, em seu artigo 8º, a presença de sindicato nas negociações coletivas. Portanto, uma MP não tem poder de emendar a Constituição.

O presidente da Força Sindical, deputado Paulinho (PDT-SP), revelou que as centrais queriam, no início da negociação com o governo, os 20% do imposto sindical que vão para os cofres federais. Mas o governo não abriu mão da metade dessa receita. Outro ponto importante desse tema é o caminho da MP para a mudança das normas. "Tem de ser assim porque um projeto sobre essa matéria poderia levar dez anos para ser aprovado no Congresso", reconheceu o deputado.

Com a mudança, Paulinho acredita que as centrais darão mais força à atuação dos sindicatos e também poderão representar trabalhadores no Judiciário e assinar acordos coletivos de trabalho.

O presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, admitiu que, desde 1983, quando foi criada, a entidade defende o fim do imposto sindical, a liberdade e autonomia de organização dos trabalhadores e o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho. Mas também reconheceu que, mesmo no âmbito da CUT, há sindicatos que somente conseguem sobreviver graças à parte que recebem da arrecadação do imposto sindical.

Santos disse que, na recente negociação com o governo, apenas a CUT propôs um período de transição de três anos para o fim do imposto sindical, repetindo a posição no Fórum Nacional do Trabalho. Depois dessa fase, seria possível cobrar dos trabalhadores apenas a taxa de negociação.

Atualmente, além do imposto sindical, cobra-se taxa assistencial e taxa confederativa. Em alguns casos, essa carga chega a 25% da renda anual de um empregado. No serviço público, onde não se cobra imposto sindical, os sindicatos sobrevivem com contribuições espontâneas. Mas esse ambiente é mais propício à atuação sindical.

Para Santos, os setores da iniciativa privada mais resistentes à atividade sindical são os da construção civil, pela alta rotatividade no emprego, e os do comércio e serviços, pela enorme dispersão dos profissionais. "Infelizmente, a maioria dos dirigentes sindicais não quer o fim do imposto. No Fórum Nacional do Trabalho, propus uma ampla pesquisa sobre esse tema na base, mas fui derrotado", lamentou.

Com a edição dessa MP, ainda em maio, será a segunda tentativa do governo Lula para reconhecer as centrais sindicais. Em 8 de maio de 2006, foi publicada a MP 293, que acabou sendo rejeitada pelo Congresso em setembro. **(Colaborou Cristiane Agostine, de São Paulo)**

**Oficialização deve reduzir número de entidades de sete para cinco** - Cristiane Agostine – Valor Econômico – Política - 07/05/2007

Com o reconhecimento das centrais sindicais, um novo cenário será traçado entre as entidades. Três das sete centrais sindicais que negociam com o governo se unirão em julho na União Geral dos Trabalhadores, com vistas a receber mais recursos da União, o que reduzirá o atual número para cinco.

Mesmo com origens diferentes no movimento sindical, a Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Social Democracia Sindical (SDS) formarão um novo bloco para representar os sindicatos e planejam agrupar mais de 1 mil organizações e ter como base sindical 5 milhões de trabalhadores. As três centrais sindicais conseguiram atrair também grupos como o dos Comerciantes de São Paulo, presidido por Ricardo Patah, que agrupa cerca de 500 mil pessoas.

Segundo os dados que as próprias centrais divulgam, hoje o número de trabalhadores representados seria de 16 milhões, mas elas já prevêm uma migração de sindicatos, federações e confederações para centrais como CUT e Força. "Hoje nós estamos mais interessados em criar uma central forte do que lutar pela legalização das centrais", diz o presidente da CAT, Laerte Teixeira.

As centrais só esperam sua regulamentação para acelerar o novo arranjo. O interesse de legalizar as entidades é principalmente financeiro, pois só com o reconhecimento elas poderão receber 10% do imposto sindical. Os sindicalistas elogiam o respaldo do governo - em especial do ministro do Trabalho, Carlos Lupi - ao colocar a discussão novamente em pauta e com prioridade, por meio de uma medida provisória. "O governo tem demonstrado pressa", apontou Costa, da CAT. "Lupi assumiu com muita expectativa de dar dimensão maior ao ministério, de não deixá-lo 'apagado'", opina o presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto Reis. "Com o reconhecimento das centrais, o ministro terá visibilidade", diz Reis.

**Ruralistas e políticos pressionam contra demarcações em SC** - Natália Suzuki -  
Carta Maior – 08/05/2007

Guaranis, Kaingangs e Xoklengs aguardam a demarcação de suas terras há anos. Articulação política de grupos contrários impede o avanço do processo, mesmo com o reconhecimento das áreas por parte do Ministério da Justiça.

SÃO PAULO – Quatro terras indígenas no Estado de Santa Catarina – Araçáí, Chapecó, Toldo Pinhal e Toldo Imbu - aguardam para que os marcos físicos dos seus limites comecem a ser definidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Contudo, o processo enfrenta dura oposição por parte dos ruralistas e de setores políticos catarinenses.

A pressão contra a demarcação aumentou desde o dia 19 de abril, quando o ministro da Justiça, Tarso Genro, assinou as Portarias Declaratórias dessas terras indígenas. Os documentos reconhecem os estudos antropológicos, que atestam a ocupação tradicionalmente indígena nessas áreas, e reafirmam o parecer da Funai sobre a aprovação desses estudos. A partir da publicação das Portarias, o procedimento administrativo da demarcação pode prosseguir.

Essas quatro terras, localizadas na região oeste de Santa Catarina, contemplam uma área de pouco mais de 9 mil hectares. A quantidade de índios residentes na região não é certa, porque muitos vivem dispersos, mas cálculos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de Chapecó, a população pode chegar até 10 mil índios dos povos Guarani, Kaingang e Xokleng.

Deputados e vereadores da bancada ruralista se articularam contra o andamento das demarcações, segundo Rildo Mendes, coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpi-Sul). O objetivo é fazer com que o Ministério da Justiça revogue ou anule a portaria.

“Com a publicação das portarias, a possibilidade de revogação é praticamente inexistente. Todos os passos do procedimento administrativo foram cumpridos nos seus prazos, inclusive o da contestação. Na visão do MPF, a anulação ou a revogação das portarias é inaceitável e inconveniente”, afirma Maria Rezende Capucci, procuradora da República em São Miguel do Oeste (SC).

Após a conclusão dos estudos antropológicos, três contestações foram feitas: uma pelo Estado de Santa Catarina, outra pelos ocupantes das terras e a última pelos municípios de Saudade e Cunha Porã. Na época, a Funai refutou essas contestações por considerar a validade dos estudos antropológicos.

De acordo com a procuradora, um dos instrumentos de pressão dos ruralistas e políticos é a divulgação de que os agricultores não-índios não receberiam as indenizações previstas pela desapropriação das terras. Segundo ela e as lideranças indígenas, a mídia catarinense tem apoiado essa empreitada ao divulgar falsas notícias.

Dados do levantamento fundiário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apontam que 525 famílias de não-índios – agricultores, posseiros e fazendeiros - vivem sobre as terras a serem demarcadas. Parte da zona urbana da cidade de Abelardo Luz também faz parte da área.

No caso de Toldo Imbu, a ocupação é feita por grandes propriedades; 85% da área de 1,9 mil hectares pertencem a apenas três grandes agricultores, cujo plantio é a monocultura de soja. Nas outras três terras, vivem pequenos agricultores, que desenvolvem o plantio familiar, segundo o Cimi.

De acordo com o Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, instância que congrega organizações indígenas e entidades indigenistas e de apoio, todos agricultores serão indenizados. Os pequenos agricultores que não possuem títulos fundiários, mas comprovarem a ocupação no local, serão reassentados pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), por meio de financiamento do Banco da Terra ou por meio de terras desapropriadas para a reforma agrária. “Ninguém vai ficar tolhido dos seus direitos”, garante a procuradora Maria Rezende Capucci.

Segundo o Ministério Público Federal, o Estado de Santa Catarina é contra as demarcações por ser responsável pela indenização sobre a terra. Geralmente, em processos de demarcação, a União arca com os custos indenizatórios sobre as benfeitorias feitas pelos antigos donos. Neste caso, há uma peculiaridade. De acordo com as informações do Cimi e da procuradoria da República, no começo do século, o Estado se apropriara das terras de ocupação indígena e concedeu a empresas colonizadoras, que, por sua vez, venderam-nas para agricultores. Por conta disso, grande parte dos ocupantes não-índios tem o título fundiário, que caracteriza uma ocupação de boa-fé.

Como o estado é responsável pela cessão indevida dessas terras, é ele quem deve arcar com a indenização, já que um decreto estadual determina tal obrigação.

O Ministério Público Federal afirmou que se houver revogação das portarias, uma ação civil pública será ajuizada contra o Ministério da Justiça e o Ministro será acusado de improbidade administrativa.

### **Importância da demarcação**

“A demarcação das terras tem uma importância histórica, além de representarem melhorias para a qualidade de vida dos indígenas. As terras já são ocupadas [por índios], e ela está ficando pequena, porque a população está crescendo”, afirma Valdecir Oliveira Santos, cacique da aldeia de Toldo Imbu.

O Ministério Público Federal encaminhou uma moção a autoridades e à presidência da República para pedir a conclusão da demarcação de Araçáí. No documento, o MPF aponta a “grave situação em que se encontra a comunidade indígena denominada Guarani do Araçáí que, expulsa de suas terras, já reconhecidas como tal, está residindo em território de outro povo, culturalmente diferente”.

O relatório do MPF menciona que a irresolução acirra o conflito iminente entre indígenas e colonos, “com sérios riscos de morte de ambas as partes” e cita o exemplo: “em recente episódio no qual a comunidade indígena retornou à sua terra, mas foi expulsa pelos colonos que fizeram uso, inclusive, de máquinas da Prefeitura Municipal de Saudades para cavar um buraco no qual ameaçavam enterrar os índios (chamados de “macacos”), sob gritos de que “se queriam terra, iriam tê-la””.

### **Localização e dimensão das terras indígenas de Santa Catarina**

1 – Terra Indígena Araçá, povo indígena Guarani, localizada nos municípios de Saudades e Cunha Porã, com 2.721 ha; 121 famílias de não-índios;

2 – Terra Indígena Xapecó – Gleba Canhadão, povo indígena Kaingang, localizada no município de Ipuçu, com 660 ha (essa gleba faz parte da TI Xapecó, reservada ao povo Kaingang no início do século XIX); 32 famílias de não-índios;

3 – Terra Indígena Toldo Pinhal – Povo Kaingang, localizada nos municípios de Seara, Arvoredo e Paial, com 3.975 ha; 311 famílias de índios;

4 – Terra Indígena Imbu, povo indígena Kaingang, localizada no município de Abelardo Luz, com 1.965 há; 61 famílias de não-índios;

(Fonte: Funai de Chapecó – 19/04/2007)

**Sem-terra acampam no Incra do Ceará** - Estado de São Paulo – Nacional – 08/05/2007

Depois de acampar seis dias em frente à Secretaria de Desenvolvimento Agrário, em Fortaleza, grupo de sem-terra amanheceu ontem acampado em frente à sede do Incra. Eles haviam recebido do governador Cid Gomes (PSB) a promessa de recursos para moradia e projetos de irrigação, entre outros. Os sem-terra cobram agora rapidez do governo federal no processo de reforma agrária e o título da terra para quase 2 mil famílias que vivem em acampamentos. O grupo só pretende sair do Incra quando o superintendente do órgão, Francisco Clesson Dias Monte, voltar de Brasília.



**Governo garante que desocupação continua** - Estado de São Paulo – Nacional –  
08/05/2007

O coordenador do Comitê Gestor da Presidência da República, José Nagib Lima, disse que a retirada de famílias continuará na reserva indígena Raposa Serra do Sol (RR), apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal que suspendeu, até o julgamento do mérito, a retirada de sete fazendas da área, de 1,74 milhão de hectares. “A decisão do Supremo não prejudicará o direito dos índios”, disse Lima. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai) em Roraima, pelo menos 60 famílias não-indígenas permanecem na região. O prazo para a saída dos não-índios da reserva havia terminado dia 30 de abril.

**Comitê fará protesto durante julgamento** - Estado de São Paulo – Nacional –  
08/05/2007

Mais de mil pessoas devem participar de manifestação, na próxima segunda-feira, em frente ao Tribunal de Justiça do Pará, quando começa o julgamento do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida. Ele é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005. Coordenador do Comitê Dorothy, que organiza o protesto, Luciney Vieira disse que o ato será pacífico e tem o objetivo de chamar a atenção para a impunidade no Estado. “Em 33 anos foram 776 assassinatos e nenhuma condenação.”

**Projeto que limita greves é contestado por centrais** - Cristiane Agostine – Valor  
Econômico – Política- 08/05/2007

As centrais sindicais receberam com críticas o projeto de lei que prevê mudança na regulamentação da greve no setor público. A falta de definição sobre o acordo coletivo negociado por servidores públicos em greve é a principal reclamação feita pelos sindicalistas. Para as centrais, o acordo coletivo deveria ser definido antes do projeto de regulamentação de greves.

O presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, considera "um absurdo inverter a negociação" e analisa o projeto de lei como "arbitrário". "Se for para fazer uma regulamentação parecida com a do setor privado, é preciso antes garantir os direitos da negociação coletiva", disse. "Não está garantida a negociação coletiva e como não existe negociação, a única forma de defender os direitos dos trabalhadores é fazer greve". Artur reclamou da falta de diálogo com o governo sobre o tema e considera que o projeto "passou por cima" das entidades. "A CUT se posicionou contra esse projeto de lei e mesmo assim não fui chamado para nenhuma reunião", afirmou o presidente da CUT, maior entidade representativa dos sindicatos do setor público.

Outra crítica é em relação à possibilidade de o Ministério Público ser o mediador dos conflitos entre governo e servidores, e não mais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo assessores do governo, Lula pensa em passar os acordos coletivos para o Judiciário. "Querem tirar a responsabilidade do governo e passar para outro poder", atacou Artur. "A responsabilidade é do patrão e, no caso, o patrão é o governo".

A Força Sindical também contesta a mudança no mediador. Segundo o secretário geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, o correto seria a Justiça do Trabalho fazer a contrapartida nos conflitos entre trabalhadores e governo. "Mudar o mediador é ruim. É preciso que alguém que acompanhe de perto as questões do trabalhador, como a Justiça do Trabalho, seja responsável por isso", afirmou. A Força contesta o fato de o governo considerar, no projeto de lei, que todos os tipos de serviço público são essenciais. "Não pode juntar tudo", disse. "Em vez de cercear a greve, o governo tem de regulamentá-la. Tem de haver uma negociação que seja positiva para o trabalhador", contestou. Juruna acompanhou as discussões no Fórum Nacional do Trabalho e relatou que a Justiça do Trabalho já havia sido acertada como mediador.

Nas negociações do Fórum Nacional do Trabalho, realizado no primeiro mandato do presidente Lula para estreitar o diálogo entre governo e trabalhadores, o documento final protegia o direito de greve dos trabalhadores do serviço público e salientava que "os agentes públicos que, direta ou indiretamente, impeçam ou inibam a negociação coletiva e a ação sindical serão responsabilizados".

Para o presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp), Carlos Ramiro de Castro, o "governo quer impedir os trabalhadores de fazer greve". "O governo vai regulamentar o quê? Ele não negocia o salário do funcionário público, não cumpre nenhuma negociação. É uma arbitrariedade atrás da outra. Agora querem cercear nosso direito de protestar", disse.

As centrais também contestam a contratação temporária de servidores, para substituir os grevistas. "Não dá para aceitar de jeito nenhum", afirmou o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho. "Isso é ferir o direito de greve. Contratar temporário não existe nem aqui nem na China."

O projeto de lei que o governo federal irá apresentar ao Congresso tem quatro itens como base. Além da contratação dos temporários, estão previstas a realização de assembleias para formalizar a convocação da paralisação, a garantia de manutenção dos serviços e da contratação de temporários (com um quórum pré-determinado de servidores que devem trabalhar sempre que houver greve) e o aviso com antecedência dos grevistas. Esses dois itens não devem gerar divergência entre governo e sindicatos, pois já estavam previstos no texto do Fórum Nacional do Trabalho. No documento, os servidores públicos concordaram com a "garantia da manutenção dos serviços e atividades essenciais" e a "comunicação de greve à autoridade competente com antecedência de 72 horas e informação à comunidade com antecedência de 48 horas".

**CNBB defende regularização de terras** - Tatiana Favaro – Estado de São Paulo – Nacional – 09/05/2007

Documento propõe pressionar políticos pelo cumprimento da Constituição; bispo fala em incriminar parlamentares - Reunidos no Mosteiro da Vila Kotska, nos arredores de Indaiatuba, interior de São Paulo, os participantes da 45ª assembleia-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil finalizaram ontem o texto do documento intitulado "Fraternidade e Amazônia - Vida e Missão neste Chão". Trata-se de uma declaração contundente contra a falta de regularização fundiária na região, a ausência do Estado e o desrespeito ao ambiente.

“Os conflitos de terra estão na ordem do dia - a intensa migração continua a inchar cidades e povoados, a violência ceifa vida e gera um clima de insegurança para a população”, diz o texto. “As políticas públicas que propiciem a mínima infra-estrutura para uma vida digna freqüentemente não passam de promessas e costumam a ser implementadas.”

Ainda em relação à questão fundiária, o texto enfatiza a necessidade de “pressionar os políticos”, deputados e senadores, para que seja cumprido o artigo 51 da Constituição - que trata justamente da regulamentação das doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a 3.000 hectares, realizadas de 1962 a 1987. A falta de definição sobre as terras públicas é um dos maiores problemas da região.

“Os deputados e senadores devem ser incriminados a respeito disso. E é por isso que temos urgência de uma reforma política, em que o povo possa representativamente, sim, mas também diretamente, exigir as reformas e projetos de que temos urgência”, afirmou o bispo de Blumenau (SC), d. Angélico Bernardino, ao comentar o documento, durante entrevista coletiva. “Se alguém rouba um pão numa padaria, vai para a cadeia. Um deputado, um senador que não obedece à Constituição fica recebendo vultosos salários e nada acontece. É uma omissão vergonhosa.”

Ainda na coletiva, d. Angélico e os bispos d. Itamar Vian, de Feira de Santana (BA), e d. Orani Tempesta, de Belém (PA), abordaram a questão da reforma agrária. Para eles, o programa deveria ser acelerado para atender melhor aos interesses do povo e não de grupos econômicos.

“Mesmo que o presidente queira pisar um pouco mais no acelerador, há muita gente com o pé no breque, fazendo lobby, influências de grupos econômicos nacionais, internacionais, banqueiros”, afirmou d. Angélico. “Gostaria que o Lula fizesse isso. Foi para isso que teve o respaldo dos votos populares.”

No documento sobre a Amazônia, os bispos também afirmam que se trata de uma região vulnerável pelo fato de despertar cobiças: “A existência de incalculáveis riquezas naturais tem atraído para a região todo tipo de gente, desde os aventureiros de sempre que querem enriquecer de forma ilegal, abusiva e desrespeitosa, em curto tempo e depois vão embora, até famílias que sonham com melhores condições vida.”

Os bispos sugerem que sejam multiplicadas as instâncias de debates sobre a região. “Devem ser promovidos sobretudo pelas universidades, associações, sindicatos, ONGs e movimentos sociais”, afirmam.

**Incra quer 22 fazendas em SP** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 09/05/2007

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) quer destinar 22 fazendas - com uma área total de 33 mil hectares - para a reforma agrária, neste ano, no Estado de São Paulo. O custo total das desapropriações será de R\$ 160,3 milhões.

As terras que serão transformadas em assentamentos estão em regiões valorizadas do oeste e norte do Estado, como a Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, de 1,8 mil hectares, estimada em R\$ 23,2 milhões. A menor gleba, com 153 hectares, fica em Itanhaém, litoral paulista, e deve receber apenas cinco famílias. O Incra vai pagar R\$ 101 mil.

No total, o órgão prevê o assentamento de 2.285 famílias nessas terras. A maior parte das áreas, entretanto, ainda depende de decisão judicial para ser liberada. Os proprietários entraram com recursos contra a desapropriação. Em alguns casos, é contestado o motivo da desapropriação, como a alegação de improdutividade. Em outros, a queixa é com o valor oferecido.

Quatro fazendas já tiveram neste ano o direito de propriedade transferido para o Incra. A maior delas, a Fazenda Capivara, em Iaras, no sudoeste do Estado, de 4 mil hectares, foi ocupada no “abril vermelho” do Movimento dos Sem-Terra (MST). A imissão de posse para o Incra foi dada durante a ocupação.

**Empresa se nega a indenizar libertados** – Estado de São Paulo – Nacional – 09/05/2007

Flagrada utilizando trabalho análogo à escravidão pelo Ministério do Trabalho, sábado, em Novo Repartimento (PA), a agropecuária Rio Arataú, do Grupo Queiroz Galvão, se nega a indenizar 11 trabalhadores libertados. Alega que não foram contratados pela empresa, mas por “gatos” (intermediários). E avisou que só pagará indenização se for acionada pela Justiça do Trabalho. O coordenador de Fiscalização, Klinger Moreira, disse que os homens estavam sem alimentação havia três dias e trabalhavam em condições degradantes. A Rio Arataú é reincidente na acusação de contratação ilegal de trabalhadores.

**Discussões do Fórum Social Mundial** – Estado de São Paulo – Nacional –  
09/05/2007

O que é desenvolvimento e quais os seus reflexos sobre uma melhor qualidade de vida? A resposta para essa pergunta é o assunto principal do livro *Desenvolvimento e Direitos Humanos: Diálogos no Fórum Social Mundial* (176 págs., R\$ 29,00), um lançamento da [Editora Fundação Peirópolis](#). Um livro escrito por onze autores. Nele, as discussões realizadas no Fórum Social Mundial sobre as questões determinantes da desigualdade social.

**1º de Maio: a passagem do tempo**- Boris Fausto - Folha de São Paulo – Opinião -  
09/05/2007

**Surgiu na festa um traço novo: as duas maiores centrais sindicais, embora com eventos separados, se puseram ao lado do governo**

O JORNALISTA Edgard Leuenroth, que, acima de tudo, foi um exemplar líder anarquista de São Paulo, costumava contar uma história a jovens militantes, isso há uns 50 anos, sobre as celebrações do 1º de Maio em época anterior a 1930.

Tentando resumir, Leuenroth dizia que, na véspera do Dia do Trabalho, a polícia prendia, como prevenção, os militantes anarquistas mais conhecidos. Presos, mal dormiam, na expectativa do que aconteceria pela manhã, bem cedo. Quando tudo ficava em silêncio, quando o apito das fábricas não cortava o ar, comemoravam atrás das grades, na certeza de que dera certo a greve geral anunciada nos panfletos e preparada com muito cuidado.

A cena, até certo ponto idílica, embelezada pela memória, dá margem a alguns retoques. Os militantes eram puros e duros, mas, afinal de contas, seres humanos, com todas as suas virtudes e fraquezas; a classe trabalhadora era quase carente de direitos, e os anarquistas, ao contrário do que alguns historiadores chegaram a pensar, nunca passaram de um pequeno grupo, mais significativo pela contracultura do que pela atuação política, com uma influência difusa entre os operários imigrantes.

A história contada por Leuenroth me veio à mente quando lia o relato das comemorações do 1º de Maio deste ano em São Paulo. Que distância no tempo! A partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a legislação trabalhista foi sendo gradativamente implantada, os sindicatos- sob controle do Estado- foram legalizados e sustentados pelo imposto sindical, alguns direitos sociais estenderam-se bem depois aos sempre esquecidos trabalhadores do campo.

Alguns traços das comemorações do 1º de Maio deste ano representaram uma continuidade com o que ocorreu em anos anteriores. Assim, a hoje consolidada transformação de um dia de luta em um dia de festa, cujas maiores atrações são os sorteios de prêmios valiosos -como automóveis e apartamentos- e um show de cantores populares.

A muito custo os sindicalistas conseguem intercalar algum discurso, no qual a retórica estridente mal oculta o vazio de conteúdo.

Censurar a massa popular por esse comportamento não faz sentido, pois a tendência à despolitização e a busca de alcançar a realização de sonhos individuais fazem parte de todo o universo social, e não deste ou daquele segmento.

Mas surgiu na festa um traço novo. Pela primeira vez, as duas maiores centrais sindicais -a CUT e a Força Sindical-, embora realizassem eventos separados, colocaram-se ao lado do governo. Há boas razões para isso.

Na verdade, a elite sindical, em grau variável, chegou ao poder. Em grau variável, pois uma coisa é a inserção governamental de quadros provenientes da CUT, e outra, a da Força Sindical, que tem vinculação estreita com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, detentor da chave do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

De sua parte, apesar das repetidas afirmações dos primeiros meses de seu primeiro mandato, o presidente Lula "se esqueceu" das reformas trabalhista e sindical que, hoje, a rigor, se resumem à proposta de repartir uma parte do bolo do imposto sindical entre os sindicatos e as centrais.

Isso não significa, é claro, que tenha sido finalmente implantada a república sindicalista, objetivo dos populistas radicais no passado e fantasma exorcizado, pela via do golpe, pelos militares e as hostes conservadoras.

Vários setores do governo, especialmente os da área econômico-financeira, estão bem distantes da origem e da visão de mundo do sindicalismo. Mas a ideologia e os métodos dominantes nos meios sindicais explicam muito de certas características do atual governo, a começar pelo presidente da República.

Assim, não há nada de surpreendente no léxico do deputado e líder da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, que trata de dar "dignidade" ao tema do meio ambiente, transformando-o de "coisa de veado" em coisa de macho a ser encampada pelos trabalhadores. Nem deve nos surpreender as propostas autoritárias que surgem de tempos em tempos. Por ora, a última foi a do deputado e ex-líder sindical Ricardo Berzoini, que sonha controlar a mídia em época eleitoral, "para evitar abusos".

Lembro, saudosamente, a figura de "seu" Frias, que, com sua tenacidade empresarial e sua pertinácia na construção de uma imprensa independente, aberta a muitas vozes, legou ao país um jornal tão importante como a **Folha de S.Paulo**.

---

**BORIS FAUSTO**, historiador, é presidente do Conselho Acadêmico do Gacint (Grupo de Conjuntura Internacional) da USP. É autor de, entre outras obras, "A Revolução de 30" (Companhia das Letras).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. [debates@uol.com.br](mailto:debates@uol.com.br)

**Cerca de mil sem-terra invadem áreas públicas na BA e no CE - Folha de São Paulo – Brasil - 09/05/2007**

Manifestantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram, desde o início da semana, duas áreas públicas na Bahia e uma no Ceará. Cerca de mil famílias, segundo o MST, invadiram anteontem duas unidades da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) na Bahia, em Barreiras e Juazeiro.

Segundo os sem-terra, o protesto é pelo não-cumprimento de acordo firmado no ano passado com a Codevasf e o Ministério da Integração para assentar 800 famílias na região do Projeto Salitre, em Juazeiro. A Codevasf diz que os assentamentos são de responsabilidade do Desenvolvimento Agrário.

Já no Ceará, integrante do MST invadiram ontem o prédio do Incra em Fortaleza.

**Governo brasileiro destaca a reforma agrária como tema fundamental de discussões no mundo – INCRA - 09/05/07**

O tema da reforma agrária, no que diz respeito a desenvolvimento sustentável e segurança alimentar, faz parte da pauta de discussões da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Órgão da ONU, a FAO reuniu representantes de 189 Estados membros e uma organização-membro (a União Européia) no final de abril, em Roma, na Itália. O encontro contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Segundo ele, o principal resultado é a legitimização do tema dentro das discussões da FAO. “É fundamental que este tema, tão importante, esteja em discussão no mundo”, defende Cassel.

O Brasil é um dos países que mais avançou na questão do acesso à terra, por meio da reforma agrária. No encontro realizado em Roma, segundo o ministro, o governo brasileiro quis fortalecer a tese de que não se consegue desenvolvimento sem a reforma agrária. “O governo brasileiro, por meio do do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério das Relações Exteriores, empreendeu um esforço muito grande para legitimar e atualizar o tema como um assunto que deve constar da pauta mundial. E, tanto a FAO quanto o Fida (Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura) já têm assimilado o tema reforma agrária como fundamental”, destaca.

O Comitê de Agricultura da FAO, ao final do encontro, recomendou que na próxima reunião do Conselho da FAO, em junho, será estabelecido qual departamento do órgão irá tratar do tema reforma agrária. Além disso, também deverá ser apresentado, na ocasião, um levantamento de todas as ações em reforma agrária desenvolvidas pela FAO. O encontro também propôs a inclusão do tema reforma agrária e desenvolvimento rural, assim como a

continuação da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), na agenda dos países membros do encontro.

#### Seguimento da CIRADR

A questão da reforma agrária segue na pauta mundial após a realização da II CIRADR, que foi sugerida pelo Brasil, aprovada pela FAO e realizada em Porto Alegre em março de 2006. O evento discutiu temas como acesso à terra e desenvolvimento sustentável, 27 anos depois da primeira conferência mundial (WCARRD).

O seguimento da CIRADR e do estabelecido em sua Declaração Final constituem pontos considerados importantes sobretudo pelos países em desenvolvimento. O Brasil e a região da América Latina e do Caribe têm mantido o compromisso assumido na CIRADR e têm realizado atividades de seguimento da conferência de Porto Alegre, destacou o ministro na Itália.

Cassel defendeu também, durante o encontro da FAO, o cumprimento do estabelecido no artigo 30 da Declaração Final da CIRADR, que prevê, entre outros pontos, o apoio a iniciativas internacionais de parcerias relativas à reforma agrária e ao desenvolvimento rural. O artigo 30 recomenda que o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) da FAO, em coordenação com seu Comitê de Agricultura (COAG), adote medidas apropriadas para a implementação da Declaração Final da CIRADR.

De modo a monitorar a implementação da Declaração Final, recomenda também que o CSA adote um conjunto de diretrizes de adicionais para a preparação de informes. Estes processos devem incluir a participação da sociedade civil e outras organizações da ONU que lidam com soberania alimentar, segurança alimentar, reforma agrária e desenvolvimento rural.

#### **CNBB defende reforma agrária e regularização de terras - – Sitio Eletrônico do MST – 09/05/2007**

Os participantes da 45ª assembléia-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fazem declaração contundente contra a falta de regularização fundiária na região, a ausência do Estado e o desrespeito ao meio ambiente.

Outro problema, segundo o documento "Fraternidade e Amazônia - Vida e Missão neste Chão", terminado ontem em reunião no interior de São Paulo, é a "cobiça" de pessoas e grupos que querem enriquecer com a exploração da floresta.

Em entrevista coletiva, os bispos defenderam também a reforma agrária. Os bispos d. Angélico, de Blumenau (SC), d. Itamar Vian, de Feira de Santana (BA), e d. Orani Tempesta, de Belém (PA), colocaram a necessidade aceleração da reforma agrária para atender os interesses do povo e não de grupos econômicos.

“Há muita gente com o pé no breque [em relação à reforma agrária], fazendo lobby, influências de grupos econômicos nacionais, internacionais, banqueiros”, afirmou d. Angélico. “Gostaria que o Lula fizesse isso. Foi para isso que teve o respaldo dos votos populares”, completou.



Segundo documento da CNBB, "os conflitos de terra estão na ordem do dia - a intensa migração continua a inchar cidades e povoados, a violência ceifa vida e gera um clima de insegurança para a população".

"As políticas públicas que propiciem a mínima infra-estrutura para uma vida digna freqüentemente não passam de promessas e custam a ser implementadas", analisa o texto.

No documento sobre a Amazônia, os bispos afirmam que se trata de uma região vulnerável por despertar cobiças de diversos setores econômicos pela riqueza da biodiversidade no país.

"A existência de incalculáveis riquezas naturais tem atraído para a região todo tipo de gente, desde os aventureiros de sempre que querem enriquecer de forma ilegal, abusiva e desrespeitosa, em curto tempo e depois vão embora, até famílias que sonham com melhores condições vida", critica o documento.

A CNBB coloca também a importância da participação popular nos debates sobre a região, especialmente em universidades, associações, sindicatos, ONGs e movimentos sociais.

**MST ataca governo e usinas, em espanhol** - Guilherme Scarance – Estado de São Paulo – Nacional – 10/05/2007

Manifesto com aliados de outros dois países não circulou no Brasil

Além dos bagres e da licença ambiental, o governo Lula terá de enfrentar um de seus aliados históricos se quiser levar adiante a construção de usinas hidrelétricas no Rio Madeira. Embora não tenha divulgado no Brasil, o Movimento dos Sem-Terra (MST) exhibe com destaque, no seu site em espanhol, uma declaração conjunta de seis movimentos sociais, de três países, atacando as obras: "Não passarão sobre o povo do Madeira."

"Repudiamos e consideramos inaceitável a postura do governo brasileiro de querer conceder a licença a qualquer custo e rapidamente ao projeto das represas de Santo Antonio e Jirau", alerta. "É inadmissível que se inicie o processo de concessão de licença de obras cujos impactos foram deliberadamente mascarados e minimizados."

O manifesto, de três páginas, "exige" dos órgãos governamentais duas medidas: "A anulação do processo de licenciamento das represas" e "recusar em sua totalidade o projeto do Complexo do Rio Madeira por seu caráter transnacional, predatório e centralizador". O grupo planeja medidas de "autodefesa e auto-organização".

O texto é resultado de um encontro realizado no dia 5 de março, em Porto Velho (RO). Estiveram presentes o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) - do Brasil -, a Federação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses de Pando (FSUTC) e a Federação Departamental de Mulheres Camponesas de Pando (FDMC) - da Bolívia -, e a Comunidade Cristã de Huetepuhe - do Peru.

Os movimentos registraram o objetivo de fundar o “Movimento Social das Comunidades do Madeira”, reunindo agricultores e populações afetadas por represas no Estado de Rondônia e nos distritos de Pando, na Bolívia, e Madre de Dios, no Peru. Eles anunciam uma “resistência conjunta aos grandes projetos programados para beneficiar o agronegócio e empresas mineradoras e madeireiras, em particular o Projeto do Complexo do Madeira”.

**Em protesto, MST tira eucaliptos de assentamentos** - Folha de São Paulo – Brasil - 10/05/2007

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) arrancaram ontem mudas de eucalipto plantadas por 14 famílias em assentamento do próprio movimento, em Pinheiro Machado (a 362 km de Porto Alegre). As famílias que plantaram eucalipto aderiram ao Programa Poupança Florestal, da VCP (Votorantim Celulose e Papel), mas a liberação deste tipo de plantio ainda está em análise pelo Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Há 20 dias, o Inca no Rio Grande do Sul notificou os assentados que assinaram contrato com a empresa por não ter sido avisada sobre as negociações, o que poderia implicar na perda dos lotes.

A direção do MST determinou que as mudas fossem arrancadas, com base na notificação do Inca e também por não concordar com o cultivo de eucalipto nos assentamentos.

**Investigados soltos podem ser indiciados** – Mari Tortato - Folha de São Paulo – Brasil- 10/05/2007

A delegada da Polícia Federal que preside o inquérito da Operação Moeda Verde, Julia Vergara, disse anteontem que os investigados liberados “não estão livres de indiciamento” por suspeita de participação no esquema de fraudes em autorizações para construção em áreas de proteção ambiental em Florianópolis.

A pedido dela, a Justiça Federal decretou a prisão preventiva dos quatro investigados ainda presos: o secretário municipal de Urbanismo, um diretor dessa secretaria, um ex-servidor da Fatma (agência ambiental do Estado) e um vereador. As prisões, segundo a Justiça, foram por “necessidade processual” e não implicam juízo sobre culpa ou inocência.

O juiz Zenildo Bodnar ordenou que sejam afastados do trabalho, enquanto durar a investigação, servidores da Floram (fundação de ambiente da cidade) e um chefe de gabinete de vereador já soltos.

## **Fórum pela Reforma Agrária ocupa a sede da Conab no Rio – Site Eletrônico do MST – 10/05/2007**

Movimentos sociais do campo, ligados à luta pela Reforma Agrária, ocuparam na tarde de terça-feira, dia 8, a sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no centro do Rio de Janeiro. Cerca de 60 trabalhadores rurais protestaram pela irregularidade no fornecimento de cestas básicas para as famílias acampadas e recém assentadas. Eles também pediram a implantação efetiva, no estado do Rio, do Programa de Aquisição de Alimentos, destinado à compra dos produtos de assentamentos e agricultores familiares.

Após um momento de tensão na entrada do órgão, os Sem Terra e pequenos produtores foram recebidos pelo superintendente da Conab, Marcelo Junqueira Ferraz. Os agricultores denunciam que este ano só houve uma remessa de cestas básicas para famílias que vivem em área de Reforma Agrária. Eles já deixaram o local.

Durante a negociação, Ferraz informou que os recursos deste ano para a compra de cestas básicas ainda não foram liberados. De acordo com ele, somente Mato Grosso do Sul e Brasília dispõem de itens restantes do ano passado. Ele se comprometeu a avisar à Ouvidoria Agrária Nacional e pedir atenção emergencial para a situação das milhares de famílias que estão sendo prejudicadas pela lentidão do governo federal.

### **Vigília no Incra**

Os agricultores que fizeram a manifestação estão acampados, desde 26 de abril, na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Rio. Pela primeira vez no estado do Rio, os principais movimentos sociais do campo se uniram para lutar pela Reforma Agrária. Participam a ocupação o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao Movimento Trabalho e Liberdade (MTL) e à Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag).

Também apóiam a ação a Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Associação dos Funcionários do Incra (AssIncra). As entidades formam, desde 2006, o Fórum Estadual pela Reforma Agrária.

Seus representantes debateram com o superintendente do Incra, Mario Lucio, a pauta dos movimentos no estado. Na segunda-feira, dia 7, os manifestantes entregaram ao presidente do órgão, Rolf Hackbart, uma carta na qual o Fórum descreve o abandono ao qual as famílias acampadas têm sido submetidas.

O documento também afirma que os novos assentamentos no Rio “não podem e nem deveriam ser chamados de Projetos de Assentamento, pois seu estado ainda é bastante precário. Faltam estruturas, casas, estradas, topografia, assistência técnica, enfim, condições mínimas para que as famílias se sustentem nas áreas a elas destinadas”.

A demora na concessão de licenças pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e a falta de projetos consistentes para o desenvolvimento dos assentamentos inviabiliza a produção das famílias e pode levar a um aumento no índice de desistência nos lotes.

A vigília é uma ação pacífica, que luta também pela reestruturação do Incra, com mais recursos, funcionários, melhoria dos salários e infra-estrutura. Os lavradores pretendem permanecer no local por prazo indeterminado. Enquanto aguardam soluções para os problemas levados ao Incra, os agricultores participam de atividades culturais e de reuniões.

Em abril, durante a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, o MST realizou duas novas ocupações no estado do Rio visando pressionar o Governo Federal a

acelerar os processos de desapropriação e assentamento e também denunciar a violência contra os movimentos sociais. Existem 12 acampamentos ligados ao MST no estado. Em todo o Brasil, 150 mil famílias esperam ser assentadas.

**Governo busca consenso para lei de greve** - Claudia Safatle – Valor Econômico – Política - 10/05/2007

O projeto de lei que regulamenta o direito de greve no setor público será debatido, nos próximos 60 dias, com os ministros do governo e com alguns especialistas do setor privado para, só depois de um razoável consenso, ser enviado ao Congresso Nacional. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, coordena, hoje, a primeira reunião do governo, com a presença de representantes da Casa Civil e do Ministério do Trabalho, entre outros, para discutir o teor do projeto de lei. A negociação coletiva não entra nessa regulamentação. Sua institucionalização será objeto de outro projeto de lei que o governo pretende enviar também este ano ao Congresso, que ratificará a resolução 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), atendendo, assim, a uma antiga reivindicação do movimento sindical.

Uma primeira minuta da lei de greve foi elaborada pelo Planejamento e é bem mais restritiva do que a proposta que o então ministro do Trabalho, Luiz Marinho, agora na Previdência Social, extraiu do Fórum Nacional do Trabalho. Esta, na avaliação do Palácio do Planalto, é permissiva para os grevistas e restritiva para a administração pública.

A proposta de Marinho é, de fato, condescendente. Em caso de paralisação de uma determinada categoria, segundo a proposta, há restrições para a administração pública fazer contratos temporários com trabalhadores que irão substituir os grevistas. Ela estabelece prazo de 72 horas para que, decidida a greve, a entidade sindical notifique a autoridade competente e informe à sociedade com 48 horas de antecedência. No parágrafo único, contudo, dispensa do aviso prévio greves motivadas "por descumprimento dos instrumentos normativos (...)", embora o texto não defina o que isso significa.

A minuta preparada pelo fórum determina o corte de ponto dos grevistas, mas deixa uma brecha - "salvo acordo entre as partes". Por essas razões, esse projeto não está sendo considerado pelo governo. Mas, com a decisão de estender o debate do projeto para os demais ministros, com certeza Luiz Marinho voltará a ser interlocutor importante nesse processo.

O presidente Lula deixou claríssimo para Bernardo que não concorda com a remuneração dos dias parados. "Greve remunerada é férias", tem repetido o ministro do Planejamento.

Há outros aspectos que ainda não estão definidos, mas sobre os quais o ministro do Planejamento tem uma posição clara. A definição do que é serviço público essencial e as regras de funcionamento da prestação desses serviços durante uma greve, assim como os mecanismos de contratação temporária, ainda estão em discussão, mas são dois aspectos relevantes para ele.

Como, agora, o assunto já saiu da esfera do Planejamento, passou pela Advocacia Geral da União (AGU) e será motivo de reuniões com outros ministros, Bernardo está reticente. "Esse é um tema sensível", assinala.

O ministro já informou aos sindicalistas que o governo pretende ratificar a resolução 151 da OIT, institucionalizando o mecanismo da negociação coletiva. Esse projeto deverá

tramitar no Congresso de forma simultânea ao da regulamentação do direito de greve no serviço público. A negociação coletiva, porém, não é um tema trivial. Há juristas que entendem que os funcionários públicos, acolhidos no Regime Jurídico Único (RJU), não podem ter contrato coletivo de trabalho.

Esse assunto foi motivo de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), há alguns anos, que entendeu que o contrato coletivo não é permitido ao funcionalismo. Assim, será preciso uma emenda constitucional para estabelecer a negociação coletiva. Depois que a emenda for aprovada pelo Senado, o governo terá prazo de um ano para adaptar a legislação brasileira à convenção da OIT.

A institucionalização da negociação coletiva vai demandar vários desdobramentos. Terão que ser definidos todos os passos necessários antes de se chegar a um esgotamento do processo negocial e partir para o recurso de última instância, que é a greve. Isso vai incluir recursos de mediação, mecanismos de arbitragem, provavelmente a determinação de uma data-base para o reajuste do funcionalismo, além da definição de quem representará as partes, entre outras medidas.

#### **Igreja progressista na clandestinidade** – Maria Inês Nassif - – Valor Econômico – Política - 10/05/2007

Se Madre Cristina estivesse viva, e a ela fosse perguntado o que fariam os adeptos da Teologia da Libertação empurrados por uma igreja cada vez mais conservadora, provavelmente ela teria respondido: permaneceriam na Igreja e continuariam à esquerda da ordem instituída. Algo como se manter, pelo menos, como uma pedra no sapato daqueles que têm poder na instituição. Numa entrevista à revista "Debate & Crítica", em 1990, ela já acusava o golpe que os chamados progressistas católicos sofreram no papado de João Paulo II (1979-2003). "Este papa está sendo péssimo. Ele está conseguindo desmontar a igreja, porque tira os bispos progressistas e nomeia os reacionários". Mas, afirmou, os progressistas ficariam na mesma igreja do papa que os perseguia. "Eles (os progressistas) não querem sair (...). Querem trabalhar - vamos dizer assim, na clandestinidade. Criar um cisma não soma, divide".

Madre Cristina era um expoente da Teologia da Libertação. Doutora em Psicologia, fundadora do Instituto Sedes Sapientiae, fez tudo o que fizeram outros padres e freiras da ala progressista que, entre 1964 e 1985, resistiram à ditadura militar, deram abrigo a perseguidos políticos - inclusive os envolvidos com a luta armada - e tiveram efetiva militância política, a um custo de centenas de presos e alguns mortos. Nos anos 70, no período mais sangrento do regime militar, ela fazia parte de uma das alas da Igreja que, de certa forma, já vivia no trabalho clandestino de esconder e proteger os opositores do regime. Morreu em 1997, antes que o PT chegasse ao poder. Ainda assim, dizia, na mesma entrevista, naquele início dos anos 90: o PT ainda não era PT, mas PI.

"PI é Partido da Igreja e do Intelectual. (...) O PT precisa trabalhar com esse povão. Estar ali de manhã, de tarde, de noite. Acho que está precisando disso. O PT precisa ter canais assim, para entrar mais nesse povão e ganhar mais a massa", dizia Madre Cristina.

Essa igreja progressista que resistiu à ditadura vive, e sempre viveu, as contradições da instituição religiosa e da realidade política. Em 1964, grande parte dos bispos apoiou o golpe militar, certa de que estaria, com isso, livrando-se do fantasma do comunismo.

---

## Esquerda da igreja é pedra no sapato

---

No cenário internacional, no entanto, a igreja já vivia as contradições trazidas pelo Concílio Vaticano II (1962-1966), iniciado sob João XXIII e concluído já no papado de D. Paulo VI, um marco não apenas na modernização da instituição, mas um salvo conduto para a "opção preferencial pelos pobres". O papa Bento XVI, na época, era apenas o clérigo Joseph Ratzinger, mas defendeu as posições da ala progressista - disse, em várias conferências, que esperava que o Concílio servisse como instrumento para que a Igreja pudesse sair "do gueto" em que se encontrava desde o século XIX e novamente se envolvesse com o mundo.

Na América Latina, a ação política no mundo laico praticamente foi impossibilitada por cruéis regimes militares. A igreja, se não consolidou um consenso em torno da Teologia da Libertação, acabou se unindo, na maioria dos países, em torno da defesa dos direitos humanos e protegendo perseguidos ou refugiados políticos. No Brasil, na medida em que se evidenciavam práticas de maus-tratos e torturas a presos políticos, os bispos foram sendo literalmente empurrados para uma posição de fazer da igreja um importante espaço de resistência. Os católicos progressistas, aproveitando a convergência, em especial do episcopado representado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), disseminou, nesse período, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que conseguiram uma capilaridade que até então nenhum partido político havia obtido.

Bento XVI mudou, como mudaram as condições religiosas e políticas. O cardeal Joseph Ratzinger, tido como o "teórico" de João Paulo II quando responsável pela Congregação para a Doutrina da Fé, antigo Santo Ofício, deu uma enorme contribuição na política do Vaticano de esvaziar a Teologia da Libertação. Uma frente do combate à ideologia da opção preferencial pelos pobres foi ideológica: a Congregação censurou livros e puniu teólogos e teólogas que defenderam a ação da Igreja para os homens. Isso ficou a cargo de Ratzinger. Tratava-se, agora, de firmar a Igreja católica como profissão de fé, distante da política. Na outra frente, atuava o papa João Paulo II, que aos poucos foi recentralizando a Igreja, descentralizada depois do Vaticano II, e afastando os bispos mais progressistas de funções e áreas consideradas estratégicas na disseminação da Teologia da Libertação. D. Hélder Câmara, que havia feito um trabalho reconhecido em todo o país e teve uma atuação importante na luta contra a ditadura, foi substituído por D. José Carlos Sobrinho, que literalmente desmontou toda a estrutura que amparava o trabalho pastoral de seu antecessor em Recife e Olinda. Chegou a dissolver a Comissão de Justiça e Paz e a fechar o Instituto Teológico de Recife e o Seminário Regional do Nordeste. Em São Paulo, João Paulo II fatiou a arquidiocese para esvaziar o poder de Dom Paulo Evaristo Arns. E por aí afora. A ascensão de Ratzinger ao papado não mudou o cenário no mundo católico. A igreja instituição assume seu conservadorismo e o setor progressista resiste. E é um calo no sapato.

A militância dessa ala católica progressista entrou com todo o entusiasmo num PT que se formava, no começo dos anos 80, certa de que ele seria a síntese de uma esquerda que se dividiu intensamente na ditadura. Já se ressentiu no processo de institucionalização do partido, levada a termo no período em que o ex-deputado José Dirceu foi seu presidente. Nos últimos dois anos, em consequência das denúncias de corrupção que envolveram a direção petista, afastou-se bastante da militância partidária - embora, no governo, ainda

existam ministros e assessores com formação política forjada nas Comunidades Eclesiais de Base.

As pastorais, que têm menos envolvimento partidário e mais militância social, continuam atuantes na "opção preferencial pelos pobres" - no mínimo, exercem o papel de "voz dos que não têm voz" que a Igreja exerceu na ditadura, mas agora com uma população pobre e desguarnecida de direitos. E incomodam as elites, como incomodavam no passado os militares.

**Maria Inês Nassif é editora de Opinião. Escreve às quintas-feiras  
maria.inesnassif@valor.com.br**

**Codevasf faz acordo com MST na BA; tensão cresce em PE** - Verena Glass -  
Carta Maior – 11/05/2007

Codevasf rejeita ceder áreas para sem-terra em projetos de irrigação para agronegócio, ocupadas na Bahia e em Pernambuco. MST baiano faz acordo, mas em Pernambuco sem-terra resistem e Incra prevê acirramento de conflitos.

SÃO PAULO – A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e o MST devem continuar em pé-de-guerra, apesar de um acordo entre a autarquia e o movimento na Bahia firmado nesta quarta (9). Duas áreas da Codevasf – os projetos de irrigação Salitre, em Juazeiro (BA), e Pontal Sul, em Petrolina (PE), destinados ao loteamento para o desenvolvimento do agronegócio – foram ocupadas por mil famílias no dia 1 de abril em Juazeiro, e por cerca de 2,5 mil famílias no dia 14 do mês passado em Petrolina.

Parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto Salitre (32 mil hectares ao longo do rio Salitre) deverá sair por R\$ 251,5 milhões, enquanto Pontal (7,7 mil hectares) tem um custo estimado de R\$ 92,7 milhões. Ambos se destinam à promoção do agronegócio para exportação – basicamente fruticultura –, a ser desenvolvido por produtores individuais (com lotes de cerca de seis hectares) e empresas nacionais e estrangeiras, que terão garantida a infra-estrutura de irrigação, escoamento e exportação.

Segundo a direção do MST em Pernambuco, as ocupações da Codevasf foram acima de tudo um protesto político contra a disponibilização de áreas públicas, equipadas com recursos públicos, para a iniciativa privada. Por outro lado, os sem-terra também demandam o direito de usufruir os canais de irrigação construídos pela autarquia, o que só seria possível se parte das áreas dos projetos fossem destinadas á reforma agrária.

### **Acordo na Bahia**

Na Bahia, a ocupação do projeto Salitre teve também o caráter de cobrar do governo – especialmente do Ministério da Integração – o cumprimento de um acordo, firmado entre

a Codevasf, o governo e o MST em abril de 2006, que previa o repasse de parte da área para o Incra, afim de que fossem assentadas cerca de mil famílias.

Segundo os sem-terra, o atual ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira, teria inicialmente abortado as negociações após afirmar que o acordo firmado por seu antecessor era irresponsável. Também de acordo com o novo presidente da Codevasf, Orlando Castro, a autarquia estaria impedida legalmente de ceder terras aos trabalhadores rurais, porque seu público-alvo é o agronegócio.

Para pressionar pela retomada das negociações, no início da semana cerca de 1,5 mil integrantes do MST ocuparam as sedes da Codevasf de Juazeiro e Barreiras. Na última quarta (9), em reunião em Brasília, MST, Incra e Codevasf acabaram fechando um acordo pelo qual os dois órgãos se comprometem a apresentar, em um prazo de 30 dias, uma área fora do projeto salitre para assentar mil famílias. Até 2010, a Codevasf também implantará na área a infraestrutura hídrica mínima para os assentados, garante Orlando Castro.

Com o acordo, o MST desocupou as sedes da Codevasf e se comprometeu em não reocupar a área de Salitre e os prédios da autarquia na Bahia, se os compromissos forem cumpridos.

### **Tensão em Pernambuco**

Uma semana antes da reunião que resolveu as pendências entre MST e Codevasf na Bahia, a autarquia, o Incra e o movimento de Pernambuco também se encontraram em Brasília para discutir a demanda dos sem-terra que ocuparam o projeto Pontal. Sobre os resultados desta reunião, há desacordo entre as partes.

Segundo o presidente da Codevasf, Orlando Castro, que falou à Carta Maior nesta quinta (10), houve com o MST de pernambucano um acordo similar ao fechado com o movimento baiano. Com a diferença de que a autarquia não se envolveria na busca por uma nova área, papel assumido pelo Incra. Para confirmar a versão, Castro enviou à redação a ata da reunião, onde consta que o MST deverá desocupar o Pontal no próximo dia 25 e, até lá, o Incra terá encontrado uma área onde os sem-terra poderiam montar novo acampamento. No mais, a Codevasf se comprometeu a instalar, num futuro assentamento, a infraestrutura hídrica.

Assinada por representantes da Codevasf e do Incra, a ata carece da firma do MST, que, segundo o dirigente do movimento, Jaime Amorim, se retirou da reunião por discordar dos termos propostos.

“Segundo a direção da Codevasf, irrigação é para empresário, não para sem-terra. Não querem a gente nem no Pontal nem nas áreas vizinhas. Chegaram inclusive a dizer que uma ação do MST no local espantaria as empresas estrangeiras interessadas em se estabelecer no local. Mas nós não vamos abrir mão de assentar as famílias no Pontal”, afirma Amorim.



Questionado se o movimento aceitaria uma outra área indicada pelo Incra, o dirigente do MST afirmou que apenas terras junto ao canal de irrigação do Pontal seriam cogitadas, e com a garantia de que a Codevasf faria canais secundários para o assentamento. Sem isso, mesmo que ocorrer o despejo por força policial, “quando a polícia sair, nó voltaremos”, diz Amorim.

Carlos Kovalski, chefe de gabinete do Incra nacional, considera a situação delicada. “No entendimento do Incra, a situação de Salitre e do Pontal não está resolvida. No acordo sobre Salitre, ficou acertado que a Codevasf repassará ao Incra uma área para mil famílias até o próximo dia 30. Então teríamos alguns dias para fazer os estudos para ver se a terra comporta o assentamento, e dia 4 de junho estaríamos disponibilizando a área para os trabalhadores. Acho o cumprimento desse prazo improvável. Assim, o que fizemos foi um encaminhamento para diminuir a tensão, não resolvemos o problema”.

Sobre o Pontal, Kovalski afirma que o MST não assinou a ata e não se pauta pelas decisões do governo. “Se avaliam que não concordam com os termos do acordo, são autônomos para fazer isto. Quanto ao Incra, vai assumir o que está no papel”.

Segundo o superintendente do Incra em Petrolina, Abelardo Sandes, o confronto entre os sem-terra e a Codevasf deve permanecer porque não existem terras nas condições demandadas pelo MST na região. “Temos uma área para alocar provisoriamente os acampados do Pontal. Agora, para o assentamento, perto do canal, não tem. São cerca de 2 mil famílias, o que exige uma área total de cerca de 10 mil hectares, e isto não existe na região. O problema é real”.

**Lula, o unânime** - João Mellão Neto – Estado de São Paulo – Nacional – 11/05/2007

As comemorações do Dia do Trabalho, 1º de Maio, podem ter marcado o início do fim da democracia liberal no Brasil. Tanto a CUT como a Força Sindical - as duas maiores e desde sempre inconciliáveis centrais sindicais do País - demonstraram estar apoiando o governo, fato inédito desde a redemocratização da Nação. Isto significa, entre outras coisas, que Lula não tem mais oposição no campo sindical. No terreno político, vem-se dando o mesmo fenômeno. A oposição ao seu governo se resume ao PSDB, ao DEM e a alguns grupelhos pouco representativos da esquerda radical. Se ao menos os tucanos estivessem empenhados em fazer uma oposição competente ao lulismo, não haveria problemas maiores. Os social-democratas possuem excelentes quadros para tanto. Ocorre que seus dois governadores de maior peso político - José Serra e Aécio Neves, ambos postulantes à Presidência da República - fizeram seus cálculos e estão convencidos que o melhor a fazer, agora, é deixar o presidente governar em paz, sem criar atritos com ele. A estratégia, do ponto de vista pessoal dos dois, se justifica. Lula não pode mais ser candidato e não tem quadros, em seu partido, que possam disputar, com chances reais, a sua sucessão. Ficar próximo do presidente, para ambos, significa obter mais verbas do governo federal e,

assim, realizar gestões com um número maior de realizações. Ganham os dois, ganha Lula, mas perde a democracia como instituição.

Explica-se. Uma democracia forte implica necessariamente existência de uma oposição forte. Robusta e atenta para os eventuais desmandos ou abusos de quem exerce o poder. Uma democracia sadia não é um oceano pacífico, ao contrário do que muitos imaginam. Ela não pode prescindir dos constantes atritos e disputas que marcam a pluralidade política.

Para tanto, na Inglaterra, criou-se uma instituição genial, o “Shadow Cabinet”, um Ministério completo da oposição para fazer contraponto ao gabinete oficial, aquele que está no poder. A cada medida que o governo toma, os opositores, em seu governo paralelo, anunciam o que fariam ante as mesmas circunstâncias. A imprensa repercute a palavra da oposição e, assim, fomenta o debate permanente. A principal beneficiária da existência de uma oposição formal e bem estruturada, com ou sem “gabinetes paralelos”, é a opinião pública, que, dessa forma, pode comparar e julgar o governo e os seus divergentes.

Um regime no qual a oposição se abstém de sistematicamente manifestar-se perde muito no quesito democracia. Não havendo divergências, o povo fica sem instrumentos para julgar os atos do governo e não tem como formar sua opinião a respeito deles. Fica valendo apenas a palavra oficial. Como alertava Adam Smith sobre a Economia, quando os produtores concorrentes se põem de acordo, quem sofre é sempre o consumidor.

Eu ainda não aderi a Lula e nem pretendo fazê-lo, mas sou obrigado a admitir que seu governo vive momentos de rara felicidade. A combinação de uma política econômica austera com a farta distribuição de benefícios sociais resultou numa conjuntura altamente favorável ao governo. O cenário internacional ajuda, é claro. Lula não enfrentou, até aqui, crises externas, como as que assolaram o governo de seu antecessor, mas este céu de brigadeiro, sozinho, não explica o seu sucesso. A queda progressiva e sistemática das taxas de juros - embora num ritmo lento - explica, em boa parte, o momento de bonança e prosperidade que o governo Lula vem vivendo no campo econômico. Juros baixos obrigam os bancos a se empenhar no sentido de retomar sua atividade primordial, a de oferecer crédito abundante às empresas e às pessoas físicas. Há muitos e muitos anos não se vê uma situação como essa, na qual os bancos e financeiras disputam a tapa a concessão de crédito aos consumidores. Até pouco tempo atrás, as instituições financeiras preferiam aplicar as suas sobras de caixa em títulos do Tesouro, que rendiam bem e eram mais seguros do que as operações de crédito.

Além do amplo respaldo que Lula tem na opinião pública, o que tem contribuído para desanimar os seus opositores é o fato, inédito em nossa história republicana, de que as denúncias de corrupção não maculam a imagem do presidente. Ele atravessou, incólume, crises gravíssimas como a do mensalão, que teriam derrubado qualquer outro governante - haja vista o caso de Collor -, e nada disso o impediu de reeleger-se folgadoamente no pleito de 2006.

Lula impera sobre o bem e o mal. Possui uma ampla maioria no Parlamento e goza da confiança tanto do povo como dos agentes econômicos. Tudo isso é bom, por um lado,

porque garante a governabilidade da Nação. Mas é ruim, por outro, porque solapa os alicerces da democracia, enquanto instituição. O regime democrático é incompatível com as unanimidades. Estas, por sua vez, são a ante-sala das ditaduras. Nada impede que Lula, por exemplo, aprove no Congresso uma emenda constitucional que lhe permita reeleger-se de novo. Maioria, para tanto, ele possui. E isso não seria nada bom para a democracia que, duramente, estamos a construir.

Franklin Roosevelt, nos EUA, foi eleito presidente quatro vezes. Morreu no exercício do cargo, em 1945. Alguns meses depois, o Congresso americano aprovou uma emenda constitucional vedando aos presidentes a possibilidade de se reelegerem mais de uma vez. Não se discutiu, ali, se Roosevelt tinha sido um bom ou mau presidente. O que estava em jogo era a própria essência do regime democrático.

**João Mellão Neto, jornalista, deputado estadual, foi deputado federal, secretário e ministro de Estado.**

**E-mail: [j.mellao@uol.com.br](mailto:j.mellao@uol.com.br)**

**Governo admite dar apoio a projeto de Rainha** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 11/05/2007

Para ministro do Desenvolvimento Agrário, plano de produção de biodiesel pode reduzir conflitos

O Ministério do Desenvolvimento Agrário informou ontem que tem interesse em apoiar o projeto do líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior de produção de biodiesel no Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo. Segundo a assessoria de imprensa, o ministro Guilherme Cassel vê a iniciativa como uma alternativa para a geração de renda para os assentados e uma forma de reduzir os conflitos fundiários na região. O ministro, que recebeu Rainha e sindicalistas ligados à agricultura familiar no fim de abril, apóia a intenção de incluir o projeto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. A inclusão, segundo o ministério, depende da elaboração de uma proposta concreta, com um projeto técnico detalhado, e de sua discussão com outros órgãos do governo.

De acordo com Rainha, o detalhamento técnico da proposta está sendo feito pelas entidades envolvidas, com o apoio de universidades, e será levado a Cassel, antes de ser apresentado à ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, provavelmente em junho. Sua inclusão no PAC foi discutida na terça-feira com o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em São Paulo, Raimundo Pires da Silva, e recebeu o sinal verde.

O líder do MST disse que o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá lançar o projeto no dia 25 de julho no Pontal. “Acreditamos que será o primeiro projeto do PAC no Estado de São Paulo”, afirmou.

O plano de Rainha prevê o cultivo de pinhão-manso nos assentamentos do Pontal do Paranapanema e da Alta Paulista para a produção de biodiesel. Estão sendo selecionados os mil agricultores, que devem iniciar o plantio no segundo semestre. Eles vão receber do governo ajuda de custo de um salário mínimo por mês durante três anos, que é o tempo para a cultura começar a produzir.

A meta é plantar 20 mil hectares em dez anos, com o envolvimento de 10 mil famílias. O custo de instalação das lavouras deve chegar a R\$ 50 milhões, segundo Rainha. O empresário português João Cardoso, da Torryana Biodiesel, assinou carta-compromisso para compra da produção. A empresa quer participar também da construção da fábrica.

Rainha disse que vai pedir audiência com o governador José Serra. “Vamos solicitar a assistência técnica do Itesp.” Ele quer discutir com Serra linhas de crédito para produção do pinhão-manso e redução do imposto sobre o biocombustível produzido pelos assentamentos.

**MDA reconhece necessidade de mudanças sugeridas pela Fetraf-Sul - Marli Bertotti – Sítio Eletrônico da Fetraf - 11 de maio de 2007**

O coordenador geral da Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul), Altemir Tortelli afirma que o ministro e sua equipe de assessores, mostraram atenção e flexibilidade em relação às reivindicações feitas. “O ministro concorda com o debate e reconhece que é preciso mudanças significativas para melhor atender os agricultores e agricultoras.” A entrega da pauta foi feita ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, nesta quinta-feira, 10, às 15h em Brasília.

A Fetraf-Sul quer R\$12 bilhões para o Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com reajuste linear de 20% na tabela de enquadramento dos agricultores (as) e no valor do rebate nos diversos programas, com a instituição de “juro zero” nas modalidades de A até C. Na modalidade “D”, baixar os juros para 2% e o “E” para 4%. A ampliação dos recursos do Pronaf Comercialização para R\$ 1 bilhão, e a criação do Pronaf Integral com aplicação de R\$ 500 milhões na safra 2007/2008 beneficiando 10.000 famílias.

A Federação quer, ainda, que sejam destinados R\$ 1 bilhão para o Programa de Aquisição de Alimentos em 2007; ampliação das compras institucionais, criando condições jurídicas para a agricultura familiar. Em relação a Assistência Técnica, reivindica-se a aplicação de R\$ 1 bilhão do orçamento de 2007/2008 e a liberação de recursos para uma cooperativa de assistência técnica da agricultura familiar.

**Continuidade nas negociações:** Na terça-feira, 15, a direção da Fetraf vai se reunir com representantes do Incra e SAF- Secretaria da Agricultura Familiar, às 14h30 em Brasília, para aprofundar as negociações sobre esses itens. Após avaliação destes órgãos, a

pauta retorna para debate no dia 18, novamente com o ministro Cassel e toda a direção executiva da Fetraf-Sul. Também existe a expectativa de que a Fetraf-Sul seja recebida posteriormente pelo presidente Lula. Pedido neste sentido já está sendo encaminhado pelo secretário especial da presidência, Luis Dulci.

**CUT critica discussão sobre a Previdência** – Julianna Sofia - Folha de São Paulo  
– Dinheiro - 11/05/2007

**Central vê "ótica fiscalista" e diz que "é contra uma reforma que só mexa nas despesas, sem olhar para o lado da receita"**

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) criticou ontem a condução dos debates sobre a reforma da Previdência, que está sob responsabilidade do ex-presidente da central, o ministro Luiz Marinho (Previdência). O sucessor de Marinho no cargo, o sindicalista Artur Henrique, disse que a discussão tem uma ótica "fiscalista" e adiantou que a central é contra mudanças nas regras da aposentadoria.

"Somos contra uma reforma que só mexe nas despesas, que tem sempre essa visão fiscalista. Queremos olhar para o lado da receita. Vamos marcar uma reunião com todas as centrais e, quando o debate chegar ao Congresso, vamos mobilizar e pressionar por outras alternativas", declarou Henrique.

A discussão da reforma da Previdência vem sendo feita pelo Fórum Nacional da Previdência Social -instância criada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para propor mudanças nas regras das aposentadorias e pensões do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Os debates começaram ainda na gestão do ministro Nelson Machado e agora são coordenados por Marinho.

O ministro já declarou que é necessário mudar as regras para dar sustentabilidade ao sistema, mas defende que as mudanças não afetem a atual geração de trabalhadores. No curto prazo, defende Marinho, são necessários apenas ajustes, como mudanças na concessão das pensões por morte.

Marinho considerou natural os ataques da CUT, mas afirmou que o presidente da central está antecipando o processo de discussão. "O debate é assim mesmo. Mas ele está antecipando o debate. Ainda estamos na fase de diagnóstico", afirmou Marinho. Para a CUT, o déficit da Previdência encontra-se atualmente em R\$ 4 bilhões e não em R\$ 45 bilhões, como prevê o governo para este ano. Segundo ele, se as renúncias previdenciárias forem retiradas da conta, assim como o gasto com aposentadorias rurais, e ainda incluída nas receitas a arrecadação da CPMF, o sistema estaria praticamente equilibrado.

Com o ingresso na Previdência de apenas 3% dos trabalhadores informais, afirma a CUT, a receita previdenciária aumentaria em R\$ 3 bilhões. Segundo a central, isso poderia ser feito com inclusão no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) de uma exigência

de geração de emprego por parte das empresas que tomarem emprestados recursos públicos. Outra medida para reduzir a informalidade seria desonerar a folha de pagamento. A mudança na contabilidade da Previdência vem sendo defendida pelo próprio ministério. "Nós queremos organizar a contabilidade para dar mais transparência. Mas a questão é se o atual modelo dá conta no longo prazo, para a Previdência de nossos filhos e netos", disse Marinho.

### **Servidores públicos**

Na reunião do fórum de ontem, o especialista da OIT (Organização Internacional do Trabalho) Vinícius Pinheiro alertou para a necessidade de reformas também no sistema de aposentadorias dos servidores públicos.

Segundo ele, o Brasil gasta quase 4% do PIB (Produto Interno Bruto) com o pagamento de aposentadorias no setor público. A média dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é de 2%.

### **Morde e assopra Governo discute lei de greve dura e repassa R\$ 100 milhões para centrais sindicais – Geralda Doca – O Globo – O País – 12/05/2007**

Ao mesmo tempo em que se discute no governo uma dura lei de greve para o funcionalismo público, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz agrados às centrais sindicais. O governo fechou, anteontem à noite, com as centrais sindicais, acordo para reconhecer legalmente essas entidades e repassar a elas parte dos recursos arrecadados com o imposto sindical obrigatório — que corresponde a um dia de trabalho descontado de quem tem carteira assinada, sendo esse trabalhador sindicalizado ou não.

De acordo com o texto da medida provisória a ser assinada nos próximos dias pelo presidente Lula, as centrais ficarão com metade dos 20% do imposto sindical repassados ao Ministério do Trabalho — atualmente esses 10% correspondem a R\$ 100 milhões (dados de 2006). O total de 20% que fica com o governo é aplicado, segundo o ministério, nas Delegacias Regionais do Trabalho.

Do montante total arrecadado com o imposto, 60% vão para os sindicatos das respectivas categorias, 15% para as federações, 5% para as confederações e, com a edição da MP, 10% para as centrais e 10% para o Ministério do Trabalho. Ano passado, a arrecadação bruta chegou a R\$ 1,2 bilhão.

Também ficou decidido que será criado grupo de trabalho para estudar a forma de financiamento da estrutura sindical brasileira. Será uma espécie de mini-reforma sindical, já que a proposta mais ampla de reforma do setor, enviada pelo governo ainda no primeiro mandato de Lula, empacou no Congresso.

Na proposta original de reforma sindical, o governo propunha o fim do imposto sindical obrigatório. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que encampou a briga das centrais pelo imposto sindical, prefere minimizar esse aspecto da distribuição dos recursos e diz que as entidades só vão receber o dinheiro enquanto durar o imposto sindical obrigatório.

— As centrais sindicais são reconhecidas no mundo inteiro, e nós estávamos atrasados nessa questão — disse Lupi, lembrando que a medida faz parte das recomendações do Fórum Nacional do Trabalho, criado pelo governo Lula para discutir a reforma sindical.

Segundo o ministério, 17 entidades reivindicam a denominação de central sindical. O reconhecimento legal permitirá a elas, por exemplo, firmar acordos coletivos em âmbito nacional e entrar com ações judiciais em defesa de interesses de seus filiados.

Segundo o texto da medida provisória, para ser reconhecida, a central terá de ter no mínimo 100 sindicatos filiados a ela, distribuídos nas cinco regiões do país. Além disso, estes sindicatos precisam responder por pelo menos 5% do total de sindicalizados em todo o país.

### **Índios suspendem bloqueio em rodovia** – Estado de São Paulo – Nacional – 12/05/2007

Os caingangues que bloqueavam a RS-324 próximo a Ronda Alta (RS) desde quarta-feira suspenderam o protesto ontem mediante a promessa de que serão recebidos pelo chefe da Casa Civil do governo gaúcho, Luiz Fernando Záchia. Os índios querem que o governo estadual indenize os agricultores que ainda estão na Reserva de Serrinha para que o território fique sob domínio exclusivo da tribo. O processo de transferência dos agricultores já se arrasta há cinco anos. Os bloqueios não foram ininterruptos. A cada hora o tráfego era liberado.

### **Inimigos de Lampião** – O Globo – Ciência – História – 12/05/2007

Pesquisa revela personagens menos conhecidos da violência do cangaço  
Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, foi o mais notório dos cangaceiros.

Em 20 anos de combates no sertão nordestino até sua morte, em 1938, envolveu-se em cerca de 200 combates, e ganhou a maioria deles. Aterrorizava a população das cidades do interior, mas logo passou também a ser idolatrado como um homem que enfrentava os poderosos.

O jornalista Moacir Assunção é de Trindade, Pernambuco, numa região próxima à Serra Talhada, onde nasceu Lampião. Cresceu ouvindo histórias míticas sobre o cangaceiro. Após mais de uma década de pesquisa sobre o cangaço, reuniu, no recém-lançado “Os homens que mataram o facínora” (Ed. Record), informações sobre personagens menos conhecidos: os inimigos de Virgulino.

De Getúlio Vargas a sertanejos em busca de vingança, também eles contam uma parte importante, e violenta, da história brasileira.

#### **Miguel Conde**

O GLOBO: Muitos acreditam que Lampião entrou para o cangaço para fazer justiça social. Há verdade nisso?

MOACIR ASSUNÇÃO: Algumas vezes ele combateu coronéis, mas em outras se aliou a eles por dinheiro. Na raiz do cangaço há um movimento de contestação social. Jesuíno Brilhante, que viveu na época da grande seca de 1877, distribuía comida para os

pobres. Mas Lampião não. Ele era um burguês com pretensões de se tornar ele próprio um coronel. Essa imagem de contestador do sistema acabou sendo construída pela esquerda, pelo Partido Comunista, e até hoje há quem acredite nisso.

Por que ele se tornou cangaceiro?

ASSUNÇÃO: Como outros, Lampião dizia ter entrado para o cangaço para se vingar. Seus primeiros inimigos foram José Saturnino e José Lucena. O primeiro protegeu um morador de sua fazenda que teria roubado alguns bodes da família de Lampião, os Ferreira.

Por causa dessa briga, Lampião passou a integrar o bando de Sinhô Pereira, cangaceiro da região. Foi então resolvido pelas autoridades locais que seria melhor que os Ferreira se mudassem dali. Eles foram acolhidos pela família Fragoso numa fazenda em Alagoas. Dias depois, soldados comandados por José Lucena chegaram à fazenda em busca de Luiz Fragoso, um dos filhos do patriarca. Encontrando lá o pai de Lampião, que não era acusado de nenhum crime, e o assassinaram. Quando Lampião viu que o pai havia sido morto, disse uma frase famosa: “a partir de agora, minha casa é o meu chapéu”.

Mas ele chegou a se vingar?

ASSUNÇÃO: Ele nunca se vingou.

Quem Lampião temia mais?

ASSUNÇÃO: José Rufino, um vaqueiro que virou chefe de volante e se tornou o maior matador de cangaceiros, e os nazarenos. Esses eram os inimigos que Lampião mais temia, há registros de que ele tentou acordos.

Eram fundadores de uma cidade chamada Nazaré, hoje Carqueja, em Pernambuco, com quem Lampião tinha uma rixa antiga. Os nazarenos juraram perseguir Lampião até a morte.

Eles formavam bandos?

ASSUNÇÃO: Vários se integraram à polícia, o que era comum. Muita gente entrava para a polícia para vingar parentes mortos por Lampião. O desejo de vingança era forte tanto para o bandido quanto para a polícia.

Assim como Lampião ainda é visto como herói, os policiais que o perseguiram são considerados cruéis. Isso era verdade?

ASSUNÇÃO: Muitos policiais faziam coisas horríveis. Pense no que alguns policiais fazem hoje, mesmo com todo o aparato de defesa dos direitos humanos, e imagine esses mesmos policiais no sertão nos anos 20. A polícia tinha poder de vida e morte sobre o sertanejo pobre. O sertanejo apanhava dos cangaceiros se não ajudasse, e apanhava dos policiais se auxiliasse os cangaceiros. Nessa história, o sertanejo é a grande vítima.

Lampião chegou a combater em nome do governo?

ASSUNÇÃO: Sim, em 1926 ele recebeu a patente de capitão dos Batalhões Patrióticos, para combater a Coluna Prestes. Arthur Bernardes lançou mão de bandidos para combater Prestes, e Lampião foi um deles.

Nesse episódio ele conseguiu um armamento melhor e fardas azuis que seu bando usou até o fim. Ele recebeu a patente do Padre Cícero, que achou que ele se tornaria um homem honesto. Mas logo Lampião percebeu que aquela patente não seria acatada por seus inimigos e voltou ao cangaço. Ele trocou tiros apenas com uma coluna avançada do Prestes.

Como era a volante típica que perseguia Lampião?

ASSUNÇÃO: A volante tinha entre 20 e 50 homens.

Os armamentos eram parecidos com os dos cangaceiros, mas estes nunca conseguiram uma metralhadora.



As volantes circulavam a pé, como os cangaceiros.

Há poucos registros de volantes a cavalo. Sabe-se de cangaceiros que andavam até 90 quilômetros por dia, perseguidos por policiais que percorriam a mesma distância. As volantes tinham rastreadores, caçadores que identificavam até rastro de passarinho, e conduziam as tropas. Lampião mancava, por causa de um ferimento num pé, e portanto era fácil perceber por onde ele passava.

Como morreu Lampião?

ASSUNÇÃO: Lampião foi morto por uma volante comandada pelo tenente João Bezerra, que por sua vez era subordinada a José Lucena, àquela época comandante de batalhão. O bando foi pego praticamente acordando.

Morreram 11 cangaceiros e apenas um policial, baixas incomuns para as disputas do cangaço.

O quanto a pressão de Getúlio Vargas foi importante para que Lampião fosse morto?

ASSUNÇÃO: Foi muito importante.

Vargas, poderoso ditador do Estado Novo, não permitiria que prosperasse alguém com tanto poder numa área em que ele era fraco.

Em termos institucionais, Vargas é o grande responsável pela morte de Lampião.

**MST pede ajuda de até US\$ 5 mil nos EUA** - Guilherme Scarance – Estado de São Paulo – Nacional – 12/05/2007

Site fala em 'oportunidade histórica' de apoiar congresso dos sem-terra

O Movimento dos Sem-Terra (MST) está fazendo uma campanha nos Estados Unidos para financiar o seu 5º Congresso Nacional, em junho, em Brasília. No seu site em inglês, há um aviso sobre a 'oportunidade histórica' de ajudar os sem-terra e até uma vantagem: 'As doações são 100% dedutíveis.' Com alguns cliques e um cartão de crédito, o simpatizante pode doar de US\$ 25 a US\$ 5 mil.

Por trás da campanha, lançada em agosto de 2006, está o Friends of the MST (FMST) - amigos do MST -, grupo que se define como 'uma rede de indivíduos e organizações que sustenta o MST na luta por justiça social e econômica, assegurando respeito pelos direitos humanos'.

No [site](#), os amigos do movimento nos EUA dizem que os sem-terra desenvolveram 'um modelo socioeconômico sustentável que oferece ao mundo uma alternativa à globalização'.

Há quatro 'pacotes' de ajuda. O de US\$ 25 é para enviar um delegado ao congresso. Com US\$ 100, manda um grupo de delegados. Por US\$ 250, ajuda a financiar materiais. As contribuições de US\$ 500 a US\$ 5.000 são 'oportunidade para movimentos sociais dos EUA e ONGs demonstrarem apoio'. Doações acima de US\$ 100 dão direito a brinde - o documentário Por los Caminos de America.

Para colaborar em dinheiro ou ordem de pagamento, o site orienta a enviar os valores para a caixa postal de Juan Reardon, coordenador do FMST. Não há endereço nem telefone, apenas a indicação de o valor seguirá para Santa Cruz, na Califórnia.

O Estado procurou Reardon por e-mail e recebeu uma resposta automática: 'Obrigado por entrar em contato com os Amigos do MST. Eu terei pouco acesso à internet durante os meses de maio e junho. Uma resposta ao seu e-mail vai ser enviada o mais breve possível.'

**Líder diz que não há controle preciso das doações do exterior** – Estado de São Paulo – Nacional – 12/05/2007

Acusado pelos adversários de preservar a sua movimentação financeira como uma 'caixa-preta', o Movimento dos Sem-Terra (MST) garante que o apoio proveniente do exterior é principalmente político e informa que não há um controle detalhado sobre o quanto entra no País. É o que diz o líder nacional Vanderlei Martini, em entrevista ao Estado por e-mail. 'A ajuda solidária do exterior vai para cooperativas e associações nos assentamentos', esclarece.

'O MST se sustenta, a grosso modo, com a ajuda dos próprios trabalhadores acampados e assentados, a solidariedade da sociedade brasileira, que vê na reforma agrária uma necessidade para o País, e o apoio solidário das entidades, comitês de amigos no exterior', explica Martini. 'O apoio dos comitês de amigos no exterior é realizado a partir de articulações com cooperativas e associações da reforma agrária em assentamentos em mais de 20 Estados.'

Segundo o líder, a campanha nos EUA visa a 'garantir a alimentação e viabilizar a participação dos trabalhadores' no congresso de junho. Os colaboradores, relata, são organizações de defesa dos direitos humanos, movimentos sociais, igrejas, sindicatos, entidades de trabalhadores rurais, ambientalistas, personalidades e professores universitários. 'O MST recebe apoio internacional de entidades preocupadas com o problema da concentração de terra e violência no campo.'

### **ESPONTÂNEO**

'As entidades apóiam de forma espontânea e de acordo com a possibilidade, não temos controle por aqui', diz Martini. 'O que importa é que todos os Estados estejam representados no nosso congresso, não de que tipo e tamanho foi o apoio.' Para ele, a solidariedade internacional é importante por ser, antes de tudo, 'demonstração de apoio político ao MST e à reforma agrária'.

### **Triste paisagem** – O Globo – Editorial – 13/05/2007

Em uma série de reportagens, O GLOBO mostrou a vida dramática dos assentados pelo Incra em rincões da Floresta Amazônica, uma das muitas faces da reforma agrária no país, tema sobre o qual sobram discursos e falta ação eficiente do governo.

A situação criada por essa iniciativa tinha tudo para dar errado, e está dando. Sem transporte, saúde, educação ou assistência técnica, os assentados fazem queimadas para abrir espaço ao plantio de verduras e legumes, aumentando o desmatamento.

Freqüentemente, são escorraçados ou aliciados por pistoleiros, grileiros e madeireiros, interessados em suas terras ou na derrubada de madeiras nobres nos assentamentos.

É uma inversão do objetivo inicial do Incra, que era justamente inibir a ação dos madeireiros. Com essas distorções, poucas das mais de 1.400 famílias de sem-terra levadas nos últimos quatro anos para 15 assentamentos na Amazônia permanecem nos locais. Vencidas pela insegurança e pela falta de infraestrutura, apavoradas pelas ameaças, elas deixam seus lotes, mas continuam registradas como beneficiárias, engrossando as estatísticas oficiais. Na verdade são, como registrado, assentados fantasmas.

Um dos grandes problemas dessa iniciativa é a falta de uma ação complementar consistente de orientação, assistência técnica e acompanhamento dos assentados.

Muitos relataram que não tinham recebido do Incra os devidos esclarecimentos sobre os aspectos obrigatórios de preservação e manejo da floresta. Fato que é tanto mais grave quando se trata da Amazônia, foco de justificadas preocupações ambientais.

E que deveria merecer do governo uma atenção especial.

Sem ela, o que se tem é uma triste paisagem de florestas queimadas, árvores derrubadas, caminhões carregados de toras e pastagens a perder de vista.

O drama dos assentados vivido na Amazônia pode ser testemunhado em outras regiões. Tudo porque o Incra tornou-se um espaço na máquina pública que serve para tudo: luta ideológica, aparelhamento do Estado, acesso fácil ao dinheiro público por aliados políticos, menos para reforma agrária propriamente dita.

### **Empresas ainda lucram com trabalho escravo** – Fellipe Awi – O Globo – O País – 13/05/2007

Ministério Público do Trabalho inclui carvoarias na lista suja e investiga outros suspeitos de explorar empregados

**BREU BRANCO e TUCURUÍ (PA).**

As carvoarias têm ganhado espaço na lista suja de trabalho escravo divulgada pelo Ministério do Trabalho. Na relação das que tiveram trabalhadores libertados pelo grupo móvel do ministério desde 2006, constam empresas como Carvoaria do Claudir (Goianésia), Carvoaria do Osvaldino (Goianésia) e Carvoaria do Carlinhos (Nova Ipixuna), nomes que dão mais um exemplo da informalidade do setor.

O Ministério Público do Trabalho de Marabá (PA) investiga cerca de 30 carvoarias acusadas de manter trabalhadores em condições análogas à escravidão.

O número é considerado pouco representativo. Segundo os procuradores, os grupos móveis têm dificuldade de localizar as produtoras de carvão e seus responsáveis.

— Assim como ocorre em fazendas, o trabalho escravo nas carvoarias também é caracterizado pelas condições degradantes a que as pessoas são expostas.

Eles bebem a água dos animais, não têm privacidade, comem comida estragada e moram debaixo de lonas — afirma um dos procuradores do Trabalho de Marabá, Adolfo Jacob.

Segundo Jacob, a maioria dos trabalhadores é recrutada em outros estados, como Maranhão, Piauí e Tocantins. São trazidos por intermediários, apelidados de gatos, que prometem trabalho. Na maioria das vezes, os direitos trabalhistas não são respeitados e o carvoeiro acumula dívidas com o patrão.

Quando regular, o trabalho nas carvoarias é rústico e desgastante.

Um enchedor leva um dia e meio para encher os fornos de madeira. A função mais insalubre, porém, é a de tirador de carvão. São, em média, oito horas de trabalho respirando um ar altamente poluído. Na carvoaria de Breu Branco não identificada pelos fiscais do Ibama, os tiradores Jurandir Rodrigues e Pedro Lima trabalham sem máscara. Sentem dor de cabeça, mas se dizem felizardos.

— O trabalho é duro, mas ninguém aqui é humilhado.

Tem lugar em que, se você não esvazia o forno no prazo, o negócio fica feio. Quanto mais afastada da cidade, pior é a carvoaria — conta Pedro.

Em geral, carvoeiros não conseguem trabalhar no forno por mais de dez anos e, com menos tempo, costumam apresentar problemas de respiração. O ganho por produtividade os leva a passar mais tempo nos fornos, que nunca evoluíram. Segundo o sindicato das carvoarias, o setor quer um financiamento do BNDES para comprar modelos de alta tecnologia, que poluem menos e são menos agressivos.

No Pará, as carvoarias são mais comuns na rodovia BR-422, entre Tucuruí e Novo Repartimento, e em cidades como Paragominas e Rondon do Pará, quase divisa com o Maranhão, onde tem se concentrado a fiscalização do grupo móvel.

**Função racial da propriedade** - Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 14/05/2007

Parece não ter limites a relativização da propriedade privada, prejudicando não apenas o desenvolvimento das empresas e a criação de empregos, mas também colocando fortes obstáculos à realização das liberdades. Quando a liberdade econômica começa a ser cerceada, esse cerceamento se amplia para outras esferas, atingindo os direitos civis, a liberdade de pensamento e expressão e as liberdades políticas. As sociedades que fizeram a experiência de supressão da propriedade privada, no socialismo e no comunismo, tiveram como desfecho a democracia totalitária, com a eliminação em massa de sua própria população.

O objeto da lei deveria consistir em impedir que a liberdade fosse restringida ou limitada. Cabe ressaltar que a lei, no sentido estrito do termo, reside em proteger a liberdade e a propriedade. Logo, não seria qualquer lei nem qualquer Constituição que corresponderiam a essa definição. Há leis, por exemplo, que permitem atentados à propriedade, como aquela que os movimentos ditos sociais se utilizam para suas ações políticas, sob o manto do cumprimento da “função social da propriedade”. Se esse

dispositivo constitucional serve para acobertar ações revolucionárias ou decisões judiciais que se voltam contra a propriedade privada e a economia de mercado, contra as liberdades, pode-se considerar que se trata de uma lei que estaria perdendo o seu objeto próprio. Se uma sociedade - vítima de ações violentas contra a propriedade privada no campo e, também, na cidade por parte do MST, do MLST, da CPT e de organizações congêneres - não consegue assegurar a propriedade, ela se torna refém de atos que procuram, na verdade, destruir a própria liberdade, embora aparentemente o façam sob o manto da justiça social. A violência revolucionária, desta maneira, ganha a cena política “legalmente” acobertada.

Como se não bastasse, há em curso uma outra forma de relativização da propriedade, a que se apresenta sob a roupagem da “função racial da propriedade”, revestida do politicamente correto. Já há uma tentativa governamental, via o Decreto nº 4.887/2003, de estipular arbitrariamente o que é uma “quilombola”. A Constituição de 1988 assegurou corretamente, no seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os títulos de propriedade às comunidades de quilombos que estavam de posse das terras naquele momento. Trata-se de casos de regularização fundiária que não afetam os direitos de terceiros, reparando uma injustiça. Ora, o decreto em questão, objeto de uma ação de inconstitucionalidade no Supremo, altera, por mero ato administrativo, a definição de comunidade de quilombos, substituindo-a, arbitrariamente, lembrando a tradição da democracia totalitária, por terras “ditas” remanescentes de tais comunidades, que não possuem nenhuma relação direta com as terras em questão. Ou seja, introduz-se o critério da “autodefinição”, da “autodesignação” e da “auto-indicação”. Basta dizer essa “terra é minha” para que tenha início o processo de desapropriação, seguindo os trâmites da Fundação Cultural Palmares e do Incra, já ocupado majoritariamente por militantes do MST e da CPT. Se esse decreto permanecer, teremos uma outra onda de invasões, perpetuando o “abril vermelho” em “ano vermelho”, com a violência daí resultante.

Não bastasse isso, tramita na Câmara dos Deputados o Estatuto da Igualdade Racial. O nome, politicamente correto, parece apenas preocupado com corrigir uma situação de injustiça. O demo mora aqui verdadeiramente nos detalhes, no caso o seu capítulo 6. Retomando boa parte das disposições do Decreto nº 4.887, ele o amplia, tornando-o válido não somente para a zona rural, mas também para a urbana. Conforme o Estatuto, basta um grupo determinado se autodesignar como preto e indicar uma terra como sua para que comece, por meio do Incra, por mero processo verbal, o processo de desapropriação, segundo peritos nomeados por essa parte que acompanharão todos os trâmites do processo. O arbítrio é total. Imaginem, numa população miscigenada como a brasileira, um grupo particular, por mera designação, dizer-se racialmente pertencente a certo grupo. Um belo dia, certas pessoas se organizam, segundo critérios raciais auto-atribuídos, para tomar posse de uma propriedade qualquer. Basta lá chegar e, conforme o arbítrio dessas pessoas, indicar uma propriedade como tendo feito parte de uma quilombola, na ficção mesma dessas pessoas. Claro que não faltarão certos antropólogos da “causa” para atestar, de acordo com critérios semânticos também esdrúxulos, que essas terras, outrora, foram quilombolas. Já há, inclusive, mapas arbitrariamente feitos, designando terras desapropriáveis, “comunidades de quilombos”, incluindo cidades inteiras. A cena está armada para desapropriações, invasões, cárceres privados e destruições, como ocorre atualmente com as ações do MST, MLST e CPT.

A novidade consiste na ampliação do arbítrio, agora também válido para a zona urbana e não apenas rural. Qualquer casa e qualquer terreno para construção poderiam, se tal lei for aprovada, ser objeto de desapropriação. Evidentemente, o alvo preferencial serão, primeiramente, as empresas construtoras por personificarem a propriedade privada que deve, segundo esses agentes políticos, ser relativizada. Alguns pregam a sua supressão. O politicamente correto apareceria sob a forma do critério “racial” e o objetivo político consistiria em atingir os “negócios” “por definição” perniciosos. A liberdade começaria a ser atingida em seu aspecto econômico, visando aos “grandes” empreendedores, para, depois, chegar aos “médios” e “pequenos”, num processo cujo fim consiste na relativização total da própria liberdade. O MST seria rebatizado de “Movimento dos Sem-Trava”, urbanas e rurais poderíamos acrescentar. A liberdade seria ferida de morte em nome do politicamente correto.

**Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na UFRGS. E-mail: [denisrosenfield@terra.com.br](mailto:denisrosenfield@terra.com.br)**

**Fazendeiro acusado pela morte de irmã Dorothy vai a julgamento** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 14/05/2007

Ministério Público sustenta que Bida é um dos mandantes do assassinato da religiosa americana

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de mandante no assassinato da missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, em Anapu, no sudoeste do Pará, senta no banco dos réus do júri popular, hoje, em um julgamento com previsão de durar dois dias. Apontado pelo Ministério Público também como mandante do crime, o fazendeiro Regivaldo Galvão, o Taradão, aguarda em liberdade o julgamento de recurso em que pretende ser excluído do processo. A freira americana foi morta porque tentava implantar na região um Projeto de Desenvolvimento Sustentado, o que contrariava os interesses de grandes fazendeiros, alguns deles acusados de grilagem e desmatamento de terras públicas em Anapu, além de fraudes contra a extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

A defesa de Bida vai insistir na tese de que o acusado não tinha motivos para mandar matar a freira. O Ministério Público e os assistentes de acusação tentarão provar que o réu agia em parceria com Galvão, de quem Bida era sócio. Na visão da acusação, Bida tinha razões para encomendar o crime - uma vez que ele havia sido denunciado pela irmã Dorothy em cartas enviadas às autoridades paraenses. A religiosa acusava o fazendeiro de ter praticado queimada ilegal e destruição de roças de agricultores. Por causa do crime ambiental, Bida sofreu uma multa de R\$ 3 milhões lavrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). “Não teremos paz nestas terras de Anapu enquanto alguém não matar aquela velha”, teriam comentado Bida e Galvão, de acordo com a denúncia do Ministério Público.

## **REFORMA AGRÁRIA**

O irmão da missionária, David Stang, veio dos Estados Unidos para acompanhar o julgamento. Ele disse que a freira deu sua vida pela preservação da floresta amazônica e pelos agricultores brasileiros que lutam pela reforma agrária e justiça no campo. “É preciso que a justiça aconteça e eu tenho fé que isso se fará”, disse ele ao Estado. Cerca de mil agricultores, vindos de várias regiões do Pará, especialmente do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, onde a missionária atuava, estão em Belém. Eles montaram um acampamento na frente do Fórum Cível, onde o acusado será julgado.

O coordenador do Comitê Dorothy e organizador das manifestações, Lucinei Vieira, acredita na condenação de Bida. Para Vieira, as provas apontam nessa direção.

## **RELATÓRIO**

No Pará, a impunidade de mandantes de assassinato de trabalhadores rurais é enorme. De acordo com o último relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Estado registrou 772 assassinatos no campo nos últimos 33 anos. Apenas em seis casos os acusados foram levados a julgamento. “Por isso estamos pressionando a Justiça para que essa situação seja mudada, porque entendemos que isso só pode acontecer com a pressão popular”, resumiu Vieira.

Para a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Pará, Mary Cohen, se apenas o pistoleiro for condenado nesse caso, a violência no campo não vai acabar. Ela disse que a importância do julgamento está no fato de que Bida reúne “possibilidades reais de condenação”. Dois meses antes de ser morta, irmã Dorothy foi condecorada pela OAB paraense - ela recebeu o prêmio de direitos humanos José Carlos Castro. A premiação aconteceu no dia 10 de dezembro de 2004 e o assassinato ocorreu em 12 de fevereiro de 2005.

Figurante de uma lista de marcados para morrer no sul do Pará, o advogado e coordenador da CPT de Xinguara, o frei francês Henri des Rosiers, declarou que a Justiça precisa “quebrar a cadeia da impunidade”, condenando todos os envolvidos no caso da religiosa americana Dorothy Stang. O frei organizou uma comitiva de manifestantes de vários municípios paraenses para acompanhar o julgamento na capital.

Ao todo, cinco pessoas foram denunciadas por participação no crime, mas até agora apenas quatro foram julgadas e condenadas. O pistoleiro Rayfran das Neves Sales, o Fogoioó, autor dos seis tiros que mataram Dorothy, foi condenado a 27 anos. O comparsa de Sales na morte, Clodoaldo Carlos Batista, o Eduardo, pegou 17 anos.

O capataz de fazenda Amair Feijoli da Cunha, o Tato, foi condenado a 27 anos de prisão como intermediário do crime, mas acabou beneficiado com a redução de um terço da sentença de 18 anos se valendo do recurso de delação premiada. O recurso garante benefício a acusados que colaboram dando informações no transcorrer do processo.

**Nome da missionária estava em lista no Pará desde 1999** – Estado de São Paulo  
– Nacional – 14/05/2007

Embora figurasse desde 1999 em uma “lista negra” de fazendeiros e madeireiros da região de Anapu, no Pará, a missionária americana Dorothy Stang sempre se recusou a abandonar o trabalho. “Não quero fugir, nem abandonar a luta dos camponeses que vivem sem nenhuma proteção em plena selva”, dizia.

Comparada ao líder seringueiro Chico Mendes, morto em dezembro de 1988, irmã Dorothy atuava na linha de frente dos movimentos sociais no Pará havia cerca de 40 anos. Desde 1972, unida às mulheres e agricultores da comunidade Sucupira, desenvolvia projetos sustentáveis para geração de emprego e renda com reflorestamento em áreas degradadas. A repercussão de seu trabalho ultrapassou as fronteiras do Estado e ganhou dimensão internacional.

Amada pelos lavradores pobres, era chamada de “santa” pelas famílias a quem atendia e de “satanás da Transamazônica” por seus desafetos. “Sei que eles querem me matar, mas não vou fugir. Meu lugar é aqui, ao lado dessas pessoas constantemente humilhadas por gente que se considera poderosa”, afirmou irmã Dorothy ao Estado, em sua última entrevista, concedida dez dias antes do crime.

**Medidas anunciadas para atacar violência foram esquecidas** – Estado de São Paulo – Nacional – 14/05/2007

No enterro da missionária Dorothy Stang, o então governador do Acre, Jorge Viana, representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou providências “imediatas” contra a violência na região. A primeira medida seria uma ação dura para desarmar fazendeiros, prender jagunços, apurar denúncias de violência e combater a grilagem. A outra previa maior rapidez na execução da reforma agrária, sobretudo o modelo de desenvolvimento sustentável pelo qual a irmã Dorothy lutava. Foram também encaminhados pedidos de proteção da Polícia Federal em favor de líderes ameaçados de morte.

Passados dois anos, contudo, a relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para direitos humanos, Hina Jilani, se diz alarmada com o número de assassinatos de ativistas no Brasil e indica que um dos problemas é a “impunidade persistente”. Em documento divulgado no mês passado, ela relata que até ativistas que trabalham em projetos do governo federal são alvo de ameaças. É o caso dos frades Xavier Plassat e Silvano Rezende e de Lúcio de Avelar e Jorge Vieira, da Pastoral da Terra do Pará. Os quatro passaram a sofrer ameaças e tentativas de assassinatos após participar do desenvolvimento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2003 por Lula.



**Bancada ruralista cresce; grupo evangélico diminui** - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Nacional – 14/05/2007

Conclusão é de estudo feito no Congresso com os 618 parlamentares que exerceram mandato este ano

O número de parlamentares empresários e ruralistas é maior no Congresso do que o total eleito para o mandato passado. Em contrapartida, o número de parlamentares sindicalistas e evangélicos diminuiu. Essa é uma das conclusões de estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e do site Congresso em Foco com os 618 parlamentares, deputados e senadores, entre titulares e suplentes, que exerceram mandato de fevereiro a abril de 2007. O trabalho foi publicado no livro O que esperar do novo Congresso - Perfil e agenda da legislatura 2007/2011.

O estudo mostra que depois do escândalo dos sanguessugas a bancada evangélica, que teve muitos deputados acusados de envolvimento no esquema irregular de vendas de ambulâncias, minguou.

Na Câmara, de 532 deputados que exerceram o mandato nos três primeiros meses da atual legislatura, 41 são evangélicos - em 2006 a bancada chegou a 60. No Senado, há dois parlamentares evangélicos.

Outra bancada que perdeu integrantes foi a sindicalista. Houve uma pequena perda de espaço, segundo o estudo. No mandato passado, havia 74 sindicalistas no Legislativo. No Congresso atual, há 63 sindicalistas dos 618 parlamentares pesquisados. São 57 na Câmara e 6 no Senado.

Constituída por empresários rurais, pecuaristas e agricultores e também por políticos que defendem as reivindicações desse setor, a bancada ruralista passou para 120 integrantes nesse mandato. São nove parlamentares a mais do que na legislatura anterior. Dos 618 parlamentares pesquisados, 20% dos deputados e 15% dos senadores integram a bancada ruralista. Essa bancada é uma das mais fortes por causa da grande capacidade de conseguir aprovar propostas de seu interesse, principalmente quando se trata de benefícios de financiamento público ou de renegociações de dívidas.

O estudo do Diap/Congresso em Foco afirma que desde a Legislatura concluída em 1995, o Congresso não tinha uma bancada de empresários tão expressiva. São 219 entre os 618 parlamentares pesquisados. São 190 deputados dos 532 que exerceram mandato de fevereiro a abril desse ano e 29 senadores dos 86 entre titulares e suplentes que exerceram mandato no mesmo período.

A bancada dos apresentadores de rádio e TV e de artistas tem 38 integrantes. No Senado, são apenas três. Na Câmara, 35 são apresentadores de TV, radialistas e artistas. Dois deles já se envolveram em polêmicas nesses primeiros meses. O apresentador de programa de TV Clodovil Hernandez (PTC-SP) é alvo de dois processos disciplinares na Corregedoria da Casa por suas declarações polêmicas. O cantor de forró Edigar Mão Branca (PV-BA) por se recusar a tirar o chapéu de couro quando está no plenário.

O livro mostra ainda que a bancada das mulheres reúne 56 parlamentares - 45 na Câmara e 11 no Senado.

A bancada ambientalista - conhecida por Frente Parlamentar Ambientalista -foi a primeira a ser criada no atual mandato. São 269 congressistas. A Frente de Defesa da Igualdade Racial tem 195 adesões, entre outras bancadas suprapartidárias no Congresso.

**Acusado de mandar matar irmã Dorothy é julgado no PA – Kátia Brasil - Folha de São Paulo – Opinião – 14/05/2007**

### **Advogado de Bida diz que julgamento está prejudicado**

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, apontado como um dos mandantes do assassinato da missionária Dorothy Stang, começa a ser julgado hoje sob acusação de homicídio duplamente qualificado por motivo torpe, promessa de pagamento e emboscada (pena de 12 a 30 anos), no Tribunal do Júri de Belém (PA). A sentença deve sair amanhã.

Cerca de mil pessoas ligadas a movimentos em defesa da reforma agrária, direitos humanos e ambiente devem participar de manifestações contra a impunidade no Estado do Pará.

Norte-americana naturalizada brasileira, Dorothy Stang, 73, coordenadora da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em Anapu (oeste do Pará), foi assassinada com três tiros em 12 de fevereiro de 2005. O crime ocorreu em uma estrada próxima da área em litúgio entre os assentados do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Esperança e o fazendeiro Bida.

De Anapu, estavam previstos para chegar na madrugada de hoje a Belém dois ônibus escoltados pela Polícia Federal trazendo assentados e amigos da missionária. A escolta foi solicitada pelo procurador da República Felício Pontes, pois, entre os 90 passageiros, há trabalhadores rurais e missionários ameaçados de morte. Dos Estados Unidos, chegaram ao Pará os irmãos gêmeos de Dorothy, David e Tom Stang. "Eles estarão presentes no julgamento", disse a irmã Jane Dwyer, da Congregação de Notre Dame de Namur, da Igreja Católica, ordem à qual a missionária pertencia. Além de Bida, preso em Belém, é acusado também de ser mandante do crime o fazendeiro Regivaldo Galvão, o Taradão, que obteve habeas corpus no Supremo Tribunal Federal, em 2006, e aguarda julgamento em liberdade. No mesmo ano, o Tribunal do Júri condenou a 18 anos de prisão Amair Feijoli da Cunha, o Tato, acusado de intermediar o crime. Em 2005, foram condenados o pistoleiro Rayfran das Neves Sales, o Fogoió (27 anos de prisão), e Clodoaldo Carlos Batista, o Eduardo (17 anos), apontado como cúmplice de Fogoió.

O advogado de Bida, Américo Leal, disse que o julgamento de hoje está prejudicado, pois o Tribunal de Justiça do Pará não obedeceu o Código do Processo Penal ao desaforar [deslocar] o júri da comarca de Pacajá -jurisdição onde ocorreu o crime- para Belém. "Eles atropelaram o Código do Processo Penal para prejudicar o réu. Se fosse em Pacajá, ele [Bida] estaria 90% absolvido", afirmou.

**'Quem manda neste país?', pergunta irmão de Dorothy ao pedir justiça - Felipe Awi – O Globo – O País – 14/05/2007**

David está no Pará para julgamento de fazendeiro que teria ordenado crime

XINGUARA (PA). O vocabulário em português do americano David Stang se resume a poucas palavras: “tudo bem”, “bom dia”, “muito obrigado” e “pistoleiros”. Suas aulas, ministradas nos julgamentos dos assassinos de sua irmã, Dorothy Stang, continuam hoje em Belém, onde um dos acusados de planejar o crime, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, será julgado. David está confiante numa condenação exemplar, mas ainda sem entender como funciona a Justiça brasileira.

— Quem manda neste país? É o povo ou são matadores profissionais como o Bida e o Regivaldo (Pereira Galvão, o outro acusado, que está solto)? Não falo só da minha irmã. Como pode matarem 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás e nada acontecer? — perguntou ele, que também acompanhou o julgamento e a condenação dos pistoleiros Rayfran das Neves e Clodoaldo Batista.

A revolta de David aumentou quando ele soube, ao chegar ao Brasil para o julgamento, que o Incra descobriu na semana passada 1.500 cabeças de gado de Bida num dos assentamentos de Anapu onde Dorothy trabalhava e foi assassinada, em fevereiro de 2005: — Os bois dele estão pastando sobre o sangue da minha irmã. Isso quer dizer que o Bida continua mandando de dentro da prisão, como traficantes do Rio e de São Paulo.

Como isso é possível? Fazendeiros teriam dado R\$ 50 mil por assassinato São muitas as perguntas de David, mas uma resposta ele dá com certeza: sua irmã não foi assassinada a mando de Bida e de Regivaldo, mas de um consórcio de fazendeiros da região. Eles teriam se cotizado para oferecer R\$ 50 mil aos pistoleiros, que deram seis tiros em Irmã Dorothy: — Não haverá justiça para os brasileiros enquanto esse consórcio não for revelado. A própria governadora Ana Júlia (Carepa) diz que existe consórcio, então por que a Justiça demora tanto a chegar? Desde o crime, David diz que se tornou a voz de Dorothy no Brasil. Ele continua morando nos EUA, mas faz questão de acompanhar os julgamentos de perto. Desta vez, a oitava, terá ao lado o irmão gêmeo, Thomas.

Ambos foram padres, mas deixaram a batina e hoje fazem trabalhos sociais. Thomas trabalha com comunidades de negros e hispânicos em Los Angeles. David, que missionou dez anos na África, administra clínica para idosos e doentes mentais no Colorado.

Ele diz que, se fosse mais novo, viria morar no Pará.

— Gosto dessa gente, mas infelizmente sinto que elas vivem com medo dos pistoleiros. Minha irmã ficou de 7h30m às 15h30m de bruços no chão porque ninguém teve coragem de mexer no corpo.

Quando a polícia virou seu rosto, ela estava sorrindo — recorda.

Além de David e Thomas, Dorothy tinha mais cinco irmãos.

Todos estão vivos. A irmã assassinada é, para eles, um modelo de vida santa, dedicada sempre aos mais necessitados.

David lembra que, ainda nos Estados Unidos, ela o levou para conhecer imigrantes que ajudava no Arizona.

— A Dorothy amava seus inimigos. Ela tentou abraçar o Bida poucos dias antes de sua morte, mas ele não quis. Três meses antes do crime, recebera aviso de autoridades do Pará, alertando que estava em risco, mas disse: “Eu sei como lidar com isso” — conta.

Irmã ia a assentamento tentar evitar conflito Foi nessa ocasião que David viu a irmã viva pela última vez.

Aconteceu na entrega de um prêmio de direitos humanos da OAB, em Belém. Na véspera do assassinato, falaram-se pelo telefone. Dorothy estava preocupada com 12 trabalhadores do assentamento Esperança, em Anapu, que tiveram casas e plantações queimadas a mando de fazendeiros.

— Ela iria para lá no dia seguinte, mas foi assassinada antes — lembra David.

**Função racial da propriedade** – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 14/05/2007

Parece não ter limites a relativização da propriedade privada, prejudicando não apenas o desenvolvimento das empresas e a criação de empregos, mas colocando fortes obstáculos à realização das liberdades. Quando a liberdade econômica começa a ser cerceada, esse cerceamento se amplia para outras esferas, atingindo os direitos civis, a liberdade de pensamento e expressão e as liberdades políticas. As sociedades que fizeram a experiência de supressão da propriedade privada, no socialismo e no comunismo, tiveram como desfecho a democracia totalitária.

O objeto da lei deveria consistir em impedir que a liberdade fosse restringida ou limitada. Há, porém, leis que permitem atentados à propriedade, como aquela que os movimentos ditos sociais se utilizam para suas ações, sob o manto do cumprimento da “função social da propriedade”. Se esse dispositivo constitucional serve para acobertar ações revolucionárias ou decisões judiciais que se voltam contra a propriedade privada e a economia de mercado, pode-se considerar que se trata de uma lei que estaria perdendo o seu objeto próprio.

Se uma sociedade, vítima de ações violentas contra a propriedade privada no campo e, também, na cidade por parte do MST, do MLST e da CPT, não consegue assegurar a propriedade, ela se torna refém de atos que procuram destruir a própria liberdade, embora aparentemente o façam sob o manto da justiça social.

Como se não bastasse, há em curso uma outra forma de relativização da propriedade, a que se apresenta sob a roupagem da “função racial da propriedade”, revestida do politicamente correto. Já há uma tentativa governamental, via o decreto no 4.887/2003, de estipular arbitrariamente o que é um “quilombola”. A Constituição de 1988 assegurou corretamente, no seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os títulos de propriedade às comunidades de quilombos que estavam de posse das terras naquele então. Ora, o decreto em questão, objeto de uma ação de inconstitucionalidade no Supremo, altera, por mero ato administrativo, a definição de comunidade de quilombos, substituindo-a, arbitrariamente, lembrando a tradição da democracia totalitária, por terras “ditas” remanescentes de tais comunidades, que não possuem nenhuma relação direta com as terras em questão.

Ou seja, introduz-se o critério da “autodefinição” e da “auto-indicação”. Basta dizer “essa terra é minha” para que tenha início o processo de desapropriação, seguindo os trâmites da Fundação Cultural Palmares e do Incra.

Não bastasse isso, tramita na Câmara dos Deputados o Estatuto da Igualdade Racial. O nome, politicamente correto, parece apenas preocupado em corrigir uma situação de injustiça. O demo mora aqui verdadeiramente nos detalhes, no caso o seu capítulo VI. Retomando boa parte das disposições do decreto 4.887, ele o amplia, tornando-o válido não somente para a zona rural, mas também para a urbana. Bastaria um grupo autodesignar-se como preto e indicar uma terra como sua para que comece, junto ao Incra, por mero procedimento verbal, o processo de desapropriação, segundo peritos nomeados por essa parte que acompanharão todos os trâmites do processo.

O arbítrio é total. Não faltarão certos antropólogos da “causa” para atestar, de acordo com critérios semânticos esdrúxulos, que essas terras, outrora, foram quilombolas. Já há, inclusive, mapas arbitrariamente feitos designando terras desapropriáveis, “comunidades de quilombos”, incluindo O Globo cidades inteiras.

A novidade consiste na ampliação do arbítrio, agora também válido para a zona urbana e não apenas rural.

Qualquer casa e qualquer terreno para construção poderiam, se tal lei for aprovada, ser objeto de desapropriação.

Evidentemente, o alvo preferencial serão as empresas construtoras, por personificarem a propriedade privada. A liberdade começaria a ser atingida em seu aspecto econômico, visando aos “grandes” empreendedores, para, depois, chegar aos “médios” e “pequenos”, num processo cujo fim consiste na relativização total da própria liberdade.

O MST seria rebatizado de “Movimento dos Sem-Travas”, urbanas e rurais, poderíamos acrescentar.

A liberdade seria ferida de morte em nome do politicamente correto.

### **Stora Enso "dribla" Lei brasileira para comprar terras na faixa de fronteira – MST - 14/05/2007**

Três papeleiras estão investindo para implantar ou ampliar as suas fábricas no Rio Grande do Sul. A Votorantim Celulose e Papel (VCP) que pretende instalar sua fábrica na região próxima ao porto da cidade de Rio Grande, a Stora Enso que planeja se instalar no Fronteira Oeste e a Aracruz Celulose que pretende ampliar sua indústria na cidade de Guaíba.

A Stora Enso, ainda em 2005, começou o processo de aquisição de terras para efetuar os plantios de eucalipto. Segundo notícias da imprensa da época ela fazia um investimento de 250 milhões de dólares na aquisição destas áreas. Posteriormente, a imprensa dava conta de que a Stora Enso estava com dificuldades na compras porque a legislação brasileira exige o consentimento do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para a

aquisição de terras por estrangeiros numa faixa de 150 km com outros países (faixa de fronteira). O tempo foi passando e o tema desapareceu da mídia.

Uma consulta ao Inquérito Civil (I.C.) 158/2005 aberto pelo Ministério Público estadual para apurar o processo de licenciamento ambiental mostra porque o tema desapareceu da mídia. As páginas 697, 698, 699 e 700 daquele inquérito relatam como a Stora Enso superou esta "dificuldade burocrática". Trata-se de um memorando trocado entre executivos que cuidam dos interesses da papelreira finlandesa que relata passo a passo como compraram as terras de brasileiros. Vejamos como tudo foi feito.

A Stora Enso tem um braço empresarial responsável pela produção da matéria prima (eucalipto). O nome desta empresa é Derflin Agropecuária Ltda. Esta empresa começou a compra de terras efetuando inclusive o pagamento parcial ou total das mesmas. Só que como diz o memorando trocado entre os executivos (pág. 698 do I. C.) "... as terras em questão permanecem como propriedade dos vendedores, não tendo a Derflin quaisquer direitos reais sobre elas, até que a autorização do CDN seja obtida." Por isto "... a Derflin decidiu reestruturar a forma pela qual irá adquirir a propriedade das Terras localizadas em Faixa de Fronteira, ...."

Esta chamada reestruturação consistiu no seguinte: A Stora Enso cria uma nova empresa "...cuja totalidade do capital social é detida por pessoas físicas brasileiras, residentes no Brasil denominada Azenglever Agropecuária Ltda." A Derflin distratou as aquisições de terras já feitas e não aprovadas pelo Conselho de Defesa Nacional que passaram a ser adquiridas por esta empresa genuinamente nacional com o estranho nome de Azenglever. Isto resolveria tudo, pois segundo o item 4.2.1 do memorando já citado "... tal aquisição de terras pela Azenglever não está condicionada a qualquer autorização do CDN". E para concluir a aquisição das terras, diz o memorando "A Derflin e os sócios da Azenglever já acordaram a aquisição, pela Derflin, de 99,99% (noventa e nove vírgula nove por cento) das quotas representativas do capital social da Ezenglever". É ou não é uma maravilha....

Fonte: [Semapi-RS](#)

### **Comunidades de base pedem que Igreja Católica se aproxime dos pobres – MST - 11/05/2007**

Movimentos de base da Igreja Católica, como as pastorais sociais, esperam que a 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho marque uma virada de posicionamento da Igreja Católica latino-americana. A reunião é uma dos principais encontros políticos dos católicos na América Latina. A expectativa é que as discussões do episcopado vão no mesmo caminho percorrido pelas conferências anteriores, de Medellín, realizada em 1968, e de Puebla, em 1979.

“No passado, nos encontros de Puebla e de Medellin, de Medellin principalmente, a Igreja discutiu temas mais fortemente relacionados aos pobres e a juventude. Foi dada uma atenção grande a eles. Depois disso, a Igreja caminhou para uma oficialidade, de caráter centro-européia, e não em direção ao Brasil e aos pobres”, diz o padre Antonio Naves, pároco da Igreja de Santa Marina, em São Paulo, e membro da Comissão Pastoral da Terra.

Com o lema “Povo de Deus com Jesus Libertador rumo à Aparecida, vida plena para todas as criaturas”, as pastorais vão realizar diversas atividades em Aparecida, que ocorrerão simultaneamente ao encontro dos bispos. Uma delas, a “Tenda dos Mártires”, erguida próxima à basílica, será o local em que as comunidades de base vão discutir temas como meio-ambiente, a presença da mulher na Igreja e a relação do catolicismo com os pobres e os excluídos.

“Vão as encruzilhadas e convidem todos para festa da vida”, diz o padre Naves citando o evangelista Mateus. “Queremos que a conferência dos bispos utilize esse mesmo método, de caminhar no sentido dos pobres, dos sem-terra, dos deserdados da vida. Até agora não tem ocorrido isso. Espero que o Espírito Santo desça nos participantes da conferência e que eles possam refletir sobre os problemas reais do povo, que é a missão da Igreja número um, número dois e número três”.

Em entrevista recente, o arcebispo de São Paulo e então secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Odilo Scherer, explicou que a Conferência de Aparecida irá debater o novo contexto em que se encontra a população da América Latina, especialmente em relação às mudanças culturais, religiosas e políticas.

“Temos que discutir o posicionamento da Igreja diante da situação de dependência e exclusão dos povos da América Latina, como ela está presente não só como instituição, mas como membros da Igreja, os católicos. Como ela está presente nesse processo de mudanças, de afirmações, da história dos povos da América Latina e do Caribe.”

Foto: Dezenas de milhares de fiéis aguardam a chegada do papa Bento XVI no Campo de Marte, antes da missa campal de canonização de frei Galvão - a partir de hoje, Santo Antonio de Sant'anna Galvão

**Fazendeiro nega ser mandante de crime** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 15/05/2007

Durante julgamento, defesa diz que acusado não tinha interesse na morte de irmã Dorothy, assassinada em 2005

No primeiro dia de seu julgamento, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, negou que tenha mandado matar a missionária Dorothy Stang. Ele afirmou que não

teve nenhuma participação no crime, não tramou nem determinou que a religiosa fosse morta. Negou ainda ter relação com o intermediário do crime, Amair Feijoli da Cunha, o Tato. O julgamento deve terminar hoje à tarde.

Dorothy foi morta em fevereiro de 2005 em Anapu, no sudoeste do Pará. Ela tentava implantar na região um projeto de desenvolvimento sustentado, o que contrariava interesses de grandes fazendeiros. Três pessoas já foram condenadas pelo crime. Rayfran das Neves Sales, o Fogoió, autor dos seis tiros que mataram Dorothy, pegou 27 anos de prisão e seu parceiro Clodoaldo Carlos Batista, o Eduardo, 17 anos. Tato foi condenado a 27 anos como intermediário do crime, mas teve a pena reduzida para 18 anos, valendo-se do recurso de delação premiada, que beneficia acusados que colaboram dando informações no processo.

Fogoió estava no julgamento como testemunha de defesa de Bida. Em seu depoimento, isentou-o de envolvimento. Disse que se escondeu na propriedade de Bida e dele recebeu comida, mas nunca tratou do assassinato: “Matei porque me senti ameaçado pela freira. O Bida não tem nada com isso.” A promotoria reclamou que o pistoleiro estava contando, pela oitava vez, uma nova versão do crime.

Bida declarou ao juiz Raimundo Moisés Alves Flexa, que o interrogou, ter comprado uma fazenda de Tato em Anapu, embora “não tivesse nenhuma amizade com ele”. O fazendeiro contou ainda que não estava foragido, mas temia por sua vida. “Foi por isso que me entreguei.”

Seus advogados, Américo Leal e Eduardo Imbiriba, disseram que não há provas suficientes para condená-lo. Para eles, Bida não tinha interesse em matar Dorothy, que acusaram de “incentivar a prática de crimes” na região. Citaram o fato de ter sido protocolada ação do Ministério Público de Altamira contra a vítima por porte ilegal de arma e formação de quadrilha. A defesa alegou ainda que a acusação contra Bida, feita na polícia por Fogoió e Eduardo, foi obtida por “meios ilegais”.

O promotor Edson Cardoso, responsável pela acusação, disse que a versão de Bida era frágil e não se sustentava “nem por um minuto de análise”. “A verdade está começando a surgir aos poucos. No primeiro momento, os executores não apareceram, mas, quando se viram sozinhos, apareceram e começaram a contar o que sabiam.”

Além dos depoimentos, no julgamento a promotoria mostrou um vídeo com a reconstituição do crime. A defesa apresentou fotos de manifestações contra Dorothy em Altamira, um ano antes do assassinato.

O juiz também interrogou o delegado da Polícia Federal Ualame Machado, que participou das investigações, e o delegado Valdir Freire, que à época do crime dirigia a Divisão de Investigações e Operações. Machado confirmou que Tato acusou Bida de envolvimento. Mas os dois disseram que nas investigações não ficou provada a existência de um consórcio de fazendeiros para pagar o assassinato.



A missionária americana Roberta Lee, que trabalhou com Dorothy em comunidades de agricultores no interior do Maranhão e no Pará, informou que a conhecia desde 1966. “O trabalho dela sempre foi em favor dos menos favorecidos”, disse. Roberta afirmou que a vítima recebia muitas ameaças e esteve diversas vezes em Belém para denunciá-las, embora recusasse proteção policial.

Durante os depoimentos, do lado de fora do salão do júri, cerca de 600 trabalhadores rurais, vindos de vários municípios do interior do Pará, se manifestavam. Acampados na frente do prédio, eles oravam e pediam a condenação do acusado.

**Pastorais criam centro de debate em Aparecida** – Aduari AntunesBarbosa - O Globo – O País – 15/05/2007

Tenda dos Mártires tenta levar tema social à pauta da Celam

APARECIDA, SP. Uma celebração simples, com a presença de cerca de 20 pessoas, marcou ontem à noite a inauguração da Tenda dos Mártires, um posto instalado por 23 pastorais sociais em um terreno emprestado em Aparecida, para pressionar os bispos reunidos na V Conferência Geral do Episcopado LatinoAmericano e do Caribe, que se realiza até o dia 31, a discutir também os temas sociais que interessam à igreja progressista.

No espaço, haverá celebrações diárias orações e encontros de reflexão, orientados pelos seguidores de teologias mais próximas do trabalho pastoral popularizado como a Teologia da Libertação e condenada pelo Papa Bento XVI no discurso de abertura da conferência.

Este espaço é dedicado à celebração, à reflexão sobre a Igreja que queremos, que é uma Igreja que seja realmente de Jesus Cristo — explicou Conceição Aparecida de Souza, da Pastoral Operária, uma das coordenadoras da Tenda, localizada na Avenida Itaguaçu, em frente ao muro do Santuário de Nossa Senhora de Aparecida.

### **Tenda é decorada com fotos de mártires da América Latina**

Da celebração de abertura da Tenda dos Mártires, participaram os padres José Oscar Beozzo, Benedito Ferraro e o mexicano Roberto Oliveros, conhecidos pela militância nas pastorais sociais comprometidas com a Igreja chamada progressista.

A tenda é decorada com fotografias de mártires que lutaram pela liberdade em vários países da América Latina.

A “Carta aberta aos participantes da V Celam”, distribuída na tenda, diz: “Dentro deste sistema maligno que coloca o deus dinheiro acima do Deus da Vida, sofremos todos os tipos de violação dos direitos humanos (...) por não termos renda, somos considerados cidadãos e cidadãs de segunda categoria, afinal não podemos pagar as contas, comprar alimentos, o material escolar, doar o dízimo”. (Aduari AntunesBarbosa)

## **Fazendeiro nega ter mandado matar Dorothy – O Globo – O País – 15/05/2007**

Bida diz em julgamento que sequer conhecia a missionária, mas confirma encontro com pistoleiros BELÉM. Quarto réu a ser julgado pela morte da missionária americana Dorothy Stang, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, negou ontem, ao ser interrogado pelo juiz Raimundo Alves Flexa, no Tribunal do Júri, que tenha participado do plano para matar a freira. Confirmou, porém, ter sido procurado em casa pelos pistoleiros, logo após o assassinato, e sugerido que eles fugissem. Vitalmiro é acusado pelo Ministério Público de ser o mandante do crime, junto com outro fazendeiro, Regivaldo Galvão, o Taradão.

Em duas horas de interrogatório, ele admitiu que conhecia Amair Feijoli da Cunha, o Tato, condenado como intermediário na contratação dos pistoleiros. Vitalmiro disse, porém, que tinha apenas negociado terras com Amair. Disse ainda ter visto “duas, três vezes” Rayfran das Neves Sales, o Fogoió, o pistoleiro condenado como executor do crime.

Mas negou que tenha participado de reunião para ordenar a execução da freira: — Não conhecia a freira e não participei de crime algum.

### **Pistoleiros dormiram nas terras de Bida após crime**

Dorothy foi morta em 12 de fevereiro de 2005, em Anapu, no sul do Pará, por sua defesa dos trabalhadores de um assentamento. Vitalmiro está sendo julgado por homicídio duplamente qualificado, com promessa de recompensa, motivo torpe e uso de meios que impossibilitaram a defesa da vítima. O julgamento deve se estender até amanhã.

Vitalmiro disse que foi procurado pelos assassinos da freira, que lhe contaram sobre o crime. Afirmou que pediu aos dois que fossem embora e não o envolvessem em problemas.

Segundo o fazendeiro, os executores teriam ficado em sua fazenda sem sua autorização, abrigando-se próximo a um igarapé. O promotor Edson Cardoso perguntou por que, tendo conhecimento do crime, não procurou a polícia.

Vitalmiro alegou que a fazenda não tinha telefone e que as distâncias eram muito grandes. E disse que fugiu porque tinha medo de morrer.

A promotoria apresentou um vídeo com a reconstituição do crime por Rayfran e depoimentos de pessoas ligadas à freira. Na tentativa de desqualificar o depoimento de Amair, que aponta Vitalmiro como o mentor do crime, os advogados de defesa tentaram alegar que Amair fez uma confissão forçada.

À tarde, foram ouvidas testemunhas de acusação e depois de defesa. Rayfran inocentou Vitalmiro, desmentindo depoimento anterior. Depois de ouvir a leitura do que disse no julgamento que o condenou a 27 anos de prisão em regime fechado, Rayfran disse que apenas parte do depoimento era verdade.

Negou ter tentado matar a irmã Dorothy na véspera do crime e disse que não houve a promessa da quantia de R\$ 50 mil para matar a freira: — Eu não estava lá em Anapu para matar ninguém, estava plantando capim nas terras do Tato. Eu a matei porque me senti ameaçado pelo seu grupo.

Rayfran confirmou ainda a versão de que ele, Clodoaldo e Tato dormiram dentro da fazenda de Vitalmiro sem o conhecimento do fazendeiro. Disse que enterrou a arma na propriedade porque não queria sair de lá portando a arma do crime.

— Coloquei no plástico e enterrei lá, sem ordem de Bida, para que ninguém me encontrasse com aquela arma.

### **Promotor vê indícios de envolvimento**

Para o promotor Edson Cardoso, o fato de não ter procurado a polícia sugere o envolvimento de Vitalmiro no crime.

— Como ele passou dez dias foragido? Também prestaram depoimento o policial federal Wallame Machado, que à época acompanhou as investigações; a missionária Roberta Lie, amiga de Dorothy Stang; e o delegado Waldir Freira, então chefe da Polícia Civil no interior do estado.

Reunidas no Comitê Dorothy, 35 entidades locais e nacionais e três internacionais compareceram ontem à Praça Felipe Patroni, em frente ao Fórum, para acompanhar o julgamento de Vitalmiro. Por falta de espaço na Salão do Tribunal, muitos manifestantes escutaram o julgamento por caixas de som instaladas na área externa do prédio.

De acordo com o comitê, perto de 650 pessoas participaram da manifestação, celebrando missas e denunciando crimes contra trabalhadores rurais em todo o país.

David Stang, irmão de Dorothy, mostrou-se preocupado com a decisão da Justiça: — A história do Pará é de não punir agressores (de trabalhadores rurais). Minha irmã foi morta com seis tiros, a sangue frio.

Ele lembrou que, pouco antes do crime, a missionária havia relatado que estava preocupada, pois vinha sendo aterrorizada por fazendeiros, e, em português, concluiu: — Queremos justiça.

O frei Henry des Roziers, representante da Comissão Pastoral da Terra, afirmou acreditar na condenação de Vitalmiro.

— Acho muito mais problemática (a condenação) do outro (Regivaldo Galvão), que ainda responde em liberdade.

O problema é ir até a raiz, ao grupo que organiza esses assassinatos — enfatizou.

**Sem-terra morto a pauladas em fazenda do MST – O Globo – O País – 15/05/2007**

RECIFE. O trabalhador rural José Evanildo da Conceição foi morto a pauladas na Fazenda Normandia, que pertence ao MST e na qual funciona o centro de formação onde os sem-terra são treinados para exercer cargos de liderança no movimento. O crime ocorreu na madrugada de ontem, quando Evanildo se dirigia ao centro, onde estava hospedado. O delegado Roberto Fonseca, de Caruaru, disse que a hipótese de José Evanildo ter sido morto por companheiros não está descartada.

Ontem à tarde, ele ouviu cinco pessoas, e à noite esteve na sede da fazenda.

O MST afirmou que, de acordo com informações repassadas por testemunhas, o crime não teria sido motivado por questões agrárias. O policial acredita que os sem-terra possam ter se desentendido.

**Governo Federal e BID assinam acordo de empréstimo de R\$ 18 milhões – Sítio Eletrônico do MDA – 16/05/2007**

O Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinam, nesta quinta-feira (17/05), contrato de acordo de empréstimo no valor de US\$ 18 milhões para a execução do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA). A solenidade de assinatura será realizada às 11h, no Auditório da Companhia de

Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). O evento terá a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; do encarregado da Representação do BID no Brasil, Jorge Luís Lestani; do secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar de Almeida; da Procuradora da Fazenda Nacional Fabiani Fadel Borin; e do diretor do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, Dino Castilhos.

O acordo de empréstimo prevê o repasse ao programa de US\$ 10,8 milhões pelo BID e a contrapartida do Governo Federal de US\$ 7,2 milhões, totalizando US\$ 18 milhões. Os recursos são destinados à execução do programa nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo, com previsão de ampliação, em uma segunda etapa, para todo o País.

O programa de Regularização Fundiária vai beneficiar os agricultores familiares, dando a eles a segurança jurídica da posse do imóvel. O trabalho consiste no levantamento cadastral dos imóveis e no georreferenciamento, utilizando aparelhos GPS, para identificar com precisão os limites das propriedades. Essas informações vão possibilitar fazer um diagnóstico completo dos municípios georreferenciados, identificando a situação fundiária dos imóveis, que servirá de subsídio para a constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e para regularização das posses.

O programa de Regularização Fundiária vem sendo desenvolvido desde 2005, em caráter experimental, pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) em parceria com os Institutos Estaduais de Terras, com recursos do MDA e dos estados. A metodologia do programa está sendo aplicada pela SRA nas ações de cadastramento e de georreferenciamento de imóveis nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Tocantins, Goiás, Sergipe, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Ceará, Amazonas, Amapá, Paraíba e Pernambuco. Até agora, já foram cadastrados 16.928 e georreferenciados 13.745 imóveis rurais. Destes, 5.413 já foram titulados.

#### **Malha fundiária**

Para agilizar o cadastro dos imóveis rurais, a SRA/MDA assinou recentemente um convênio com a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais (Funcate), para a criação do Sistema de Gestão Territorial – SGT. O sistema permitirá o armazenamento e o conhecimento completo da malha fundiária dos territórios rurais abrangidos.

Com essas informações, será possível elaborar diagnósticos da situação fundiária e propor políticas públicas que atendam as necessidades desses territórios. O SGT é compatível com o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), e vai conter informações obrigatórias sobre a identificação, localização, dimensão, titularidade e situação jurídica do imóvel. Essas são os critérios previstos do Decreto nº 4.449/02, que regulamenta a lei do Sistema Público de Registro Terras (Lei 10.267/01).

**Stédile falta a audiência sobre depredação** – Estado de São Paulo – Nacional –  
16/05/2007

O líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) João Pedro Stédile faltou à audiência de instrução do processo que investiga a depredação do viveiro de mudas da Aracruz Celulose por 1.500 mulheres da Via Campesina em 2006. Ele e mais nove acusados de planejar ou executar a ação estavam convocados para depor ontem no fórum de Barra do Ribeiro.

**Contra exoneração, MLST ocupa Incra** – Estado de São Paulo – Nacional – 16/05/2007

Sob o comando do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem-Terra (MLST), agricultores ocuparam ontem a sede do Incra no Recife para pedir que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, reconsidere sua decisão de exonerar Maria de Oliveira da superintendência do órgão em Pernambuco.

**Acusado no caso Dorothy pega 30 anos de prisão** - [Carlos Mendes](#) – Estado de São Paulo – Nacional – 20/05/2007

Um dos mandantes do crime, fazendeiro Bida foi condenado por homicídio duplamente qualificado

O júri popular, por 5 votos a 2, condenou ontem a 30 anos de prisão o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, como mandante do assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, em fevereiro de 2005. Ele foi considerado culpado por homicídio duplamente qualificado com agravante de a vítima ser idosa.

A decisão foi comemorada por 900 agricultores de vários municípios do Pará que há quatro dias montaram acampamento na frente do Fórum Cível. A defesa prometeu recorrer, alegando que a sentença foi contrária à prova dos autos, mas o juiz Raimundo Moisés Flexa negou ao réu o direito de aguardar o recurso em liberdade. Bida terá direito a um segundo julgamento, pelo fato de sua pena ter sido superior a 20 anos, de acordo com a legislação penal.

“Falta agora condenar o Taradão, mas a Justiça está demorando muito para fazê-lo sentar no banco dos réus”, disse David Stang, irmão da missionária, referindo-se a Regivaldo Pereira Galvão, o segundo denunciado como mandante do crime. O outro irmão da missionária, Thomas Stang, declarou que estava “muito feliz” com a decisão do júri.

Próximo a ser julgado, Galvão está em liberdade, beneficiado por decisão do Supremo Tribunal Federal, enquanto aguarda julgamento de recurso em que pede a exclusão do processo. Seus advogados alegam que ele foi arrolado no processo por vingança de outro acusado - Amair Feijoli, o Tato -, com quem teria divergências.

Para o promotor Edson Cardoso e o assistente de acusação Aton Fon Filho, havia provas de sobra para os jurados condenarem Bida. Segundo Cardoso, a missionária era tida como uma ameaça para os fazendeiros, em virtude das atividades sociais que exercia, principalmente na região da Transamazônica.

A acusação também explorou as contradições dos réus já condenados no processo - além de Tato, Rayfran Sales, o Fogoió, e Clodoaldo Batista, o Eduardo -, que negaram, em

depoimento na véspera, a existência de um consórcio para financiar a morte de irmã Dorothy, bem como a promessa de pagamento de R\$ 50 mil pela execução do crime. “Houve uma orquestração para que os depoimentos fossem modificados, inocentando Bida de qualquer acusação relativa ao crime, mas os jurados não caíram na armadilha da defesa”, acrescentou o assistente da acusação José Batista.

O advogado Américo Leal, defensor de Bida, passou mais de uma hora acusando a vítima de ser uma mulher “perigosa e vingativa”, que incitava famílias a invadir terras e mandar matar quem cruzasse seu caminho. Os ataques foram respondidos com vaias pelos agricultores que acompanhavam o julgamento por meio de caixas de som colocadas na calçada em frente do fórum.

**No Pará, mais de 15 mortes sem punição** – Estado de São Paulo – Nacional – 16/05/2007

Muitos dos casos, todos por disputa de terra, já completaram 20 anos

A Justiça do Pará tem sido muito cobrada para dar celeridade aos processos de mais de 15 casos de assassinatos que continuam impunes, todos envolvendo disputa pela posse da terra. Muitos dos casos, todos de grande repercussão no Brasil e no exterior, já completaram 20 anos e, se não forem logo instruídos e julgados, beneficiarão pistoleiros e mandantes. Apenas 6, nos últimos 30 anos, enfrentaram julgamento.

Enquanto a Justiça caminha a passos lentos na punição dos crimes, aumenta o número de líderes sindicais, religiosos e militantes de direitos humanos ameaçados de morte no Pará.

Próximo de Altamira, onde a irmã Dorothy Stang foi assassinada, outro crime ainda não foi julgado: o do sindicalista Bartolomeu Moraes da Silva, o Brasília, seqüestrado, torturado e morto por pistoleiros em 2002. Silva denunciava grilagem de terras e execuções de lavradores. Os três acusados do crime respondem ao processo em liberdade e apenas o pistoleiro continua preso. O júri do caso foi desafortado para Belém e marcado para o final deste mês.

Em julho de 2004, Adilson Prestes, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi morto com quatro tiros. Prestes, que denunciava a devastação de florestas e invasões de grandes fazendeiros, entregou um dossiê às autoridades do Pará com mais de 30 nomes de supostos integrantes do crime organizado local. O caso também não teve desfecho.

Em 1998, os líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST) Onalício Araújo Barros e Valentim Serra foram mortos a tiros durante ocupação de duas fazendas, entre Marabá e Curionópolis. Segundo o MST, as mortes foram encomendadas por um “consórcio de fazendeiros”, denunciados pelo Ministério Público.

Outra morte, há 22 anos, foi a do advogado e defensor de posseiros em Marabá Gabriel Pimenta, assassinado a tiros dias depois de audiência em que defendeu invasores de um castanhal. Relatório da CPT cita ainda outras mortes, como as dos sindicalistas Francisco Euclides de Paula, em 1999, José Dutra da Costa, em 2000, e José Pinheiro Lima, mulher e filho em 2001. Além dessa lista da impunidade, há uma relação de 140 pessoas ameaçadas de morte no Pará, feita pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará.

### **Repercussão internacional** – Estado de São Paulo – Nacional – 16/05/2007

**Encomenda:** O jornal argentino Clarín anunciou a condenação de Vitalmiro Bastos de Moura por “encomendar e pagar” a morte da freira Dorothy Stang. Segundo o site, o juiz considerou agravante o fato de Dorothy ter idade avançada, 73 anos. O Clarín comenta que o caso teve grande repercussão e mobilizou centenas de pessoas, entre agricultores, índios e religiosos que trabalham na Amazônia.

**Disputa pela terra:** Com o título Brasileiro condenado pelo assassinato de freira americana, o site da rede britânica BBC anunciou o resultado do julgamento de Bida. O texto diz que Dorothy lutava pelos direitos de agricultores pobres e pela preservação da floresta e sua morte ocorreu após uma disputa com fazendeiros. Segundo a BBC, nos últimos 30 anos mais de mil pessoas foram mortas em disputas por terras no Brasil.

**Pena máxima:** Ao anunciar a condenação de Bida, o jornal britânico Guardian enfatizou o fato de que ele recebeu a pena máxima, “num caso visto como crucial para o governo” na tentativa de garantir a lei na Amazônia. Segundo o jornal, ativistas dos direitos humanos comemoraram o julgamento, que consideraram um teste para saber se mandantes de crimes no Pará podem ser levados à Justiça.

**Fazendeiro é condenado a 30 anos por morte de religiosa** – Kátia Brasil –Folha de São Paulo – 16/05/2007

### **Vitalmiro Bastos é acusado de ser o mandante do assassinato de Dorothy Stang**

**Bida é o quarto acusado condenado pelo crime, que ocorreu em 2005; um outro fazendeiro pode ter seu júri marcado ainda neste ano**

O Tribunal do Júri de Belém (PA) condenou ontem o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, 36, a 30 anos de prisão em regime fechado por ter atuado como mandante do assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, 73.

Bida, que se diz inocente, é o quarto condenado pelo crime, ocorrido em 12 de fevereiro de 2005, em Anapu (Pará). Outro acusado de ser mandante do crime, o fazendeiro Regivaldo Galvão, o Taradão, está em liberdade e pode ter o julgamento marcado ainda neste ano.

O júri que condenou Bida, formado por quatro mulheres e três homens, aceitou a tese da acusação: homicídio duplamente qualificado, com promessa de recompensa (R\$ 50 mil aos pistoleiros), motivo torpe e uso de meios que impossibilitaram a defesa da vítima. Foram cinco votos contra dois.

A acusação foi elaborada pelo promotor Edson Cardoso e pelos advogados Aton Fon Filho, João Batista Gonçalves e Rosilene Silva, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), braço agrário da Igreja Católica.

A pena, inicialmente de 29 anos, foi agravada porque a freira era idosa. O que decidiu a pena máxima foi que a maioria dos jurados considerou que houve crime de mando, autoria intelectual, abrigo na fuga dos pistoleiros e a promessa de recompensa. O julgamento começou na manhã de anteontem e terminou às 17h de ontem. Cerca de 300 pessoas acompanhavam a proclamação da sentença no tribunal. Do lado de fora, cerca de 200 membros de movimentos pela reforma agrária e de direitos humanos ouviram a sentença por caixas de som e soltaram fogos.

### **Novo julgamento**

O fazendeiro não terá direito de recorrer em liberdade. Mas, como a pena excede 20 anos, ele tem direito a um novo julgamento. "O Conselho de Sentença entendeu que o réu não terá direito de recorrer em liberdade porque é uma pessoa violenta, inadaptada ao convívio social, sem sentimento de generosidade, de amizade e qualquer outro valor a sua cobiça", afirmou o juiz Raimundo Flexa.

Na platéia, a mãe de Bida, Generosa Moura, chorou. "Eu não esperava essa injustiça", disse.



Ao depor, o fazendeiro negou três vezes sua participação como mandante do crime, mas se complicou ao declarar que viu a arma do crime na mão de Rayfran das Neves Sales, o Fogoio (já condenado a 27 anos de prisão, em 2005), depois de ele ter disparado contra a freira -um ponto que a defesa não conseguiu atenuar no julgamento.

O advogado de defesa Américo Leal culpou a missionária, que "não parava com suas ações criminosas": "Ela veio a morrer fruto da própria violência que ela pregou em Anapu", disse Leal, que reafirmou que Bida não participou do crime.

**Condenação de fazendeiro é ato histórico contra a impunidade, afirmam ONGs**  
– Kátia Brasil –Folha de São Paulo – 16/05/2007

Na análise de ONGs (organização não-governamentais) nacionais e internacionais que defendem a reforma agrária e os direitos humanos, a condenação de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, foi uma sentença histórica para acusados de encomendar crimes no Pará. "Considero a decisão histórica. Ela apenas provoca uma rachadura nesse muro da impunidade e da violência no Estado do Pará, mas abre uma luz para realmente acabar com esse processo de ocupação violenta da Amazônia", afirmou Darci Frigo, coordenador-executivo da ONG Terra de Direitos.

Os gêmeos Thomas e David Stang, 70, irmãos de Dorothy, comemoraram com os manifestantes que estavam fora do tribunal a condenação de Bida. "Hoje [ontem] nós estamos muito felizes porque encontramos a Justiça. A luta continua, estamos agora esperando o julgamento do Taradão [Regivaldo Galvão]", disse David.

A coordenadora da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em Anapu, Jane Dwyer, disse que a decisão foi "a vitória dos trabalhadores rurais do Brasil". "A Justiça do Pará está seriamente enfrentando o problema da terra e quer acabar com ele, e nós estamos juntos nessa caminhada para que reine a paz." (KB)

**AMAZONAS: ÍNDIOS LIBERTAM REFÉNS DA FUNASA** – Kátia Brasil –  
Folha de São Paulo – 16/05/2007

Os três funcionários da Fundação Nacional de Saúde que eram mantidos reféns por índios tenharim desde domingo, na aldeia Estirão Grande, em Manicoré (AM), foram libertados ontem. Djalma Quirino, Antonio da Silva Filho e Camila Noveletto estão bem e, segundo a Funasa, não foram agredidos.

**Centrais: projeto é autoritário e ridículo CUT e Força Sindical reagem a controle de greve no setor público** - Tatiana Farah – O Globo – O País –  
16/05/2007

SÃO PAULO. Mesmo próximas do governo, as duas principais centrais sindicais reagiram com veemência às declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de limitar as greves do setor público. Na entrevista de ontem, Lula endossou a proposta do Ministério do Planejamento e da Advocacia Geral da União (AGU), que prevê que as greves têm de ser aprovadas por dois terços da categoria e que, apesar da paralisação, os grevistas têm de manter 40% dos servidores trabalhando. O presidente da CUT, o petista Arthur Henrique da Silva Santos, chamou a medida de autoritária. O presidente da Força Sindical, o deputado pedetista Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, disse que não vai concordar com um projeto “ridículo” do governo.

— Ninguém gosta de fazer greve de 90 dias. As pessoas fazem isso para serem ouvidas — disse Arthur

Henrique, referindo-se ao presidente ter dito que greve de 90 dias, sem corte de pagamento, são férias. Ontem, antes da entrevista de Lula, a CUT havia publicado em seu site uma entrevista de Arthur Henrique classificando de autoritária a proposta do governo que obriga o funcionalismo a manter 40% dos trabalhadores trabalhando durante a greve. A CUT representa 80% do funcionalismo público (federal, estadual e municipal) do país.

“Nem Lula teve dois terços da categoria em São Bernardo” Após a entrevista de Lula, o sindicalista reforçou que o termo ainda era válido para as palavras do presidente: — Mantenho a palavra autoritário.

Não é a palavra que é forte.

O projeto do governo é que é forte. Além disso, é uma posição extremamente absurda. Quem decide quem são os 40% que vão trabalhar? Se é uma greve do setor elétrico, por exemplo: a categoria fala que os 40% que trabalharão são do escritório.

Daí ocorre um apagão. Vai adiantar alguma coisa? — criticou ele, e continuou: — O setor elétrico sempre fez greve e a população nunca ficou no escuro.

O presidente da Força Sindical disse acreditar que o presidente Lula vá mesmo chamar as centrais sindicais para negociar as novas regras para greves do funcionalismo conforme prometeu ontem na entrevista. Ele disse não estar constrangido de fazer parte da base do governo, nem pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ser do seu partido.

— Eu represento a Força Sindical.

Não sou do governo. E não tenho nenhum compromisso de votar em uma proposta ridícula do governo.

Hoje (ontem), vi o Lula dizendo que vai chamar as centrais para negociar. Se ele não negociar, não vai passar no Congresso, porque vamos fazer muita pressão — disse.

Para o deputado, a necessidade de aprovar a greve numa assembléia com a presença de dois terços da categoria inviabiliza qualquer paralisação.

— A gente tem a impressão de que estão tentando proibir o direito de greve. Nem o Lula conseguiu dois terços da categoria no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo, na greve de 78. Não tem como levar.

**Caso Dorothy: fazendeiro é condenado a 30 anos** - Cleo Soares\* e Rafael Guedes\* - O Globo – O País – 16/05/2007

Jurados dão pena máxima a Bida, considerado mandante e mentor intelectual do assassinato da missionária BELÉM. Depois de dois dias de julgamento, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, foi condenado a 30 anos de prisão. Por cinco votos a dois, os jurados consideram Bida, como é conhecido, mandante e mentor intelectual do assassinato da missionária americana Dorothy Stang, no Pará. Ele foi condenado por homicídio duplamente qualificado, com o agravante de a vítima ser idosa. Em 12 de fevereiro de 2005, Dorothy, de 73 anos, foi emboscada por dois homens quando seguia para reunião com agricultores em Anapu e, assassinada com seis tiros, nas costas e na cabeça.

Após o anúncio da sentença, a euforia tomou conta dos que esperavam pela condenação de Bida, entre os quais os irmãos de Dorothy, David e Thomas Stang.

— É um momento de alívio para nós, pois estávamos com medo pela impunidade que já predominou em outros casos de mandantes de crimes de conflitos agrários, e esperamos que este seja o início de uma mudança, para que o martírio de nossa irmã Dorothy não tenha sido em vão. Para nós, foi feita justiça.

Mas falta ainda investigar o consórcio de fazendeiros — disse David Stang, que, ao lado de Thomaz, comemorou com os agricultores.

Durante o julgamento, o promotor Edson Cardoso e o assistente de acusação Aton Fon Filho dividiram o tempo reservado para a acusação na primeira parte do debate e pediram a pena máxima, de 30 anos de reclusão. Pediam aos jurados que reconhecessem o réu como mentor intelectual do crime.

Com o apoio de João Batista Gonçalves e Rosilene Silva, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Edson

Cardoso e Aton Fon sustentaram a tese de homicídio duplamente qualificado, com promessa de recompensa, motivo torpe e uso de meios que impossibilitaram a defesa da vítima, demonstrando aos jurados que a missionária era tida como ameaça para os fazendeiros, em virtude das atividades sociais que exercia, principalmente na Região Amazônica.

Em sua alegação, o promotor lembrou que a missionária, que chegou ao Brasil em 1966, foi morta pelas costas após ler trechos da Bíblia para os assassinos e dizer-lhes que eram “soldados mandados”.

Bida ouvia com atenção quando foi questionada a versão de que os executores teriam usado sua fazenda Rio Verde apenas como rota de fuga.

— Rota de fuga ou ponto de encontro para pagamento? Fico com a segunda hipótese, porque eles ficaram lá. Poderia passar pela fazenda e ir embora — afirmou o promotor.

Vitalmiro é o quarto envolvido no crime a ser condenado.

Antes foram julgados Rayfran das Neves Sales e Clodoaldo Carlos Batista, condenados a 27 anos e 17 anos de reclusão, respectivamente.

Amair Feijoli da Cunha, o Tato, foi condenado a 27 anos de prisão como intermediário do crime, mas foi beneficiado com a redução de um terço da sentença — definitiva em 18 anos —, se valendo do recurso de delação premiada. O recurso garante benefício a acusados que colaboram dando informações no processo.

Ainda falta ir a julgamento outro fazendeiro que também é acusado de ser um dos mandantes do crime.

Reginaldo Pereira Galvão aguarda o júri em liberdade.

### **Governo Federal e BID assinam acordo de empréstimo de R\$ 18 milhões para Regularização Fundiária – INCRA - 16/05/07**

O Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinam, nesta quinta-feira (17/05), contrato de acordo de empréstimo no valor de US\$ 18 milhões para a execução do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA). A solenidade de assinatura será realizada às 11h, no Auditório da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). O evento terá a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; do encarregado da Representação do BID no Brasil, Jorge Luís Lestani; do secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar de Almeida; da Procuradora da Fazenda Nacional Fabiani Fadel Borin; e do diretor do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, Dino Castilhos.

O acordo de empréstimo prevê o repasse ao programa de US\$ 10,8 milhões pelo BID e a contrapartida do Governo Federal de US\$ 7,2 milhões, totalizando US\$ 18 milhões. Os recursos são destinados à execução do programa nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo, com previsão de ampliação, em uma segunda etapa, para todo o País.

O programa de Regularização Fundiária vai beneficiar os agricultores familiares, dando a eles a segurança jurídica da posse do imóvel. O trabalho consiste no levantamento cadastral dos imóveis e no georreferenciamento, utilizando aparelhos GPS, para identificar com precisão os limites das propriedades. Essas informações vão possibilitar fazer um diagnóstico completo dos municípios georreferenciados, identificando a situação fundiária dos imóveis, que servirá de subsídio para a constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e para regularização das posses.

O programa de Regularização Fundiária vem sendo desenvolvido desde 2005, em caráter experimental, pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) em parceria com os Institutos Estaduais de Terras, com recursos do MDA e dos estados. A metodologia do programa está sendo aplicada pela SRA nas ações de cadastramento e de georreferenciamento de imóveis nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Tocantins, Goiás, Sergipe, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Ceará, Amazonas, Amapá, Paraíba e Pernambuco. Até agora, já foram cadastrados 16.928 e georreferenciados 13.745 imóveis rurais. Destes, 5.413 já foram titulados.

### **Malha fundiária**

Para agilizar o cadastro dos imóveis rurais, a SRA/MDA assinou recentemente um convênio com a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais (Funcate), para a criação do Sistema de Gestão Territorial – SGT. O sistema permitirá o armazenamento e o conhecimento completo da malha fundiária dos territórios rurais abrangidos.

Com essas informações, será possível elaborar diagnósticos da situação fundiária e propor políticas públicas que atendam as necessidades desses territórios. O SGT é compatível com o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), e vai conter informações obrigatórias sobre a identificação, localização, dimensão, titularidade e situação jurídica do

imóvel. Essas são os critérios previstos do Decreto nº 4.449/02, que regulamenta a lei do Sistema Público de Registro Terras (Lei 10.267/01).

### **Trabalhadores rurais consideram condenação de Bida uma vitória para a reforma agrária – INCRA - 16/05/07**

Os trabalhadores rurais que aguardavam o julgamento dos responsáveis pelo assassinato da missionária Dorothy Stang comemoraram a decisão da Justiça estadual do Pará que nesta terça-feira (15) condenou o fazendeiro Viltamiro Bastos de Moura, conhecido como Bida. A decisão ocorre num momento em que o Incra se faz mais presente na região Oeste do Pará, e as ações do órgão consolidam os Projetos de Assentamento, que eram motivo da luta de Dorothy e são motivos de luta dos movimentos sociais. A última conquista foi a retomada do lote 55, localizado no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Anapu I, conhecido como PDS Esperança, local onde ocorreu o assassinato da missionária.

A retomada do lote, além do sentido simbólico que carrega, representa o reforço do combate à grilagem de terras através de ações judiciais ajuizadas pela Procuradoria do Incra. O resultado destas iniciativas tem permitido ao Instituto atender às demandas dos movimentos sociais, respaldar a reforma agrária e a agricultura familiar.

Em Anapu, de 2003 a 2005, foram retomados 75 mil hectares, todos destinados à reforma agrária. No ano passado, outros 130 mil hectares foram retomados numa área inserida nos municípios de Altamira e Senador José Porfírio.

#### **Investimentos na região**

Paralelamente ao combate à grilagem de terras, o Incra tem investido nos assentamentos da região. Em março deste ano, 205 famílias do assentamento Pilão Poente II e III, em Anapu, receberam bens de primeira necessidade e equipamentos para incentivar a produção. Já existem recursos depositados em associações representativas do assentamento para atender mais 495 famílias. Cada família tem acesso a R\$ 2,4 mil em créditos, valor integralmente subsidiado pelo Governo Federal.

O assentamento Pilão Poente II e III, localizado sob terras de alta fertilidade, onde se destaca o plantio de cacau, também já começa a ter acesso à energia elétrica. Outros dois assentamentos, Grotão da Onça e Pilão Poente, também estão sendo beneficiados, melhorando a qualidade de vida das famílias e abrindo perspectiva de novas atividades produtivas.

Quanto às estradas, um outro ponto de investimentos do Incra em infra-estrutura, está em curso um convênio assinado com a prefeitura de Anapu, no valor de R\$ 1,3 milhão, com o objetivo de construir e recuperar 54,3 quilômetros de estradas vicinais em Projetos de Assentamento; as obras encontram-se em execução.

## **Trabalhadores rurais consideram condenação de Bida uma vitória para a reforma agrária MDS – 03/05/2007**

Os trabalhadores rurais que aguardavam o julgamento dos responsáveis pelo assassinato da missionária Dorothy Stang comemoraram a decisão da Justiça estadual do Pará que nesta terça-feira (15) condenou o fazendeiro Viltamiro Bastos de Moura, conhecido como Bida. A decisão ocorre num momento em que o Incra se faz mais presente na região Oeste do Pará, e as ações do órgão consolidam os Projetos de Assentamento, que eram motivo da luta de Dorothy e são motivos de luta dos movimentos sociais. A última conquista foi a retomada do lote 55, localizado no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Anapu I, conhecido como PDS Esperança, local onde ocorreu o assassinato da missionária.

A retomada do lote, além do sentido simbólico que carrega, representa o reforço do combate à grilagem de terras através de ações judiciais ajuizadas pela Procuradoria do Incra. O resultado destas iniciativas tem permitido ao Instituto atender às demandas dos movimentos sociais, respaldar a reforma agrária e a agricultura familiar. Em Anapu, de 2003 a 2005, foram retomados 75 mil hectares, todos destinados à reforma agrária. No ano passado, outros 130 mil hectares foram retomados numa área inserida nos municípios de Altamira e Senador José Porfírio.

### **Investimentos na região**

Paralelamente ao combate à grilagem de terras, o Incra tem investido nos assentamentos da região. Em março deste ano, 205 famílias do assentamento Pilão Poente II e III, em Anapu, receberam bens de primeira necessidade e equipamentos para incentivar a produção. Já existem recursos depositados em associações representativas do assentamento para atender mais 495 famílias. Cada família tem acesso a R\$ 2,4 mil em créditos, valor integralmente subsidiado pelo Governo Federal.

O assentamento Pilão Poente II e III, localizado sob terras de alta fertilidade, onde se destaca o plantio de cacau, também já começa a ter acesso à energia elétrica. Outros dois assentamentos, Grotão da Onça e Pilão Poente, também estão sendo beneficiados, melhorando a qualidade de vida das famílias e abrindo perspectiva de novas atividades produtivas.

Quanto às estradas, um outro ponto de investimentos do Incra em infra-estrutura, está em curso um convênio assinado com a prefeitura de Anapu, no valor de R\$ 1,3 milhão, com o objetivo de construir e recuperar 54,3 quilômetros de estradas vicinais em Projetos de Assentamento; as obras encontram-se em execução.

**Incra realiza seminário em Natal para avaliar reforma agrária – MDA –**  
16/05/2007

Trabalhadores rurais assentados de todas as regiões do Rio Grande do Norte estarão em Natal, de hoje (16) a sexta-feira (18), para avaliar de forma participativa as ações desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) durante o Seminário Balanço do Plano Regional da Reforma Agrária (PRRA) 2003-2006. O evento, promovido pela Superintendência do Incra no RN, será realizado no Praiamar Hotel, em Ponta Negra.

Além de trabalhadores rurais, o seminário vai reunir servidores do Incra e MDA do estado e de Brasília, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, prefeituras e Organizações Não-governamentais. Juntos, além de avaliar as ações desenvolvidas pela autarquia e pelo MDA no Rio Grande do Norte, vão propor ações para o período 2007-2010.

O evento de Natal concluiu um processo de avaliação que começou em março com a realização de seminários regionais com a mesma proposta avaliativa. O primeiro deles foi em Assu, seguidos de Parnamirim e Mossoró. Os trabalhadores rurais que vão participar do seminário em Natal foram eleitos por outros trabalhadores durante os três primeiros eventos regionais.

**Vídeo sobre reforma agrária**

Na programação do evento está previsto o lançamento de um vídeo produzido pelo Incra/RN. O material apresenta as ações desenvolvidas pela Superintendência do Rio Grande do Norte, incluindo os principais programas na área de obtenção de terras para a reforma agrária, assessoria técnica e educação no campo. O lançamento está marcado para o dia 17, às 8h30, durante o café da manhã no Hotel Praiamar.

Ainda durante o lançamento, o superintendente regional do Incra/RN, Paulo Sidney Gomes, apresentará as metas da instituição estabelecidas para 2007, que foram definidas esta semana, durante a realização de encontro nacional em Brasília.

**Maranhão, do MLST, comanda a invasão de sede do Incra em Recife – O**  
Globo – O País – 16/05/2007

Movimento protesta contra a exoneração de dirigente do instituto RECIFE. Cerca de 500 trabalhadores rurais ligados ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) ocuparam ontem a superintendência do Incra em Recife, de ontem afirmam que só vão sair depois que o governo rever a decisão de demitir a superintendente Maria de Oliveira. A exoneração dela foi publicada no Diário Oficial da União na semana passada.

O MLST é o mesmo movimento que, no ano passado, invadiu o Congresso Nacional e fez um quebra-quebra, fato que levou à prisão de seu coordenador, Bruno Maranhão, e de dezenas de sem-terra.

Ontem, Maranhão disse que hoje chegarão mais de 300 sem-terra ao Incra. O MLST começou a se articular com outros movimentos sociais para que apoiem a invasão.

Maranhão disse que na próxima quinta-feira os sem terra farão caminhada até o Palácio do Campo das Princesas, para pedir apoio do governador Eduardo Campos (PSB) à permanência de Maria de Oliveira.

Ela era a única superintendente do Incra que não era filiada ao PT, e pertencia ao mesmo partido de Campos. O Ministro do Desenvolvimento Agrário indicou Francisco Nascimento para responder interinamente pela superintendência de Recife. Para o MLST, um estado que tem 14 movimentos atuando na ocupação de terras e muitos conflitos no campo vai enfrentar novos prejuízos com a decisão: — Um mandato tampão é um suicídio político para a reforma agrária em Pernambuco — reclamou Maranhão.

**Condenação no Pará** – Valor Econômico – Primeiro Caderno – Curtas – 16/05/2007

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de mandar matar a freira Dorothy Stang, foi condenado ontem a 30 anos de prisão pelo Tribunal do Júri do Pará. Pela sentença, ele terá de cumprir a pena em regime fechado e sem direito de recorrer em liberdade. Como a pena excede 20 anos, Bida tem o direito a um novo julgamento. O julgamento de Vitalmiro começou anteontem e foi retomado ontem pela manhã. Dorothy foi assassinada em 12 de fevereiro de 2005 no Pará. Ela foi morta com três tiros em um assentamento de sem-terra no município de Anapu. No local, ela participava de um movimento que reivindica reforma agrária na região.

**Invasões enfraquecem democracia, diz CNA** – Estado de São Paulo – Nacional – 17/05/2007

Documento divulgado ontem pela Confederação Nacional da Agricultura, sobre a questão agrária, afirma que as invasões de terra enfraquecem o governo, causam prejuízos ao setor privado e enfraquecem a democracia. No texto, a entidade pede ao governo que suspenda o repasse de recursos públicos às entidades ligadas aos invasores de terras.

**Bispos pedem mais investigações** - José Maria Mayrink – Estado de São Paulo – Nacional – 17/05/2007

Para d. Erwin, condenação de Bida foi só 1º passo - D. Erwin Kräutler, bispo da Prelazia de Xingu (PA), a cujo território pertence o município de Anapu - onde a missionária Dorothy Stang foi assassinada em fevereiro de 2005 -, afirmou que a condenação anteontem do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, a 30 anos de prisão foi um primeiro passo rumo à justiça, mas não deve ser o único.



“Foi um gesto concreto de que o caso não vai acabar em impunidade, mas as investigações precisam continuar, porque se trata de um consórcio do crime e outros culpados estão em liberdade”, disse d. Erwin, um dos delegados brasileiros na 5ª Conferência-Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, reunida em Aparecida.

O bispo-prelado do Xingu argumenta que a morte de Dorothy, missionária norte-americana na Amazônia, foi anunciada e preparada durante muito tempo. “Dorothy foi ameaçada e não teve medo, como também eu não tive, pois achei que fosse só uma intimidação”, revelou d. Erwin, que também sofre ameaças de morte.

D. Erwin conta com a proteção de agentes da Polícia Federal desde outubro do ano passado, quando mensagens pela internet garantiam que ele não iria além de 29 de dezembro. “Continuo sob escolta, mas não me calei, pois várias vezes falei de um consórcio do crime.”

As investigações, sugere d. Erwin, devem se estender a todos aqueles que em algum momento se manifestaram contra a ação e a presença da freira na região do Xingu. “Foi tudo gravado, houve vereadores que declararam Dorothy persona non grata e gente que, durante uma procissão, gritou que ela devia desaparecer.”

O bispo de Blumenau (SC), d. Angélico Sândalo Bernardino, conhecido pela sua luta em defesa dos sem-teto quando era auxiliar do cardeal Paulo Evaristo Arns em São Paulo, acha que não basta a condenação do fazendeiro Bida. “Precisam ser condenadas também as estruturas agrárias do Pará, pois são essas estruturas que geram os conflitos”, afirmou.

Para d. Angélico, a missionária norte-americana foi “vítima e mártir” de uma situação de injustiça que tem de acabar. “É incompreensível que haja tanta gente passando fome num país tão rico como o nosso”, disse o bispo, advertindo que esse escândalo tem de acabar.

**Sem-terra foi morto por companheiros do MST** - Letícia Lins – O Globo – O País – 17/05/2007

RECIFE. Encontrado morto a pauladas na madrugada de segunda-feira, o coordenador do assentamento Che Guevara, José Evanildo da Conceição, 26 anos, foi assassinado por três colegas ligados ao MST, afirmou o delegado de Caruaru, Roberto Fonseca. A briga começou por causa de um “dólar”, como é chamada a porção de maconha entre 50 e 100 gramas, informou o policial. Os acusados, autuados em flagrante por homicídio qualificado, podem cumprir penas que variam de 12 a 20 anos de prisão e já estão no Presídio Plácido de Souza, em Caruaru, a 130 quilômetros de Recife.

Evanildo morava em Lagoa Grande, no sertão do São Francisco, a quase 800 quilômetros de Recife. Foi a Caruaru fazer um curso no centro de treinamento Paulo Freire, na Fazenda Normandia, um dos principais assentamentos do MST. De acordo com a polícia, no último domingo Evanildo foi a uma festa no vilarejo Rafael, a 20 quilômetros de Caruaru, acompanhado de Elton Carlos Alves Mesquita, de 29 anos, Adaildo Damasceno,

de 23, Overdan Francisco de Melo, de 30, e Gilmar Cardoso dos Santos, de 28. O grupo ingeriu grande quantidade de álcool.

No retorno à fazenda, Elton acusou Evanildo de lhe roubar um “dólar”. De acordo com o delegado, Adaildo, Overdan e Elton agrediram o colega, que, por estar embriagado, não resistiu.

Com a vítima já desacordada, o grupo usou estacas de uma cerca para espancar Evanildo até a morte, com pauladas na cabeça.

### **Programa garantirá acesso de agricultores às políticas públicas do Governo Federal – Sítio Eletrônico do MDA – 17/05/2007**

O Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram, nesta quinta-feira (17/05), contrato de acordo de empréstimo no valor de US\$ 18 milhões para a execução do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCTF) da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA). O secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Almeida, representando o ministro Guilherme Cassel, destacou que a parceria irá beneficiar diretamente os agricultores familiares brasileiros, garantindo acesso às principais políticas públicas do Governo Federal.

Segundo Almeida, o convênio é o resultado de três anos de negociação com o BID, e visa melhorar a qualidade de vida de agricultores familiares do Brasil. “O principal significado desse convênio é que as famílias beneficiadas com o PCTF vão receber na verdade um título de cidadania. Este título dará acesso às demais políticas públicas do Governo Federal, como crédito e seguro agrícola, por exemplo”, disse o secretário, acrescentando que em parceria com os estados os benefícios serão ampliados. “Sabemos que o Governo Federal sozinho não dá conta de atender a todos como eles merecem. O MDA tem cada vez mais muito claro que as parcerias com movimentos sociais e órgãos públicos é preponderante para ampliar o atendimento”.

De acordo com o encarregado da Representação do BID no Brasil, Jorge Luís Lestani, esse tipo de programa extrapola os seus objetivos, o que, segundo ele, é muito positivo. “Isso, porque tem uma base fundamentalmente social ao visar regularizar a propriedade de pequenos produtores”, disse. O impacto mais importante, além de cadastrar e regularizar, é outorgar um título de propriedade que tem atuação direta na segurança familiar e permite à pessoa que está na terra tornar-se uma pessoa com crédito. “Com isso, ele pode obter recursos nos bancos e entidades de crédito suficientes para viabilizar e ampliar a produção e se inserir na economia. Assim, inicia-se um ciclo econômico com todas as repercussões: maiores insumos, mais serviços prestados aos agricultores familiares, recursos para segurança alimentar, acesso a educação básica e profissional”, garante Lestani, acrescentando que o BID já tem parceria em regularização fundiária com mais de 10 países da América Latina.

Dino Castilhos, coordenador do PCTF, afirmou que o acordo de cooperação com o BID, embora simbólico por ainda não abranger todos os estados, cria uma política pública. “O fato de criar um cadastro de terras é de uma importância tremenda para nosso País. A identificação dos imóveis rurais ligada ao sistema geodésico brasileiro, permite a segurança e a localização das áreas e reduz os conflitos por terras. Há ainda uma coincidência, pois a pauta do cadastro da regularização fundiária está na pauta dos movimentos sociais que defendem a agricultura familiar, como uma necessária política a ser concretizada neste País”, garante.

#### Valores

O acordo de empréstimo prevê o repasse ao programa de US\$ 10,8 milhões pelo BID e a contrapartida do Governo Federal de US\$ 7,2 milhões, totalizando US\$ 18 milhões. Os recursos são destinados à execução do programa em 83 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo, com previsão de ampliação, em uma segunda etapa, para todo o País.

O programa de Regularização Fundiária vai beneficiar os agricultores familiares, dando a eles a segurança jurídica da posse do imóvel. O trabalho consiste no levantamento cadastral dos imóveis e no georreferenciamento, utilizando aparelhos GPS, para identificar com precisão os limites das propriedades. Essas informações vão possibilitar fazer um diagnóstico completo dos municípios georreferenciados, identificando a situação fundiária dos imóveis, que servirá de subsídio para a constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e para regularização das posses.

O programa de Regularização Fundiária vem sendo desenvolvido desde 2005, em caráter experimental, pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) em parceria com os Institutos Estaduais de Terras, com recursos do MDA e dos estados. A metodologia do programa está sendo aplicada pela SRA nas ações de cadastramento e de georreferenciamento de imóveis nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Tocantins, Goiás, Sergipe, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Ceará, Amazonas, Amapá, Paraíba e Pernambuco. Até agora, já foram cadastrados 16.928 e georreferenciados 13.745 imóveis rurais. Destes, 5.413 já foram titulados.

A solenidade de assinatura ocorreu durante a manhã, no Auditório da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). O evento contou ainda com a presença do encarregado da Representação do BID no Brasil, Jorge Luís Lestani; da Procuradora da Fazenda Nacional Fabiani Fadel Borin; do diretor do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, Dino Castilhos, e do coordenador do PCTF, Raimundo Sobrinho. A solenidade foi prestigiada também por deputados federais, presidentes de órgãos estaduais de terras e representantes de entidades parceiras do PCTF e MDA.

**Ministra conversa com trabalhadores rurais da Contag** - Aida Feitosa – Sítio Eletrônico do MMA - 17/05/2007

A ministra do Meio Ambiente Marina Silva recebeu nesta quinta-feira (17) representantes da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Vindos de

todas as regiões do País, os trabalhadores destacaram a importância da questão ambiental no seu cotidiano e trouxeram propostas para o desenvolvimento sustentável de suas práticas agrícolas.

Na reunião, Marina Silva lembrou dos esforços do governo federal para conservação do meio ambiente nos últimos quatro anos. Entre as ações desenvolvidas, ela destacou a criação de 20 milhões de hectares unidades de conservação de uso sustentável de proteção integral e a prisão de cerca de 560 pessoas envolvidas em crimes ambientais. "Existe uma convergência entre agenda da Contag e a do MMA. Nós queremos mais fiscalização e mais criação e implementação de unidades de conservação", disse.

Participaram da reunião os secretários de Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Egon Krakhecke, e o de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, Hamilton Pereira. Os novos secretários foram empossados na última quarta-feira (16) e destacaram a importância do contato com os movimentos sociais para a construção da política ambiental.

O secretário Egon Krakhecke marcou novo encontro com os trabalhadores para a próxima semana. Na reunião, ele vai detalhar aspectos do Programa Proambiente/MMA, que visa compensar os benefícios ambientais proporcionados pela pequena produção. Também será tratada a produção sustentável de biocombustíveis. "Seguindo a orientação do presidente Lula, os pequenos produtores terão espaço na cadeia produtiva dos biocombustíveis não só apenas como fornecedores de matéria-prima, mas também serão favorecidos com a agregação de valor na comercialização e industrialização", disse o secretário.

**Passeatas focam projetos florestais** – Estado de São Paulo – Nacional – 18/05/2007

Duas manifestações congestionaram Porto Alegre, ontem. A Força Sindical organizou passeata de 4 mil pessoas para pedir mais agilidade no licenciamento ambiental de projetos florestais na metade sul do Estado. O Movimento dos Pequenos Agricultores fez marcha com 1,8 mil manifestantes para pedir a proibição das grandes plantações de eucaliptos. Os dois grupos não se encontraram. Representantes da Força receberam a promessa de audiência com a governadora Yeda Crusius.

**No Recife, MLST protesta contra saída de chefe do Incra** - Angela Lacerda e Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 18/05/2007

O Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) protestou ontem contra a "exoneração política" da superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria de Oliveira. O protesto ocorreu durante a cerimônia de posse do seu substituto temporário, Francisco Nascimento.

Quando Maria chegou à sede regional do instituto para passar o cargo ao substituto, os militantes do MLST a receberam com flores e críticas ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Os sem-terra o acusam de, entre outras coisas, ter reduzido para R\$ 37 milhões o Orçamento deste ano do Inca de Pernambuco e de também não ter aceitado os apelos para que mantivesse a ex-superintendente.

“A saída de Maria é uma perda para todos”, disse um dos integrantes da direção nacional do movimento, Ivanildo França. “A política adotada pelo ministro é contra a reforma agrária, contra o trabalhador sem-terra e contra o assentado.”

Um início de conflito surgiu com a chegada ao local de uma comissão do Movimento de Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) - que, ao contrário do MLST, apóia a saída de Maria, a quem acusaram de favorecer alguns movimentos em detrimento de outros. O pátio interno do Inca está ocupado com cerca de 500 trabalhadores rurais do MLST desde a terça-feira.

Hoje, o movimento faz uma passeata pelas ruas de Recife até o Palácio do Governo, onde pretende ser recebido pelo governador Eduardo Campos (PSB). Eles devem deixar a sede do Inca hoje à noite ou amanhã de manhã.

A demissão de Maria da superintendência do Inca de Pernambuco é apenas mais um capítulo na disputa, que se mostra cada vez mais acirrada, entre o Inca e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O instituto está mais próximo das entidades que lutam pela reforma agrária, especialmente o Movimento dos Sem-terra (MST) - que chega a interferir na nomeação de dirigentes.

Em 2003, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou o mineiro Marcelo Rezende para a presidência do Inca, o MST reagiu e conseguiu sua demissão. Para o lugar foi indicado o gaúcho Rolf Hackbart, ex-assessor parlamentar do PT na questão agrária e amigo de João Pedro Stedile, da direção nacional do MST.

Atualmente, Stedile e outros dirigentes dos sem-terra reivindicam maior autonomia e mais verbas para o Inca. Gostariam que o instituto fosse desvinculado do ministério e passasse a responder diretamente à Presidência da República.

Guilherme Cassel, que também é gaúcho, ligado à Democracia Socialista, tendência de esquerda no interior do PT, é contra o desligamento do Inca de sua pasta. Ele critica as propostas do MST para que o governo acelere o ritmo da implantação de novos assentamentos, preferindo dar mais assistência aos que já existem.

Nessa época do ano, as tensões tendem a aumentar por causa da disputa em torno das verbas do ministério. Nos gabinetes do ministério e do Inca em Brasília discute-se intensamente a distribuição de R\$ 12 bilhões, que é o montante destinado à safra 2007-2008.

Enquanto o Incra e o MST reivindicam uma fatia maior para a reforma agrária e entidades que atuam nessa área, a Confederação Nacional da Agricultura (Contag) quer mais atenção para a agricultura familiar. O ministério fala na melhoria da assistência técnica aos assentamentos já existentes - aproximando-os mais da agricultura familiar e afastando-os da influência dos movimentos.

Maria de Oliveira atuava em Brasília, na Ouvidoria Agrária, no Distrito Federal. Foi para Recife, com o apoio dos movimentos, após um impasse entre os sem-terra e o superintendente que a antecedeu.

**Trabalhadores rurais criticam incentivo a biocombustíveis** – Eduardo Scolese –  
Folha de São Paulo – Brasil – 18/05/2007

Em debate em Curitiba, movimentos de trabalhadores rurais condenaram o incentivo à produção de biocombustíveis e atacaram o presidente Lula pela lentidão da reforma agrária.

João Pedro Stedile, do MST, disse que o movimento será obrigado a mudar radicalmente as formas de pressão: "Agora o nosso inimigo aumentou. Não é mais o fazendeiro, o pecuarista atrasado", mas as grandes empresas ligadas a biocombustíveis. As invasões a fazendas improdutivas vão prosseguir por uma mera questão de "sobrevivência" do MST: "Se o inimigo é mais forte, temos de aumentar a nossa organização. Aumentar o nosso número de tanques, e não aumentar a radicalidade do discurso".

Mediado pelo advogado e economista Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), o encontro (que reuniu representantes de MST, Contag, MLST, Fetraf-Sul e Feraesp) teve como focos a cobrança a Lula para que atualize os índices de produtividade na desapropriação de terras e ataques aos biocombustíveis.

"Se continuar com esse modelo, vamos acabar com a agricultura familiar", disse Alberto Broch, da Contag. "Não vamos dar carta de aptidão a colono nenhum pra legitimar a exploração dos agricultores pelas multinacionais", afirmou Marcos Rochinski, da Fetraf-Sul.

**(EDUARDO SCOLESE)**

**CEARÁ: ÍNDIOS FAZEM CHEFE DA FUNAI REFÉM** – Folha de São Paulo –  
Brasil – 18/05/2007

Nemésio Moreira de Oliveira e outros quatro funcionários da Funai (Fundação Nacional do Índio) ficaram reféns de indígenas em Fortaleza (CE). A medida é uma

maneira de pressionar o órgão para que a sede dele no Estado deixe de ser subordinada à Funai de João Pessoa (PB) e se torne uma administração executiva regional.

### **Cortador de cana morreu após 70 dias de trabalho** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2007 - DA FOLHA RIBEIRÃO

O trabalhador Juraci Barbosa, que morreu com 39 anos em 29 de junho de 2006, trabalhou 70 dias sem folga entre 15 de abril e 26 de junho. Além disso, ele cortou um volume de cana bem superior à média diária de dez toneladas nos dias que antecederam sua morte.

Essas são as conclusões do Ministério Público do Trabalho após analisar as condições de trabalho de Barbosa, cuja morte é uma das 19 suspeitas de terem ocorrido por exaustão provocada pelo trabalho desde 2004 nos canaviais paulistas. Os dados foram extraídos da ficha do trabalhador. Ele morreu depois de sentir-se mal em casa e ser levado ao hospital de Jaborandi. O atestado de óbito diz que a morte ocorreu "por causa desconhecida".

Durante um mês ele cortou, em média, dez toneladas por dia de cana, mas a quantidade variou em alguns. "Chama a atenção o fato de, no dia 21 de abril, ele ter cortado 24,6 toneladas de cana em apenas um dia. E no dia 28 de junho, um dia antes da morte, 17,4 toneladas", afirmou o médico trabalhista João Amancio Batista, que avaliou todos os documentos apresentados pela usina São José, empregadora de Barbosa. De acordo com Mário Antônio Gomes, procurador do MTP, foram instaurados inquéritos para verificar as condições de trabalho nas usinas em que houve morte de trabalhadores. Os procedimentos resultaram em termos de compromisso e ações com objetivo de fazer as usinas cumprirem as normas trabalhistas.

O procurador disse que existem grupos de pesquisadores de universidades avaliando a rotina do trabalhador rural. "Temos indícios de que as mortes foram causadas por exaustão, mas, cientificamente, não temos nada e por isto o interesse desses pesquisadores é importante", afirmou.

### **Pernambuco realiza mobilização pela revitalização do São Francisco** – Sítio Eletrônico do MMA - 17/05/2007

O município de Salgueiro, em Pernambuco, sedia nesta sexta-feira, 18, o III Seminário de Mobilização Social dos Integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco na região. Promovido pela parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério Público de Pernambuco, o encontro tem como objetivo sensibilizar segmentos importantes da sociedade e do governo para intervir de forma mais efetiva nas ações de revitalização do rio.

A abertura do encontro contará com a apresentação de representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e Ministério Público de Pernambuco, a partir das 8h30, no Plaza Hotel.

Na programação estão previstas mesas de debates sobre Saneamento Ambiental, Biodiversidade do Semi-Árido e Mobilização Social. Sobre as questões de ordem prática, serão definidos os integrantes, papel e atribuições do Fórum de Articulação Intermunicipal (FAI) e da Comissão Local de Meio Ambiente e Ação Socioambiental (Colméia) dos Pólos de Ipanema, Moxotó, Salgueiro, Terra Nova e Pajeú, bem como será consolidada uma agenda de atividades em Pernambuco.

O seminário é voltado às lideranças comunitárias e técnicos de instituições governamentais e não-governamentais que atuam na defesa ambiental na região do sub-médio São Francisco, especialmente na recuperação, preservação e conservação das sub-bacias dos rios Terra Nova e Pajeú.

#### Programação:

07h30 - Credenciamento

08h30 - Abertura: MP/PE; MMA/PR-SF; Codevasf/FAI; Ibama/FAE

a) Apresentação do Programa de Revitalização SF - Ações Locais

b) Apresentação do Projeto do MP/PE - Ana Rúbia Torres de Carvalho

9h - 1ª Mesa: Saneamento Ambiental

9h05 - O Direito Humano à Água - Roberto Malvezzi - Gogó CPT

9h30 - Formação de Comitês de Bacias - Ana Cristina Novaes Ferraz - MPPE

10h - Compartilhamento

10h30 - 2ª Mesa: Biodiversidade do Semi-Árido

10h35 - Bioma Caatinga - Dra. Lúcia Helena Piedade Kiill da Embrapa Semi-árido

11h - Mata Ciliar e Manejo Florestal Sustentável na Caatinga - José Alencar da Luz  
- Juca - Ibama Salgueiro

11h25 - Compartilhamento

12h - Almoço



13h - 3ª Mesa: Mobilização Social

13h05 - Motivação e Protagonismo Social - Roberto Arrais - Amupe e Brigada Agroecológica - Aguavale

14h - Oficinas: Construção de Plano de Ação Estratégico da Colméia para a participação cidadã na efetiva defesa do meio ambiente Linha 1/2 - Foco: Educação para Convivência com o Semi-Árido - Nadja Farfán - Cefet Petrolina

Linha 2 - Foco: Formação de Comitês de Bacia Hidrográfica - Ana C. Novaes Ferraz - MPPE

Linha 3 - Foco: Mata Ciliar e Manejo Florestal Sustentável da Caatinga - Lúcia H.P.Kiill - Embrapa

Linha 4 - Foco: Qualidade e Saneamento Ambiental - Mirian Cleide C. Amorim - Compesa

Linha 5 - Focos: Capacitação para Agricultura Sustentável no Semi-Árido - Silver Jonas - Aguavale

15h - Apresentação do Fórum de Articulação Intermunicipal (FAI) e da Comissão de Meio Ambiente e Ação Sócio Ambiental (Colmeia), no âmbito do Programa da Nacional de Revitalização Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Definições, componentes ou integrantes, papel e atribuições.

Propostas dos Fóruns Intermunicipais e das Colméias em Pernambuco.

Agenda para Instalação dos Fóruns/ Colméias para os pólos Floresta, Ipanema e Moxotó.

Formação (escolha de Integrantes) da Comissão Organizadora para Instalação dos Fóruns Intermunicipais e Colmeias nos pólos Salgueiro, Terra Nova e Pajeú.

15h30 Apresentação e consolidação do Plano de Ação da Colméia - Fórum Intermunicipal de Articulação da Revitalização de SF - FAI do Pólo Salgueiro

16h Compartilhamento

16h30 Instalação das Com Vidas

17h Encerramento.

*Fonte: PR-SF*

**Juiz pede prisão de líder do MST** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 19/05/2007

Valmir Sebastião liderou ‘abril vermelho’ no Pontal

O juiz Luciano Brunetto Beltran, de Presidente Bernardes (SP) determinou a prisão temporária do coordenador estadual do Movimento dos Sem-Terra (MST) Valmir Ulisses Sebastião, que liderou as 4 invasões do “abril vermelho” no Pontal do Paranapanema - em todo o País, o MST invadiu 81 fazendas. A ordem de prisão foi dada no inquérito aberto para apurar as denúncias de furto, morte de bois e depredação durante a invasão da Fazenda São Luiz, em Bernardes, em 17 de abril.

Segundo o proprietário, Carlos Frederico Machado Dias, os 300 militantes furtaram a bomba de um poço artesiano, um reservatório de água, duas caixas de energia elétrica e toda a fiação da casa dos funcionários da fazenda. Também teriam matado 3 bois e destruído 5 quilômetros de cerca. Sebastião foi identificado como o líder do grupo.

Com o mandado judicial, policiais civis foram à casa do líder, em Sandovalina, mas não o encontraram lá - nem na cooperativa dos assentados do MST em Teodoro Sampaio e num acampamento. Segundo sem-terra, ele estaria participando de um curso em Mato Grosso do Sul. Advogados do movimento vão recorrer da ordem de prisão.

O MST já prepara novas invasões. Ontem, a coordenação regional decidiu participar da jornada nacional de luta do dia 23, contra a política econômica. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que a entidade vai reagir na Justiça. “Em toda fazenda invadida, além de requerer o despejo, vamos exigir que a polícia identifique os invasores para que sejam processados”, avisou.

## **MLST**

No Recife, o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem-Terra (MLST) fez passeata contra a exoneração de Maria de Oliveira da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Os sem-terra protestaram ainda contra a violência no campo, o Judiciário, o Legislativo e a redução do orçamento do Incra estadual para R\$ 37 milhões, quase 50% a menos que em 2006.

Para o MLST, a saída de Maria teve motivação política. A passeata foi da sede do Incra, que os sem-terra ocuparam terça-feira, até a sede do governo. Com faixas e carro de som, os militantes pararam na frente da Assembléia e vaiaram os deputados. No palácio do governo, foram recebidos pelo secretário de Agricultura, Ângelo Ferreira. A previsão do movimento é desocupar o Incra hoje.

Em Curitiba, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, tentou amenizar a questão. Disse que Maria “cumpru sua missão” à frente da regional. “Chegou a hora de ela sair, até por questão pessoal, de segurança, por ela ter enfrentado o narcotráfico”, argumentou.

**Seis meses depois, tribo ainda mantém pedágio na BR-230** - André Alves – estado de São Paulo – Nacional – 19/05/2007

Bloqueio de tenharins continua na Transamazônica e eles prometem ir à Justiça para institucionalizar cobrança

Seis meses depois de terem bloqueado a Rodovia Transamazônica (BR-230) como forma de protesto para obter mais verbas do governo federal, índios tenharins, no Sul do Amazonas, continuam cobrando pedágios de motoristas na altura do km 145. A informação é do administrador substituto da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Rondônia, Osmam Brasil.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) patrocina um estudo de impacto ambiental para requerer na Justiça Federal indenização pelos prejuízos causados à Terra Indígena Tenharim do Marmelo com a construção da Transamazônica. Segundo o coordenador da Coiab, Jecinaldo Sateré-Maué, levantamento feito por antropólogos, engenheiros florestais e advogados deve municiar outra ação na Justiça - a que pedirá a oficialização da cobrança de pedágio pelos índios na Transamazônica.

“Na impossibilidade de não-regularização do pedágio, que é nosso objetivo principal, queremos que haja um programa específico para as terras indígenas tenharins. Essas terras sofreram vários impactos culturais e ambientais e a destruição de locais sagrados. Queremos a indenização pelos atos que foram cometidos contra o povo tenharim”, diz Jecinaldo.

A cobrança de pedágio segue os seguintes critérios: R\$ 60 para caminhão, R\$ 20 para carros e caminhonetes e R\$ 10 para moto. Cerca de 100 veículos passam diariamente pelo km 145 da BR-230. “O governo nem sequer sinalizou para buscar algum tipo de programa para a região”, reclama o líder indígena.

De acordo com Osmam, o administrador titular da Funai, Rômulo Siqueira, está no município de Humaitá (RO), onde vivem cerca de mil tenharins, tentando estabelecer negociação para acabar com a cobrança de pedágio. Segundo ele, a atitude dos indígenas é compreensível. “Quando o governo foi fazer essa estrada não consultou os índios. Não se preocupou com o impacto que iria causar. Construiu uma estrada dentro das terras indígenas. Foi um verdadeiro desastre. Os índios tomaram consciência da dimensão do problema e, agora, encontraram um meio de ressarcir esses danos”, diz Osmam.

**Polícia vê lavradores em condição subumana em SP** – Jucimara de Pauda – Folha de São Paulo – Brasil – 19/05/2007

### **Grupo de maranhenses é encontrado em Guariba**

Quarenta e três trabalhadores rurais vindos do Maranhão foram encontrados ontem pela Polícia Civil e pela Vigilância Sanitária vivendo em condições subumanas, sem trabalho e sem dinheiro em um casa em Guariba, no interior paulista. Apesar de Guariba ser uma região canavieira, eles contaram que foram contatados em Anajatuba e em Arari, interior do Maranhão, por uma mulher chamada Zelda, que lhes prometeu salário de R\$ 650 para trabalhar na lavoura de laranja e com registro em carteira. Os migrantes pagaram R\$ 170 pela viagem de três dias em um ônibus da empresa Me Leva Brasil, que quebrou três vezes no caminho. Com pouco dinheiro, a maioria comeu banana com farinha. Ao chegar, há sete dias, a proposta mudou: a agenciadora, que seria parceira de Zelda, recepcionou o grupo, os colocou no alojamento cobrando R\$ 350 de cada um por comida e moradia, e disse que iria arrumar vaga para todos, mas no corte de cana. Nenhum deles conseguiu o emprego.

A mulher, que não teve o nome divulgado, foi detida e liberada após prestar depoimento. Ela disse que só alojou o grupo por caridade, mas vai ser investigada por aliciamento.

Na casa, os 43 trabalhadores dividiam espaço em quatro cômodos, sem chuveiro, que tinha instalações precárias e nenhum móvel -apenas colchões espalhados pelo chão. A operação foi feita após denúncias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba e da Pastoral do Migrante. A casa foi interditada pela Vigilância Sanitária e os bóias-frias foram transferidos para um abrigo da Pastoral.

"O "gato" tem lucro no aluguel da casa, na produção do trabalhador e até na alimentação, e tudo isso é crime", afirmou Mário Antônio Gomes, do Ministério Público do Trabalho.

"Eles não tinham como tomar banho, dormiam em colchões muito finos e, como o espaço era pequeno, dormiam até em três em um colchão de casal. Já fiz várias vistorias, mas esta foi a pior situação que vi", afirmou Douglas dos Santos, coordenador da Vigilância Sanitária de Guariba.

### **Outro lado**

A reportagem ligou para a empresa Me Leva Brasil, em São Luís (Maranhão). A pessoa que atendeu se identificou apenas como Natália e disse ser filha de Zelda. Segundo ela, sua mãe trabalha há 15 anos com a venda de passagens para o interior paulista, mas nunca prometeu emprego para ninguém.

**MST fura bloqueio e se aproxima de fazenda** – Estado de São Paulo – Nacional – 20/05/2007

Após quatro anos de tentativas obstruídas por fazendeiros e pela Brigada Militar, 250 sem-terra se aproximaram da fazenda de Alfredo Southall, em São Gabriel. O grupo passou por um posto da Brigada Militar para plantar hortaliças e árvores frutíferas ao lado da rodovia RS-630 e no limite da propriedade. Desde 2003, quando a Justiça impediu a desapropriação, o MST organiza marchas em direção à propriedade pedindo que o Banco do Brasil execute dívidas e repasse a área para assentamento.

**O poder do dinheiro e do revólver no Alto Xingu** - Fellipe Awi – O Globo – O País – 20/05/2007

Na região, reina modelo de violência baseado na ausência do poder público para intermediar o conflito agrário

TUCUMÃ e SÃO FÉLIX DO XINGU (PA). Termo de bom-viver é um instrumento jurídico arcaico em que dois inimigos se comprometem, perante uma autoridade, a não fazer mal um ao outro.

O agricultor Pedro Lira, de 23 anos, temia tanto por sua vida que só se tranqüilizou quando convenceu o fazendeiro que queria tomar o seu pequeno lote de terra a assinar o documento na frente do delegado de São Félix do Xingu, no Sul do Pará. Mês passado, Pedro foi morto com um tiro de espingarda.

A orelha cortada, entregue ao mandante, significa que o crime foi encomendado.

Pedro vivia numa cidade onde ainda se assina termo de bom-viver, onde o cemitério já não dá mais vazão ao número de mortos e onde os motoqueiros foram dispensados pela prefeitura de usar capacete, que dificultava a identificação de pistoleiros.

São Félix, Tucumã e Ourilândia do Norte são municípios do Alto Xingu, região que melhor representa o modelo de violência da Amazônia, baseado na quase absoluta ausência do poder público para intermediar o conflito agrário. Daí o apelido de terra do banguê-banguê.

— Aqui, quando a polícia não está corrompida, ela não atua. O poder que manda é o do dinheiro e o do revólver — afirma o frade dominicano Jean Raguènes, de Tucumã.

### **A última fronteira para o avanço de grileiros**

O dinheiro e o revólver mandam cada vez mais aqui porque o Alto Xingu é uma das portas de entrada da Terra do Meio, a área mais preservada e de pior regularização fundiária da Amazônia paraense. É a última fronteira para o avanço de grileiros, madeireiros e pecuaristas — com mais 1,5 milhão de cabeças, segundo o IBGE, São Félix só perde de Corumbá na disputa pelo maior rebanho de bovinos do Brasil. Por tudo isso, concentra todos os tipos de desrespeito ao homem e ao meio ambiente, de trabalho escravo a queimadas, de tráfico de drogas a exploração do mogno.

Pedro Lira foi o segundo marido que Iranete perdeu na defesa de seu pedaço de terra. Nenhum dos assassinos ainda foi encontrado. O fazendeiro, que seria um suspeito em potencial por ter sido chamado a assinar o termo de bom-viver, ainda não foi convocado a

depor. Enquanto isso, a engrenagem da justiça feita com as próprias mãos ganha força no Alto Xingu.

— Perdi a conta de quantas pessoas já bateram na nossa porta perguntando se queremos vingança pela morte do meu irmão. Uns pedem algum dinheiro, outros fazem de graça.

Ninguém vai ser preso mesmo — conforma-se a irmã de Pedro, Vanderléia Alves.

A vingança, naturalmente, seria contra o pistoleiro contratado para cometer o crime, não para o mandante, em geral grandes fazendeiros. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), estes possuem milícias privadas que, até com armas do Exército, intimidam e matam quem os desafia na Justiça por questões agrárias ou trabalhistas. Os pistoleiros atacam, às vezes, em grupos de 15, 20 homens.

Com o auxílio da CPT, o tratorista Manoel Conceição da Silva, de Tucumã, botou seu ex-patrão na Justiça alegando que não recebera o combinado. Há duas semanas, apareceu na porta de sua casa um pistoleiro que, olhando no seu olho, lhe disse para esquecer a briga com o patrão ou, do contrário, deveria cuidar melhor da sua família.

— No dia seguinte, mandei minha mulher e minha filha de 2 anos para outra cidade. Fiquei aqui porque estou sem dinheiro e em nenhum outro lugar consigo comprar comida fiado. Preciso arrumar emprego, mas este fazendeiro já falou mal de mim para outros — afirma Manoel.

Até buscar seus direitos na Justiça, o tratorista seguiu o roteiro típico do trabalhador que acaba vítima de trabalho escravo ou tendo seus direitos desrespeitados.

Quando foi chamado a trabalhar, estava hospedado num hotel-dormitório. O fazendeiro pagou sua conta e depois a debitou do salário.

— Já tinha passado por situação parecida em São Félix. O fazendeiro descontou do meu salário tudo o que eu comi, e acabei trabalhando de graça. Nem quis discutir, porque sabia que ele era muito violento — conta.

Em São Félix, pelo mesmo motivo, Raimundo Silva Lima viu a morte mais de perto que Manoel. Em abril, escapou de uma emboscada armada pelo gerente da fazenda de seu expatrão, a quem também está

processando. Teve que se jogar num córrego para escapar dos tiros. Hoje, Raimundo tem outro trabalho e, com medo, nem aparece mais em casa, onde a mulher, grávida de sete meses, também está com medo.

— O Raimundo pôs o meu nome no processo, porque eu também trabalhava lá. Podem querer descontar na gente. O gerente só anda com uma arma na cintura — diz a mulher.

### **Medo de convivência de policiais com fazendeiros**

Assim como Manoel e Raimundo, no Alto Xingu os trabalhadores costumam procurar a CPT antes da polícia. Existe entre eles a convicção de que policiais são coniventes com fazendeiros, o que só reforça a certeza de impunidade. Um dos mais antigos moradores do Alto Xingu, Benedito Coelho, de 71 anos, prefere se lembrar dos velhos tempos, quando os lotes de terra eram pequenos, a carne que ia à mesa era a de porco-do-mato e a comida era “vizinhada”, dividida pelos vizinhos. Benedito se deu conta de que algo começava a mudar quando, há 14 anos, um de seus filhos foi assassinado.

Até hoje o criminoso anda livremente pelas ruas.

— O que acabou com essa cidade foi a ambição pela terra.

Nunca vi tanta ambição...

São Félix não tem Ministério Público, Vara do Trabalho ou posto do Ibama

**SÃO FÉLIX DO XINGU (PA)** A ameaça de morte é o maior, mas não o único desafio de um trabalhador de São Félix do Xingu que se sentir explorado pelo patrão. Para ir a uma Vara do Trabalho, terá de viajar 254 quilômetros até Xinguara. Defensor público, só em Redenção, a 360 quilômetros. Nenhum município do Alto Xingu tem Ministério Público, posto do INSS ou da Receita Federal.

— O Incra está ameaçando sair daqui, a despeito de todos os problemas de disputa de terras que temos, e a prefeitura está se virando para complementar no combustível dos carros e na alimentação dos policiais. Tudo isso causa impunidade.

Como pode uma região tão extensa ser tão abandonada pelo poder público? — lamenta o prefeito de São Félix, Denimar Rodrigues (PMDB).

### **Juiz na cidade, apenas quatro dias por mês**

Somadas suas áreas, São Félix, Tucumã e Ourilândia do Norte são maiores que os estados de Santa Catarina ou Pernambuco.

Terceiro maior município do Brasil, São Félix tem quase o dobro do tamanho do Estado do Rio. Há um Fórum, mas serve apenas para abrigar o juiz ou o promotor durante quatro ou cinco dias por mês, em sistema de escala que não é divulgado para a população.

— Quando um juiz ou promotor aparece é um acontecimento, a notícia corre de boca em boca. Aí vai todo mundo para a porta do Fórum — conta o comerciante Clemivaldo Alencar.

A indignação de Clemivaldo com a falta de assistência aos moradores é alimentada por um drama familiar recente. Em novembro do ano passado, seu irmão e sócio Clemivan, de 30 anos, foi assassinado a facadas no meio da rua por dois homens, que também o degolaram.

O crime não foi motivado por disputas trabalhistas ou de terra — os assassinos gostavam da mulher com quem Clemivan saíra naquela noite —, mas a história retrata bem o círculo de sangue que nasce pela certeza de impunidade no Alto Xingu.

Um dos acusados do crime, Cleonardo de Freitas, está foragido, e o outro, Valdegran Almeida, foi linchado e degolado por um grupo de moradores.

— Meu medo é que achem que fomos nós que mandamos matar o Valdegran e aí venha um parente dele para matar um de nós. É uma guerra que não vai ter fim — diz Clemivaldo.

Histórias tão ou mais medonhas são comuns em São Félix.

A impressão é de que todo mundo conhece alguém vítima de um crime bárbaro. Só no mês passado, houve o trabalhador esquarterado a moto-serra, o mototaxista que teve a pele do rosto arrancada e o sujeito que matou a mulher, a enteada e a neta de 2 anos para receber um seguro. Nos três casos, houve vingança contra os matadores.

— Aqui se mata barato e com muita facilidade. Até por uma garrafa de cachaça — diz uma advogada de Tucumã que pediu para não ser identificada.

A ausência do Estado também se manifesta na defesa do meio ambiente. Embora seja há cinco anos o primeiro município brasileiro em desmatamento, com 770 quilômetros quadrados de mata derrubada em 2005 e 2006, São Félix sequer tem um posto do Ibama. O mais próximo fica em Xinguara. Um quarto de seu território é formado por reservas indígenas, mas a Funai mais próxima é em Redenção.

— Existe uma situação antiga de desrespeito à terra indígena dos Apiterewa Parakanã, invadida por madeireiros, grileiros e até por um assentamento do Incra.

É uma série de omissões do estado na mesma situação — afirma o frei Jean Raguènes.

População aumentou com abertura de unidade da Vale Apesar dos problemas, a população dos três municípios, cerca de 80 mil habitantes, segundo o IBGE, está em curva crescente. Além do interesse pela exploração da Terra do Meio, contribui para isso a instalação de uma unidade da Vale do Rio Doce em Ourilândia. A empresa está interessada em milhões de toneladas de níquel das serras do Onça e Puma.

Como as contratações não começaram, os trabalhadores que chegam são logo levados para as fazendas.

Enquanto isso, os três municípios brigam pela maior parcela dos royalties da Vale.

— Não podemos ver a Vale como um substituto do governo, mas ela tem responsabilidades pelo impacto que vai causar aqui. Até agora investiu R\$ 150 mil em São Félix, mas gastou muito mais em publicidade — afirma o prefeito. (F.A.)

**Partilha de terras provoca polêmica** – Antônio Marinho e Paula Dias - O Globo – Rio – 21/05/2007

Direito à posse de terrenos em Mangaratiba divide opiniões

A polêmica sobre a ocupação territorial da Restinga da Marambaia, em Mangaratiba, está longe de chegar ao fim. Não bastasse o desencontro de informações sobre o número de pessoas que vivem na região, controlada pela Marinha, a discussão sobre quem tem direito à posse das terras, ocupada por descendentes de quilombos, também está em pauta.

Hoje, o critério usado para reivindicar terrenos na área é o da .auto-definição., garantido pelo decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, cuja constitucionalidade está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF).

. Somos descendentes de escravos e vivemos aqui recursos e infra-estrutura. Formamos um foco de resistência, da mesma forma que os quilombos . diz Vânia Guerra, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos da região.

Mas, segundo o capitão da Marinha Cesar Loureiro, comandante do Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (Cadim), muitos moradores não podem ser considerados descendentes: . Houve, por exemplo, um grande fluxo migratório para a ilha devido à construção da escola de pesca Darcy Vargas, na década de 40.

Já o antropólogo Fábio Mota alega que é preciso analisar a demanda do grupo para afirmar se há ou não remanescentes de quilombolas na área: . No caso da ilha, o grupo se mobiliza, a partir da identidade quilombola, para reivindicar um direito que foi negado pelo estado, a partir de ações judiciais, que propiciaram pouco a pouco o aniquilamento dos laços.



## **Ministro recebe de parlamentares de Rondônia pedido de apoio a reflorestamento – Sitio Eletrônico do MDA – 21/05/2007**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu em seu gabinete, em Brasília, na manhã desta terça-feira (22), uma delegação de deputados federais e estaduais de Rondônia. O grupo de parlamentares pediu apoio para a implantação de um projeto de reflorestamento no estado.

A delegação aproveitou a oportunidade para encaminhar outras solicitações, entre elas a aquisição de caminhões com o objetivo de auxiliar no programa de distribuição de calcário aos agricultores familiares de Rondônia. O projeto visa a correção de solo muito ácido, o que inviabiliza o plantio. Os deputados afirmaram que, sem o acesso ao calcário, os produtores deixam a terra por não ter condições de produzir.

Cassel, juntamente com a equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), se comprometeu em analisar os pedidos e verificar se eles se enquadram nas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Também participaram da reunião o assessor de Assuntos Federativos do MDA, Orlando Desconsi, e o chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério, Rafael Pires.

### **Ações do Ministério**

Os parlamentares de Rondônia ressaltaram a importância da manutenção e da expansão do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para auxiliar os assentados em todo o estado.

A situação fundiária na região Norte do País foi outra preocupação apontada na reunião. Com a titulação em mãos, os agricultores familiares assentados na região podem acessar benefícios, como o crédito. De acordo com o ministro Cassel, toda a malha do estado já foi georreferenciada.

O georreferenciamento facilita o trabalho de regularização feito pelo Incra – conhecendo as peculiaridades da região, é mais fácil combater irregularidades, como a grilagem de terras.

### **Projeto de Assentamento Florestal**

A delegação também chamou a atenção para a importância da criação do Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá, no município de Candeias do Jamari (RO). Com a criação do PAF, poderiam ser mais facilmente coibidas atividades ilegais, como desmatamentos, invasões de lotes e das reservas, além da comercialização das terras públicas.

Os PAFs são uma nova modalidade de assentamento da reforma agrária, que beneficia famílias na região Amazônica aliando distribuição de terras e preservação do bioma. O Projeto de Assentamento (PA) Jequitibá já existe e abriga cerca de 50 famílias, cada uma com 200 hectares de terra.

**Pinhão atrevido** - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 22/05/2007

Não vira. Assim se diz, no interior, quando se avalia uma idéia arriscada, duvidosa quanto ao seu sucesso. Exprime uma visão de fracasso no empreendimento. Tal ocorre com a reforma agrária brasileira.

Milhares de projetos de assentamento rural, instalados País afora, capengam há anos sem mostrar resultado positivo. O progresso tarda a superar a pobreza, agora mudada de lugar. A venda e o arrendamento dos lotes suplantam, de longe, a exploração própria da terra pelo aquinhado original. Tanto dinheiro, tanta briga, tanto esforço para pífio avanço.

O problema fundamental reside no isolamento, em relação ao mercado, dos pretensos agricultores. A reforma agrária tende, no máximo, a favorecer a agricultura de subsistência. A prova encontra-se nos casos de sucesso: invariavelmente, os projetos bem-sucedidos participam de uma cadeia produtiva organizada.

Carlos Guanzirolli, reconhecido especialista em política fundiária, foi um dos primeiros a reconhecer, já em 1997, a necessidade da integração produtiva dos assentamentos rurais, sob pena de se inviabilizar o processo reformista. O BNDES promoveu, na época, reuniões envolvendo o Incra e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), para avaliar o custo-benefício do modelo distributivista da terra.

Nesse núcleo crítico se formulou o Pronaf, programa destinado ao fortalecimento da agricultura familiar. A ordem era profissionalizar os pequenos agricultores. Tratava-se de aprimorar sua tecnologia e, mais, integrá-los ao mercado das agroindústrias e das cooperativas. Aos assentados de reforma agrária se visualizava sua emancipação, quer dizer, após um período de cinco anos, ele receberia o título de propriedade e sua conseqüente alforria como produtor rural. Um digno com-terra.

Não virou. O MST e, em menor proporção, a Contag se opuseram fortemente à emancipação dos sem-terra, certamente querendo mantê-los sob sua esfera de influência política. Pior, setores saudosistas da esquerda passaram a defender o modelo da subsistência rural familiar, em oposição ao sistema integrado dos agronegócios. Vai entender.

Por essas e outras, a reforma agrária encontra-se no pior dos mundos. Na entrada, gente despreparada, sem nenhuma aptidão, faz da invasão de terra o passaporte para o quinhão bendito. Na saída, distantes de tudo, entregues à própria sorte, isolados, vão produzir o que e vender para onde?

Hoje em dia, agricultores da nova geração, jovens treinados e talhados para a roça e a lida, mesmo esses sofrem para conseguir do usufruto da terra o sustento digno de sua família. Aqui se encontram os milhares de sitiantes paulistas, cerca de 200 mil produtores, que correm atrás da moderna tecnologia para escapar do sumiço. Ficou parado, dança.

Mas de nada adianta, apenas, saber produzir no campo. Difícil é vender com preço remunerador, pois os mercados são exigentes e controlados. Passou a época de viver da feira. Agora manda a prateleira do supermercado.

A agricultura de enxada virou troco no bolso do agricultor. Por sorte, em alguns casos, ganhou grife em nichos de mercado de gente rica. Pura exceção. A única saída da agrura rural se encontra na integração produtiva, preferencialmente enturmado numa boa cooperativa agropecuária. Sozinho, fica difícil.

José Rainha, famoso líder do MST no Pontal do Paranapanema paulista, segue essa pista. Propõe organizar 10 mil agricultores assentados em torno do biodiesel. A meta do inusitado projeto é ocupar 20 mil hectares, em dez anos. Somente na implantação das lavouras se estima gastar R\$ 50 milhões. Consta que o comprador do renovável combustível já teria até assinado uma carta-compromisso. Mercado garantido.

Os primeiros mil produtores rurais estão sendo selecionados e devem iniciar o plantio já em 2007. Durante os primeiros três anos, devem receber ajuda de custo do governo, na forma de um salário mínimo por mês. Renda certa. Depois, é só apostar no pinhão manso, a planta escolhida para gerar o biodiesel. Coisa atrevida.

Enquanto o comando obscurantista da Via Campesina combate o agronegócio e defende o atraso da auto-suficiência alimentar, o pragmático Zé Rainha busca o top do mercado de biocombustível para gerar renda no bolso de seus liderados. Está correto.

Inexiste caminho para a reforma agrária, no Pontal do Paranapanema ou alhures, longe do mercado. Nos anos 60, quando o modelo distributivista da terra foi idealizado, o simples acesso à terra garantia o progresso. Bastava carpir e semear. Hoje, na feroz competição da economia globalizada, dramático é segurar a renda do agricultor.

Ao governo, porém, cuidado. Em 1995, o mesmo Zé Rainha fundou uma cooperativa no município de Teodoro Sampaio, baseada num projeto agroindustrial. Parecia um sonho naquela banda distante. Juntou 1.600 famílias e arrecadou, somando-se vários financiamentos públicos, daqueles de pai para filho, cerca de R\$ 8,5 milhões. Foram adquiridos 42 grandes tratores, construídos um laticínio, dois enormes silos graneleiros, uma agroindústria de sucos. Tudo supimpa.

Nada nunca funcionou. Nenhum litro de suco, nenhum leite pasteurizado. Os tratores desapareceram. As instalações deterioram-se com o tempo. O escândalo da Cocamp é um tributo ao desperdício do dinheiro público. Jamais alguém acabou responsabilizado. Uma vergonha. Esse pinhão manso, planta que ninguém sabe direito o que é, nem de onde veio, pode surpreender. Para o bem ou para o mal. Quem avisa amigo é.

**Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: [xico@xicograziano.com.br](mailto:xico@xicograziano.com.br)**

## **Frente fará protesto contra política econômica - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 22/05/2007**

Movimentos sociais e sindicatos estão tentando mais uma vez construir uma frente com o intuito de puxar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva para a esquerda. A primeira demonstração da nova frente, que reúne a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Sem-Terra (MST) e entidades ligadas ao PSTU e ao PSOL, está programada para amanhã. Será um protesto de âmbito nacional, contra a política econômica de Lula e as reformas previstas nas áreas trabalhista e previdenciária.

Em São Paulo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) espera reunir 10 mil pessoas em um ato de protesto diante da sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na Avenida Paulista. “Vamos nos manifestar contra a retirada de direitos trabalhistas e contra a reforma previdenciária apresentada”, diz a convocatória das manifestações.

Além da CUT e do MST, a manifestação é convocada pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), ligada ao PSTU; Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora (Intersindical), tendência interna da CUT, próxima do PSOL; União Nacional dos Estudantes (UNE), cuja direção tem vínculos com o PC do B; Coordenação dos Movimentos Sociais; e pelas pastorais sociais da Igreja Católica, entre outras entidades.

Cada grupo de trabalhadores irá se manifestar de acordo com suas possibilidades. Em Campinas, interior de São Paulo, petroleiros e metalúrgicos devem promover rápidas paralisações nos locais de trabalho. No Rio, está prevista uma greve de professores. O MST irá interromper o tráfego em diferentes rodovias do País.

De acordo com orientação da organização, os trabalhadores devem se preocupar com a paralisação da produção e do fluxo de mercadorias. Mas, segundo relatos das atividades previstas, a jornada irá mobilizar sobretudo órgãos do governo. Até agora, os funcionários públicos são os mais envolvidos com a manifestação.

### **DIVERGÊNCIAS**

Apesar do esforço das diferentes entidades para consolidar uma aliança de esquerda, elas já mostram divergências. A mais visível está na convocação do protesto. Enquanto algumas organizações, como o MST e a Conlutas, insistem que é contra a política econômica de Lula, outras, como a CUT, dão ênfase ao tema da Emenda 3 - que interfere na atual lei trabalhista.

A emenda foi aprovada no Congresso e vetada em seguida por Lula, que agora pode ter o seu veto derrubado pelos congressistas. Por essa linha de pensamento, as manifestações de amanhã podem ser vistas como de apoio ao presidente.

**Criação de reserva vira foco de conflito no PA** – Estado de São Paulo – Nacional  
– 22/05/2007

Homologada em abril, a reserva indígena Apyterewa, em São Félix do Xingu, no sul do Pará, é foco de um conflito entre os índios paracanã e 2 mil famílias que se recusam a sair do local. A Polícia Federal identificou homens armados, ameaças mútuas de morte, grilagem de terra e derrubada da floresta. Os agricultores acusam o Incra de criar um assentamento e atraí-los para a reserva, mas o órgão diz que antes da demarcação a área onde vivem as famílias estaria fora da terra indígena. “Ninguém está disposto a sair”, disse o colono Adelson da Cruz, que esteve em Brasília para pedir ajuda às autoridades.

**Ministro recebe de parlamentares de Rondônia pedido de apoio a reflorestamento** – Sítio Eletrônico do MDA – 22/05/2007

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu em seu gabinete, em Brasília, na manhã desta terça-feira (22), uma delegação de deputados federais e estaduais de Rondônia. O grupo de parlamentares pediu apoio para a implantação de um projeto de reflorestamento no estado.

A delegação aproveitou a oportunidade para encaminhar outras solicitações, entre elas a aquisição de caminhões com o objetivo de auxiliar no programa de distribuição de calcário aos agricultores familiares de Rondônia. O projeto visa a correção de solo muito ácido, o que inviabiliza o plantio. Os deputados afirmaram que, sem o acesso ao calcário, os produtores deixam a terra por não ter condições de produzir.

Cassel, juntamente com a equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), se comprometeu em analisar os pedidos e verificar se eles se enquadram nas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Também participaram da reunião o assessor de Assuntos Federativos do MDA, Orlando Desconsi, e o chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério, Rafael Pires.

**Ações do Ministério**

Os parlamentares de Rondônia ressaltaram a importância da manutenção e da expansão do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para auxiliar os assentados em todo o estado.

A situação fundiária na região Norte do País foi outra preocupação apontada na reunião. Com a titulação em mãos, os agricultores familiares assentados na região podem acessar benefícios, como o crédito. De acordo com o ministro Cassel, toda a malha do estado já foi georreferenciada.

O georreferenciamento facilita o trabalho de regularização feito pelo Inbra – conhecendo as peculiaridades da região, é mais fácil combater irregularidades, como a grilagem de terras.

#### Projeto de Assentamento Florestal

A delegação também chamou a atenção para a importância da criação do Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá, no município de Candeias do Jamari (RO). Com a criação do PAF, poderiam ser mais facilmente coibidas atividades ilegais, como desmatamentos, invasões de lotes e das reservas, além da comercialização das terras públicas.

Os PAFs são uma nova modalidade de assentamento da reforma agrária, que beneficia famílias na região Amazônica aliando distribuição de terras e preservação do bioma. O Projeto de Assentamento (PA) Jequitibá já existe e abriga cerca de 50 famílias, cada uma com 200 hectares de terra.

#### **Dimensão dos protestos foi demonstração de força, afirmam movimentos - Verena Glass\* - Carta Maior – 23/05/2007**

Pela primeira vez unidos em um movimento nacional de reivindicação, a esquerda radical, movimentos autônomos e setores mais alinhados ao governo deram ao Planalto um recado claro de que haverá resistência contra propostas de retirada de direitos.

SÃO PAULO – Apesar da chuva que ensopou em São Paulo militantes e lideranças dos principais movimentos sociais que organizaram a jornada de mobilização desta quarta-feira (23), a avaliação final foi um canto uníssono de vitória. Para a direção nacional do MST, CUT, Conlutas e Intersindical, a iniciativa logrou unificar um número tão grande e diverso de militantes em torno de uma mesma pauta de reivindicações, como não se via desde os tempos do “Fora Collor”, no início da década de 1990.

De acordo com o balanço provisório dos movimentos, ocorreram atividades em praticamente todo o país. Por parte do MST, por exemplo, foram contabilizados 39 bloqueios de rodovias federais e estaduais em oito Estados (São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba). O Movimento dos Atingidos por Barragens ocupou hidrelétricas no Pará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e bloqueou estradas em Goiás, Ceará e na Paraíba. Nos Estados já citados, como nos demais - Acre, Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, e Tocantins, bem como em Brasília -, o movimento sindical, estudantil e demais articulados na jornada paralisaram atividades nos serviços públicos e empresas privadas, e realizaram atos e manifestações nos centros urbanos.

Apesar do alcance das manifestações a nível nacional, no entanto, para os grandes movimentos sociais e sindicais o 23 de maio foi um exercício nada fácil de tolerância e coexistência política, uma vez que reuniu a esquerda radical, como Conlutas (braço sindical do PSTU) e Intersindical (do PSOL), movimentos mais autônomos, e outros mais alinhados ao governo, como a CUT e a UNE. Unificados inicialmente em torno de um comunicado conjunto, que apontou a política econômica do governo como principal fator de aprofundamento dos desajustes sociais, nos últimos dias a CUT acabou se apartando dos demais com um discurso voltado ao apoio ao veto do presidente Lula à emenda 3 da Super Receita, e questões pontuais, como o PLP 001/07.

Em São Paulo, na manhã desta quarta a central sindical acabou chamando um protesto quase solitário na Avenida Paulista, em frente ao prédio da Federação das Indústrias do Estado (Fiesp), contra a derrubada do veto de Lula pelo Congresso. No ato, que reuniu cerca de mil manifestantes, não faltaram críticas veladas às organizações sindicais mais radicais.

“Achamos importante construir a unidade do movimento social e sindical na luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Agora, não podemos confundir, na nossa opinião, uma pauta genérica, que não tem claramente ações concretas em relação ao que estamos defendendo. Por isso a CUT está fazendo uma manifestação com pauta muito ligada no dia-a-dia dos trabalhadores. É a defesa do serviço público, dos servidores públicos, a defesa dos direitos dos trabalhadores contra a emenda 3 e a favor do veto presidencial, não uma campanha genérica contra as reformas que ainda não foram apresentadas. Nossa posição é a de fazer uma manifestação, construir a unidade, mas ter uma pauta muito clara de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores”, afirmou o presidente da CUT, Artur Henrique.

No período da tarde, uma outra manifestação, que se seguiu a uma assembléia dos professores das universidades estaduais no Masp, também na Paulista, reuniu todos os movimentos convocantes da jornada. Nesta oportunidade, Artur chamou a articulação do 23 de “momento histórico para a CUT e a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que reuniu os setores público e privado, o campo e a cidade”.

Dirigente da Conlutas (que não está na CMS e que liderou o ato da tarde), o diretor da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, José Maria de Almeida, concordou com a avaliação de sucesso da jornada por conta da unificação de tantos e tão diversos setores, mas, ao precisar a necessidade de que o processo tenha uma continuidade, ponderou que o maior desafio da articulação será a superação das diferenças entre a CUT e os setores mais críticos ao governo. Rebatendo as colocações do presidente da Central sobre a falta de foco das propostas de combate à política econômica, José Maria afirmou que, enquanto o governo continuar pagando os altos juros da dívida externa, por exemplo, nunca haverá recursos para o desenvolvimento social. “Isso é concreto. Fora isso, é apenas discurso”.

Dirigente da Intersindical, o bancário Edson Carneiro, o Índio, ressaltou que, “isolados, os movimentos não conseguem nada. O desafio é construir unidade para defender direitos. Não aceitaremos reformas que retirem direitos dos trabalhadores”. Mas ponderou também

que é preciso “construir unidade com quem quer lutar, não com quem quer segurar”.

### **Impactos e perspectivas**

Apesar das nem tão sutis alfinetadas entre as organizações, a avaliação é que a experiência foi um logro que terá conseqüências interessantes. Por um lado, avalia Paulo Pasin, um dos dirigentes sindicais [demitidos pelo metrô](#) de São Paulo e ligado à Intersindical, houve uma demonstração de forças por parte dos trabalhadores que deve levar governo e Congresso a refletir, antes de mexer em direitos trabalhistas. Por outro lado, apesar da certeza de que a mídia deverá jogar contra os movimentos, a temperatura da luta foi elevada e deve contagiar um número crescente de trabalhadores, quando se derem conta que seus direitos estão em perigo, acredita o sindicalista.

“Vai ser difícil o Congresso derrubar o veto à emenda 3 agora, bem como criar um substitutivo a ela. Também demos um recado ao [Fórum da Previdência](#), não aceitaremos reformas”, diz Pasin. Em outubro, quando uma conclusão sobre a matéria deverá ser encaminhada pelo Fórum ao Congresso, os movimentos planejam uma grande marcha a Brasília para pressionar contra perdas de direitos.

Para o dirigente nacional do MST Gilmar Mauro, a articulação dos vários setores e movimentos - que teve início, segundo ele, nas manifestações contra o presidente dos EUA, George W. Bush, em março deste ano, e depois se consolidou no 1º de Maio de Luta, na Praça da Sé, em São Paulo – conseguiu realizar uma das maiores mobilizações da história recente do país e teve o mérito de universalizar, entre os vários atores, as pautas específicas de cada movimento, num gesto de solidariedade muito importante para o sucesso das lutas sociais.

“O recado ao Congresso, ao governo e ao Capital foi claro: amplos setores da sociedade organizada não vão deixar barato ataques aos seus direitos”, afirma Mauro. Prova disso, segundo ele, foi a paralisação de muitas categorias do setor produtivo (“como Toyota e Honda em Campinas, por exemplo”) e a sinalização de que outras paralisações poderão ocorrer. Os bloqueios de rodovias também simbolizaram a capacidade de interrupção do fluxo do capital.

Para a deputada federal Manuela D´Ávila (PCdoB-RS), é óbvio que a mobilização social tem um papel fundamental na influência sobre a disputa política do Congresso, uma vez que o voto dos parlamentares não é o mesmo quando há e quando não há pressão social.

“Uma parcela dos deputados já tem uma posição clara favorável ou contrária à manutenção do veto à emenda 3, por exemplo. Mas outra parcela considerável é influenciável pelas mobilizações sociais. Nem se fale do governo”, diz a deputada.

*\*Colaboraram Bia Barbosa e Antonio Biondi*



**Entidades fazem protesto contra reformas hoje** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo- Nacional – 23/05/2007

CUT, MST e UNE prometem manifestações pelo País para barrar mudança sindical e trabalhista

Organizações sindicais, movimentos sociais e entidades estudantis realizam hoje manifestações em todo o País para protestar contra projetos de mudanças nas legislações sindical, trabalhista e previdenciária. Denominada Dia Nacional de Luta Unificada por Nenhum Direito a Menos, a mobilização é puxada principalmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior central sindical do País, ligada ao PT.

Estão previstas paralisações, marchas, panfletagens e atos públicos. Uma das principais manifestações deve ocorrer às 10 horas, diante da sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na Avenida Paulista, na capital do Estado.

De acordo com a CUT, aproximadamente 10 mil trabalhadores vão se concentrar ali para protestar contra a Emenda 3 - pela qual os auditores fiscais ficariam proibidos de multar empresas prestadoras de serviços, mesmo se julgarem que esses contratos estejam disfarçados de relações empregatícias. O manifestantes vão defender o veto que ela recebeu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa será a terceira jornada da CUT contra a emenda. A diferença agora é que se trata de uma mobilização ampliada, com apoio de outras organizações, entre elas o Movimento dos Sem-Terra (MST), a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), a União Nacional dos Estudantes (UNE), além de pastorais sociais católicas.

Em Brasília está prevista a paralisação de órgãos públicos e uma manifestação conjunta na Esplanada dos Ministérios. Em São Paulo, os servidores estaduais devem aproveitar a data para protestar contra a reforma da Previdência paulista do governador José Serra (PSDB).

O MST anunciou que pretende paralisar rodovias e ocupar empresas multinacionais do agronegócio.

Enquanto a convocação da CUT para as manifestações enfatizam o ataque à Emenda 3, o MST e outras organizações vêem a oportunidade para criticar a política econômica do governo Lula. “Estamos lutando contra esse modelo de desenvolvimento econômico que o grande capital quer impor ao País, com a retirada dos direitos dos trabalhadores por meio da flexibilização da legislação trabalhista”, diz José Batista de Oliveira, da direção nacional do MST.

## ARTICULAÇÃO

O líder dos sem-terra também encontra na jornada de hoje o embrião para articulações mais amplas entre os trabalhadores: “Estamos amadurecendo a unidade, com perspectiva de lutas maiores.”

Segundo José Maria de Almeida, da coordenação da Conlutas e da direção do PSTU, havia dez anos que não se via no País articulação tão ampla de entidades sindicais. “Ela mostra o descontentamento com a política econômica de Lula, que se preocupa sobretudo com o pagamento da dívida pública, tendo reservado para isso R\$ 242 bilhões no Orçamento de 2007”, diz ele.

A direção nacional do PT divulgou nota de apoio às manifestações de hoje. O texto saúda o fortalecimento dos movimentos sociais e diz que o PT está engajado, com as entidades sociais, no esforço concentrado para a votação da manutenção do veto presidencial à Emenda 3.

**Justiça de SP dá sinal verde a assentamento** – Estado de São Paulo – Nacional – 23/05/2007

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, determinou a imissão na posse da Fazenda da Barra ao Incra. Cerca de 600 famílias de sem-terra ocupam a área e aguardavam o julgamento do recurso dos antigos proprietários (Robecca & ISI Participações) para que o assentamento seja constituído. O Incra terá a imissão na posse assim que a decisão do TRF retornar à 5ª Vara Federal, de Ribeirão Preto. Aí o processo de assentamento terá seqüência. Segundo líderes do MST, cabe recurso dos antigos donos da área ao Superior Tribunal de Justiça, mas eles acreditam que a decisão não será revertida.

**Até 2010, Lula quer assentar 400 mil famílias** – Folha de São Paulo – Brasil – 23/05/2007

### DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará hoje a meta de assentamentos de seu segundo mandato, beneficiando 400 mil famílias até 2010. Atualmente há 250 mil famílias sem terras.

Para a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), é uma meta "muito tímida". A direção do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não quis comentar a meta.

Entre 2003 e 2006, Lula assentou 381 mil famílias.

### **Arrendamento de terra por produto será isento de IR**

O governo sofreu uma derrota para a bancada ruralista, mas conseguiu concluir a aprovação da medida provisória do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) mais disputada pelo lobby empresarial.

A MP, que segue agora para a sanção presidencial, tem como objetivo central criar incentivos fiscais para investimentos em infra-estrutura. No Congresso, o texto acabou inchado por benefícios tributários para produtos tão diversos como queijo provolone e medalhas para os Jogos Pan-Americanos.

Na votação de ontem, a segunda e definitiva pela Câmara dos Deputados, o Palácio do Planalto derrubou quatro dos dez acréscimos à MP feitos pelo Senado -o principal deles era um programa de parcelamento de dívidas com a Receita Federal com descontos de até 97%.

Essa mesma proposta havia sido aprovada pelo Congresso no ano passado e vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de uma recomendação da Receita Federal.

A bancada dos parlamentares ligados ao setor agrícola, porém, conseguiu manter no texto a redução da tributação sobre o arrendamento rural. Os governistas votaram contra a proposta, mas perderam por 255 a 157, na primeira derrota em uma votação ligada ao PAC. Hoje, o arrendamento rural -operação pela qual o proprietário cede o uso da terra em troca de um pagamento fixo- é tributado pelo Imposto de Renda como aluguel, com alíquotas de até 27,5%. O texto aprovado dá ao arrendamento a série de vantagens tributárias oferecidas à atividade rural.

Proposta semelhante já foi aprovada pelo Congresso e vetada, em janeiro último, por Lula. Desta vez, a regra se aplica apenas aos arrendamentos fixados em quantidade de produto. Segundo os ruralistas, essa modalidade impõe aos proprietários riscos da atividade rural.

Desde que começou a tramitar no Congresso, em fevereiro, a MP da desoneração tributária recebeu 151 propostas de modificação de parlamentares, grande parte delas concentrada nos setores elétrico e rural, influentes no Congresso e assíduos nas discussões de benefícios fiscais -e ambos atendidos, ao menos parcialmente.

A principal providência da MP é um regime tributário especial, válido para obras nos setores de transportes, portos, energia e saneamento básico, em que as empresas envolvidas ficam livres, por cinco anos, da cobrança de PIS e Cofins sobre a aquisição de máquinas, equipamentos e materiais de construção. Na Câmara, o relator Odair Cunha (PT-SP) acrescentou no regime o setor de irrigação e as empresas subcontratadas para as obras.

Na medida há ainda a ampliação de prazos para o pagamento de impostos e contribuições, redução de multas fiscais e outros benefícios. Apesar da variedade, a renúncia fiscal é minúscula diante das promessas do governo antes do lançamento do PAC. Pela estimativa da Receita, a perda será de R\$ 1,15 bilhão neste ano, sem contar inovações dos deputados.

### **Votação no Senado**

O Senado adiou para hoje a votação das duas últimas MPs que integram o PAC. O baixo quórum no plenário fez com que os líderes governistas adiassem a votação da medida que repassa R\$ 5 bilhões do patrimônio do FGTS para um fundo de investimentos que aplicará em infra-estrutura.

A MP que capitaliza a CEF teve seu texto básico aprovado sem alterações em relação ao votado na Câmara, mas hoje os senadores apreciam emendas que ainda podem alterar o texto. As duas MPs perdem validade na semana que vem.

### **O Socialismo do Século XXI - Boaventura de Sousa Santos – Carta Maior – 24/05/2007**

No segundo artigo da série sobre os desafios presentes e futuros da esquerda, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos analisa o que poderia ser o "socialismo do século XXI". Para ele, não haverá socialismo e sim socialismos do século XXI.

O que de mais relevante está a acontecer a nível mundial, acontece à margem das teorias dominantes e, até, em contradição com elas. Há vinte anos, o pensamento político conservador declarou o fim da história, a chegada da paz perpétua dominada pelo desenvolvimento “normal” do capitalismo – em liberdade e para benefício de todos – finalmente liberto da concorrência do socialismo, lançado este irremediavelmente no lixo da história.

À revelia de todas estas previsões, houve, neste período, mais guerra que paz, as desigualdades sociais agravaram-se, a fome, as pandemias e a violência intensificaram-se, a China “desenvolveu-se” sem liberdade e mediante violações massivas dos direitos humanos e, finalmente, o socialismo voltou à agenda política de alguns países. Concentro-me neste último porque ele constitui um desafio tanto ao pensamento político conservador, como ao pensamento político progressista.

A ausência de alternativa ao capitalismo foi tão interiorizada por um como por outro. Daí que, no campo progressista, tenham dominado “terceiras vias”, buscando encontrar no capitalismo a solução dos problemas que o socialismo não soubera resolver.

Em 2005, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, colocou na agenda política o objectivo de construir o “socialismo do século XXI”. Desde então, dois outros governantes – tal como Chávez, democraticamente eleitos –, Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), tomaram a mesma opção. Qual o significado deste aparente desmentido do fim da história? Qual o perfil da alternativa proposta ao capitalismo? Que potencialidades e riscos ela contém?

O socialismo reemerge porque o capitalismo neoliberal, não só não cumpriu as suas promessas, como tentou disfarçar esse facto com arrogância militar e cultural; porque a sua

voracidade de recursos naturais o envolveu em guerras injustas e acabou por dar poder a alguns países que os detêm; porque Cuba – qualquer que seja a opinião a respeito do seu regime – continua a ser um exemplo de solidariedade internacional e de dignidade na resistência contra a superpotência; porque, desde 2001, o Fórum Social Mundial tem vindo a apontar para futuros pós-capitalistas, ainda que sem os definir; porque nesse processo ganharam força e visibilidade movimentos sociais, cujas lutas pela terra, pela água, pela soberania alimentar, pelo fim da dívida externa e das discriminações raciais e sexuais, pela identidade cultural e por uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada parecem estar votadas ao fracasso no marco do capitalismo neoliberal.

O socialismo do séc. XXI, como o próprio nome indica, define-se, por enquanto, melhor pelo que não é do que pelo que é: não quer ser igual ao socialismo do séc. XX, cujos erros e fracassos não quer repetir. Não basta, porém, afirmar tal intenção. É preciso realizar um debate profundo sobre os erros e fracassos para que seja credível a vontade de evitá-los. Quando, em dezembro passado, o presidente Chávez anunciou o propósito de criar um partido socialista unificado a partir de diferentes partidos que apoiam o governo, o temor que tal gerou de, com isso, estar a propor um regime de partido único de tipo soviético, é bem demonstrativo de como estão vivas as memórias do passado recente.

Se tal desidentificação em relação ao socialismo do séc. XX for levada a cabo de maneira consequente, alguns dos seguintes traços da alternativa deverão emergir: um regime pacífico e democrático assente na complementaridade entre a democracia representativa e a democracia participativa; legitimidade da diversidade de opiniões, não havendo lugar para a figura sinistra do “inimigo do povo”; modo de produção menos assente na propriedade estatal dos meios de produção do que na associação de produtores; regime misto de propriedade onde coexistem a propriedade privada, estatal e colectiva (cooperativa); concorrência por um período prolongado entre a economia do egoísmo e a economia do altruísmo, digamos, entre Windows Microsoft e Linux; sistema que saiba competir com o capitalismo na geração de riqueza e lhe seja superior no respeito pela natureza e na justiça distributiva; nova forma de Estado experimental, mais descentralizada e transparente, de modo a facilitar o controle público do Estado e a criação de espaços públicos não estatais; reconhecimento da interculturalidade e da plurinacionalidade (onde for caso disso); luta permanente contra a corrupção e os privilégios decorrentes da burocracia ou da lealdade partidária; promoção da educação, dos conhecimentos (científicos e outros) e do fim das discriminações sexuais, raciais e religiosas como prioridades governativas.

Será tal alternativa possível? A questão está em aberto. Nas condições do tempo presente, parece mais difícil que nunca implantar o socialismo num só país, mas, por outro lado, não se imagina que o mesmo modelo se aplique em diferentes países. Não haverá, pois, socialismo e sim socialismos do séc. XXI. Terão em comum reconhecerem-se na definição de socialismo como democracia sem fim.

**Protesto contra reformas e política econômica atinge 16 Estados e DF - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 24/05/2007**

Manifestações incluem greves, invasões e bloqueio de estradas; São Paulo e Pará registram confrontos com polícia

Manifestações em 16 Estados e no Distrito Federal, com passeatas, greves e bloqueios de rodovias, marcaram ontem o Dia Nacional de Luta Unificada por Nenhum Direito a Menos. Milhares de funcionários públicos e trabalhadores de empresas privadas protestaram contra propostas de reforma das leis trabalhistas e previdenciária e também contra a política econômica do governo federal. Foi a maior demonstração de força organizada por movimentos sociais e sindicatos na era Lula.

Em São Paulo, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul ocorreram confrontos com a polícia. Na Baixada Santista, 80 manifestantes que interditaram a Rodovia Piaçaguiera-Guarujá foram detidos e autuados pela Polícia Civil, por dificultar o funcionamento de meio de transporte público.

Em Pernambuco, um soldado do Exército foi detido pela Polícia Civil, acusado de ter atirado para o alto na tentativa de dispersar um grupo de manifestantes. Em Porto Alegre, um professor teve ser levado ao pronto-socorro, após ser atingido por um golpe de cassetete desferido por policial militar, durante manifestação que reuniu cerca de 2,5 mil pessoas no centro da cidade.

Na capital paulista, cerca de 5 mil manifestantes que tentaram entrar na Assembléia Legislativa - onde era discutido o projeto de reforma da Previdência estadual apresentado pelo governador José Serra - foram impedidos pela direção da Casa. Convocada, a Polícia Militar teve de usar cassetetes e spray de pimenta para conter os manifestantes.

No fim do dia, no balanço do protesto, seus líderes destacaram o fato de ter sido o primeiro, no atual governo, a reunir organizações de diferentes tendências de esquerda. Segundo o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, o que se viu foi o prenúncio da greve geral com que os sindicatos pretendem parar o Brasil, caso suas reivindicações não sejam ouvidas.

“Estamos nos preparando: se o Congresso aprovar a Emenda 3, vetada pelo presidente Lula, vamos fazer greve geral”, disse ele, durante protesto diante da sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na Avenida Paulista. Cerca de 1.200 pessoas participaram do ato - para o qual estava prevista a reunião de 10 mil.

Nas manifestações, os sindicatos filiados à CUT, que é vinculada ao PT, referiram-se apenas à questão da Emenda 3 - vista por eles como o primeiro passo para mudanças mais profundas na legislação trabalhista do País. Por esse viés, acabaram transformando o dia de protesto num dia de apoio ao presidente Lula, que vetou a emenda.

O que os sindicalistas reivindicam agora é que o Congresso mantenha o veto. Se for derrubado eles pretendem, além da greve geral, distribuir folhetos com os nomes de todos os parlamentares que votaram a favor.

Mas outras organizações envolvidas no protesto foram além da Emenda 3. O Movimento dos Sem-Terra (MST), que promoveu 30 paralisações de rodovias em 9 Estados e despachou militantes para engrossar atos e marchas nas capitais, atacou a política econômica do governo e o modelo do agronegócio - que estaria impedindo a reforma agrária.

## **MODELO**

Na opinião da direção do MST, é o “modelo neoliberal” que está por trás das propostas de flexibilização das leis trabalhistas, com ataques aos direitos dos trabalhadores. “É um protesto contra esse modelo de desenvolvimento econômico que privilegia o capital financeiro em detrimento do setor produtivo”, disse o coordenador do MST em Pernambuco, Jaime Amorim. “Não é um ato contra o governo. É contra o modelo que, infelizmente, tem sido adotado por Lula.”

Em Belo Horizonte, durante passeata no centro da cidade, com cerca de 1.500 pessoas, sindicalistas e estudantes pediram o fim da “política econômica de Lula e Meirelles”. No sul do Estado, cerca de 100 pessoas fecharam pela manhã a Rodovia Fernão Dias, no sentido Belo Horizonte-São Paulo.

Em Maceió, militantes ligados à organização sindical Conlutas, vinculada ao PSTU, bloquearam durante toda a manhã a BR-104, provocando congestionamentos e irritação entre os motoristas. Para evitar conflitos, a Polícia Rodoviária Federal teve de improvisar desvios. No interior do Estado, o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) também bloqueou rodovias.

A lista de estradas bloqueadas também incluiu a Rodovia Presidente Dutra, que liga Rio e São Paulo, e a BR-1001, entre Sergipe e Bahia.

Na cidade de Pelotas, interior gaúcho, os motoristas pararam e deixaram os usuários sem transporte durante duas horas. Em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, o MLST ocupou a praça de pedágio da Rodovia Atílio Balbo durante cerca de uma hora, impedindo o tráfego de veículos e provocando quase dois quilômetros de congestionamento. No encerramento do protesto, por dez minutos, os motoristas que passaram pelo pedágio não pagaram tarifas.

**COLABORARAM EVANDRO FADEL, MONICA BERNARDES, REJANE LIMA, RICARDO RODRIGUES, EDUARDO KATTAH, ELDER OGLIARI, ANTONIO CARLOS GARCIA e BRÁS HENRIQUE**

**Usina é ocupada por 600 pessoas no Pará** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo  
– Nacional – 24/05/2007

Ação mobilizou governo; presidente chegou a ordenar envio do Exército

Aproximadamente 600 militantes ligados ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com apoio do Movimento dos Sem-Terra e da Via Campesina, invadiram ontem a hidrelétrica de Tucuruí, no sudeste do Pará. Depois de quebrar vidraças da unidade, parte do grupo - cerca de 50 pessoas - ocupou as salas de controle e de máquinas das Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte). A ação mobilizou o governo federal e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a ordenar o deslocamento de tropas do Exército para a usina.

A empresa informou que a invasão não prejudicou a geração de energia e suas máquinas continuaram operando normalmente. No entanto, o Operador Nacional do Sistema (ONS) desconectou Tucuruí da rede nacional para evitar que qualquer ação dos manifestantes provocasse problemas na distribuição de energia.

À noite, os manifestantes concordaram em desocupar as instalações da usina, depois que Eletronorte obteve liminar de reintegração de posse na Justiça e negociou a concessão de cestas básicas. A sala de máquinas foi a primeira a ser liberada pelos invasores. Depois, eles liberaram o tráfego na Rodovia PA-263, que dá acesso à usina. Disseram que o movimento atingiu a finalidade de denunciar as condições em que vivem depois que perderam suas casas e roças para formação do lago de Tucuruí.

## **CONFRONTO**

O governo foi pego de surpresa com a invasão, pois os movimentos sociais envolvidos estavam em plena negociação - com a Secretaria-Geral da Presidência e o Ministério de Minas e Energia - de uma pauta de reivindicações. Além disso, a previsão era de que todas as mobilizações do dia nacional de protestos seriam pacíficas. A invasão foi decorrência de radicalização do movimento, depois de um confronto entre manifestantes e a Polícia Militar em que um militante acabou ferido por balas de borracha. A diretora do MAB, Euvânice de Jesus Furtado, definiu a ocupação como “uma reação” à repressão violenta da PM, “que chegou atirando”.

De acordo com informações do governo, a prova de que a invasão não estava nos planos nem dos próprios manifestantes, é que eles nem levavam mantimentos e água.

Lula foi avisado logo cedo da invasão pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Jorge Armando Félix, e ficou “muito preocupado” com o desenrolar dos acontecimentos. Uma espécie de gabinete de crise passou, então, a acompanhar quase minuto a minuto a situação. O gabinete foi formado pelo GSI, Casa Civil, Ministério de Minas e Energia, Defesa, Secretaria-Geral da Presidência, Eletronorte, Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Advocacia-Geral da União. **COLABOROU TÂNIA MONTEIRO**



**Safra de cana atrai trabalho escravo em São Paulo** - Chico Siqueira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/05/2007

Um grupo de 40 trabalhadores, aliciados no Maranhão para trabalhar na safra da cana das usinas paulistas, foi encontrado vivendo em condições subumanas na cidade de Piacatu, na região de Araçatuba. No dia 18, fiscais do Ministério do Trabalho enviaram de volta 43 migrantes, também do Maranhão, que trabalhavam em condições de semi-escravidão no plantio da cana na região de São José do Rio Preto.

Ontem, avisado pela prefeitura de Piacatu, o procurador Gustavo Filipe Garcia, do Ministério Público do Trabalho, flagrou as condições dos trabalhadores. 'É difícil acreditar que em pleno século 21, no Estado mais rico da nação, ainda aconteça esse tipo de situação. É revoltante', afirmou.

O grupo foi trazido por José Siqueira da Rocha com a promessa de emprego com carteira assinada, mas, quando chegou, no domingo passado, não havia trabalho nem casas. Dez trabalhadores foram alojados numa pequena casa de madeira e 30, em um imóvel de cinco cômodos sem energia elétrica, móveis e condições de higiene. Segundo a Polícia Civil, as casas não comportam mais de 12 pessoas. O grupo dormia no chão e se alimentava de comida entregue pela vizinha de uma das casas.

'Pagamos R\$ 190 para trabalhar em São Paulo, mas não encontramos emprego nem casa decente para morar', disse José Raimundo Ribeiro, de 35 anos, que saiu de Itapecurumim. Segundo ele, um outro homem, chamado Romildo, aliciou o grupo no Maranhão e cobrou R\$ 190 de cada um pela viagem até São Paulo.

Rocha, que está sendo indiciado por aliciamento, disse que foi enganado por Romildo e não sabia que aliciamento é crime, com pena de 1 a 3 anos de prisão. Segundo o procurador, Rocha tem até amanhã para enviar os trabalhadores para o Maranhão.

O caso será encaminhado para a Polícia Federal. Como os trabalhadores não tinham sido contratados, nenhuma usina foi autuada, mas Garcia informou que o Ministério Público do Trabalho está de olho nas empresas para evitar a contratação irregular de migrantes. As usinas paulistas devem moer 330 milhões de toneladas de cana e faturar R\$ 30 bilhões na safra 2007/2008.

**Hidrelétrica é invadida e Lula envia o Exército** - Fellipe Awi, Mônica Tavares e Luiza Damé – O Globo – O País – 24/05/2007

Manifestantes ocupam usina de Tucuruí (PA); ameaça de corte no abastecimento de energia elétrica é afastada

ALTAMIRA (PA) e BRASÍLIA. Cerca de 600 manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Via Campesina ocuparam ontem de madrugada as instalações da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, e ameaçaram atear fogo na sala de controle, interrompendo a geração de energia elétrica, caso suas reivindicações não fossem atendidas.

À tarde, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou o envio de tropas do Exército para a usina, com o objetivo de impedir o corte no abastecimento. Os manifestantes liberaram a sala de controle da hidrelétrica em troca de alimentos que foram doados pela Eletronorte, mas continuavam dentro do prédio.

Logo no início da invasão, cerca de 200 dos 600 manifestantes invadiram a sala de controle e a casa de força com recipientes cheios de combustível e afirmaram que poderiam interromper o fornecimento de energia. Os manifestantes atiraram garrafas com álcool em carros da Eletronorte estacionados na hidrelétrica e quebraram vidraças. Um manifestante chegou a brincar fingindo apertar os botões do controle das turbinas. A rodovia estadual PA-163, de acesso à hidrelétrica, foi interditada.

— Só não interrompemos até agora (o fornecimento de energia) porque podemos atingir famílias que nada têm a ver com isso. Se prejudicasse apenas empresas como a Alcoa e a Vale do Rio Doce, tudo bem. Mas, se o governo não cooperar, podemos mudar de posição — disse, por telefone, o coordenador nacional do MAB, Roquevan Alves, um dos chefes da invasão.

**Comissão seria recebida em Brasília após desocupação** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou o envio de tropas para a usina hidrelétrica, mas a intenção do governo era restabelecer a ordem via negociação, que estava sendo feita por representantes do Ministério de Minas e Energia e da Secretaria Geral da Presidência da República.

Além do batalhão do Exército sediado lá mesmo em Tucuruí, outra tropa estava sendo deslocada ontem de Marabá.

Segundo o Palácio do Planalto, outros 15 homens da Polícia Federal também já se encontravam no local.

O combinado foi que se os manifestantes desocupassem a hidrelétrica uma comissão seria recebida em Brasília. A direção da Eletronorte conseguiu ontem mesmo na Justiça um pedido de reintegração de posse, concedido pelo juiz Jonas Conceição Silva, da Comarca Tucuruí.

De acordo com a Eletronorte, operadora da represa, a produção de energia, de 4.164 megawatts, não foi afetada pela invasão.

No pico do consumo, às 18h, a empresa informou que até aumentou a capacidade para 5.700 megawatts.

A hidrelétrica de Tucuruí é a maior do país, consideradas apenas as totalmente brasileiras (a Itaipu é binacional). A energia produzida lá abastece diretamente Pará, Maranhão e Tocantins, mas, através do Sistema Integrado Nacional, manda energia para todos os estados do Brasil, à exceção de Acre, Rondônia, Amapá e Roraima.

A manifestação faz parte do dia de protestos dos movimentos sociais, realizado simultaneamente em vários estados e no Distrito Federal. Por volta de 5h da manhã, ainda no escuro, os manifestantes bloquearam o trecho da PA-263 que passa sobre a hidrelétrica. Segundo Roquevan, eles só decidiram invadir o prédio quando a Polícia Militar reagiu e atingiu um manifestante com bala de borracha. O clima ficou tenso e os manifestantes quebraram duas portas de vidro e uma de ferro para ocupar a sala de comando.

A negociação começou a ser feita com o gerente regional da Eletronorte, Antonio Pardaul.

No início da noite, a situação era mais tranqüila, mas os invasores continuavam lá. Os manifestantes entregaram uma pauta com 13 reivindicações, algumas nacionais, como a política econômica do governo e a anulação do leilão da Vale do Rio Doce, e outras locais. A mais importante dessas últimas é a cobrança de um acordo com a Eletronorte, que,

segundo o MAB, se comprometeu a fornecer equipamentos para a pesca e agricultura familiar de assentamentos e comunidades ribeirinhas do Rio Tocantins.

De acordo com Roquevan, havia manifestantes de cinco municípios: Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento, Baião e Cametá: — São 977 famílias à espera desse plano de desenvolvimento sustentável que seria financiado pela Eletronorte e até agora eles não cumpriram nada. Estão nos enrolando desde 2005.

**Não há risco de abastecimento, diz Eletronorte** Segundo o governo, foi acionado o plano B usado em casos de emergência e a operação da usina foi transferida para a casa de força. Com isso, a hidrelétrica não parou de funcionar.

Na hora da invasão, a produção de energia chegou a ser reduzida para 3.800 MW médios, mas logo voltou a gerar 4.164 MW médios. Do ponto de vista energético, não há risco de abastecimento, segundo a Eletronorte.

No horário de pico, por volta das 19h, a hidrelétrica já estava gerando cerca de 4.810 MW médios, energia suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 2,5 milhões de habitantes.

A energia de Tucuruí estava sendo fornecida para praticamente todo o país.

**No Rio, protesto do MST termina em prisões** - Dicler Simões e Aloysio Balbi – O Globo – O País – 24/05/2007

Juiz retido em engarrafamento na BR-393, provocado por manifestação, determina a detenção de 21 sem-terra

BARRA DO PIRAÍ e CAMPOS. Terminou em tiros, disparos de bombas e prisões o protesto de sem-terra que fecharam a BR393 ao tráfego por duas horas, na altura de Dorândia, em Barra do Piraí, no Sul Fluminense, provocando um congestionamento de mais de dez quilômetros na estrada. Um juiz que estava retido no congestionamento determinou a prisão de 21 manifestantes, levados para a 88aDP (Barra do Piraí) e depois para a Delegacia da Polícia Federal de Volta Redonda.

No Norte do Estado do Rio, os militantes do MST fecharam por duas horas duas rodovias federais, a BR-101 e a BR-356. Os manifestantes colocaram fogo em pneus e troncos de árvores e impediram o trânsito a partir das 9h. Somente às 11h10m, depois de uma longa negociação com a Polícia Militar, o comando do MST decidiu suspender a manifestação.

Na BR-101, o protesto foi na altura do distrito de Morro do Coco, em Campos, na divisa com o Espírito Santo. Em ambos os sentidos da pista houve um engarrafamento de mais de 20 quilômetros. O mesmo quadro se repetiu na BR-356, que liga Campos a Itaperuna.

Não houve confronto.

Em Barra do Piraí, a polícia recolheu mais de 30 foices, enxadas e facões no acampamento do MST, em frente ao local de bloqueio da rodovia. O tumulto começou quando o juiz da 2a Vara Criminal de Valença, Cláudio Gonçalves, tentou negociar a liberação do carro e foi xingado com palavrões pelos manifestantes.

As prisões foram feitas pelos 20 policiais rodoviários e PMs que estavam no local.

Inicialmente foram presos Ana Miranda, diretora estadual do MST; o advogado Francisco Luiz de Val, da Rede de Advogados e Advogadas Populares; e o motorista Luiz Antônio Medeiros, que dirigia uma Kombi do Sindicato dos Metalúrgicos de Barra do

Piraí, ligado à CUT. Os sem-terra foram dispersados com tiros e explosões de bomba de gás lacrimogêneo.

### **Policiais prendem 18 semterra em acampamento**

Quando a tropa de choque da PM chegou ao local, os primeiros presos já tinham sido removidos para a delegacia. Os soldados entraram no acampamento e prenderam mais 18 pessoas.

Os advogados e líderes do MST protestaram em frente à Delegacia da Polícia Federal contra as prisões, consideradas por eles arbitrárias. O ato fez parte da jornada nacional de protestos contra o plano do governo de privatizar a BR-393 e contra a reforma que ameaça os direitos trabalhistas.

— Nós já tínhamos liberado a estrada há muito tempo, conforme combinamos com os policiais rodoviários, e nos retiramos. Os carros dos bombeiros e da polícia continuaram bloqueando a pista quando fomos presos — reclamou Ana Miranda.

Até à noite, o tráfego não tinha sido normalizado na BR-393.

A rodovia, que liga a Via Dutra, em Barra Mansa, à BR-040, em Três Rios, recebe todo o tráfego entre o Sul e o Nordeste do país e tem um movimento de 15 mil veículos por dia. Segundo o coordenador do MST no Sul Fluminense, Guilherme Gonzaga, o juiz Cláudio Gonçalves se apresentou como testemunha

**Em Pernambuco, MST fecha 7 rodovias** - Letícia Lins e Sueli Cotta – O Globo – O País – 24/05/2007

Tiros assustam manifestantes; em Minas, a Fernão Dias é interditada  
RECIFE e BELO HORIZONTE.

Com barreiras de pneus, pedaços de madeira e fogo, cerca de três mil integrantes do MST bloquearam sete rodovias federais em Pernambuco, nas quais chegaram a provocar congestionamentos de quase seis quilômetros, como ocorreu na BR408, na altura do município de São Lourenço da Mata, a 22 quilômetros da capital. Também impediram por mais de três horas o trânsito na Ponte Presidente Dutra, sobre o Rio São Francisco, que liga as cidades de Petrolina (em Pernambuco) e Juazeiro (na Bahia), a quase 800 quilômetros de Recife.

No Centro de Recife, um outro protesto do MTL (Movimento Terra e Liberdade) foi recebido a tiros na Avenida Conde da Boa Vista, onde cerca de 600 manifestantes se dirigiam ao Palácio do Campo das Princesas. Houve gritos, correria e confusão, mas ninguém saiu ferido. Até as 18h, o autor dos disparos ainda não havia sido identificado.

Os sem-terra foram recebidos na sede do governo pelo secretário de Articulação Social, Waldemar Borges. Eles entregaram um documento pedindo moradias para os expulsos dos canaviais que estão residindo em favelas e uma solução para o caso da Usina Jaboatão, que faliu e ainda tem dívidas trabalhistas com ex-empregados.

Em Belo Horizonte, pelo menos 500 pessoas participaram do Dia Nacional de Lutas, segundo estimativa da Polícia Federal.

Muitos manifestantes usavam perucas coloridas. Na região metropolitana, houve piquetes nas portas das fábricas, o metrô parou e manifestantes panfletaram em vários pontos. No Sul de Minas, manifestantes chegaram a fechar as pistas da BR-381, a Rodovia

Fernão Dias, no sentido Belo Horizonte-São Paulo, por três horas. Também ocorreram manifestações em Pirapora, Pará de Minas e Juiz de Fora.

Em reunião com dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a liberação de R\$ 12 bilhões para a safra da agricultura familiar 2007/2008.

**Meta do governo é assentar 120 mil famílias este ano** - Paulo de Tarso Lyra e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 24/05/2007

Sob intensa pressão dos movimentos sociais ligados ao campo, que ocuparam os gramados da Esplanada dos Ministérios, o governo anunciou ontem a meta de assentar 120 mil famílias em programas de reforma agrária ao longo de 2007.

Antes refratário a estabelecer metas, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, disse, depois de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, que agora serão fixados objetivos anuais, e não mais para todo o mandato, como foi feito no período 2003-2006.

"Não adianta perseguir números por perseguir. Temos que assentar as famílias. Mas com qualidade para que elas sejam viáveis economicamente e gerem empregos", disse. No primeiro mandato de Lula, foram assentadas 381 mil famílias - o objetivo era chegar a 400 mil famílias. "As metas podem estar aquém ou além das expectativas de algumas pessoas. Mas nunca na história desse país se assentou tanta gente e se investiu tantos recursos em reforma agrária", afirmou Cassel.

Segundo a nova meta do governo, serão assentadas 100 mil famílias por meio das desapropriações do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e 20 mil com financiamentos de crédito fundiário. A mudança reduz a força política dos movimentos sociais, já que individualiza a reforma agrária e restringe a criação de assentamentos em grandes áreas. "Reduz mesmo. E nós preferimos o sistema do Incra, que é menos restritivo", diz o coordenador da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil), Altemir Tortelli. Insatisfeito com a meta anunciada pelo governo, o presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos, aponta falhas no programa de reforma agrária. "Se formos ver a quantidade de famílias acampadas pelo país, percebemos que os números do governo não atendem sequer aos acampados", disse.

Na reunião com Lula, a Contag e a Fetraf voltaram a insistir na necessidade da revisão dos índices de produtividade agropecuária para fins de reforma agrária. "É uma dívida que eu tenho, mas vou esperar o melhor momento político para tomar a decisão", disse Lula, segundo relato de Altemir Tortelli. Este momento seria em alguma votação importante no Congresso Nacional.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, pediu 90 dias para "estudar" os novos índices, que têm forte rejeição das lideranças ruralistas. "É um tema complexo e delicado. Precisamos estudá-lo porque é um assunto muito técnico", disse ao Valor.

Stephanes revelou, porém, que defende índices por microrregiões homogêneas definidas pelo IBGE, e não por Estados, como foi feito. "É o que diz a lei", afirmou. O

ministro refere-se à Lei Agrária, de 1993, que estabelece este rito. "A proposta que está aí deve ser feita em outras bases, com muita tranquilidade".

O ministro Guilherme Cassel defende a atualização dos índices como proposto em conjunto por técnicos dos dois ministérios com aval da Casa Civil.

À saída da reunião no Palácio, Cassel também adiantou alguns aspectos do Plano de Safra 2007/2008 da agricultura familiar, que deve ser anunciado oficialmente em 20 dias. Segundo ele, o governo destinará R\$ 12 bilhões para a agricultura familiar, o que significa um acréscimo de 20% na comparação com o atual ano-safra 2006/2007. Na cerimônia oficial do lançamento do plano, deve ser anunciada também uma redução de 15% a 20% nas taxas de juros dos financiamentos para a agricultura familiar - hoje entre 1,15% e 7,25%. "Em alguns casos, esses percentuais vão estar próximos de zero", disse Cassel. Também deve ser anunciado o Pronaf Sistêmico, um plano para incentivar investimentos por meio de financiamentos a propriedades e não individualizados por produtor.

Cassel disse, ainda, que o governo sinalizou a disposição de renegociar a dívida de pequenos produtores. Um grupo de trabalho foi criado para verificar a inadimplência dos agricultores familiares. "Existem alguns bolsões de dívidas, sobretudo no Sul e Sudeste", afirmou.

**MAB deixa Tucuruí após promessa de acordos com Eletronorte** - Verena Glass  
- Carta Maior – 25/05/2007

Manifestantes que ocuparam hidrelétrica no Pará no dia 23 fazem acordo com Eletronorte e Ministério das Minas e Energia para encaminhar atendimento de demandas dos atingidos, cerca de 1,5 mil famílias, segundo o MAB.

SÃO PAULO – Em uma reunião de mais de três horas entre representantes da Eletronorte, Ministério das Minas e Energia e do Gabinete de Segurança Institucional com membros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que ocupou a hidrelétrica de Tucuruí nesta quarta (23), ficou acordado que reivindicações pontuais do movimento serão atendidas, mas as condições devem ser detalhadas no início de junho, quando haverá nova reunião.

Cerca de 600 famílias do MAB e outros movimentos, como o MST, ocuparam as instalações da hidrelétrica na madrugada do dia 23 como parte da mobilização nacional dos movimentos sociais. Houve confronto com a polícia, e os manifestantes acabaram derrubando os portões e ocupando algumas salas da usina, o que levou o governo federal e enviar tropas do exército para negociar a desocupação. No início da noite desta quinta (24), o movimento aceitou deixar as instalações da hidrelétrica depois da promessa de abertura das negociações com a Eletronorte, empresa responsável por Tucuruí.

Segundo dirigentes do MAB, as expectativas para que sejam encaminhadas soluções para as pendências sociais dos atingidos pela barragem são boas. Em um primeiro momento, a Eletronorte teria se comprometido a implementar um programa de desenvolvimento que inclui atendimento das demandas por crédito e infraestrutura - como energia, já que grande parte das famílias que vivem às margens de uma das maiores hidrelétricas do país ainda não tem luz elétrica em casa - até dezembro deste ano para cerca de 800 famílias.

De acordo com Daiane Hohn, da direção estadual do MAB, no entanto, o movimento deve apresentar uma demanda maior de trabalhadores para inclusão nos

projetos sociais, já que, nos cálculos do movimento, ao menos 1,5 mil famílias atingidas na época da construção da usina nunca receberam qualquer tipo de indenização, vivendo hoje em condições miseráveis na cidade, ou de bicos na zona rural. “Já são 20 anos de luta por direitos, e até agora, nada”, diz Daiane. Segundo ela, uma pauta de reivindicações já havia sido entregue à Eletronorte em janeiro deste ano.

Entre os pontos que serão apresentados pelo MAB ao governo e à Eletronorte estão o cumprimento da Lei Nº. 10.438/2002, que garante a isenção de pagamento da energia a consumidores de até 200kwh/mês; melhoria do Programa Luz para Todos e a eletrificação no entorno da barragem de Tucuruí; o asfaltamento da BR422 na região de Tucuruí como parte de um projeto de desenvolvimento regional, que beneficiará 25 mil famílias assentadas, além da aldeia dos Índios Assurinins e a Resex Ipau Anilzinho; projetos para escoamento de produção agrícola, já que houve grandes perdas da produção em função do péssimo estado das estradas nos últimos anos; a construção de poços artesianos em parceria entre INCRA, ELN, FUNASA, PMT, ITERPA e Governo do Estado; linhas de telefones residenciais e telefones públicos para áreas de assentamentos; vistoria e desapropriação das áreas de conflitos da região; e resolução imediata das pendências relacionadas à construção das eclusas da usina.

A hidrelétrica de Tucuruí, que bloqueou o rio Tocantins em 1974, inundou 2.430 km<sup>2</sup> incluindo parte da Terra Indígena Parakanã. Segundo [estudo](#) do pesquisador Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a Eletronorte originalmente não incluiu nenhum estudo dos impactos sociais na sua avaliação da barragem. Estimativas preliminares indicaram que 9.500 pessoas em 13 povoados seriam deslocadas, mas posteriormente números da própria Eletronorte indicaram 32.871 pessoas deslocadas, além da população indígena. A maioria destas pessoas, bem como os impactos ambientais, nunca foram indenizados.

### **Pauta nacional**

Além da reunião em Tucuruí nos dias 4, 5 e 6 de junho, a direção nacional do MAB também deve se reunir em Brasília com o Ministério das Minas e Energia no próximo dia 30 de maio para negociar a pauta nacional do movimento.

De acordo com nota divulgada pelo movimento, na reunião deverão ser discutidos temas como a necessidade de um novo modelo energético, “que esteja a serviço e sob o controle do povo. Uma das propostas é a redução dos preços da energia elétrica, pois a tarifa no país é uma das mais caras do mundo”. O MAB defende ainda que a água e a energia não devem ser tratadas como mercadorias, nem servir para o lucro e enriquecimento de poucos empresários como ocorre atualmente.

**Ministra defende Estatuto e cota, e anuncia pacote para quilombola** - Jonas Valente - Carta Maior – 25/05/2007

Parlamentares realizam audiência com Matilde Ribeiro e tentam agilizar tramitação do Estatuto da Igualdade Racial e do PL que institui cotas em universidades. Governo vai apresentar pacote com projetos para comunidades quilombolas.

BRASÍLIA – Em 2003, o governo Lula inovou ao criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Em 2007, início do segundo mandato presidencial de Lula, a renovação do ‘endereço’ da questão racial na Esplanada dos Ministérios reforçou o sinal de prestígio, mas isso não foi suficiente para abafar as críticas de que demandas históricas do movimento negro ainda caminham a passos lentos. Talvez a mais emblemática delas seja o Estatuto da Igualdade Racial, cujo Projeto de Lei (6264) foi apresentado em 1995, mas até hoje não foi votado pelo Congresso Nacional.

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Minorias na última quarta-feira (23), a ministra Matilde Ribeiro (Igualdade Racial) defendeu a aprovação do estatuto e do PL 73/99, que prevê a reserva de vagas para afro-descendentes nas universidades brasileiras. A ministra recebeu o apoio do secretário de Promoção da Igualdade Racial da Bahia, Luiz Alberto, ex-deputado historicamente envolvido com o tema. “Que o estatuto e o projeto das cotas nas universidades seja aprovado. É necessário que a Casa cumpra este papel”, disse ele.

Se passar pelo Senado, o Estatuto da Igualdade Racial aguarda a constituição de uma comissão especial para a apreciação antes de votação em definitivo na Câmara. Já o PL 73/99 foi aprovado em comissões e já teria sido enviado ao Congresso, mas um recurso do ex-deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) pediu sua apreciação em plenário. Segundo a deputada Janete Pietá (PT-SP), já foi solicitada reunião com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para discutir os dois projetos.

Matilde Ribeiro saudou a audiência e destacou sua importância para retomar uma agenda legislativa em prol da igualdade racial. Na última semana ela esteve no Senado para reunião semelhante na Comissão de Direitos Humanos. “Sabemos que os parlamentares têm que adquirir consciência da importância desta lei, para que as bancadas possam colocar como prioridade”.

Na avaliação dos parlamentares presentes à audiência, todos simpáticos à causa, é preciso agilizar a aprovação destas medidas, que consolidariam políticas públicas importantes, impedindo que em uma próxima legislatura ou mandato presidencial os programas criados possam ser desativados. “Tudo que é dado é tirado, tudo que é conquistado é mantido”, afirmou Carlos Santana (PT-RJ), que assumiu a presidência da frente parlamentar voltada para a causa da igualdade racial.

A deputada Iriny Lopes (PT-ES) caracterizou o atual período como “perigoso”, pelo aprofundamento da disputa de alguns projetos na sociedade, entre as quais ela destacou os relativos às políticas afirmativas para negros. Para Luiz Alberto, já desde o ano passado



vem se intensificando uma reação contra medidas a favor da população negra. Ele citou a insurgência de vários intelectuais contra o projeto de cotas e a recente reportagem da Rede Globo com denúncias sobre irregularidades no reconhecimento de áreas quilombolas na Bahia, [duramente contestada por entidades quilombolas](#).

**Pacote para quilombolas**  
A ministra Matilde Ribeiro aproveitou a polêmica sobre o tema para divulgar que o governo está finalizando um pacote de ações junto às comunidades quilombolas. Segundo informações da Seppir, há 3,4 mil comunidades desse tipo no País. Nos últimos quatro anos, 1000 foram certificadas, 400 entraram em processo de regularização e 31 receberam titulação de terras. O conjunto de medidas será amplo e envolverá 25 ministérios.

A ministra também reafirmou a defesa da política desenvolvida pelo governo federal para as comunidades quilombolas. “Todo processo é baseado por Leis, normas e regras que dão base às ações públicas. Não há o que contestar do ponto de vista da Lei e dos direitos dos quilombolas que estão na nossa Constituição”, afirmou.

Questionada sobre o montante de recursos para sua pasta desenvolver estas ações, ela afirmou que o orçamento de R\$ 19 milhões é insuficiente para atender às ações necessárias em sua área. “Sabemos que demandas históricas são imensamente maiores que o orçamento. Quanto mais recursos melhor”, disse. O problema tem sido crítica recorrente do movimento negro, para quem a simples existência da Seppir é muito pouco para começar a pagar a dívida histórica que o Estado brasileiro tem para com a população negra.

**Cercados, invasores decidem sair de Tucuruí** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 25/05/2007

Governo prometeu fazer reunião hoje, após desocupação da usina

Pressionados pelo Exército e após uma tensa negociação, de mais de duas horas, os invasores da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no sudeste do Pará, anunciaram ontem à noite a desocupação das instalações. Em troca, receberam o compromisso de uma reunião hoje, na própria cidade, com representantes do Ministério de Minas e Energia, da Secretaria-Geral da Presidência e das Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte).

A ocupação da usina por cerca de 600 manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com apoio da Via Campesina e do Movimento dos Sem-Terra (MST), deixou o governo em alerta total - chegou a abandonar as negociações, deixando o Exército à frente do caso. O protesto durou cerca de 40 horas. Sem água nem comida, cercado pelos militares, o grupo saiu pacificamente, às 19h30, segundo o MAB.

O objetivo da invasão era denunciar as condições em que viviam as famílias desalojadas para a formação do lago da usina. “O acordo não foi bom, mas pode ser melhor na reunião com os representantes do governo”, comentou o líder nacional do MAB Roquevan Alves Silva.

“Precisamos saber o que motivou a ocupação, entender as razões para isso ter acontecido, uma vez que havia um processo de discussão e solução de problemas em andamento, ainda que pudesse existir algum atraso”, reagiu o secretário de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência, Wagner Caetano. “Não há compromisso que não estivesse em execução.”

## **AMEAÇA**

No momento mais tenso, ao saber que o Exército cercara a usina, o grupo advertiu que poderia “radicalizar”. No final da tarde, alguns carros da Eletronorte com o tanque cheio de gasolina foram posicionados na entrada do prédio. Os invasores ameaçaram provocar uma explosão e formaram uma barreira humana - alguns exibiam bombas de fabricação caseira.

Alarmado, o governo advertiu que a situação não poderia se estender por muito tempo, sob pena de prejudicar o sistema e a população. Como a usina é considerada uma instalação de importância estratégica para o País, o governo não queria os invasores no local por mais tempo. Ao mesmo tempo, tentava agir com cautela.

Temendo um conflito, o Conselho Tutelar de Tucuruí enviou assistentes sociais para retirar crianças e adolescentes de dentro da usina. Na hora da negociação final, havia apenas os adultos. Dois batalhões do Exército e um esquadrão, com um total de 400 homens, haviam sido mobilizados pelo governo federal. Outros dois batalhões vieram de Marabá.

Ao longo do dia, a direção da Eletronorte evitou manifestações sobre a ação dos movimentos sociais. Informou, apenas, que a invasão não impediu o funcionamento das máquinas. Ontem, segundo a sua assessoria, as turbinas estavam gerando 5.679 megawatts de energia para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Sul do País.

## **COLABOROU TÂNIA MONTEIRO**

**Movimento foi criado nos anos 80** - Clarissa Oliveira – Estado de São Paulo – Nacional – 25/05/2007

Presente em 14 Estados, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) chamou a atenção pela invasão da Usina de Tucuruí, mas sua atuação remonta ao fim dos anos 80.

Nascido da ação da Igreja e próximo ao MST, o grupo age em defesa de famílias afetadas pela construção de hidrelétricas e prega a conservação ambiental. Mas a meta central é pressionar o governo a rever o modelo energético do País.

“O problema não está nas barragens em si, mas no modelo energético”, diz André Sartori, um dos coordenadores do MAB.

Ele reconhece que a energia hidrelétrica é adequada ao País, mas insiste em que as prioridades do governo não condizem com interesses da população. “Somos contra a venda de energia subsidiada para grandes empresas, enquanto a população paga a quinta maior tarifa do planeta”, diz. “Nesse modelo, podem construir quantas usinas quiserem que, em algum momento, vai faltar energia.”

### **Escolha de aliados – O Globo – Opinião – 25/05/2007**

A invasão criminosa, com ares de terrorismo, das instalações da hidrelétrica de Tucuruí fez parte de uma série de manifestações organizadas em vários pontos do país por diversos movimentos ditos sociais, muitos aliados ao governo e beneficiários de verbas públicas. Neste caso estão o MST e similares, cada vez mais descolados da reforma agrária, agindo como braço visível de organizações ultra-esquerdistas não tão visíveis assim, algumas estrangeiras, com projetos de poder próprios e que nada têm a ver com a democracia. Pelo contrário.

Quando um ataque de um grupo armado com bombas molotov a uma das maiores hidrelétricas do país ameaça provocar um apagão em várias regiões, o Planalto deve meditar sobre como agir com esses pretensos aliados.

Muitas dessas organizações que atentam contra a ordem constituída se valem de antigas alianças com o PT e da proximidade do presidente, que, de forma temerária, já permitiu que uma bandeira do MST fosse desfraldada em seu gabinete, enquanto ostentava um chapéu do movimento como se fosse um dos militantes que desrespeitam a lei ao invadir propriedades privadas e depredar instalações de empresas. Espera-se que, assim como Lula parece ter entendido o que de fato representa para o país em ameaças a ação deletéria dos populistas Hugo Chávez e Evo Morales no continente, também compreenda que, para levar adiante o projeto de colocar o Brasil num longo ciclo de crescimento sustentado, terá de abandonar pela estrada antigos aliados, beneficiários de todo um arcabouço de normas e leis feitas para transferir dinheiro público para minorias privilegiadas. Normas e leis que imobilizam o país.

São essas minorias que Lula favorece ao vetar a Emenda 3, que impede que fiscal da Receita seja juiz, contra o interesse do sindicalismo, sempre atento para defender o crescimento do imposto sindical, mesmo que no fundo dessa questão esteja a causa da precariedade nas relações de emprego de mais da metade dos trabalhadores.

Por isso, nas manifestações de quarta-feira havia palavras de ordem contra as reformas trabalhista e previdenciária.

A mesma impunidade que incentiva o criminoso comum e o de colarinho branco também dá espaço a estudantes da USP desobedecerem a uma ordem judicial, e estimula esses grupos antidemocráticos a fazerem o que bem entendem nas ruas e estradas,

prejudicando milhões de pessoas. O presidente precisa entender o cenário que se desenha à sua frente e fazer a opção correta, em defesa da Constituição.

**Manifestantes desocupam hidrelétrica no Pará** - Fellipe Awi – O Globo – O País  
– 25/05/2007

Retirada aconteceu depois de negociação com o Exército; invasores querem audiência com Eletronorte e ministério

ALTAMIRA (PA). Quase 40 horas após a invasão, cerca de 600 manifestantes desocuparam ontem à noite a Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. A retirada aconteceu após a chegada do Exército, que negociou diretamente com os invasores. Filiados ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e à Via Campesina, eles só saíram depois da promessa de uma reunião hoje com a Eletronorte e com a Secretaria Geral da Presidência e outra quarta-feira, em Brasília, com o Ministério das Minas e Energia.

— Vamos sair pacificamente, porque tivemos parte das nossas reivindicações atendidas.

Esperamos que agora a nossa pauta seja respeitada — disse o coordenador nacional do MAB, Roquevan Alves, que de manhã ainda ameaçava resistir a uma possível tentativa do Exército de desocupar a usina.

Os invasores querem um projeto de desenvolvimento para as comunidades ribeirinhas atingidas pela construção da barragem, incluindo um suposto acordo com a Eletronorte para a compra de material de pesca e para agricultura familiar.

— A casa dos meus pais foi alagada por causa da hidrelétrica de Tucuruí há anos e até hoje nunca recebemos nenhuma indenização — disse Roquevan.

Tensão após chegada do Exército ao local Antes do acordo, não faltaram momentos de tensão logo após a chegada das tropas do Exército, de manhã. Os manifestantes fizeram uma barreira humana, se armaram com bombas caseiras para receber os militares e ameaçaram botar fogo em dois carros da Eletronorte. Não houve confronto, mas o Exército tentou tirar pelo menos as crianças que estavam no prédio, pois a situação poderia piorar.

Os manifestantes ainda ameaçavam o corte no fornecimento de energia. A hidrelétrica funcionou normalmente ontem, gerando cerca de 4.500 megawatts de energia.

— Se nós quiséssemos cortar o fornecimento de energia, já teríamos cortado. Só vamos fazer isso se o Exército ou a polícia agirem com violência — afirmou Roquevan, no início da tarde.

Pela manhã, a negociação com o Exército e com a Polícia Federal mostrou-se pouco produtiva.

A única providência foi a liberação da troca de turno dos funcionários da hidrelétrica. O Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) informou, por meio de nota à imprensa, por volta das 18 horas, que havia sido acertada a liberação de um funcionário da Eletronorte, empresa que administra a usina. Este funcionário estava “impedido de se ausentar de seu posto de trabalho na usina”.

Para deixar a usina, os manifestantes exigiram a presença de autoridades dos ministérios das Minas e Energia, da Casa Civil e da Educação, além da Eletrobrás, da Eletronorte e da Dnit (Departamento Nacional de InfraEstrutura de Transportes).

Eles prometeram deixar apenas dez pessoas na sala de comando da hidrelétrica se a chegada desses representantes fosse confirmada para hoje. À noite, com a promessa da reunião, embora não com todas as autoridades exigidas, todos os manifestantes deixaram a hidrelétrica. COLABOROU: Mônica Tavares, de Brasília

**Mobilização contra nada** – Estado de São Paulo – Notas e Informação (editorial) – 26/05/2007

Quem observasse a distância - de outro país ou de outro planeta - a extraordinária mobilização ocorrida no território nacional nessa quarta-feira para a “luta nacional por nenhum direito a menos”, certamente pensaria que o Brasil já vive ou está prestes a sofrer uma violenta convulsão social, tal a extensão que assumiram as manifestações em 16 Estados e no Distrito Federal, em que 30 estradas foram bloqueadas, greves foram deflagradas, pedágios foram liberados, prédios e grandes instalações de serviço público - caso da Hidrelétrica de Tucuruí - foram invadidos e confrontos com a polícia desandaram em violências (no Pará e especialmente em São Paulo).

Só que, na verdade, o País não vive convulsão social alguma nem qualquer ameaça a direitos que pudesse provocá-la. Na verdade, a grande “mobilização nacional” está mais para as revoltas “existenciais” dos tempos dos “rebeldes sem causa” ou da “juventude transviada” do cinema americano dos anos 50. Ou seja, no fundo, tratou-se de uma formidável mobilização contra coisa alguma.

No chamado Dia Nacional de Luta Unificada por Nenhum Direito a Menos, alguns milhares de servidores públicos em São Paulo e pequenos grupos comandados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo MST em todo o País protestaram contra “propostas de reforma das leis trabalhistas e previdenciárias”. Só que essas propostas ainda não existem. Os manifestantes se lançaram contra uma abstração que ainda nem chegou a transformar-se em virtualidade. De qualquer forma, da parte das lideranças houve a tentativa de encontrar-se um pretexto paralelo, capaz de ampliar o movimento até “paralisar o País”. Foi o caso do presidente da CUT, Artur Henrique. O pretexto - a Emenda 3, vetada pelo presidente Lula e em relação à qual a entidade pressiona o Congresso para que não derrube esse veto - apenas tangencia a relação capital/trabalho, o que não impede o líder cutista de ameaçar deflagrar uma greve geral no País. Foi para brandir essa ameaça que seus militantes se concentraram em frente à sede da Fiesp, na Avenida Paulista.

Ainda na capital paulista, cerca de 5 mil manifestantes tentaram invadir a Assembléia Legislativa, onde era discutido o projeto de reforma da Previdência estadual apresentado pelo governador José Serra. A Polícia Militar teve que ser acionada e usar cassetetes e spray de pimenta para detê-los. Houve feridos, em consequência dessa visão irresponsável do que seja uma mobilização reivindicatória.

Já nos outros Estados o MST usou como pretexto para suas 30 paralisações de rodovias, em 9 unidades da Federação, “a política econômica do governo e o modelo do

agronegócio”, que estaria impedindo a reforma agrária. Para a direção do MST é o “modelo neoliberal” que está por trás das propostas de flexibilização das leis trabalhistas.

A Usina de Tucuruí foi ocupada por cerca de 600 manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com apoio da Via Campesina (organização de agricultores subsidiados europeus) e do MST. Foi a manifestação que mais deu preocupação ao governo, que para lá enviou tropas do Exército e obteve a desocupação pacífica - após ameaças dos manifestantes de “radicalizar”. Razão fundamental do protesto? “O problema não está nas barragens em si, mas no modelo energético” - explicou um dos coordenadores do MAB. Como se vê, há motivos de protesto para todos os gostos...

Não pode deixar de ser considerada uma contradição aberrante, que fere o mais elementar princípio da lógica, o fato de os chamados “movimentos sociais”, como o MST, terem dado - e continuarem a dar - pleno apoio político ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva e, ao mesmo tempo, se colocarem com a maior agressividade contra, justamente, a política mais bem-sucedida do governo, fulcro real de toda a avaliação positiva (técnica ou popular) que tem recebido, vale dizer, sua política econômica. Mas é claro que racionalidade e lógica são as últimas coisas a se buscar nessa formidável mobilização contra abstrações.

Na verdade, apesar de manifestantes falarem tanto em ameaças que sofrem de perda de direitos, não há direito algum ameaçado no Brasil atual, a não ser o direito de ir-e-vir de todos os cidadãos, em razão dessas badernas quase cotidianas.

**Credores da Boi Gordo brigam com o Incra** – Estado de São Paulo – Nacional – 26/05/2007

Os 31 mil credores da Fazendas Reunidas Boi Gordo vão se mobilizar contra a desapropriação da Fazenda Eldorado, em Itapetininga (SP), para reforma agrária. A área foi considerada improdutiva pelo Incra seis anos depois da falência da Boi Gordo. O decreto de desapropriação foi assinado dia 17 pelo presidente Lula. A fazenda foi invadida quarta-feira pelo MST. “A área está avaliada em R\$ 4,3 milhões e integra a massa falida que é dos credores”, diz a Associação dos Lesados pela Boi Gordo. Segundo o Incra, a desapropriação seguiu os trâmites legais.

**Comunidade rural semeia a paz na Colômbia** - Tiago Carvalho – O Globo – O Mundo – 27/05/2007

Grupo de agricultores indicado a prêmio Nobel resiste a avanço de guerrilha, paramilitares e mesmo do governo

SAN JOSÉ DE APARTADÓ, Colômbia.

Na região de Urabá, noroeste da Colômbia, uma comunidade de 1.600 trabalhadores rurais resiste pacificamente desde 1997 às agressões dos grupos armados do conflito que há cinco décadas opõe guerrilhas de esquerda, o governo e paramilitares.

Há dez anos, habitantes da pequena San José de Apartadó e de 32 vilarejos próximos fundaram uma Comunidade de Paz com o objetivo de permanecer em suas terras e manter a neutralidade a qualquer custo.

Eles se recusam a engrossar as estatísticas do deslocamento interno que, segundo a Anistia Internacional, afeta quase 10% da população colombiana. Sua determinação lhes valeu a indicação ao prêmio Nobel da Paz de 2007, mas também custou a vida de 179 companheiros.

— A indicação ao Nobel é um importante sinal de reconhecimento da nossa luta, mas não resistimos por prêmios. Resistimos porque, como civis, temos direito a não tomar parte no conflito e porque não queremos fugir para Medellín ou Bogotá para vivermos como mendigos e desempregados — explica Jesus Emilio Montoya.

Jesus Emilio é um dos integrantes do conselho interno, que reúne oito líderes eleitos pelos integrantes da Comunidade de Paz de San José de Apartadó — a mais antiga e populosa de 45 iniciativas semelhantes que existem na Colômbia.

### **Riquezas naturais tornam área alvo de disputa**

Resistir ao deslocamento é tarefa especialmente difícil para essa comunidade, localizada em uma área de grande importância estratégica devido à proximidade com a fronteira do Panamá e à abundância de recursos naturais.

Suas terras abrigam jazidas inexploradas de carvão e as nascentes de água que abastecem cerca de 300 mil habitantes dos centros urbanos mais próximos.

Além disso, têm solo fértil e florestas preservadas e ricas em madeira de lei — raridades em uma região tomada pela monocultura da banana.

— Todos estão muito interessados em nos expulsar. Mas não pretendemos sair e nem podemos aceitar o convívio com a guerrilha, os paramilitares ou as forças públicas. Permitir a entrada de qualquer um deles nos custará caro porque, quando saírem, seremos chacinados pelos que entrarem sob a alegação de que somos colaboradores — conta o agricultor Gildardo Tuberquia, um dos líderes da Comunidade de Paz.

A explicação ajuda a entender porque, em 2005, as 70 famílias que viviam em San José de Apartadó, antigo coração da Comunidade de Paz, tiveram que deixar o vilarejo quando o governo instalou ali um posto policial. Os moradores trocaram as casas de alvenaria por precários casebres de madeira erguidos às pressas em San Josesito, a um quilômetro de distância — um povoado ainda em construção.

— A polícia não pode nos proteger e, além disso, representa uma ameaça — justifica Tuberquia.

Além de alertar para o risco de represália da guerrilha, os moradores denunciam ataques à comunidade cometidos em conjunto pelas forças governamentais e os paramilitares.

A própria instalação do posto de polícia foi motivada por uma chacina ocorrida em fevereiro de 2005, que habitantes da região garantem ter sido cometida por homens da Brigada 17 do Exército colombiano. Naquela ocasião, oito membros da comunidade — entre eles um bebê de 20 meses e duas crianças — foram assassinados e esquartejados.

Sessenta e nove militares estão sob investigação da Procuradoria Geral. Montoya, porém, não acredita em um desfecho favorável.

— Em dez anos, houve centenas de violações dos direitos humanos e nenhum culpado foi punido. Não acreditamos mais na Justiça colombiana nem neste governo. Já não denunciaremos mais essas agressões ao Estado, mas sim a organismos internacionais — afirma.

Segundo Peter Drury, do secretariado da Anistia Internacional para a Colômbia, o Estado não garante condições mínimas de segurança às vítimas e testemunhas da violência política e alerta para a impunidade: — O caso da Comunidade de Paz é especialmente grave, mas a impunidade é um problema sério em todo o país. E ela é quase total quando as acusações atingem as forças públicas de segurança.

Drury afirma que há uma série de mecanismos que impedem o trabalho do Judiciário como ameaças, mortes e transferência dos casos para a Justiça militar, que raramente pune soldados ou oficiais envolvidos em violação dos direitos humanos.

Sem fé no Estado, os 1.600 trabalhadores rurais se organizam para alcançar a auto-suficiência.

Nas terras, repartidas em propriedades coletivas e privadas, fazem o cultivo orgânico de cereais, raízes, hortaliças e frutas, além de criar de galinhas e porcos.

Estão em construção uma confecção e um centro de processamento de cacau. Uma parte da produção é separada para a subsistência e o excedente é exportado ou vendido. Com o lucro, os integrantes compram alimentos, remédios, roupas e ferramentas.

Enxada no ombro, recém chegado da roça coletiva de milho, o ancião Viviano Pino, um dos fundadores da comunidade, afirma que os ataques não abalam a determinação dos integrantes.

— Continuamos trabalhando, plantando, construindo nossas casas. É o que sabemos fazer.

Não queremos viver uma vida que não é a nossa, não queremos sair daqui nem nos envolver com a guerra. A paz não se faz com armas, se faz com o cérebro — diz.

### **A denúncia como missão – O Globo – Mundo – 27/05/2007**

Agricultora que perdeu a filha no conflito se torna porta-voz de comunidade

SAN JOSÉ DE APARTADÓ, Colômbia. Dona de casa, agricultora e catequista, Brígida González, de 54 anos, é também porta-voz da Comunidade de Paz de San José de Apartadó, que ajudou a fundar. Ela acompanha as delegações internacionais que visitam a região e viaja pelo mundo denunciando as violações aos direitos humanos cometidas contra civis no conflito armado colombiano.

— É fundamental que a comunidade internacional esteja ciente da situação que vivemos aqui. Esse é um apoio importante, uma das nossas principais armas contra a impunidade de nossos agressores. Mas não queremos vingança. Queremos justiça para quem carrega o fuzil e para aqueles que patrocinam o conflito — exige Brígida.

Em 2005, sua filha foi vítima de uma chacina supostamente cometida pelo Exército colombiano, na qual também morreram sua nora, de 25 anos, e mais quatro pessoas. Brígida, constantemente ameaçada de morte desde que militou no sindicato dos trabalhadores do cultivo de banana nos anos de 1970, também perdeu três irmãos.

Um deles foi assassinado em 1988 por um assaltante, outro foi morto pela guerrilha em 1996 e o terceiro foi vítima dos paramilitares em 2000.

— Nossos mortos continuam vivos na nossa memória. Eles não estão mais conosco, mas tenho certeza de que nos ajudam a enfrentar todas as pressões e a continuar lutando para viver em paz — diz Brígida, mostrando os quadros naïf de sua autoria e que contam a história dessa comunidade.



**Olhos do mundo são escudos** – O Globo – Mundo – 27/05/2007

SAN JOSÉ DE APARTADÓ, Colômbia. Os integrantes da Comunidade de Paz são unânimes ao garantir que o número de violações dos direitos humanos seria muito maior na região de Urabá não fosse pelo trabalho de organizações humanitárias. A presença de seus funcionários é ostensiva.

Alice Garsibe é britânica e, há um ano e meio, deixou um escritório de advocacia em Londres para se arriscar na tensa San José de Apartadó. Ela integra a equipe de dez voluntários da organização Brigadas Internacionais de Paz, que atua na região desde 1998. O trabalho de Garsibe é acompanhar membros da Comunidade de Paz nas estradas. Nessas rotas ocorreu mais da metade dos ataques a integrantes da comunidade.

— A simples presença de um gringo parece ser uma proteção muito frágil, mas o fato de eu portar um passaporte da União Européia ajuda a dissuadir ataques na minha frente.

Isso aumenta muito o custo político de qualquer agressão — pondera.

A Irmandade de Reconciliação exerce papel semelhante e está presente desde 2002 na região.

**Governo adotou agenda que foi derrotada nas eleições, dizem movimentos sociais a Dulci** - Verena Glass - Carta Maior – 28/05/2007

Em reunião de cerca de quatro horas entre o ministro e a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), dirigentes fazem duras críticas aos rumos da política do Planalto e à falta de diálogo com os movimentos. Dulci prometeu levar avaliações ao presidente Lula.

SÃO PAULO – Na última sexta-feira (25), dois dias após a mobilização nacional dos movimentos sociais por “nenhum direito a menos” (23 de maio), o secretário geral da Presidência da República, Luiz Dulci, se reuniu em São Paulo, na sede nacional da CUT, com dirigentes de organizações da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS, que congrega CUT, MST, UNE, Marcha Mundial de Mulheres, movimento de moradia, etc) inicialmente para discutir o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mas nas cerca de quatro horas de duração da conversa, pouco se aprofundou as questões técnicas do PAC. Falou-se mesmo da agenda política do governo.

Em um primeiro momento, otimista, o ministro Dulci buscou demonstrar através de gráficos o bom desempenho econômico do primeiro mandato do presidente Lula. Mais adiante, no balanço sobre os resultados e as perspectivas dos chamados programas sociais, porém, o tom baixou um pouco. Principalmente quando o assunto foi a Reforma Agrária e o funcionalismo público. Segundo Dulci, nos primeiros quatro anos de Governo Lula o programa de Reforma Agrária não teria avançado tanto quanto as políticas para a Agricultura Familiar (agraciada na última semana com um orçamento de 12 bilhões para o próximo plano-safra). “No primeiro mandato, não conseguimos fazer [a reforma agrária]

como gostaríamos. Em 2007 realmente temos que fazer mais e melhor”, reconheceu o ministro.

Sobre os projetos que tramitam ou tramitarão no Congresso e que podem afetar diretamente direitos dos trabalhadores - como a limitação do direito de greve dos servidores federais, a emenda 3 da super-receita e o PLP 001, que limita as despesas com o funcionalismo público por 10 anos -, Dulci expressou uma posição pessoal contrária, chegando a insinuar que, se não houver recuo por parte do Planalto, uma “incompatibilidade” entre seus princípios e as opções do governo poderiam motivar seu desligamento.

Por fim, no pouco tempo que acabou reservado ao PAC, Dulci buscou ressaltar os investimentos programados para a infra-estrutura social (Luz para Todos) e urbana (habitação e saneamento, que têm previstos cerca de 170 bilhões para investimento), mas avisou: se não houver luta social, estas verbas não serão liberadas. “Às vezes o governo quer fazer [programas sociais], mas não há correlação de forças. Por isso a importância das lutas sociais: tem que disputar o bolo da riqueza. A disputa com a direita, basicamente, é sobre para onde vai o dinheiro público. Por isso tem que haver mobilização social”, afirmou o ministro.

**Agenda da direita** pós sua explanação inicial, durante mais de duas horas o ministro Dulci passou a ouvir um desabafo coletivo que explicitou o descontentamento dos movimentos sociais com os rumos do governo.

Especificamente sobre o princípio do PAC – a volta do investimento do Estado em projetos de crescimento nacional -, não houve discordâncias de fundo. Péssimo, segundo o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, é que, depois de uma derrota fragorosa do projeto conservador nas urnas em 2006, a agenda da direita estaria imperando na pauta do governo. “Quinze dias depois [da posse do governo Lula], já se falava em reforma da previdência, reforma trabalhista, etc. A agenda perdedora da direita está ganhando cada vez mais espaço no governo, que se reúne muito mais com o capital do que com os movimentos sociais”, disparou Artur Henrique.

Segundo o presidente da CUT, o próprio PAC seria inviabilizado se o governo aprovasse o Projeto de Lei Complementar - PLP 001. “Isso seria um tiro no pé. Por exemplo, o PAC prevê a construção de 150 escolas técnicas. Se aprovar o PLP 001, o governo não poderá contratar professores, não terá como fazer investimentos em educação. O PAC não tem como ser efetivado sem investimentos do Estado”, ponderou, numa crítica ao anseio do governo de provar ao mercado que controlará os gastos públicos.

O ex-presidente da central e hoje secretário de relações internacionais da CUT, João Felício, também foi duro na avaliação sobre as recentes opções do presidente Lula, explicitadas, segundo ele, no elogio rasgado aos usineiros. “Os movimentos sociais colocaram muita garra na eleição de Lula, mas de quatro meses pra cá houve uma mudança em relação ao tom adotado durante a campanha. Tem capeta solto em Brasília, parece que abriram as portas do inferno”, desabafou. E acrescentou: “não imaginava que alguém no

governo pudesse redigir um projeto como esse que limita o direito de greve dos servidores”.

Segundo Felício, a sinalização sobre a flexibilização de direitos trabalhistas, vinda do Planalto, incita ataques em outras esferas. “Se o governo reforça questões como limite ao direito de greve, ele reforça a criminalização [dos movimentos]. Essas medidas podem resultar em uma guinada na relação dos movimentos com o presidente. Começa-se ouvir propostas de greve contra Lula, é uma guinada”, alerta. Julio Turra, também dirigente da CUT, emenda: “a relação do governo Lula com os movimentos não é boa. Somente a CUT tem três pedidos de audiência pendentes. Por outro lado, Lula teve duas entrevistas de alto nível, no mesmo mês (março), com Bush, esse genocida que ele chamou de companheiro. O descontentamento da base social [do presidente Lula] está crescendo”.

Representando o MST, o dirigente nacional do movimento, João Paulo Rodrigues, também ressaltou as poucas reuniões do presidente Lula com os setores sociais. “Não conseguimos construir uma relação política do presidente Lula com a CMS. Foram apenas duas reuniões formais durante todo o período de seu governo, as duas em momentos de crise. A dúvida que surge é: a relação do governo com os movimentos é meramente utilitarista? O governo só quer apoio público? Isto seria muito ruim”.

### **Recado dado**

A sinceridade que marcou a interpelação dos dirigentes sociais ao ministro (o tom geral de crítica à agenda política se repetiu nas falas da UNE, Marcha Mundial de Mulheres, Conam e outros) acabou impregnando também suas respostas. Sobre o elogio de Lula aos usineiros, por exemplo, Dulci afirmou que também não gostou da caracterização do setor como herói nacional. “Falei com o presidente. Os usineiros representam o setor mais conservador do país”.

Sobre a acusação de que o governo teria adotado a agenda da direita, derrotada nas urnas, Dulci reconheceu que existe uma divisão interna e uma tendência de discutir a pauta conservadora, que pode dilapidar as relações históricas com os movimentos. “Isso azeda a relação com os movimentos, divide e favorece o jogo da direita. Se a governabilidade política é imprescindível, também tem que haver governabilidade social. No auge da crise [do chamado mensalão], o governo perdeu a governabilidade política, mas não a social. Se tivesse perdido as duas, não se sustentaria”.

Segundo o ministro, é fato que a relação do governo com os movimentos sociais terá que dar um salto de qualidade. Nesse sentido, Dulci afirmou que levará as questões apresentadas pelos dirigentes ao presidente, com a sugestão de uma nova reunião com a CMS. “A relação com os movimentos sociais tem que interessar ao governo, nem que for para discordar. O que não pode é fazer esse debate pela imprensa”, afirma.

**Quem escreveu?** - Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto  
– 28/05/2007

Vivemos, no Brasil, um tempo de relativização da propriedade privada. Tempo em que se solapam os fundamentos da própria justiça, em nome de uma pretensa justiça social. Sob o manto de uma suposta reparação histórica, a propriedade privada e, com ela, as liberdades começam a enfraquecer. Dissemina-se, inclusive, de parte daqueles que agem em nome dessas bandeiras ditas sociais e raciais, o sentimento de que respondem a uma “causa” que tudo justifica, uma “causa” que não pode nem ser limitada pela lei. Não deveria, portanto, surpreender que bens “públicos” também se tornem objeto de invasões e depredações, pois as barreiras começaram a saltar quando a autoridade pública deixou de se fazer presente.

Um dos grandes “reformadores” do século 20 tinha uma idéia semelhante de cerceamento da propriedade privada em nome do bem público. As garantias constitucionais da propriedade deveriam ser relativizadas. Segundo ele, a propriedade era “não mais um assunto particular, mas um tipo de concessão do Estado, limitada pela condição de ser utilizada ‘corretamente’”. Numa outra colocação do mesmo problema, que se aparenta ainda mais às bandeiras utilizadas pelos ditos (e autodenominados) movimentos sociais, dizia: “Quero que todos mantenham a propriedade que adquiriram para si conforme o seguinte princípio: o bem comum vem antes do interesse próprio. Mas o Estado deve manter o controle e cada proprietário deve se considerar um agente do Estado.” Ou esta outra: o Estado tem a autoridade de “limitar ou expropriar propriedades à vontade onde essa limitação ou expropriação estiver consoante com os ‘deveres da comunidade’”. Hugo Chávez, Evo Morales, o MST, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o MLST, o PSOL e setores do PT estariam totalmente de acordo, com o apoio da CUT. Os últimos ministros do Desenvolvimento Agrário e os dirigentes do Incra, também!

Em nome da função social da propriedade, as propriedades no campo e na cidade se tornaram objeto de invasões e violências, que não guardam nem a mais remota relação com a paz que os “movimentos” dizem apregoar. Decisões judiciais são sistematicamente desrespeitadas, a lei que impede a desapropriação de terras invadidas não é aplicada e a insegurança tende a se ampliar. Uma sociedade que sofre da insegurança jurídica tem o seu crescimento entravado. Observe-se que, nos últimos meses, as invasões têm aumentado, alcançado também bens públicos, a exemplo da Usina de Tucuruí, como se o objeto fosse uma provocação que obrigasse o governo a intervir.

Em nome da função indígena da propriedade, fatias cada vez maiores do território nacional são distribuídas, em dimensões equivalentes a vários países europeus juntos. É como se o Estado renunciasse voluntariamente à soberania de seu próprio território. Se isto fosse apenas uma ação circunscrita para reparar uma injustiça histórica, o critério da justiça teria sido respeitado. Acontece que a generalização de práticas de invasão e de auto-intitulação indígena está também se tornando comum, desorganizando as relações jurídicas, sociais e econômicas.

Em nome da função racial da propriedade, presenciamos a multiplicação de quilombolas fictícias por todo o País. Um decreto presidencial de 2003 - logo, uma medida

meramente administrativa, autocrática - está servindo para justificar por mera autodesignação um grupo como “remanescente quilombola”. As pessoas em questão não precisam morar na área, o que constituiria um quilombo propriamente dito. Basta consultar o dicionário, sem nenhum viés ideológico-semântico! Passam, assim, a indicar uma área qualquer, rural ou urbana, como tendo pertencido a um “quilombo fictício”, dando início ao trâmite formal por intermédio da Fundação Palmares e do Incra. O resultado já é previsível, dada a ideologização e a partidarização dessas instituições.

O arbítrio não tem limites. Propriedades privadas e públicas são igualmente atingidas. Por exemplo, a Marinha brasileira, na Ilha de Marambaia, é objeto de uma ação arbitrária desse tipo, embora ali esteja presente há mais de um século, cuidando, inclusive, conforme laudos, da preservação ambiental. É mais uma das áreas “autodeclaradas”. Território “livre”, também se poderia dizer.

Esqueci-me de citar o nome desse grande “reformador social”: Adolf Hitler. O que horroriza é o seu nome, e não as suas propostas. Ora, as políticas econômicas fascistas e nazistas se assemelhavam às do “socialismo estatal” de Lenin, em seu início, ao procurarem subordinar a propriedade privada às determinações do governo, como se empresas devessem seguir o estipulado pelo Estado. A propriedade privada era, por assim dizer, um privilégio concedido pela instância estatal, privilégio esse que poderia ser suspenso a qualquer momento. Lenin terminou por seguir uma via mais radical, passando, num segundo momento, a estatizar todas as propriedades privadas, eliminando-as completamente. Mussolini e Hitler mantiveram, pelo seu lado, a propriedade privada sob uma forma condicional, o seu condicionamento sendo dado pelas orientações do Estado e de seus planos. Todos compartilhavam, na verdade, a mesma posição contrária à economia de mercado, à propriedade privada, ao Estado de Direito e à democracia representativa.

Convém, por último, observar que tanto no discurso dos nazistas quanto no dos comunistas aparece uma mesma crítica dos valores “capitalistas”, dentre eles o do egoísmo, que regularia as relações individuais em detrimento dos valores da comunidade, do coletivo. A crítica ao individualismo, à propriedade e ao egoísmo é constante nessas formulações, sempre ditas e representadas como se fossem uma verdade exercida em nome da comunidade. Neste sentido, ela termina sendo uma condição para a posterior eliminação do indivíduo, da liberdade de escolha, da economia de mercado e dos direitos das pessoas em geral.

**Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na UFRGS. E-mail:denisrosenfield@terra.com.br**

**Governo finaliza projeto de mineração em área indígena** - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Especial - 31/05/2007

O governo brasileiro está na fase final de elaboração de um polêmico projeto pelo qual pretende mudar radicalmente as relações entre empresas e povos indígenas no país. A proposta de projeto de lei, redigida pelos ministérios da Justiça e das Minas e Energia e pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), prevê a abertura de todas as terras indígenas para a exploração das mineradoras. As empresas pagariam royalties sobre o faturamento para as comunidades.

O texto vem sendo discutido desde 2004 pelo governo. Nas próximas segunda e terça-feira, informou a Fundação Nacional do Índio (Funai), o documento será apresentado na primeira reunião da recém-criada Comissão Nacional de Política Indigenista, formada por representantes do governo e por 20 lideranças indígenas. Após a reunião, o texto poderá sofrer alguns ajustes. O Ministério das Minas e Energia espera aprontar a versão final ainda neste semestre para encaminhá-lo à Casa Civil. A expectativa do governo é que o texto seja finalmente enviado ao Congresso no segundo semestre.

Embora defendam a iniciativa, mineradoras queixam-se por não terem sido convidadas a participar da discussão sobre os detalhes do projeto. O setor tem intensificado a pressão sobre parlamentares e sobre membros do Executivo para que a regulamentação da atividade seja apresentada e aprovada de uma vez. Atualmente, mineradoras só podem explorar terras adjacentes às dos índios.

A discussão inquieta lideranças indígenas e entidades ligadas aos povos. O temor é que a extração extensiva do subsolo provoque danos irreversíveis ao já frágil modo de vida dos índios e ao meio onde habitam. Davi Ianomâmi, de 58 anos, um dos líderes dos povos indígenas da Amazônia diz claramente que é contra (ver matéria anexa), uma posição que coincide com a de fóruns e organizações desta população. Por isso, o governo deve se preparar para resistências fortes ao projeto.

O argumento central do governo é que a regulamentação é necessária para que se estabeleçam regras e controle sobre a exploração das terras indígenas, que hoje ocorre de forma desordenada por mãos de garimpeiros, provocando alto impacto ambiental e social e convertendo as áreas em terreno fértil para conflitos sangrentos. Além disso, o governo argumenta que o Estado deixa de arrecadar sobre a exploração dos recursos nacionais. Segundo o Serviço Geológico do Brasil, existem hoje 192 garimpos ilegais em terras indígenas. Se realmente abrir as terras dos índios, o país adotará uma fórmula já em vigor na África do Sul, Austrália, Canadá e EUA.

Para companhias nacionais ou estrangeiras que atuam no Brasil, a exploração das terras indígenas significará um incremento de sua capacidade de produção, num momento em que a demanda global por recursos minerais é crescente. Significará também um aumento dos investimentos. É o caso, por exemplo, da empresa júnior Aura Gold, de capital canadense, que prevê investir de US\$ 2 milhões a US\$ 3 milhões só numa fase inicial de pesquisa na terra dos índios, vizinhos a uma área onde a empresa explora ouro no Pará.

A Amazônia (onde 25% do território é dos índios) é a região mais cobiçada pelas mineradoras. Estudo de 2005 preparado pelo Instituto Socioambiental (ISA), organização não-governamental de defesa dos direitos dos índios, mostra que existem 4.821 processos de requerimento de pesquisa e lavra na região feitos por 367 pessoas e empresas, como Odebrecht, C. R. Almeida, Vale do Rio Doce e AngloGold Ashanti. Os pedidos incidem sobre 123 terras indígenas.

Segundo levantamentos parciais do governo e das próprias companhias, o subsolo amazônico tem um enorme potencial para extração de minério de ferro a ouro, de cobre a diamante, de bauxita a cassiterita. "Não há nenhuma dúvida sobre jazimentos na Amazônia. Podemos atuar nessas áreas com ganhos para as empresas e para os índios", diz Paulo Camillo, diretor presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

A entidade, que tem no seu conselho representantes de grandes empresas como a AngloGold, Vale e Samarco, lembra que 25% (ou US\$ 11 bilhões) do saldo da balança comercial brasileira vem hoje da mineração. "O Brasil está perdendo oportunidades justamente numa fase de alta demanda mundial por minérios", continua Camillo, que nos últimos meses tem falado com autoridades do Ministério das Minas e Energia, com o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), e com membros da comissão de Minas e Energia da Câmara sobre a regulamentação. Considerando que o primeiro projeto de lei para a atividade em terras indígenas foi apresentado em 1991, Camillo argumenta que há pelo menos 16 anos o Brasil vem deixando de ampliar ganhos por não explorar terras dos índios.

A Constituição de 1988 diz que as terras indígenas poderão ser exploradas por empresas, mas exige a aprovação de uma lei que regulamente a atividade. Nesses 19 anos, alguns projetos tramitaram pelo Congresso. Dois tiveram mais destaque: um, de 1991, assinado pelos então deputados Aloizio Mercadante, Fábio Feldman e Nelson Jobim, ao qual foram apensados outros 18 projetos; e outro, de 1996, do senador Romero Jucá. Nenhum dos dois chegou a ser aprovado. Por quê? Em parte por falta de consenso, em parte pela sensibilidade do tema e em parte porque nenhum governo se empenhou de fato em regulamentar a exploração.

O projeto do Executivo prevê a abertura de licitações para projetos de mineração nas terras indígenas e o pagamento de royalties de no mínimo 3% do faturamento bruto dos empreendimentos a um futuro Fundo de Compartilhamento de Receitas sobre a Mineração em Terras Indígenas.

Cada licitação terá de ser aprovada pelo Congresso e, como determina a Constituição e uma convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as comunidades afetadas terão de ser consultadas, embora sem o poder de veto. "Se houver uma reação muito intensa de um determinado povo indígena, é claro que a decisão política levará em conta essa posição. Assim como levará em conta também pareceres antropológicos sobre cada processo", diz o procurador-geral da Funai, Luiz Fernando Villares e Silva.

O texto mexe numa questão delicada para muitas companhias: desconsidera a validade de requerimentos de pesquisa ou lavra em terras indígenas encaminhados por elas ao longo de anos ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério das Minas e Energia. Os projetos anteriores previam que as empresas que apresentaram requerimentos antes de 1988 teriam prioridade. Agora, o governo diz que abertura de licitações colocará todas as empresas em condições de igualdade. Pelo levantamento do ISA, dos 4.821 requerimentos feitos ao DNPM, 1.835 são de antes da Constituição.

Segundo dados de 1998, também recolhidos pelo ISA, algumas terras indígenas têm quase toda sua área já requerida por mineradoras. Exemplos: TI Mekragnoti, no Pará, (75,97%), Vale Guaporé, em Rondônia, (92,39%) e Panará, no Pará e Mato Grosso (92,81%).

"Certamente haverá muitas disputas jurídicas sobre esse ponto. Há quem diga que o requerimento é mera expectativa de direito. E há quem diga que os requerimentos devem gerar o direito de prioridade", diz o advogado Carlos Vilhena, sócio do escritório Pinheiro Neto e responsável pela área de mineração.

Mas se as licitações e a anulação dos requerimentos desagradam a alguns, agrada a outros. Empresas novas no Brasil, como a Aura Gold, há apenas um ano aqui, costumam ter de negociar transferências de concessão de exploração dada a escassez de terra disponível. "É um recurso investido em negócio e não em pesquisa. A disponibilização de terras indígenas aumentaria a possibilidade de pesquisa e levaria a uma corrida das empresas para as áreas dos índios", aposta Carlos Bertoni, da Aura Gold, que explora ouro na região de Cumaru, Pará. Bertoni diz que a empresa se interessa em explorar uma terra indígena vizinha e faz as contas. "Se tivéssemos a chance de fazer pesquisa, o investimento inicial seria de US\$ 2 milhões a US\$ 3 milhões só nessa área indígena vizinha, que tem aproximadamente 30 mil hectares."

As mineradoras costumam insistir na questão dos investimentos. "A proibição de acesso às terras indígenas impede o capital sério", diz Sérgio Aquino, diretor da Serabi Mineração. "O problema é que em qualquer lugar onde tenha riqueza natural há garimpeiro que quer lucrar de qualquer forma, poluindo, agredindo, corrompendo os índios". A Serabi, que extrai ouro e cobre na região do Tapajós, também no Pará, tem interesse no potencial mineratório das terras dos índios Tapajós e dos índios que vivem na região de Aripuanã, no Mato Grosso e fala em disputar o acesso a essas terras numa eventual regulamentação da atividade. A diferença das empresas, completa Aquino, é que estão sempre mais sujeitas a fiscalizações e controle do que qualquer garimpeiro que se aventure em terras indígenas em busca de riquezas.

Para além do investimento, o que está em jogo para Cláudio Scliar, secretário de mineração e geologia do DNPM, é a condição de vida dos índios. "Neste momento, mineração (em terra indígena) é caso de polícia. O que existe é invasão, garimpo ilegal, crimes." Scliar contesta quem argumenta que a presença das empresas poderá trazer mais problemas do que soluções aos povos indígenas. "Nada pode ser pior do que a situação que se vive hoje. Qualquer forma de regularização será melhor."

**Paranapanema paga R\$ 1,4 milhão para tribo no Amazonas** – Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Especial - 31/05/2007

Todos os dias, caminhões da mineradora Paranapanema cruzam os 60 km de estrada de terra que cortam as terras dos índios waimiri-atroari no Estado do Amazonas. São pelo menos três carretas que entram e saem da mina de Pitanga, onde a Mineradora Taboca, subsidiária da Paranapanema, extrai 10 mil toneladas de estanho por ano.

A estrada dá acesso a uma rodovia federal, que liga Manaus a Boa Vista e serve de canal para o escoamento do estanho exportado pela empresa para EUA, Europa e para a América do Sul.

O pagamento pelas terras indígenas tem um custo: 0,5% do faturamento da empresa com a extração do minério. Este ano, o mínimo previsto é de R\$ 1,44 milhão, segundo a assessoria de imprensa da empresa. O pagamento é fruto de um acordo com os índios.

A mineradora diz explorar terras devolutas da União sobre as quais tem a concessão do direito de lavra. A área é uma ilha entre terras demarcadas. A oeste e norte, estão os waimiri-atroati; a nordeste, os índios mapuera; e a sul uma reserva biológica. A



Paranapanema não tem dúvidas de que as terras indígenas vizinhas também são ricas em estanho. Mas afirma não ter interesse em disputar uma eventual licitação caso a mineração em terras indígenas seja mesmo regulamentada pelo governo. O motivo seria a distância entre os aluviões indígenas e o centro de processamento da empresa. Hoje a empresa explora rochas primárias a dois quilômetros de sua base industrial. A distância para os aluviões dos índios é muito maior e não compensaria, diz a empresa.

A Paranapanema descreve a relação com as lideranças waimiri e mapuera como "muito boa", diferentemente do que ocorre com algumas mineradoras, como a Vale, que periodicamente enfrenta a animosidade dos índios xikrin, vizinhos a pelo menos dois grandes projetos da empresa no Pará, Carajás e Sossego.

Os waimiri e os mapuera, por exemplo, informam a mineradora sobre eventuais tentativas de invasão de garimpeiros e recebem volta e meia ajuda de máquinas e mão-de-obra da empresa.

Mesmo assim, há uma tensão latente no ar. Lideranças indígenas reivindicam as terras exploradas pela Paranapanema como deles. A briga é com a União e já teria chegado ao Supremo Tribunal Federal (STF). (MMS)

**Empresas vão estragar terra, diz líder ianomâmi** – Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Especial - 31/05/2007

"A mineração em área indígena não é bom. Sou contra. As máquinas são muito grandes. Vai estragar o coração da terra. Vai derrubar muitas florestas, poluir rio, trazer violência, matança". Foi assim que Davi Ianomâmi, de 58 anos, um dos líderes do povo que vive na no norte da Amazônia brasileira na fronteira com a Venezuela definiu para a reportagem sua posição em relação à abertura das terras indígenas para as mineradoras.

As terras dos ianomâmi são ricas em ouro. E segundo Davi, hoje existem cerca de mil garimpeiros na área. O afluxo teria começado há cinco anos e a malária parece ter voltado às aldeias. "O governo não está conseguindo tirar os garimpeiros de lá", disse ele.

Mas será que os royalties não ajudariam o povo ianomâmi? Davi - que estava em Brasília para uma série de atividades do Dia do Índio - respondeu: "Precisamos da nossa terra, da caça, do rio. O dinheiro não dura. O índio da cidade pode gostar. (Mas) o dinheiro não vai salvar a vida dos índios."

A reação de Davi coincide com a de fóruns e organizações indígenas, segundo Raul Telles, advogado do Instituto Socioambiental (ISA). O temor, de modo geral, é com os prejuízos ambientais, sociais e sanitários que a exploração causaria. O ISA também tem grandes restrições à entrada de mineradoras em terras indígenas. "A mineração é sempre impactante."

Ainda assim, Telles avalia que o projeto do governo - cujo esboço foi apresentado no ano passado na Conferência dos Povos Indígenas e será debatido em junho - tem alguns avanços. Um deles é o fato de anular as antigas requisições feitas pelas mineradoras. As licitações poderiam abrir espaço para as melhores propostas, diz o advogado.

Mas ele também avalia que existem pontos a serem melhorados na proposta. O texto, por exemplo, não confere aos povos indígenas o direito de dizer se aceitam ou não a entrada das mineradoras. A Constituição prega que os povos devem ser consultados, mas não fala em poder de veto. "Não é a questão de permitir que os índios digam 'não', mas seria importante que o projeto permitisse a eles dizerem 'como' minerar tal área." E

acrescenta: "Se há alguma restrição em relação a, por exemplo, uma área sagrada de um povo, as mineradoras não poderiam atuar nesse ponto." (MMS)

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

